

GABRIEL COHN

# COMUNICAÇÃO E CULTURA DE MASSA

Teoria e Ideologia

Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Ciências Sociais (Sociologia) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

SÃO PAULO

1971

"abre-te sésano - quero sair" !

(th. w. adorno )

## Í N D I C E

INTRODUÇÃO .....	III
CAPÍTULO I: <u>Massa: a Noção e Seu Alcance</u> ...	1
CAPÍTULO II: <u>Público, Elite e Massa: A Dimensão Política</u> .....	22
CAPÍTULO III: <u>Público, Elite e Massa: A Dimensão Cultural</u> .....	62
CAPÍTULO IV: <u>A Dimensão Social: A 'Sociedade de Massas'</u> .....	79
CAPÍTULO V: <u>Cultura e Sociedade: O Cenário Contemporâneo</u> .....	138
CAPÍTULO VI: <u>Teoria e Ideologia</u> .....	187
CONCLUSÕES .....	232
BIBLIOGRAFIA .....	-i-

## I N T R O D U Ç Ã O

A preocupação básica do presente trabalho é com a fundamentação de uma estratégia de análise sociológica das relações entre sistemas simbólicos e sistemas sociais, aplicável a uma modalidade historicamente específica da sua manifestação: qual seja, a sociedade contemporânea altamente complexa e industrializada, em que a produção e o consumo em grande escala se estende até a sua dimensão cultural.

O problema maior, implícito ao longo de toda a discussão, diz respeito às próprias condições de possibilidade de uma análise sociológica da comunicação (e da sua cristalização no plano cultural) em sociedades complexas. Interessa-nos, portanto, examinar a questão de uma análise científica - referida, portanto, a uma teoria específica - que respeite simultaneamente a autonomia da sua dimensão sociológica e aquela do seu próprio objeto de estudo. Vale dizer: importa-nos discernir as condições de realização de uma análise sociológica da comunicação que tenha valor de ciência. Uma implicação geral disso merece ser assinalada desde logo: tomamos provisoriamente (ou seja, sem subestimar a importância do problema) a autonomia teórica da análise sociológica como dada, sem nos preocuparmos com uma questão fundamental, suscitada precisamente pelo tema em exame. Trata-se da questão acerca da possibilidade de incorporar-se a Sociologia, juntamente com outras "ciências sociais", a uma ciência geral



dos sistemas de signos: a uma Semiologia, ou Semiótica, portanto. Neste caso, dadas as dimensões semiológicas básicas (sintática, semântica e pragmática), lhe caberia um lugar nesta última.

A questão acêrca de respeitar-se o caráter peculiar do objeto de estudo comunicação não é gratuita. É que o exame da bibliografia corrente sôbre o tema - naquela área que se poderia chamar de "sociologia da comunicação" - mostra que ela tende a se limitar a considerar o fenômeno comunicação como uma 'variável', ao mesmo título que quaisquer outras; demais, frequentemente a toma como 'variável dependente', incluída num esquema de análise de um outro fenômeno. O protótipo disso é dado pela ampla bibliografia sôbre "comunicação e desenvolvimento" (econômico, político e social), na qual o problema realmente relevante é o processo de desenvolvimento, e os sistemas de comunicação dizem respeito a uma das áreas institucionais, entre outras, cuja análise é pertinente ao tema. Isso é particularmente nítido no caso dos estudos sôbre "difusão de inovações", nos quais a prova de que o processo de comunicação não constitui sua dimensão básica reside em que as hipóteses apresentadas, e a sua verificação, incidem sôbre outra dimensão que não a comunicativa (a racionalidade econômica, por exemplo, nos casos de estudos da "sociologia rural" do tipo feito por Everett Rogers e seus colaboradores).

Essa aparente despreocupação com a especificidade intrínseca do fenômeno comunicação nas análises sociológicas convencionais tem implicações profundas: ela ao mesmo tempo reflete e perpetua a carência de um quadro teórico adequado, que permita tratar da comunicação no nível em que ela se põe e, a partir desse nível (portanto, sem operar uma redução prévia e, no mais das vezes, implícita) propicie a formulação de inferências sociologicamente relevantes.

É claro que, enquanto processo fundamental constitutivo de tôda sociedade, a comunicação não é esquecida por nenhuma modalidade de análise sociológica, e mesmo assume papel nuclear em algumas delas. Exemplo disso seria a orientação voltada para o estudo da sociedade em termos de "interação simbólica" (cuja inspiração na obra de George H. Mead já denota o seu potencial sócio-psicológico mas que, através de autores como Herbert Blumer, se revela das mais fecundas) ou então as tendências, afins a essa porém mais complexas, que entroncam naquilo que autores como Garfinkel e Cicourel chamam de "etnometodologia" (na qual, além de Mead, uma fonte inspiradora básica das suas análises das formas 'cotidianas' de comunicação é a sociologia de fundo "fenomenológico" de Alfred Schutz). Na mesma linha de raciocínio, não são diretamente pertinentes ao nosso estudo as tentativas no sentido de formular esquemas gerais de análise (na área política, sobretudo) com base na teoria formal, ou matemática, da comunicação, tal como o faz, por exemplo, Karl Deutsch. Levar essas orientações em conta ampliaria demais o campo da nossa análise (assim como a atenção ao desenvolvimento recente de uma disciplina como a Sociolinguística o restringiria demasiado). Não nos interessa diretamente a comunicação enquanto dimensão genérica da sociedade, mas sim a análise de uma manifestação historicamente específica desse processo.

Isso nos conduz a um ponto de fundamental importância para a adequada compreensão do presente trabalho. É que ele se desenvolve no plano de uma discussão teórica; discussão preliminar, além do mais, visto que não se propõe outra coisa senão a tarefa de "limpeza sistemática do terreno", atulhado, no domínio que nos interessa, de pseudo-conceitos científicos, que formam um repertório rico mas informe de elementos utilizáveis em toda sorte de construções apenas supostamente científicas. É por is-

so mesmo que nos propomos tratar de teoria e ideologia, no do-  
mínio que nos interessa.

Isso significa, desde logo, que os problemas mais subs-  
tantivos, referentes a métodos específicos de análise da comuni-  
cação, não formam o cerne do tratamento do tema, a não ser aces-  
soriamente, ao longo do seu desenvolvimento. Eles sòmente apare-  
cem no primeiro plano no final do trabalho, e ainda assim de mo-  
do indicativo. Formam, em suma, uma dimensão básica do ponto de  
chegada da análise, e não do de partida. Notar-se-á isso espe-  
cialmente quando se chegar ao ponto - nuclear à presente tese -  
em que se assinala que a análise sociológica da comunicação, pa-  
ra ganhar validade científica, deve inspirar-se numa teoria que  
a oriente no sentido do estudo das mensagens, tomadas críticamen-  
te enquanto manifestações no plano ideológico. Fica claro aí que  
escapa ao alcance do presente trabalho o tratamento específico de  
questões como a concernente à modalidade mais adequada de análi-  
se da mensagem: se deve ser de conteúdo ou estrutural, por exem-  
plo. Tais questões são tipicamente aquelas que aparecem de modo  
'indicativo', e remetem a um trabalho posterior, que tome o pre-  
sente como ponto de referência.

Cabe referir, ainda, que os temas centrais tratados -  
teoria e ideologia - basicamente o são apenas na medida em que  
seu exame seja pertinente à adequada formulação dos problemas que  
nos interessam no nível sociológico. Não custa lembrar que uma  
discussão de tipo propriamente epistemológico escapa de longe  
aos limites do trabalho e às ambições do seu autor. A tendência  
- ainda que lamentável, mas inevitável, no caso - será de ficar  
mais próximo de uma "sociologia do conhecimento".

Tudo isso nos conduz à questão dos conceitos a serem  
usados na análise da comunicação. Não que haja carência deles ,

pelo menos à primeira vista. A sua própria superabundância já é suficiente para despertar suspeitas acêrca da sua validade científica. O repertório conceitual disponível, tal como se encontra na bibliografia pertinente, inclui, em posições de honra, noções como: massa, público, opinião pública, sociedade de massa, cultura e comunicação de massa. Em certos casos, encontram-se referências às noções de comunicação social ou coletiva, geralmente apresentadas com a justificativa de que se trata de termos 'neutros', mas aptos a satisfazerem os requisitos de objetividade de uma ciência livre de juízos de valor.

Diante de tal proliferação terminológica e das polêmicas acêrca dos seus respectivos méritos, impõe-se uma tarefa prévia, de esclarecimento conceitual. Trata-se de tentar, através de um empreendimento crítico, encontrar os fundamentos conceituais mais adequados à construção de teoria na área que nos interessa. Vale dizer que a questão se põe em termos de ir além de noções descritivas, pré-científicas, em busca de instrumentos teóricos, que transcendam explicativamente o objeto de análise.

Os autores que privilegiam termos tais que comunicação 'social' ou 'coletiva', em contraposição a comunicação 'de massa', o fazem para escapar às conotações ideológicas que encontram no termo 'massa'. (Poderiam fazê-lo também por motivos puramente estéticos, para escapar à horrenda tradução brasileira de 'mass communication', 'mass culture' e 'mass media').

É óbvio, contudo, que não será o deslocamento do problema para a área estilística que nos livrará das questões teóricas e metodológicas, das mais árduas, com que haveremos de nos defrontar. Nessas condições, não há o que fazer senão proceder a um exame de cada uma dessas noções básicas pertinentes ao tema, na esperança de delimitar o seu campo de validade teórica e ex-

publicitar, quando fôr o caso, o seu conteúdo ideológico e as implicações disso.

Isso nos obrigará a irmos além do puro exame conceitual. Teremos que procurar a articulação dos temas subjacentes a cada noção, para em seguida reconstruir o quadro de referência em que êles se compõem como sistema, para, finalmente, discutir o significado, para o nosso trabalho, das suas categorias diretrizes, que são teoria e ideologia. Não nos interessa a reconstrução histórica, no estilo de uma 'história das idéias'. Não obstante, o caminho que seguiremos talvez se aproxime, em algumas passagens, enganadoramente dela. É que estaremos interessados em descobrir as modalidades históricas da produção e as condições sociais da incorporação e redefinição de conceitos. É o que passamos a fazer.

## Capítulo I

### MASSA: A NOÇÃO E O SEU ALCANCE

Encarado do ponto de vista da Sociologia Sistemática - de uma perspectiva puramente descritiva, portanto - o termo mas-sa designa uma coletividade de grande extensão, heterogênea quanto à origem social e geográfica dos seus membros e desestruturada socialmente. Isto é, trata-se de um coletivo, contíguo ou à distância, de indivíduos indiferenciados quanto a normas de comportamento, valores e posições sociais, pelo menos naquilo que diz respeito a uma situação determinada. Assim entendida, a noção se apresenta como útil para distinguir certas formas de agrupamento humano, e de comportamentos coletivos correspondentes, no interior de um contíguo analítico que vai do ajuntamento mais ocasional e efêmero possível - a multidão - até às formas mais altamente estruturadas de grupos sociais. Trata-se, é bom lembrar, de uma noção apenas aparentemente descritiva de um fenômeno real: como todos os conceitos da Sociologia Sistemática, corresponde mais a um tipo construído, cuja característica básica é ser classificatório e - ponto importante na nossa argumentação posterior - 'neutro'.

Suponhamos agora que, estimulados pela facilidade de localização da noção descritiva de 'massa', passássemos a procurar uma via igualmente cômoda para o entendimento preliminar da

noção de 'cultura de massa'. Uma boa fonte presumível para resolver o problema seria o exaustivo inventário de acepções do termo 'Cultura', organizado por Kroeber e Kluckhohn (1). A primeira decepção não se faria esperar: nada, ao longo de mais de 400 páginas repletas de conceitos e definições cuidadosamente catalogados, permite entender o sentido dessa associação entre 'cultura' e 'massa', tão comum, embora, na bibliografia recente

Três suposições se impõem, desde logo. A primeira é que a expressão 'cultura de massa' é demasiadamente recente para ter encontrado lugar no inventário de Kroeber/Kluckhohn, publicado originalmente em 1952. Isto, apesar das discussões, em apêndices, acêrca de noções como 'cultura de classe' e 'cultura nacional' na União Soviética e na Alemanha. A segunda suposição é a de que, da perspectiva antropológica adotada, naquela obra pelo menos, a justaposição entre 'massa' e 'cultura' simplesmente não faz sentido. Não haveria, dessa perspectiva, como construir um conceito híbrido desse tipo, em que um termo se refere a um fenômeno carente de estruturação interna e o outro - cultura - tem sua própria razão de ser no caráter organizado do seu objeto. De resto, a afinidade entre a noção original de cultura e a de desenvolvimento orgânico já foi bem explorada, em vários contextos (2).

---

(1) A. L. Kroeber and C. Kluckhohn (ed.), Culture - a critical review of concepts and definitions, Vintage Books, New York, s.d. (texto original, 1952).

(2) R. Williams, Culture and Society 1780-1950, Penguin Books, 1963, p. 13-18; H. Becker, "Anthropology and Sociology", in: J. Gillin (ed.), For a Science of Social Man, Macmillan, New York, 1954, p. 102-159.

Finalmente, teríamos que admitir que a ênfase nessa construção híbrida não está na noção de 'cultura', mas sim na de 'massa'. Estaríamos, então, na contingência de procurar desven<sup>u</sup>dar os laços algo enigmáticos que ligam êsses dois t<sup>er</sup>mos, ocu<sup>l</sup>tos que estão pelo ambíguo traço de união de sua formulação ori<sup>g</sup>inal em inglês: "mass-culture".

Nesse ponto, somos obrigados a passar em revista, ain<sup>da</sup> que de modo sumário, a problemática sociológica das 'massas', com tanto maior razão porque encontramos, ao lado do híbrido 'cul<sup>tu</sup>ra de massa' o seu correspondente 'sociedade de massas', em re<sup>l</sup>ação ao qual se põem os mesmos problemas. Conforme o propos<sup>to</sup>, essa revisão não terá por objetivo reconstruir históricamen<sup>te</sup> a emergência dessas noções, pois que isso nos desviaria do nosso problema principal. Nossa preocupação é outra. Trata-se de submeter essas noções a uma análise que talvez pudéssemos cha<sup>ma</sup>mar de "temática": reconstruir as articulações da própria pro<sup>ble</sup>mática da reflexão social que lhes está subjacente, tendo em vista deslindar a constelação de temas e preocupações que, asso<sup>ci</sup>ados a cada t<sup>er</sup>mo isoladamente, num contexto histórico dado, condicionam por seu turno o significado das associações possí<sup>ve</sup>is entre êles. O problema, semântico no fundo, se torna tanto mais premente, e difícil, na medida em que estamos lidando com formulações consagradas em outro idioma que não o nosso. As expressões sintéticas 'mass-culture' e "mass-society" são apa<sup>re</sup>ntemente mais precisas do que as suas correspondentes em portu<sup>gu</sup>ês: precisamente porque escondem melhor os seus significa<sup>dos</sup> subjacentes, por detrás de um sinal gráfico 'vazio', como é o traço de união. Vazio, portanto apto a receber qualquer con<sup>te</sup>údo. Em português, a preposição de substitui o 'vazio' que u<sup>ne</sup> os t<sup>er</sup>mos no original, mas o sentido unívoco que assim parece imprimir à expressão é, na melhor das hipóteses, ingênuo, e, na pior delas, dogmático.



Um traço que pretendemos ressaltar, no nosso tratamento preliminar do problema das "massas" consiste em que, ao longo de todo o desenvolvimento histórico da reflexão a seu respeito está implícita a atribuição a essa categoria social de uma certa "responsabilidade" pelo surgimento, efetivo ou possível, de determinadas características do sistema social e cultural global. Assim, à presença e ação das massas atribuiu-se, no século passado, a ameaça constante de disrupção social e terror político revolucionário; posteriormente, a sua presença, entendida como 'disponibilidade', é tida como substrato de movimentos políticos 'totalitários'; finalmente, elas são encaradas como condicionadoras de um rebaixamento do nível dos valores estéticos e culturais em geral. Paralelamente, contudo, a atitude dos observadores e analistas em relação a êsse mesmo fenômeno social sofre uma transformação digna de nota; do alarme que caracteriza as reflexões conservadoras do século passado, passa-se a uma atitude de mal estar e mesmo desprezo no início dêste século. Finalmente, com a definitiva incorporação do tema pelas "ciências sociais", adota-se uma postura simplesmente neutra, de aceitação sem maior exame dêsse suposto "dado do real", apto a ser correlacionado com outros ao mesmo título que êles. É nesse caminho que se passa da idéia de massa como nociva à própria sobrevivência da 'sociedade civil' para a noção, contemporânea, de 'sociedade de massas'.

Como é sabido, a preocupação com o fenômeno social 'massa' é um legado do pensamento político conservador do século XIX, e remonta à reação contra a Revolução Francesa (3). Neste sentido, o termo, quando usado no contexto de uma reflexão sistemá

---

(3) R. A. Nisbet, The Sociological Tradition, Basic Books, New York, 1966, esp. p. 31-42.

tica, tende desde a origem a ter uma conotação negativa, de tom conservador. Isso deriva da dupla tensão que caracteriza o campo de ação do pensamento conservador. Por um lado, como aponta Mannheim, êsse 'estilo de pensamento', oriundo do tradicionalismo, emerge, "em última instância, do caráter dinâmico do mundo moderno" e, sobretudo, de uma sociedade "na qual a mudança ocorre por meio do conflito de classes - uma sociedade de classes" - (4). A noção de 'massa' tende a emergir, assim, em contraposição àquela de 'classe', na medida mesmo em que esta é componente básico do universo de discurso revolucionário em formação na mesma época. É claro que a noção de 'massa' também aparece na tradição de pensamento oposta à conservadora: mas é como substituto ocasional daquela de 'classe' ou, pelo menos, como subordinada a esta, e não como elemento organizador do discurso. Basta recordar, neste contexto, a análise do golpe de Estado de Luiz Bonaparte, por Marx: por exemplo quando, referindo-se à atitude do "órgão da aristocracia financeira", o Economist de Londres, que se referira à "traição que as massas proletárias ignorantes, grosseiras, estúpidas, perpetraram contra a habilidade, ciência, a disciplina, as capacidades intelectuais e as qualidades morais das camadas médias e superiores da sociedade", comenta que "essa massa (...) não era senão a própria massa burguesa" (5).

Por outro lado, a conotação conservadora do termo 'massa' é dada pela circunstância de que, no pensamento conservador, ela designa negativamente aquilo que seria manifestação social

(4) K. Mannheim, "Conservative Thought", in: Essays on Sociology and Social Psychology, Routledge & Kegan Paul, London, 1959, p. 101.

(5) K. Marx, Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte. Editions Sociales, Paris, 1948, p. 243-244.

de uma dimensão do estilo de pensamento que Mannheim caracteriza como "burguês-revolucionário", com referência ao início do século XIX. Essa dimensão seria dada por aquilo que o mesmo autor designa por "atomismo e mecanicismo", segundo o qual "unidades coletivas (o Estado, as leis etc.) são construídas a partir de indivíduos ou fatores isolados" (6).

A cristalização do termo 'massa' (e seu correlato, "multidão") naquilo que se propõe ser uma análise científica se dá no final do século XIX, especialmente na França. Esta já havia produzido as invectivas de Taine contra a Revolução Francesa e as análises de Tocqueville sobre os riscos inerentes ao processo de homogeneização que êle enxergava na sociedade norte-americana de meados do século passado, na sua obra sobre La Démocratie en Amérique. O nome que ocorre, neste contexto, é o de Gustave LeBon (7), com sua obra de 1895, sobre a "psicologia das massas". (O termo usado por LeBon é "foules" mas, como veremos, a distinção entre 'multidão' e 'massa' não é pertinente à sua obra. Isso parece ter deixado marcas profundas, a julgar pelo título dado, meio século mais tarde, por Riesman e seus colaboradores à sua obra sobre a "Lonely Crowd").

LeBon parte de um problema que, na sua formulação, sôa como uma versão pervertida da doutrina liberal acerca da autonomia individual e do seu papel constitutivo na sociedade civil. Trata-se, em última instância, de compreender como um aglomera-

---

(6) K. Mannheim, op. cit., p. 117.

(7) Para uma análise do embasamento histórico da noção de massa e uma crítica a LeBon, veja-se G. Lefebvre, "Revolutionary Crowds", in: J. Kaplow (ed.), New Perspectives on the French Revolution - Readings in Historical Sociology, Willey, New York, 1965, p. 173-190.

do de indivíduos que, isoladamente, são capazes de discernimento e de comportamento racional, adquire características diversas daquelas de cada um dos seus componentes individuais, ou do seu simples agregado. A explicação, para LeBon, é dada pela "lei psicológica da unidade das multidões", segundo a qual, em situação de massa, não importam as diferenças entre os indivíduos componentes, pois todos êles, "pelo fato de se terem transformado em uma multidão ficam de posse de algo como uma mentalidade coletiva, que os faz sentir, pensar e agir de maneira totalmente diversa de que cada qual sentiria, pensaria e agiria em estado de isolamento" (8). Toda a análise de LeBon está construída no sentido de demonstrar o caráter irracional, impulsivo e mesmo regressivo da ação das massas. "Pelo mero fato de formar parte de uma multidão organizada [isto é, de uma associação de indivíduos com vistas a alguma ação] um homem desce vários graus na escala da civilização. Isolado, êle poderá ser um indivíduo cultivado; na multidão, é um bárbaro - ou seja, uma criatura que age por instinto" (9). Mesmo porque, "as massas, pouco adaptadas ao raciocínio, são, contudo, rápidas no agir" (10).

Os termos "multidão" e "massa" são intercambiáveis em LeBon. Na realidade, tôdas as formas de grupamento acabam sendo tratadas na sua obra em termos de "foules". Atesta-o a classificação por êle proposta. Distingue entre multidões "heterogêneas" e "homogêneas". As primeiras - às quais dedica o grosso de seu estudo - podem ser "anônimas" (ajuntamentos de rua, por exemplo) e "não-anônimas" (juris e assembléias parlamenta-

---

(8) Foi usada a recente edição americana: G. LeBon, The Crowd, Ballantine Books, New York, 1969, p. 22-23.

(9) G. LeBon, op. cit., p. 27-28.

(10) G. LeBon, op. cit., p. 10.

res, por exemplo). As segundas compreendem as "seitas" (políticas, religiosas etc.), as "castas" (militar, sacerdotal, "trabalhadora" etc.) e as "classes" (as "classes médias", as "classes camponesas" etc.).

A sua obra, contudo, tem enderêço certo. Procura caracterizar a nova era histórica, de cuja emergência seria testemunha, ainda no período de "transição e anarquia" que a precederia: a "Era das Multidões". Caracteriza-a pela "entrada das classes populares na vida política" (11). É nesse ponto que a identificação multidões-massas-classes populares fica clara em LeBon. "É pela associação que as multidões (...) atingem uma consciência da sua fôrça (...). Atualmente as exigências das massas se tornam cada vez mais claramente definidas (...). O direito divino das massas está em vias de substituir o direito divino dos reis" (12).

Ainda estamos longe das definições límpidas e pacíficas da Sociologia Sistemática. Seria errôneo, contudo, deixar LeBon de lado, como um resquício da pré-história das "ciências sociais". Errôneo, em primeiro lugar, porque não somos nós que, por mero interêsse acadêmico, o ressuscitamos: as suas reedições e sua difusão em livros de bôlso nos Estados Unidos demonstram que suas idéias ainda encontram adeptos. E não por acaso: o seu tom é arcaico apenas na virulência dos seus argumentos, vulneráveis à mais primária análise ideológica. No mais, mantém sua atualidade, na medida em que aspectos básicos da sua construção ideológica não foram superados pela ciência social contemporânea, mas simplesmente incorporados após uma depuração e 'neutralização' sistemática. Entre êles está a própria noção

---

(11) G. LeBon, op. cit., p. 9.

(12) G. LeBon, op. cit., p. 9-10.

central, de 'massa' e sua correlata, a "era das massas"; mas, sobretudo, a problemática posta por êle ainda persiste em grande parte da discussão contemporânea acêrca do 'comportamento coletivo' (13).

Aquilo que passa por 'comportamento coletivo' nas ciências sociais contemporâneas nos Estados Unidos refere-se a uma forma específica de ação de grupos humanos: precisamente aquela suscetível de ser encarada como "irracional", "aberrante" e, sobretudo, não institucionalizada. Os riots são o exemplo clássico. Referindo-se à assimilação da problemática dos técnicos europeus pelas ciências sociais norte-americanas, um crítico liberal dos modelos de 'comportamento coletivo' mais em voga nos Estados Unidos observa: "Transplantados para a sociologia e a psicologia social americanas, os pressupostos dos teóricos europeus sofreram considerável modificação (\*). Na ausência de uma tradição feudal, a sociedade norte-americana não foi receptiva às tendências mais explicitamente antidemocráticas representadas nas teorias européias sôbre a multidão. O comportamento irracional das multidões deixava, no mais dos casos, de ser vinculado à emergência da participação democrática no govêrno e na cultura.

---

(13) Acêrca da atualidade das formulações de LeBon, veja-se S. Milgram and H. Toch, "Collective Behavior: Crowds and Social Movements", in: G. Lindzey and E. Aronson (eds.), The Handbook of Social Psychology, Addison-Wesley, Reading, Massachusetts, 2ª ed., 1968, vol. IV, p. 507 e seg., esp. p. 517.

(\*) Nesse ponto faz-se referência à análise de Leon Bramson em The Political Context of Sociology (University of Princeton Press, 1961). Trata-se de obra à qual ainda teremos que fazer referência, e da qual há edição brasileira (Ed. Fundo de Cultura, Rio, 1963).

O simplista modelo de contágio ("disease model") do comportamento coletivo foi, na maior parte, substituído por uma nova perspectiva que, enquanto descartava alguns dos temas pretéritos, re tinha muitas das suas premissas subjacentes. A maior mudança a apresentada pelas análises mais recentes do comportamento coletivo é no sentido de um maior interêsse nas causas da desordem. Ao mesmo tempo, concepções antigas acêrca da natureza das desordens (riots) foram mantidas no mais das vêzes" (14).

A formulação é cautelosa, mas dá a entender claramente a persistência dos velhos temas, redefinidos apenas em dois pontos. Em primeiro lugar, a análise que, na sua origem europeia, procurava apreender tendências históricas a longo prazo, é redefinida 'operacionalmente' na Sociologia contemporânea, para procurar responder a questões mais imediatas, a respeito das causas específicas do comportamento 'não institucionalizado' - ou seja, dos motivos pelos quais falham, em casos dados, os processos de 'contrôle social'. Isso, como bem aponta Skolnick, não é incompatível com a retenção daquelas concepções pretéritas, sô bre a natureza geral do fenômeno estudado. Em segundo lugar, há uma redefinição do significado da polaridade básica que articula êsse pensamento: aquela que contrapõe o comportamento 'racional' ao 'irracional'. No pensamento explicitamente conservador do século XIX o comportamento 'irracional' é identificado com o das massas numa situação de transição histórica e a 'racionalidade' acaba sendo identificada com a situação histórica em vias de desaparecer. Nas teorias contemporâneas a identifica -

---

(14) G. H. Skolnick, The Politics of Protest, Ballantine Books, New York, 1969, p. 331. Para um interessante confronto polêmico entre as concepções de Skolnick e as de Neil Smelser, veja-se os Annals of the American Academy of Political and Social Science, vol. 391, sept. 1970.

ção 'comportamento de massa -- irracionalidade' tende a ser mantida, mas a racionalidade é identificada com as instituições presentes. O pensamento conservador ainda tingido de tradicionalismo do século XIX, do qual fala Mannheim, converte-se em conservador tout-court. Isso se aplica mesmo a concepções mais matizadas, como as de Herbert Blumer, ou até àquela de Roger Brown. Este, embora mantendo o critério da não institucionalização para caracterizar o comportamento coletivo, formula uma engenhosa interpretação das suas formas de manifestação, valendo-se do esquema propiciado pela 'teoria dos jogos'. Com isso, elimina-se a premissa da 'irracionalidade' das diversas formas de comportamento coletivo (desde o simples pânico até os mais complexos movimentos sociais) para substituí-la pela de uma 'racionalidade' entendida em termos estritamente formais. Admitindo-se, com Brown, que o elemento peculiar das diversas modalidades de comportamento coletivo está dado pela presença de um dilema no nível do comportamento dos indivíduos envolvidos (tentar salvar-se antes dos outros ou aguardar até que a situação se esclareça, no caso de pânico; seguir ou não as normas vigentes, nos casos mais complexos), torna-se legítimo operar com um esquema construído para apreender as alternativas de ação abertas aos componentes da massa em termos do cálculo dos seus resultados imediatos ("payoff") comparativos.

Em termos do tratamento do problema da 'multidão', como protótipo da 'situação de massa', o progresso obtido por esse meio é, contudo, bastante limitado. Brown é explícito a respeito: falar na emergência de uma "group-mind" em condições desse tipo não lhe parece inaceitável em princípio, não obstante a imprecisão do conceito envolvido. Parece-lhe, no entanto, mais esclarecedor admitir que o que emerge na multidão é uma ma



triz de ganhos e perdas (payoff matrix) que não existia para os membros quando não compunham uma multidão" (15).

A razão de tão modesto ganho analítico é clara: diz respeito ao caráter meramente instrumental-formal da racionalidade individual que se toma como base para o exame do fenômeno, em substituição à premissa de uma irracionalidade dada no nível grupal. De pouco serve, portanto, substituir a idéia de uma irracionalidade de fundo coletivo pela de uma composição ('matrix') de racionalidades formais e individuais. É que, com isso, ainda não abandonamos o universo de pensamento que engendrou a (falsa) questão de por que indivíduos razoáveis, se tomados um a um, são tomados por formas de insanidade coletiva; em outros termos, não é válido tratar a questão através de uma combinação ad hoc do nível individual (psicológico) com o plano coletivo (social) da ação.

Um aspecto grave dessa incorporação de noções ideológicas numa linhagem que se propõe ser rigorosamente científica é que ela bloqueia a adequada percepção de visões alternativas da problemática em causa, mesmo quando seus fundamentos já estão disponíveis de há muito. É o caso do esforço de Neil Smelser (16), no sentido de dar maior abertura à sua teoria formal e

---

(15) R. Brown, Social Psychology, Collier-Macmillan, New York, 1965, cap. 14, p. 760.

(16) N. Smelser, Theory of Collective Behavior, Free Press, New York, 1963. Smelser adota como categoria orientadora da análise a de processo, entendida como uma sequência irreversível de passos interdependentes, cujas condições de emergência e de eficácia são formuladas numa perspectiva de inspiração parsoniana. O mesmo modelo básico é adotado tanto para o estudo do comportamento coletivo, em especial no tocante aos 'movimentos sociais', quanto para a análise de processos mais amplos de mudança social. No limite, serve-lhe de instrumento para a análise propriamente histórica, tal como é desenvolvida em sua obra sobre Social Change in the Industrial Revolution (Routledge & Kegan Paul, London, 1959).

explícitamente sociológica do comportamento coletivo, na qual ête é entendido em t<sup>ê</sup>rmos de uma seq<sup>u</sup>ência ordenada em que, por analogia com a análise econ<sup>ô</sup>mica, se diz que cada passo representa um "valor adicionado" ao processo em causa e constitui um pré-requisito para o seguinte. Isso ocorre quando, em outro trabalho, se ap<sup>ó</sup>ia em Freud - que, ao contrário de LeBon, está totalmente ausente daquela obra - para consignar os aspectos construtivos, e não apenas disruptivos, d<sup>ê</sup>sse fenômeno. "A característica principal d<sup>ê</sup>sse movimentos de protesto - escreve êle, já na ótica do estudo dos 'movimentos sociais' - é o observado por Freud: êles permitem a expressão de impulsos que normalmente estão reprimidos" (17).

À parte as críticas que Smelser lhe dirige - interessantes, de resto - essa observação não faz justiça à contribuição de Freud; antes, a transfigura, reduzindo-a ao mesmo nível daquela de autores como LeBon (18), que constituíam mero ponto de partida da sua análise. Afinal, a idéia da expressão de 'impulsos inconscientes' em situação de massa é parte essencial da explicação irracionalista d<sup>ê</sup>sse fenômeno, e está por detrás da sua concepção como fenômeno psicológico e socialmente regressivo. A interpretação freudiana vai muito mais longe. Na realidade, poder-se-ia dizer que seu grande mérito consiste na in-versão temática que opera na análise dos fenômenos de massa.

A referência de Smelser a Freud é, contudo, perfeitamente legítima e, ainda que não os explorando de modo conveniente, êle toca nos dois aspectos essenciais para a compreensão da sua contribuição nessa área. Êsse aspectos estão designados

---

(17) N. J. Smelser, "Dimensions of Collective Behavior", in: Essays in Sociological Explanation, Prentice-Hall, New Jersey, 1968, p. 92-121, cf. p. 121.

(18) Cf. G. LeBon, op. cit., p. 27.

pelos termos-chave expressão e impulsos reprimidos. É justamente por não considerar de maneira adequada como êsses termos se articulam em Freud que Smelser tende a resvalar para o nível teórico pré-freudiano.

A idéia de que os impulsos se manifestam em situação de massa são reprimidos e não apenas inconscientes ("substrato mental criado por influências hereditárias", como quer LeBon) é básica nessa teoria. O essencial, contudo, está dado pela forma como se concebe a expressão desses impulsos. A contribuição de Freud reside justamente no seu esforço para caracterizar o mecanismo pelo qual êsses impulsos se exprimem indiretamente em situação de massa. Não se trata para êle de pensar uma simples emergência de tais impulsos tornados incontroláveis em situação de massa, mas sim de sua redefinição. O mecanismo básico invocado para dar conta desse fenômeno é o de identificação. Refere-se êle à capacidade da dimensão do psiquismo humano diretamente voltada para o mundo exterior -- o Ego -- de tomar por modelo uma figura idealizada -- o Ego-ideal, cujo paradigma é o pai -- e investir nela a sua carga libidinal. Sob êsse aspecto, o mecanismo de identificação funciona como um canalizador da energia psíquica, que não vem à tona para dirigir-se ao seu objeto imediato (sexual na origem), mas propicia um vínculo libidinal entre cada sujeito e outros. Na situação de massa analisada por Freud o fenômeno básico consiste precisamente na substituição do Ego-ideal de cada um de seus membros pela figura do líder.

Desta forma, a massa não é entendida como o locus de uma explosão de impulsos a-sociais mas, pelo contrário, é precisamente uma forma básica de constituição de vínculos sociais. É por isso mesmo que Freud, usando o termo massa num sentido muito amplo, que abrange os de grupo e instituição, escolhe para a

sua análise, ao contrário de LeBon, aquilo que chama de "massas artificiais". Trata-se de grupamentos altamente organizados (no caso a Igreja e o Exército) suscetíveis de incorporarem a distinção básica por êle estabelecida entre massas "com líder" e "sem líder". As massas ditas artificiais são iminentemente aquelas dotadas de líder. Êste, por seu turno, é o elemento aglutinador do conjunto na medida em que é o objeto do mecanismo de identificação para todos os seus membros, ao ser tomado por êles como o Ego-ideal.

Configura-se, assim, uma passagem do tema da massa como fenômeno a-social para aquêle da massa como situação paradigmática da formação da própria sociedade e da cultura. Os impulsos reprimidos podem vir à tona de dois modos: no indivíduo isolado ou em grupo. O primeiro caso é tendencialmente anormal por estar à margem das regras de convivência social; no limite, configura-se a neurose (19). É a situação de massa que propicia as

(19) Freud aponta uma oposição entre formação de massa e neurose. "A neurose torna associal, retira a pessoa atingida por ela das formações de massa habituais", escreve êle (S. Freud, Massenpsychologie und Ich-Analyse, Fischer, Frankfurt am Main, 1967, p. 7-81 - cf. p. 81). Seu efeito sobre a massa é desagregador. "Abandonado a si próprio o neurótico é levado a substituir para si as grandes formações de massa, das quais está excluído pelas suas formações de sintomas. Êle cria para si o seu próprio mundo de fantasia, sua religião, seu sistema ilusório, e repete as instituições da humanidade de modo destorcido, o qual atesta claramente a contribuição superior dos impulsos sexuais diretos". (P. 81, grifo nosso). É impossível não recordar aqui as reflexões de Lévi-Strauss sobre o mesmo tema: "É portanto simultaneamente natural e fatal que, simbólicas por um lado e traduzindo por outro (por definição) um sistema diferente daquêle do grupo, as condutas psico-patológicas individuais ofereçam a cada sociedade algo como um equivalente duplamente diminuído (porque individual e porque patológico) de simbolismos diferentes do seu próprio mas vagamente evocadores das formas normais e realizadas na escala coletiva". (Cf. Lévi-Strauss, "Introduction à l'oeuvre de Marcel Mauss", in: Marcel Mauss, Sociologie et Anthropologie, PUF, Paris, 3ème éd., 1966, p. XVII).

condições para a segunda dessas formas, e neste sentido é o sustentáculo do disciplinamento desses impulsos que está por detrás da sociedade e da cultura.

Neste ponto, a distinção entre massa com líder e sem líder revela o tema subjacente, que é o da dominação (20). Na verdade que é também aqui que o matiz conservador de Freud vem à tona, tal como se explicitaria em obras posteriores. Cultura é entendida por Freud no sentido mais amplo do termo: "Ela abrange por um lado o conjunto de conhecimentos e técnicas adquiridas pelos homens para dominar as forças da natureza e trazer os seus bens para a satisfação de necessidades humanas, e por outro lado, todos os arranjos necessários para regular as relações dos homens entre si, em especial no tocante à distribuição dos bens acessíveis" (21). Como tal, ela se opõe ao indivíduo isolado: "A cultura deve ser defendida contra o indivíduo, e os arranjos, instituições e normas se põem a serviço dessa tarefa" (22). Isso ocorre porque "cada cultura tem que ser edificada sobre a coerção e a renúncia aos impulsos", sem as quais emergiriam as "tendências destrutivas e portanto anti-sociais e anti-culturais existentes em todos os seres humanos" (23). A cultura é, assim,

---

(20) Esse tema é apontado na notável "reabilitação" da contribuição de Freud para o nosso problema feita pela equipe dirigida por M. Horkheimer e T. W. Adorno, na obra coletiva Soziologische Exkurse (Frankfurt, 1956, cap. V), que inspira as presentes considerações. Há uma edição espanhola dessa obra, atribuída a Horkheimer e Adorno: Lecciones de Sociología.

(21) S. Freud, Die Zukunft einer Illusion, Fischer, ed., cit., p. 85-135, cf. p. 86.

(22) S. Freud, op. cit., p. 86.

(23) S. Freud, op. cit., p. 87.

entendida como o resultado de um trabalho de renúncia a impulsos (Kulturarbeit). E aqui vem à tona a origem última da insistência de Freud na necessidade de líderes das massas para que os mecanismos de expressão social e cultural dos impulsos ganhem vigência: "Tampouco quanto a coerção para o trabalho cultural (Kulturarbeit) pode-se prescindir da dominação de massa por uma minoria, pois as massas são inertes e obtusas, não apreciam a renúncia aos impulsos, não são suscetíveis de serem convencidas da sua inevitabilidade por argumentos, e seus indivíduos se reforçam mutuamente na tolerância ao desenfreio" (24).

Temos aqui um pensamento cujo fundo conservador é dado pelo pessimismo com que se encara a possibilidade (que se admite) de levar avante experiências culturais não repressivas. Os limites da mudança cultural são vistos como sendo dados por aqueles da capacidade de educação das pessoas. Complementarmente, o pessimismo freudiano é sustentado pela invocação do clássico tema de "quem educará os educadores" (25). Não se trata, contudo, da modalidade clássica do pensamento conservador -- ou com mais forte razão do pensamento reacionário -- porque é implacavelmente racional. Não há nêle lugar para qualquer irracionalismo. É essa abertura do pensamento freudiano que permite re

---

(24) S. Freud, op. cit., p. 87-88.

(25) S. Freud, op. cit., p. 89.

tomar num outro registro a sua ênfase no problema da dominação, como o faz o grupo de Frankfurt (26).

É também a essa abertura que se deve a percepção, por Freud, de questões que mais tarde seriam apontadas como conquistas básicas do moderno pensamento sociológico. Na sua obra sobre a 'psicologia das massas', êle antecipa boa parte daquilo que aparece na literatura sociológica acêrca dos 'grupos de referência' e da importância dos 'grupos primários' no processo de formação e transmissão da cultura. "Cada indivíduo -- escreve êle -- é parte componente de muitas massas, é múltiplamente vinculado através da identificação, e construiu o seu Ego-ideal conforme os modelos mais diversos. Cada qual participa, assim,

---

(26) É claro que o tema da dominação/repressão é central à análise que Herbert Marcuse aplica à obra de Freud (Eros and Revolution, Beacon Press, Boston, 1955). Sua obra pouco versa, contudo, sobre o problema que nós preocupa mais diretamente. (Isto se reflete, na sua bibliografia, que con-signa apenas quatro referências a Group Psychology and the Analysis of the Ego, contra vinte e seis a Civilization and its Discontents). Parece-nos, de resto, ser válida a crítica a Marcuse (formulada, por exemplo, por H. Berndt/H. Reiche, "Die Geschichtliche Dimension des Realitätsprinzips", in: J. Habermas (ed.), Antworten an Herbert Marcuse, Suhrkamp, Frankfurt am Main, 1968, p. 104-132), no sentido de que, ao repensar os conceitos freudianos em termos político-sociais, êle foi além do que o seu conteúdo original comporta, e sobretudo, de que falhou na sua tentativa de demonstrar a dimensão histórica desses conceitos. Em contrapartida, uma interpretação que, nesse particular, poderia ser considerada mais equilibrada -- a de Philip Rieff -- apenas consegue sustentar-se à custa de não tocar nos problemas centrais de que trata Marcuse, e acaba se aproximando do extremo oposto, de superestimar a importância atribuída no esquema freudiano à "vida íntima" individual (P. Rieff, Freud: the Mind of the Moralists, Anchor Books, 1961, esp. cap. 7).

de múltiplas mentalidades de massa, na da sua raça, do seu status da comunidade de crença, da nacionalidade etc., e pode alçar-se a cima disso no sentido de uma parcela de independência e originalidade" (27). Com isso, rejeita-se a insistência na importância das massas efêmeras (multidões) em favor das organizadas e elimina-se ao mesmo tempo o perigo de conceber a sociedade global como uma única massa de grandes proporções (como tendem a fazer alguns teóricos da "sociedade de massas"). Disso resulta a idéia realmente inovadora de que as massas, tomadas como múltiplas no interior de um todo maior, podem ser condição de individualização, tanto ou mais do que de dissolução da personalidade. Esta ocorre, como vimos, no indivíduo isolado (28).

A inversão temática assim imprimida à análise do fenômeno no massa, ao retirá-lo da órbita da irracionalidade e da associabilidade e entendê-lo racionalmente como fenômeno vinculado aos processos de sociação e dominação, abre caminho para uma visão muito mais rica do problema. É verdade que, no caso de Freud, o avanço teórico é conquistado à custa do caráter demasiado vago dos con-

---

(27) Soziologische Exkurse, op. cit., p. 68.

(28) No esquema freudiano, a situação de massa está na origem da cultura, no sentido mais profundo do termo, pois seu paradigma é dado pelo "mito científico" (a expressão é de Freud) da "horda primitiva", construído em Totem e Tabu. Esse mito - do assassinio do patriarca - chefe da horda pelos filhos despojados por êle do acesso às mulheres e do posterior 'arrendimento' - constitui a expressão freudiana do início da cultura e da sociedade, ao desencadear todos os seus mecanismos formadores. Cultura e sociedade são vistas como a repetição, continuamente redefinida, da situação arquetípica da horda de origem, com toda a sua complexa dialética da socialização ("massificação") e individualização. Sobre isso, ver Marcuse, Eros and Civilization, cap. 3).



ceitos de fundo sociológico utilizados. Sua noção de "massa" se confunde com a de associação em geral, com a agravante de que se trata de se lhe atribuir um alto grau de organização (29). Isso contrasta com a concepção sistemática de massa e comportamento de massa, que ressalta precisamente o seu caráter não-organizado (retomando, aí, a tradição conservadora). Blumer, por exemplo, reserva o atributo da organização para os movimentos sociais (30). As potencialidades dessa ótica da questão não se perdem por isso, no entanto, e são exploradas a fundo pelo grupo de Frankfurt, sob a égide de Horkheimer e Adorno.

"A massa - sustentam eles - é produzida socialmente, não é natureza imutável; não é uma comunidade originariamente próxima ao indivíduo, mas somente se aglutina através do aproveitamento racional de fatores irracionais-psicológicos; ela dá aos homens a ilusão de proximidade e vinculação. Precisamente enquanto tal ilusão, contudo, ela pressupõe a atomização, alienação e impotência do indivíduo isolado. A fraqueza objetiva de todos (...) na sociedade moderna predispõe cada qual também à fraqueza subjetiva; à capitulação como sequaz da massa. A identificação, seja com o coletivo, seja com a superior figura do líder, propicia ao indivíduo o sucedâneo psicológico para aquilo de que é privado na realidade" (31). Essa formulação - que deve ser tomada pelo que realmente apresenta: resultado de um

---

(29) Para uma crítica nesse sentido, veja-se Hermann Heller, Teoría del Estado, Fondo de Cultura Económica, México, 3ª ed., 1955, p. 94-95.

(30) H. Blumer, "The Mass, the Public and Public Opinion", in: B. Berelson and M. Janowitz (ed.). Reader in Public Opinion and Communication, Free Press, New York, 1966, 2ª ed., p. 43-50. Ver também H. Blumer, "Collective Behavior" in: J.B. Gittler (ed.), Review of Sociology: Analysis of a Decade, Willey, New York, 1957, p. 127-158.

(31) Soziologische Exkurse, op. cit., p. 77.

seminário de estudos, e não a expressão precisa do pensamento dos orientadores do grupo - antecipa aqui questões a serem discutidas mais adiante, sobretudo quando tentarmos estabelecer a distinção entre o fenômeno empírico designado por massa e o próprio conceito teórico aí usado. O essencial, neste ponto, é que ela sugere uma diretriz de análise que nos parece mais adequada. Ao irracionalismo do pensamento conservador-reacionário se opõe a ênfase no aspecto racional do fenômeno; e, em contraposição à "neutralidade" vazia da classificação sistemática ressalta o que êle tem de irracional. Apresenta, sobretudo, o elo que permite articular essa polaridade racional/irracional ao destacar a noção de dominação, concebendo a massa como produto social do aproveitamento racional de elementos irracionais disponíveis.

Há, contudo, um aspecto do texto acima citado que suscita dúvidas, da nossa perspectiva. É que nêle se atribui, sem mais, ao fenômeno massa uma realidade empírica apta a sustentar a reflexão e a pesquisa científicas. Retoma-se o velho tema da massa como agregado de indivíduos 'atomizados', e somente se vai mais além ao apontar que tal entidade é resultante de uma dinâmica social específica, que formaria o próprio objeto da análise. Essa mudança, da ênfase na massa como dado para o seu exame enquanto produto, que remete às condições sociais da sua produção, representa um real avanço. É preciso ir mais longe, contudo. Põe-se ainda a questão da produção, não de um suposto fenômeno empírico massa, mas da própria noção que o designa. Vale dizer, é preciso examinar em que medida a massa é um produto social concreto em busca do seu conceito, ou se se trata fundamentalmente de uma representação, recoberta por uma noção ideológica: justamente o suposto conceito científico massa.

## Capítulo II

### PÚBLICO, ELITE E MASSA:

#### A DIMENSÃO POLÍTICA

Ao ressaltar a dimensão de dominação inerente a êsse fenômeno, a concepção que estamos comentando permite superar o plano psico-social para chegar às suas raízes políticas. E isso nos propicia uma constatação apenas aparentemente banal. No pensamento político moderno, a noção de massa aparece, difusamente de início para depois cristalizar-se em conceito, no sentido de designar pura e simplesmente a parcela majoritária da população. Contrapõe-se assim às noções de elite e público. Essas duas polaridades merecem melhor exame.

Uma formulação recente de fonte autorizada leva ao seu extremo lógico a contraposição elite/massa. "... Os valores disponíveis podem ser classificados como deferência, renda, segurança. Aquêles que obtêm a maior parte são elite; o resto, é a massa" (1).

Na sua concepção clássica, de inspiração conservadora, a elite é concebida essencialmente como uma minoria organizada que, graças à superioridade intrínseca dos seus componentes, e-

---

(1) H. Lasswell, Politics: Who Gets What, When, How, Meridian Books, New York, 1958, p. 13 [1ª edição: 1936].

xerxe dominação legítima sôbre uma maioria não organizada - a massa (2).

Essa concepção sofreria dois tipos básicos de mudança no decorrer dêste século. Primeiramente, a análise, sem deixar de tomar como ponto de referência sua formulação anterior, passa a concentrar-se no esforço para demonstrar que a organização relativa das elites estaria diminuindo, que seus padrões e formas de recrutamento estariam perdendo rigor; enfim, que elas se estariam tornando 'vulneráveis', com graves riscos para a estabilidade política. Exemplo disso seria a análise, por Mannheim, das transformações sócio-políticas que observava na década de 30 (3). O segundo passo é dado quando se abandona o postulado da unidade interna da elite, mas se retém o critério do monopólio de influência por uma minoria, para entendê-la como um todo compósito, cuja unidade advém mais do seu exterior, em função de uma estrutura econômico-social dada. É a "elite do poder" de Wright Mills (4). Complementarmente, temos o esforço para salvar o essencial do pensamento 'elitista', evitando contudo a adesão estrita à sua noção básica. É o que faz, por exemplo - segundo sugestões que remontam a Mosca - Raymond Aron, ao com-

---

(2) Ver, a respeito, J.H. Meisel, The Myth of the Ruling Class, The University of Michigan Press, Ann Arbor, 1962; T. B. Bottomore, As Elites e a Sociedade, Zahar Ed., Rio, 1965; R. A. Nisbet, op. cit.; I. M. Zeitlin, Ideology and the Development of Sociological Theory, Prentice-Hall, New Jersey, 1968.

(3) K. Mannheim, Man and Society in a Age of Reconstruction, Routledge and Kegan Paul, London, 1940.

(4) C. Wright Mills, The Power Elite, Oxford University Press, New York, 1959.

plementar essa noção com as de 'classe dirigente' e 'classe política', ao mesmo tempo em que insiste na multiplicidade das elites na 'sociedade industrial' (5).

O conteúdo empírico da noção de elite diz respeito, obviamente, a uma forma específica de distribuição e exercício do poder. "O governo da elite - escreve um comentarista - significa a manipulação coletiva das massas por um pequeno grupo de liderança ou por vários desses grupos" (6).

O mesmo autor apressa-se, contudo, em assinalar que isso não esgota a questão. "A crença no governo da elite é (...) um mito (...) - um mito no sentido Soreliano, de uma convicção não necessariamente baseada em fatos empíricos mas na fé, numa confiança imune às admoestações da razão crítica" (7). Isso tem a virtude de tocar o ponto essencial: o problema não é o da simples presença de minorias dominantes, mas da legitimação do seu domínio enquanto "elites". Resta saber se uma noção tão obviamente construída pelos interessados para justificar sua posição de mando na sociedade pode ser considerada apta a converter-se em conceito científico (8). Na realidade, a noção de elite re-

---

(5) R. Aron, "Classe Sociale, Classe Politique, Classe Dirigeante", in: Archives Européennes de Sociologie, Tomo I, 1960, nº 2, p. 260-281; R. Aron, La Lutte de Classes - Nouvelles Leçons sur les Sociétés Industrielles, Gallimard, Paris, 1964, cap. 9 - "Elite divisée et elite unifiée".

(6) Meisel, op. cit., p. 4.

(7) Meisel, op. cit., p. 5.

(8) Ao criticarmos noções como as de massa e elite como correspondendo a representações ideológicas e procurarmos apoiar nisso nosso argumento de que tais noções não são aptas para constituírem conceitos científicos, não estamos é claro sugerindo que tais conceitos devam ter contrapartida empírica direta (mesmo porque as representações ideológicas são elas próprias dados da realidade). A isso voltaremos. Por ora, basta recordar que não é preciso ir além de Max Weber para saber que o tipo ideal, que é uma construção. ....

presenta a quase exata contrapartida daquela de massa. Trata-se de construção de caráter ideológico no sentido mais imediato do termo. É contrapartida "quase exata" porque o 'estatuto histórico' dessas noções não é equivalente. Ambas são produzidas na mesma área da sociedade: justamente aquela ocupada pelas elites. É por isso que Meisel pode dizer que o 'governo da elite' é um mito político, mas não poderia dizê-lo da 'carência de governo' das massas; pois estas não se auto-definem como tal, mas são objeto de uma determinação ideológica atribuída pelas "elites". Em nenhum lugar isto fica mais claro do que na formulação do liberal-conservador Ortega y Gasset: "... Como as massas, por definição, não devem nem podem dirigir sua própria existência, e menos reger a sociedade, quer-se dizer que a Europa sofre agora [com o advento das massas ao poder social] a mais grave crise que povos, nações ou culturas possam sofrer" (9).

É por isso mesmo que ninguém se auto-define como membro da 'massa', nem essa auto-identificação é contraditória no

---

... conceitual, não tem contrapartida empírica exata nem teria valor se estivesse preso ao dado particular. Não é por acaso, contudo, que o próprio Weber não apresenta qualquer tipo ideal de elite, e o termo mal surge na sua obra. Isso, embora ao falar de "massas" revele suas afinidades com o pensamento "elitista" nessa área (considera-as sujeitas à "influência momentânea puramente emocional e irracional", fala dos "instintos irracionais da multidão" e assim por diante); e exprime ainda as reservas correspondentes em relação ao que chama de "democracia de massas" (M. Weber, Economía y Sociedad, Fondo de Cultura Económica, 1964, vol. II, p. 739 e 1115-1117; Gerth & Mills (ed.), From Max Weber: Essays on Sociology, Routledge & Kegan Paul, London, 1948, p. 394-395).

(9) J. Ortega y Gasset, La Rebelión de las Masas, Revista de Occidente, Madrid, 33ª ed., 1959, p. 49, grifo nosso.

plano coletivo, embora ocorra nos casos da 'elite' e do 'público'. "As massas são sempre os outros, que não conhecemos, nem podemos conhecer" (10).

Voltaremos a essa questão mais adiante ao tratarmos das modalidades de cultura e do problema da ideologia. Importa agora examinar a outra polaridade apontada: aquela entre massa e público. Ressalte-se, desde logo, que a noção de público é inseparável daquelas de opinião (na área política) e de gosto (na esfera estética); em suma, da formação de preferências coletivas. Com isto, estamos ainda muito próximos da acepção do termo na Sociologia Sistemática. Da perspectiva desta, o público é uma forma elementar de grupamento, que se aglutina em função da controvérsia acêrca de uma questão de interesse comum. "A presença de uma questão, da discussão e de uma opinião coletiva é a marca do público", sustenta Blumer (11).

Dessa perspectiva, a noção de público implica uma modalidade específica de obtenção de consenso numa coletividade: da multiplicidade de opiniões individuais, chega-se, através do debate aberto, ao nível da opinião coletiva, "pública". O mecanismo que se supõe subjacente a isso evoca de imediato a analogia com a noção de mercado na teoria capitalista liberal. A formulação e a aceitação (ou não) de opiniões individuais encontrarão, mais cedo ou mais tarde, o seu ponto de equilíbrio, aceito pelo conjunto em suas 'transações'.

Essa analogia suscita ainda outro paralelismo mais profundo. É que, em ambos os casos, estamos diante de situações

---

(10) R. Williams, Culture and Society, op. cit., p. 289.

(11) H. Blumer, "The Mass, The Public, and Public Opinion", op. cit., p. 46.

fictícias, de construções tipificadoras. Em condições históricas similares, mas não simultâneas, emergem os fundamentos da dupla ficção do hommo economicus e do hommo politicus, como entidades puramente racionais - ou antes, capazes de desenvolver um interêsse racionalizado - movendo-se num mercado livre, de bens ou de idéias. Na esfera econômica, isso ganha sua expressão clássica ao se sustentar, com Adam Smith, que o livre jôgo dos interêsses particulares conduz 'naturalmente' à melhor ordem econômica e, portanto, à maximização do bem estar coletivo. No campo político, por seu turno, o pressuposto é o de que o livre jôgo das opiniões conduz à sua cristalização num consenso - a opinião pública - apta a propiciar, se levada à prática, a melhor forma da ordem política.

O ponto básico, aqui, reside no condicional: o aperfeiçoamento da ordem política depende da obtenção de poder pelo público (conjunto dos cidadãos), através dos seus representantes diretos. As próprias noções de público e de opinião pública se vinculam, assim, a uma reivindicação de poder por grupos sociais determinados: precisamente aquêles que se apresentam como portadores dessas categorias.

É claro que as idéias econômicas de Adam Smith não eram 'neutras'. Exprimiam, pelo contrário, aspirações congruentes com mudanças mais profundas na sociedade em que foram engendradas. A diferença básica que aqui se delineia, contudo, é que a 'ficção econômica' liberal constitui uma expressão mais direta das aspirações de uma camada bem definida da sociedade, ao passo que a 'ficção política' se desenvolve, em momentos diferentes ou concomitantemente, em grupamentos sociais mais diferenciados quanto à posição e interêsses sociais básicos.

Nesse sentido, a noção de opinião pública assume formas muito mais complexas e diferenciadas na sua evolução. Na In



glaterra, por exemplo, a reivindicação econômica da livre ação empresarial no mercado se exprime com clareza e fôrça congruentes com o seu embasamento social numa burguesia industrial em ascensão. Mas isso não tem contrapartida direta na esfera política, visto que - à parte as interpretações simplistas - não há como entender a evolução política inglêsa como expressão direta de uma suposta ascensão direta de uma 'burguesia' ao poder. As instituições políticas inglêsas já estavam suficientemente sedimentadas numa estrutura social que lhes concedia flexibilidade bastante para permitir uma absorção dos membros de novos grupos sociais - representativos das novas formas de organização econômica - por um processo de 'fusão neutralizadora' mais do que de ruptura revolucionária (12).

Isso permite explicar boa parte do caráter peculiar assumido pela emergência e expressão da noção de opinião pública no processo político efetivo, naquele país. Basta assinalar que a instituição básica no sistema político inglêso oitocentista (e até meados do século XIX) retirava sua legitimidade da ficção da virtual representation, criada para justificar a soberania parlamentar em face da 'sociedade civil'.

Essa concepção era oposta àquela que viria à tona na Revolução Francesa, da representação direta, e é por isso mesmo que a noção de 'opinião pública' como fonte de legitimidade do poder e como respaldo de reivindicações grupais aparece de modo mais consequente na França pré-revolucionária.

É que, na Inglaterra,

---

(12) P. Anderson, "Origins of the Present Crisis", New Left Review, No. 23, 1964, p. 26-53.

"A composição do Parlamento permaneceu intocada pelo processo de revolução econômica e social que Karl Marx no capítulo XXIV de O Capital descreveu como 'acumulação primitiva do capital'. O caráter fictício da 'representação popular' in glêsa de então se deve, em boa parte, à circunstância de que o despovoamento de áreas agrárias através dos enclosures não se manifestou na composição da Câmara dos Comuns, tampouco quanto à aglomeração humana nas cidades que conduziu à formação do exército de reserva industrial.

"A ação do Parlamento era independente da opinião pública e quase totalmente autônoma. Significativa para o desvinculamento entre Parlamento e opinião pública [no século XVIII] é a formulação de Charles Fox: 'Nada me importa a posição do povo; a nós cabe fazer o que é direito sem levar em conta se isso é de agrado geral; a êle cabe eleger-nos; nossa tarefa é agir constitucionalmente e preservar a independência do Parlamento'.

"A independência do Parlamento em relação à opinião pública foi assegurada, até às vésperas da Revolução Francesa, pela manutenção em segredo dos debates parlamentares..." (13).

Ocorre notar, neste contexto, que um remanescente atual dessa situação é dado pela circunstância de que o Parlamento Inglês, embora dê acesso à imprensa nos seus debates (ao contrário da estrita proibição oitocentista neste sentido) prescindindo da forma peculiar de contato com a 'opinião pública' propiciada pelas "conferências de imprensa" do chefe do governo, usuais na França e, sobretudo, nos Estados Unidos (14).

---

(13) E. Fraenkel, "Parlament und Offentliche Meinung", in: W. Berges und C. Hinrichs (ed.), Zur Geschichte und Problematik der Demokratie. Dunker & Humblot, Berlin, 1958, p.166-167.

(14) Cf. D. Cater, The Fourth Branch of Government, Vintage Books, New York, 1959, cap. 8.

Naquilo que poderíamos chamar de "modelo inglês" de emergência da opinião pública como arma na luta política, portanto, o traço essencial é que esta aparece como expressão direta de confrontos que têm origem no interior do Parlamento, e não como palavra de ordem de grupos excluídos da representação. Assim, quando o grande crítico conservador da Revolução Francesa, Edmund Burke, se vê isolado, junto com uma ala do seu Partido, na disputa de posições ministeriais, é para o exterior do círculo parlamentar que êle leva os seus argumentos. Comenta um especialista na história da época: "Os Whigs [do grupo de Burke], embora aristocráticos em seus princípios, e inclinados a restringir toda discussão política ao âmbito do próprio Parlamento, contribuíram grandemente para o despertar da opinião pública extra-parlamentar. Não encontrando ressonância em nenhuma das Câmaras, êles se dirigiram para fora delas, e se ofereceram como os líderes de um povo indignado, na esperança de que o 'povo' compartilhasse as indignações dos Whigs" (15).

Examinemos melhor o problema do ponto de vista da evolução do pensamento político. É importante salientar, desde logo, que a noção de opinião - de base individual - precede a de público - de base coletiva. Sua origem última, no mundo moderno, está dada pelas transformações provocadas pelo movimento de Reforma religiosa, com sua ênfase na consciência pessoal e o impulso dado ao processo de individualização (16). Podemos enca-

---

(15) R.R. Palmer, The Age of Democratic Revolution, vol. I, The Challenge, Princeton University Press, New Jersey, 1969, p. 172-173.

(16) H. Lasky, El Liberalismo Europeo, Fondo de Cultura Económica, México, 1961, p. 37 e seg.; R. H. Tawney, Religion and the Rise of Capitalism, Penguin Books, 1966, p. 23 e seg., e 179 e seg.

rar a emergência da noção de opinião como o resultado da secularização daquela de consciência religiosa individual. Essa secularização necessariamente se vincula à valorização dos 'bens terrenos'; ou, em termos mais diretos, ela abre o caminho para a construção do tríptico pilar sobre o qual se edificaria o pensamento liberal: individualismo, no plano social; propriedade, no econômico; e opinião, como correlato de cidadania, no político. Dada a íntima interdependência desses três aspectos, têm-se as bases para a formulação - e efetivação - do projeto de uma sociedade civil de tipo burguês capitalista.

Nessas condições, a opinião e sua cristalização coletiva ficam identificadas com a condição de cidadão. Esta, por sua vez, implica a posse de propriedade; e, na medida em que se vão delineando os traços do capitalismo emergente, sobretudo na Inglaterra, essa propriedade diz respeito à disponibilidade no mercado tanto de bens quanto de trabalho. Constitui-se, em suma, aquilo que corresponderia ao modelo da "sociedade possessiva de mercado" (17). Os traços essenciais desse modelo são:

- a) Ausência de alocação autoritária de trabalho;
- b) Ausência de provimento autoritário de recompensas pelo trabalho;
- c) Ausência de definição e exigência de contratos;
- d) Todos os indivíduos procuram maximizar suas vantagens;

---

(17) C. B. MacPherson, The Political Theory of Possessive Individualism, The Clarendon Press, Oxford, 1963, p.47-59, reproduzido em: T. Burns (ed.), Industrial Man, Penguin Books, 1969.

- e) A capacidade de trabalho de cada qual é propriedade sua, e alienável;
- f) Terras e recursos são possuídos pelos indivíduos e são alienáveis;
- g) Alguns indivíduos almejam um nível de vantagens ou de poder maior do que têm; e
- h) Alguns indivíduos têm mais energia, habilidade ou posses do que outros.

Configura-se, assim, o contexto em que se desenvolve o que MacPherson chama de "teoria política do individualismo possessivo". No plano que nos interessa isso é ilustrado pela redefinição da concepção hobbesiana de opinião, de fundo absolutista, operada por Locke. Em Hobbes temos a cisão entre a "consciência pública" - a lei - que interessa politicamente, e uma "consciência privada", que não passa de "opinião privada" cuja característica é ser "livre em segredo". Em Locke a opinião permanece na esfera privada, mas já adquire foros de instância significativa na esfera política ao ser libertada das peias que lhe atribuía Hobbes e se converter em meio de julgamento moral das coisas públicas. É verdade que, em mais de uma passagem, as formulações de Locke ficam enfraquecidas por estarem ainda prêsas ao uso corrente do termo, que designava a expressão da reputação das pessoas (18). O essencial é que "as opiniões dos cidadãos sobre a virtude e o vício já não permanecem para Locke dentro do campo das crenças e pareceres privados; pelo contrário, os juízos morais dos cidadãos possuem de per si um caráter de lei.

---

(18) J. Habermas, Strukturwandel der Öffentlichkeit. Luchterhand, Neuwied am Rhein un Berlin, 1965, p. 104 e seg.

Dêste modo, a moral das convicções, eliminada do Estado por Hobbes, se vê ampliada num duplo sentido" (19).

Por essa via se opera a ampliação do campo privado para a esfera pública, que abre o caminho para a ênfase do pensamento iluminista na questão da opinião e dos seus portadores legítimos. Estes, como já vimos, são os cidadãos, ou seja, a parcela proprietária de bens da população. A maioria não proprietária de bens (ainda que de capacidade de trabalho) fica excluída. A contrapartida dessa exclusão oriunda 'de cima' é dada, de resto, pela ausência das noções de opinião e de público no núcleo do pensamento democrático radical inglês do século XVII. As obras do porta-voz dos diggers, Gerrard Winstanley, falam diretamente de povo, sem incorporar a linguagem política de seus adversários (nem tampouco a sua secularização do problema da consciência individual que, como se revela nesse caso, retinha potencialidades utópico-revolucionárias na sua expressão original, de fundo religioso) (20).

A restrição do exercício de opinião aos cidadãos/prorietários ocupa lugar tão proeminente no pensamento dos autores representativos dêste segmento da sociedade, que Locke é levado a ser contraditório nos seus escritos políticos: ao mesmo tempo admite e nega a universalidade do uso do atributo humano

(19) R. Koselleck, Critica y Crisis del Mundo Burgues, Ediciones Rialp, Madrid, 1965, p. 197. (Para um comentário crítico das obras de Habermas e Koselleck aqui citadas, veja-se J. Freund, "Le Concept de Public et l'Opinion", Archives Européennes de Sociologie, tome IV, 1964, n<sup>o</sup> 2, p. 255-271, esp. 255-267.)

(20) Ver G. H. Sabine, História das Teorias Políticas, Fundo de Cultura, Rio, 1964, vol. II, cap. XXIV; ver também C. Hill, The Century of Revolution 1603-1714, Sphere Books, London, 1969, esp. cap. 10.

básico para a formação de opiniões com pêsso normativo, que é o exercício da razão. É que, para êle, os membros das classes trabalhadoras (os 'pobres', ocupados ou não) não têm nem podem ter acesso a uma vida plenamente racional pois seus pensamentos estão presos às preocupações imediatas com a sua mera subsistência (21).

A formação e expressão da opinião é tida, dessa perspectiva, como acessível apenas a aqueles que, no dizer dos fisiocratas franceses, formam o "public éclairé": os detentores de condições de lazer que os capacitam a se reunirem nos clubes e sociedades nos quais ela se forma. Durante o século XVIII, de resto, o centro de desenvolvimento da reflexão política naquilo que nos interessa se desloca para a Europa continental, enquanto que na Inglaterra a preocupação se concentra mais sôbre a área em que êste país está mais avançado, ou seja, a economia. É verdade que o tema reaparecerá com tanta maior fôrça no pensamento inglês do fim do século, agora já redefinido sob o impacto da Revolução Francesa, como veremos.

Vale a pena, portanto, deslocar nossa atenção para a França e ocuparmo-nos de um autor que - nos limites da nossa análise - se revela simultâneamente atípico e de tom surpreendentemente nosso contemporâneo na área que nos interessa. Trata-se de Rousseau, em quem vamos encontrar não só a primazia da justaposição dos têrmos 'opinião' e 'público' (no prefácio ao Discurso sôbre as Letras e as Artes, mas ainda identificando o-

---

(21) Cf. C. B. MacPherson, "The Social Bearing of Locke's Political Theory", in: I. Kramnick (ed.), Essays in the History of Political Thought, Prentice-Hall, New Jersey, 1969, p. 185 e 188.

pinhão com reputação) (22), como a formulação mais extremada do princípio da individualidade essencial da opinião na esfera política (no Contrato Social, no qual, já falando explicitamente de opinião pública, leva êsse postulado às suas conseqüências a parentemente mais paradoxais).

Em primeira aproximação, o pensamento rousseauiano re-presentaria a contrapartida democrática radical às restrições in postas pelos pensadores precedentes à participação na cidadania. No Contrato, todos aparecem como cidadãos, na medida em que são chamados para formarem a volonté générale. Logo se revela, con tudo, que essa participação extensa é vinculada às condições es pecíficas dos pequenos Estados (veja-se o seu interesse pela Córsega) e que, para sociedades mais amplas e complexas, vale a conhecida formulação no sentido de que "quanto mais aumenta o Estado, mais diminui a liberdade". O Estado pequeno e simples é o requisito analítico para o governo democrático. De resto, Rousseau é notoriamente cético quanto à possibilidade de realização estrita dessa forma de governo (23). Isso se dá em virtu-

---

(22) Nas páginas finais do Discurso sôbre a Desigualdade entre os Homens a aproximação entre opinião e reputação se torna explícita, para ser usada num contexto de crítica ao "homem sociável", que, "sempre fora de si só sabe viver baseando-se na opinião dos demais e chega ao sentimento da sua própria existência quase que somente pelo julgamento dêstes". Não pareceria difícil demonstrar como, nessa for mulação, estão contidas algumas idéias centrais, tanto da reposição 'existencialista' da versão marxista do problema da alienação (Sartre, Gorz) na sua vertente de 'esquerda', quanto as fontes da crítica liberal, na linhagem que vai (em sentido descendente) de Tocqueville a D. Riesman.

(23) J.-J. Rousseau, Du Contrat Social, Garnier, Paris, 1954, li vro III, cap. IV.



de da diminuição relativa da importância da vontade de cada qual em face do grande número, e pela necessidade de incluir corpos representativos intermediários entre os cidadãos e o poder público.

A nós interessa mais particularmente o modo como aqui entra, ainda que de maneira indireta, a noção de opinião no esquema rousseauiano. A pista para isso é dada pela célebre distinção entre volonté de tous e volonté générale. A primeira não passa do agregado de vontades particulares. Mas, "a vontade particular tende, por sua natureza, às preferências" e "apenas diz respeito ao interesse privado". Faz-se mister, portanto, uma 'consolidação' do conjunto dessas vontades para se atingir a unidade orgânica que é a vontade geral. A 'vontade particular', uma vez expressa, poderia ser interpretada como se identificando com a opinião. No entanto, esta, quando designada explicitamente por Rousseau nessa obra, é entendida em termos aparentemente diversos daqueles que dariam substância à formação de uma opinião pública através do debate racional e inovador. Trata-se mais de uma cristalização do "bom senso" inscrito "no coração dos cidadãos" (24) e que "conserva um povo no espírito de

---

(24) É verdade que a localização das opiniões no "coração" do homem não justifica por si a interpretação vulgar do "romantismo" e "irracionalismo" de Rousseau. Deveria ser analisada no contexto de uma teoria da formação do cidadão pela educação (ou, mais amplamente, nos termos de uma teoria da socialização); o que obviamente escapa aos limites deste trabalho. Quanto à problemática mais ampla que nos preocupa, talvez valha a pena aventar a idéia de que não é por acaso que a mesma metáfora - a mão oculta - apareça em autores tão diversos como Rousseau e Adam Smith; e que a invisible hand de Smith opere a ordenação da organização econômica acima dos homens, enquanto que a main cachée rousseauiana diga respeito à presença interna do educador - e do legislador - na formação da personalidade individual do cidadão.

sua instituição, e substitui insensivelmente a força da autoridade por aquela de hábito. Falo dos moeurs, dos costumes, e sobretudo da opinião; parte ignorada por nossos políticos mas da qual depende o sucesso de tôdas as outras; parte da qual o grande legislador se ocupa em segredo enquanto parece limitar-se a regulamentações particulares, que não passam do arco da abóbada, da qual os moeurs, mais lentos para nascer, formam enfim o inabalável fêcho" (25).

Aqui se enfatiza o primado da opinião, e se formula, pela negativa, a reivindicação no sentido de que ela transcenda a província privada do "grande legislador", ao se tornar pública; mas essa opinião ainda é encarada como de base 'consuetudinária'. Corresponderia à expressão possível de um conjunto de interesses privados socialmente arraigados.

Para que estes assumam consistência social, contudo, as opiniões devem precisamente abandonar a esfera privada. É aqui que se instala a correspondência entre a legitimidade da opinião - enquanto expressão possível de interesses - e sua redefinição, por eliminação das diferenças, no plano coletivo. É nesse contexto que ganha significação a insistência de Rousseau na individualidade das vontades em face do soberano e sua condenação da presença de grupos intermediários entre ambas essas instâncias. "Importa, portanto, para bem ter o enunciado da vontade geral que não haja sociedade parcial no Estado, e que cada cidadão não opine senão por si próprio..." (26). A vontade geral se forma pela neutralização recíproca das vontades particulares - exprimíveis enquanto opiniões - e estas ganham legitimidade, e instauram a liberdade no plano político, justamente ao abdicarem da sua individualidade no plano social.

---

(25) J.-J. Rousseau, op. cit., livro II, cap. XII.

(26) J.-J. Rousseau, op. cit., livro II, cap. III.

São passagens como essa que inspiram intérpretes mais conservadores de Rousseau a verem nêle um precursor teórico da chamada "democracia totalitária" (27).

Do nosso ponto de vista, contudo, interessa apontar um aspecto digno de nota dessa linha de pensamento. É que, mesmo à custa de converter em psicológico-empírico o que em Rousseau é construção lógica, a sua concepção de opinião prenuncia traços básicos do tratamento da questão da 'opinião pública' pelas ciências sociais contemporâneas. Isso, na medida em que estas operam com a manifestação de moeurs cristalizados enquanto opiniões e apanhadas no nível de suas verbalizações; ou seja, como atitudes individuais isoladas. (A analogia poderia ser levada mais longe se fôssemos explorar a notória preocupação de Rousseau com contrôle de opinião. Veja-se, por exemplo, seu artigo sôbre "Economia Política", especialmente a primeira parte). É claro que essa transformação da construção hipotética rousseauniana em 'conceitos operacionais' para tratar de entidades empíricas supostamente identificáveis com a 'opinião pública' não é explícita em autor contemporâneo algum. Mais evidente ainda é que tal procedimento, ainda que implícito, é indefensável por todos os títulos. É precisamente isso, no entanto, que pretendemos apontar em tom crítico acêrca do tratamento contemporâneo do problema. Por ora, basta acentuar que a 'pesquisa de opinião' nas ciências sociais modernas tende a operar com algo semelhante a um esquema rousseauniano pervertido: é como se, ao abandonar-se a figura teórica do contrato original, o resto fôsse susceptível de ganhar estatuto empírico. Neste ponto antecipamos críticas ao moderno tratamento do problema a serem retomadas mais adiante.

---

(27) J. L. Talmon, Los Origenes de la Democracia Totalitaria, Aguilar, Madrid, 1956, esp. p. 41-54.

Há precedente histórico, contudo, para demonstrar que o abandono da idéia do contrato original pode conduzir a uma concepção de organização política diretamente fundada numa noção de opinião entendida simultaneamente em termos psicológicos consuetudinários e utilitaristas. Atesta-o o pensamento de David Hume. Dez anos antes da publicação do Contrato Social, Hume, num ensaio sobre os First Principles of Government (1742) (28) se propunha uma questão que representava a exata recíproca daquilo que, para Rousseau, seria uma afirmação de princípio. Para êste, a democracia, no sentido estrito do termo, não seria possível, pois "é contrário à ordem natural que a maioria governe e a minoria seja governada" (29). Para Hume, que não se preocupava com nenhuma "ordem natural" originária, mas com hábitos e disposições humanas, a questão se põe em outros termos: como é possível que a maioria, detentora da força, se submeta à minoria? "Quando investigamos por que meios essa maravilha se efetua - diz êle - encontraremos que, como a força sempre está do lado dos governados, os governantes nada têm em seu apoio senão a opinião. É, portanto, apenas na opinião que se funda o govêrno, do mais tirânico ao mais popular. A força pode ser aplicada aos governados enquanto seres brutos, mas, como homens, êles têm que ser conduzidos pela opinião".

Aqui, neste precursor do utilitarismo em teoria política e do positivismo moderno em filosofia, temos um prenúncio mais claro da dissolução psicologista da noção de opinião (ain-

---

(28) Reproduzido em: Cahiers pour l'Analyse, nº 6, "La Politique des Philosophes", com comentário de Bernard Pautrat. Para um outro comentário ver J. Plamenatz, Man and Society, Longmans, London, 1963, vol. I, p. 314 e seg.

(29) J.-J. Rousseau, op. cit., livro III, cap. IV.

da que não se trate de uma psicologia como ciência empírica, mas como conjunto de disposições subjetivas inerentes à 'natureza humana' em geral). Isso está, significativamente, associado à idéia implícita de manipulação dessas opiniões, na medida em que o tema subjacente ao ensaio é o da obediência civil; do ajustamento de todos a uma ordem social convencionalmente aceita por cada qual. Neste contexto, porém, a ficção política da opinião pública enquanto reivindicação grupal não encontra lugar.

Na França do ancien régime temos um contraste de interpretações, por parte dos defensores da noção de opinião pública, que merece atenção. Em Rousseau, a esfera do público (entendida como atributo da sociedade civil pós-contratual) importa mais do que a opinião; nos fisiocratas, e nos philosophes em geral, mais integrados nos princípios do despotismo esclarecido, a ênfase recai mais sobre a opinião - no sentido restritivo já apontado, de atributo do conjunto de cidadãos 'esclarecidos' - à qual estaria reservada a missão de bem orientar o soberano. Num caso, a universalidade das opiniões individuais se anula - ou, pelo menos, se converte em plebiscitária - no próprio processo de constituição da sociedade civil; no outro, a formulação e manifestação de opinião é privilégio de alguns. Com tôdas as transformações que viria a sofrer, é a segunda concepção que se imporia naquele momento, em virtude da sua maior congruência com os requisitos da sociedade burguesa emergente.

É possível, de resto, apontar como, no interior da reflexão 'iluminista' como um todo, a relação meio social - opinião pública é explicitamente formulada, e ocupa posição importante; e como, sobretudo, ela se manifesta como um problema insolúvel nos marcos desse quadro de pensamento. Referindo-se em especial a D'Holbach, mas entendendo suas considerações aos philosophes em geral, Plekhanov insiste particularmente no modo i-

nerentemente contraditório pelo qual essa relação é formulada .  
"Os philosophes não conseguiram sair dêsse círculo vicioso: por um lado, o homem é o produto do meio social no qual vive (...). Por outro lado, a fonte de tóda desordem social reside no 'desconhecimento dos princípios mais claros da política'. O meio social é forjado pela 'opinião pública', ou seja, pelo homem. Essa contradição fundamental reaparece incessantemente e sob as formas mais diversas, nos escritos de D'Holbach, como de resto também nos trabalhos dos outros philosophes". E, para explicitar melhor os termos da contradição: a) "O homem é um produto do meio social. Segue-se, lógicamente, que não é a opinião pública que rege o mundo (...); b) O meio social é forjado pela opinião pública, ou seja, pelo homem. Daí resulta, em boa lógica, que a opinião pública rege o mundo e que o gênero humano somente se tornou infeliz por ter-se enganado..." (30).

Há bons motivos (aos quais pretendemos voltar) para presumir que êsse dilema ainda não foi adequadamente superado pelo pensamento subjacente à 'pesquisa de opinião' contemporânea.

A plena expressão da idéia de opinião pública, seja enquanto formulação, seja como bandeira de luta aberta na tarefa de levar avante reivindicações políticas, apenas vem à tona nas vésperas da Revolução Francesa, através de Necker. Para êste, a opinion publique era o tribunal diante do qual "todos os homens notáveis têm o dever de comparecer", e é apontada como o "poder invisível (...)" que formula leis seguidas até mesmo na Côrte real" (31)

---

(30) G. Plekhanov, Essais sur l'Histoire du Matérialisme, Editions Sociales, Paris, 1957, p. 55-56. Ver também G. Lukacs, Histoire et Conscience de Classe, Les Editions de Minuit, Paris, 1960, p. 170-171 e 199.

(31) Cf. J. Habermas, op. cit., p. 81.

Esse tribunal, que convoca os notáveis do reino, é formado pelo público, que aqui é nitidamente entendido como uma contra-elite em ascensão. É novamente o conjunto de cidadãos esclarecidos, que se propõe tornar visível, num círculo restrito, o seu "poder invisível".

Quanto ao restante da população, aquilo que, do outro lado do Canal, Burke chamava de "multidão porcina", não tem por que ser incluída. Não há lugar, aqui, para a canaille desprezada por Voltaire. "Tudo está perdido quando o povo se imiscui na discussão", sustentava êste (32).

De qualquer forma, o "público" do qual falava Necker não significava algo "aberto para todos"; antes, contrapunha-se a oculto (isto é, para além da assessoria direta ao soberano) e secreto (para fora, portanto, dos clubes e sociedades secretas - como a maçonaria - que antes davam guarida aos representantes dos grupos que viriam a reivindicar o direito político da opinião pública (33)).

### Público, opinião e massa

Até êste ponto, viemos tratando das noções de opinião e de público no contexto do pensamento político europeu pré-revolucionário, na medida em que constituíam o fundamento ideológico para reivindicações de grupos sociais em ascensão. Fundamental, aqui, é precisamente o caráter de 'representação ideológica' dessas categorias; e é nesse sentido que as chamamos de "ficções políticas". A questão não se punha, na linha do pensa

---

(32) Cf. H. Lasky, op. cit., p. 184.

(33) A respeito, ver R. Koselleck, op. cit., esp. p. 108 e seg.

mento estudado, em termos de atribuir a essas entidades uma existência empírica prévia no interior da sociedade, para depois procurar localizá-las e talvez mensurá-las, através de quaisquer modalidades de pesquisa mas, pelo contrário, de reivindicar tais categorias como atributos de grupos sociais já dados e bem definidos.

A situação se modifica no século XIX quando, sob os efeitos das mudanças econômicas, políticas e sociais relacionadas com a "dupla revolução" anteriormente desencadeada - a 'revolução industrial' e a Revolução Francesa, com seus respectivos desdobramentos - os centros de poder, nas sociedades mais avançadas, se deslocam da aristocracia para a área burguesa. Com isso, opera-se toda uma mudança na concepção do problema, que praticamente inverte o seu sentido. De reivindicação no sentido de se ampliar, ainda que de modo limitado, o acesso aos atributos e aos direitos de público portador de opinião politicamente significativa, passa-se à preocupação, cada vez mais explícita, com o risco que essa expansão, se não contida em tempo, representaria para a nova ordem social. Da ênfase no caráter constrativo dessas entidades para a sociedade civil, passa-se à preocupação com a "tirania da opinião pública", que tanto atormentaria De Tocqueville.

Nesse processo, aqueles grupos que, na sua fase de ascensão, se identificavam com o público na esfera política passam a conceber a sua situação como representativa de toda a 'so ciedade civil' burguesa; e não sem motivos, visto que esta atingia a sua plenitude no momento em que o antigo 'público' contestador do ancien régime se convertia em classe dominante, definindo-se de vez como o conjunto orgânico dos detentores de proriedade. Ao mesmo tempo, e pela mesma lógica imanante à estrutura social em formação, tudo aquilo que pudesse significar a



extensão da esfera pública para além dos grupos detentores de posses - ou seja, para além da 'sociedade civil' burguesa - vai sendo definido, com crescente clareza e vigor, como massa.

Em termos da sua evolução, portanto, as noções políticas clássicas de público e opinião pública tendem a perder peso no século XIX, na medida mesma em que os grupos sociais que, quando em ascensão, as sustentavam como ficções políticas positivas, como instrumentos de contestação dos centros de poder vigente, tendem a substituí-las, ao atingirem o poder, pela ficção política negativa de "massa", que serviria de defesa do poder já conquistado. No primeiro caso, teríamos a representação ideológica condizente com a exigência da expansão do poder social; no segundo, da restrição do acesso a êle no interior da sociedade.

Significa isso, em suma, que, no século XIX, as linhas de desenvolvimento da reflexão acêrca de público e opinião pública se cruzam e interpenetram com aquelas referentes a massa e classe. E, já no final do século, as nascentes 'ciências sociais' são chamadas a substituir a filosofia política na tarefa de fornecer o enquadramento analítico para êsses problemas. "A partir da parte final do século XIX, efetivamente, os teóricos políticos recorreram fortemente às contribuições da sociologia e da psicologia social" e (...) "estudaram os fatores não-racionais, emocionais que atuam na formação e expressão da opinião pública" (34).

---

(34) P. A. Palmer, "The Concept of Public Opinion in Political Theory", in: B. Berelson and M. Janowitz (ed.), Public Opinion and Communication, The Free Press of Glencoe, 1953, primeira edição ampliada, p. 11.

Essa redefinição, tão significativa, tende, por vêzes, a passar despercebida, fazendo com que a atenção se concentre na noção, já reformulada, de opinião pública, tal como aparece no pensamento social novecentista, na presunção implícita de que somente nessa época que ela vem a ter plena vigência. Isso ocorre quando se opera com um tipo de análise mais propriamente preocupado em rastrear cronologicamente os 'pontos de concentração' do conceito estudado do que com uma análise temática, de fundo mais sociológico. O resultado é que se confunde a frequência de aparecimento de uma noção com a sua importância efetiva no processo a que ela se vincula. Nesse sentido, são muito discutíveis afirmações como a de que "assim, no final do primeiro quartel do século XIX o conceito de opinião pública entrava na corrente principal da teoria política" (35).

Ocorre que, no contexto de uma afirmação desse tipo, a "corrente principal da teoria política" tende a ser identificada precisamente com a expressão mais crua da visão de mundo da nova classe dominante: no caso em tela, o exemplo é dado pelo representante maior da corrente dita 'utilitarista', que é Jeremy Bentham. É significativo assinalar como, em Bentham, se reconhece a ênfase na opinião pública como forma de contrôle social à disposição dos detentores do poder (ainda quando isso aparece num discurso ambíguo, que retém algo da concepção de opinião pública como instância de controle sobre os atos do governo). Nas suas primeiras obras, em que trata sistematicamente do tema, Bentham desenvolve sua concepção de opinião pública como instrumento de controle social - ou, em seus termos, como 'sanção'. O legislador, sustenta êle, não pode ignorá-la. Cabe-lhe

---

(35) P. A. Palmer, op. cit., loc. cit., p. 9.

"aumentar a força dêsse motivo e regular sua intensidade", sendo que "a sua maior dificuldade residirá em conciliar a opinião pública, em corrigi-la quando fôr errônea, e em imprimir-lhe a direção mais favorável à obediência aos seus mandatos" (36). Em escritos posteriores, a importância da opinião pública - cujo órgão por excelência seria a imprensa - para coibir o arbítrio do poder é salientada por êle (37).

Os representantes por excelência da visão ambígua da opinião pública no pensamento liberal novecentista seriam, já em meados do século, Tocqueville e John Stuart Mill. Mas a expressão teórica mais acabada do problema, na qual vem à tona tô das as suas características fundamentais, tem origem naquele país europeu em que o Liberalismo burguês não era componente da prática cotidiana de muitos, mas o objeto da especulação teórica de alguns poucos: a Prússia de Hegel. Diante de Hegel, autores como Bentham, Tocqueville ou Mill são apenas comentaristas de uma experiência diretamente vivida e de um poder compartilhado, ainda quando só no plano das idéias, enquanto representação da estrutura política dada. (Especialmente em De Tocqueville e Stuart Mill, a experiência parlamentar é direta, como se sabe). Reciprocamente, a reflexão hegeliana, na medida em que tem por pano de fundo histórico uma situação concretamente problemática, vai inexoravelmente até o fundo da questão: um passo a mais (tal como é dado na sua crítica marxista) e rompe-se o esquema conceitual, para se entrar num universo de discurso diferente. A

---

(36) P. A. Palmer, op. cit., loc. cit., p. 8.

(37) Sobre as concepções de Bentham e autores afins nessa área, veja-se E. Halévy, The Growth of Philosophic Radicalism, The Beacon Press, Boston, 1966, cap. III, esp. p. 256.

Revolução Francesa e seus efeitos, que, nos países politicamente mais avançados da Europa eram História, apresentavam-se para Hegel como problema do presente; não sendo dada a solução prática para eles, é com tanto maior vigor que êle os esmiuça teoricamente. (Recorde-se a frase de Marx na Introdução à sua Crítica à Filosofia do Direito de Hegel: "Nós [os alemães] somos contemporâneos filosóficos do presente, sem sermos seus contemporâneos históricos").

Importa, portanto, deter-se um momento no pensamento hegeliano acêrca do nosso tema, tal como se manifesta sobretudo nos seus Fundamentos da Filosofia do Direito (38).

O pensamento político de Hegel retoma os temas básicos da reflexão clássica sobre o tema, mas os redefine em explícita consonância com o esquema de análise dialética exposto, em

- 
- (38) A interpenetração dos textos hegelianos oferece óbvias dificuldades para o não iniciado. Vimo-nos, assim, obrigados a recorrer a comentaristas credenciados e mesmo de orientações diversas, para contrôle. As principais obras consultadas, além das passagens pertinentes em Habermas (op. cit.), foram: (a) para a interpretação geral da filosofia política de Hegel e sua crítica: H. Marcuse, Reason and Revolution, Beacon Press, Boston, 1960, cap. VI, esp. p. 178 e seg.; E. Bloch, Subjekt-Objekt: Erläuterungen zu Hegel, Suhrkamp, Frankfurt am Main, 1962, cap. 14, esp. p. 253 e seg.; K. Löwith, Von Hegel zu Nietzsche, Kohlhammer, Stuttgart, 1964, 5ª ed., esp. parte II, cap. 1; J. Hyppolite, "La conception hégélienne de l'Etat et sa critique par Karl Marx", in: Etudes sur Marx et Hegel, Marcel Rivière, Paris, 1965; M. Riedel, Studien zu Hegels Rechtsphilosophie, Suhrkamp, Frankfurt am Main, 1969, caps. 4 e 5, esp. p. 156 e seg.; (b) para comentários específicos sobre o tema da opinião pública: E. Fleischmann, La Philosophie Politique de Hegel, Plon, Paris, 1964, p. 321-337; N. Hartmann, La Filosofia del Idealismo Alemán, Ed. Sudamericana, Buenos Aires, 1960, tomo II, p.455-457.

particular, na sua Lógica. Mantêm-se, portanto, as dualidades básicas do tipo sociedade civil/Estado e indivíduo/cidadão, mas seus componentes já não se defrontam no mesmo plano. A preocupação de Hegel, nesse passo, consiste em discriminar os componentes dessas polaridades em termos dos seus diferentes estatutos na ordem do ser. Distingue-se, assim, entre o que é essencial (no limite da ordem do "Espírito Absoluto", mas o Estado ainda pertence ao reino intermediário do "Espírito Objetivo") e o que é mera expressão fenomênica da essência.

É nesse caminho que se atribui ao Estado um estatuto ontológico superior ao da sociedade civil e, em correspondência com isso, privilegia-se o cidadão relativamente ao indivíduo. Já nesse ponto Hegel se afasta tanto dos aspectos mais radicalmente democráticos do pensamento de Rousseau (para quem todos os indivíduos se convertem em cidadãos, ao se submeterem à vontade geral) quanto das concepções liberais novecentistas, em que a noção de cidadão se dissolve na de indivíduo particular na esfera do mercado. Em Hegel, portanto, o Estado é a categoria constitutiva, e a sociedade civil é a categoria constituída.

Longe, contudo, de introduzir com isso uma separação radical entre essas duas ordens, Hegel faz incidir sua análise nas inter-relações entre elas. A sociedade civil exprime o "bistema de necessidades", que remete ao plano econômico. Na medida em que o Estado é entendido como o princípio organizador da sociedade civil, a dimensão econômica e social expressa nesse sistema se converte em elemento significativo da sua análise. Talvez pudéssemos dizer que o Estado se manifesta mais própria-mente naquilo que, por analogia com "sistema de necessidades", chamaríamos de "sistema de interesses", com a condição de que se respeite a hierarquia entre as duas ordens envolvidas: no nível da sociedade civil temos, precisamente, as necessidades de

caráter econômico, ao passo que os interesses pertinentes no nível do Estado dizem respeito à liberdade e legitimidade dos direitos privados. A expressão empírica desses interesses, nos quadros do Estado, é dada no plano coletivo e não individual: importam os 'povos' (Völker), as 'ordens' (Stände), no limite as classes, que constituem a categoria básica pronunciada na análise.

São êsses coletivos que definem as mediações entre os sistemas de necessidades e de interesses e a instância superior, que é o Estado. Os indivíduos participam do Estado enquanto ente genérico não como tais, mas na qualidade de grupamentos: não de forma inorgânica mas de modo organizado. O Estado é precisamente a instância organizadora, que determina a forma da sociedade civil. A êle compete preservar-se dos perigos que representaria o mero agregado de indivíduos atomizados - a massa.

A categoria básica que caracteriza e limita a participação na sociedade civil é a de propriedade. É um problema fundamental que preocupa Hegel é justamente o dos segmentos não-proprietários que, pela sua própria forma de organização, essa mesma sociedade engendra; aquêles que, na crítica a que Marx submete a sua obra, seriam identificados como algo mais do que uma massa ou mesmo uma classe virtual à parte, mas como aquela classe que define as características essenciais dessa modalidade histórica de sociedade, o "proletariado". É por essa via que ganha substância a inversão decisiva operada por Marx na hierarquia Estado-sociedade civil hegeliana.

Na sua Filosofia do Direito, Hegel apresenta a opinião pública como a expressão da "universalidade empírica dos pontos de vista e idéias dos muitos" (§301) [entendida essa última ex-

pressão em explícita contraposição à de 'todos' (39). Trata-se daquele agregado (Zusamenn) no qual se manifesta "a liberdade formal, subjetiva dos indivíduos como tais para terem e expressarem seus juízos, pareceres e sugestões acêrca das questões de interêsse geral" (§316).

Para reter o verdadeiro sentido dessas passagens e perceber melhor suas implicações, convém recordar que, no contexto dado, atribuir caráter empírico à opinião pública significa entendê-la como imediatamente dada, como expressão 'fenomênica', em contraposição à manifestação racional da essência do real; ou seja, que o 'empírico' no pensamento hegeliano representa praticamente o oposto do 'empírico' nas tradições de pensamento inglesa e francesa que viriam a dar nas diversas variantes do positivismo subjacente às ciências sociais contemporâneas.

Hegel é claro a respeito: na opinião pública a verdade se mistura ao êrro, na medida em que nela não é apreendida a dequadamente a totalidade orgânica que é o Estado. Trata-se da "voz do bom senso", em que se mesclam os princípios justos e os preconceitos próprios a cada período histórico. A opinião pública reflete mais pròpriamente uma resposta, eminentemente instável, dos cidadãos à ação do Estado do que algo apto a servir de princípio orientador às decisões dêste. Nessas condições, não há como concebê-la como um apoio indispensável para o adequado exercício do poder; até pelo contrário, é ao soberano que cabe orientá-la, sem contudo coibi-la (§316 e 317).

---

(39) No seu comentário, Fleischmann (op. cit., p. 321) traduz a expressão "os muitos" (die Vielen) por les masses, o que pode dar margem a confusões, além de obscurecer o que nos parece ser uma alusão polêmica a Rousseau, e também a Kant.

Isso fica explícito na ênfase de Hegel no caráter ambíguo da opinião pública. Para êle, ela "merece, portanto, ser simultaneamente objeto de consideração e de desprezo. Dêste, no que diz respeito à sua consciência e expressão concreta, e daquela, em relação ao seu fundamento essencial, que apenas aparece, de modo mais ou menos turvo, em tal concreção. Como ela não dispõe em si mesma de critério diferenciador, nem da capacidade para incorporar o lado substancial enquanto saber determinado, conclui-se que a independência em relação a ela constitui a primeira condição formal para algo grande e racional (na realidade como na ciência)" (§318). E não há maior risco nessa atitude de independência por parte do soberano: a opinião pública não tarda em absorver no seu repertório de preconceitos as iniciativas estatais inicialmente contrárias às suas tendências mas coroadas de êxito.

Para os nossos propósitos, o essencial a ser apontado na análise hegeliana é que ela encara a opinião pública como uma forma, subordinada a uma instância superior e organizada por ela, de expressão de interesses privados inerentemente instáveis e suscetíveis de controle e manipulação. Em suma, estão aí lançados alguns temas fundamentais para a superação dos limites do pensamento político burguês clássico, a ser consumada por Marx: a noção de público como suporte de 'opiniões' convertendo-se teoricamente na de classe, e a de opinião aparecendo como uma forma de falsa consciência, como ideologia. Nossa tarefa é sugerir que isso ocorre - parafraseando Hegel - tanto na realidade como na ciência.

Não podemos passar por alto, contudo, a formulação, menos profunda teoricamente mas nem por isso menos significativa, da atitude ambivalente em relação à opinião pública que caracteriza o pensamento liberal de meados do século passado: naquele



momento em que a filosofia política já estava prestes a converter suas preocupações básicas em objeto da Sociologia e das outras ciências sociais nascentes. Os autores mais importantes nessa linha já foram mencionados: Alexis De Tocqueville e John Stuart Mill.

O essencial, nesses autores, é a redefinição valorativa do tema da opinião pública: de instância emancipadora apta a garantir as liberdades civis contra a absorção pelos interesses do Estado, ela se converte em ameaça a essas mesmas liberdades, entendidas como direitos dos indivíduos. Todos os temas que seriam posteriormente incorporados na noção de 'sociedade de massas' já estão aí presentes: atomização da sociedade em indivíduos isolados, nivelamento social e cultural, "tirania das majorias" (identificadas estas, seja com as "massas", seja com a própria "opinião pública", o que já denota a progressiva identificação entre ambas essas categorias).

Para abreviar a exposição, vamos concentrar-nos no pensamento de Stuart Mill nessa área, no qual se retomam vários dos temas centrais da obra de Tocqueville. Ao fazermos isso, obtemos uma dupla vantagem: é que Stuart Mill, sendo um liberal mais 'avançado' do que o aristocrata Tocqueville, propicia uma visão mais matizada do problema, e ao mesmo tempo, é menos suscetível de uma leitura seletiva, encaminhada para demonstrar uma tese pré-determinada; o que, ademais, faz ressaltar melhor as possíveis ambivalências do seu pensamento. (Além do mais, isso nos livra, neste ponto, de fazer uma exposição a mais sobre Tocqueville, tarefa que convém deixar para o seu grande admirador contemporâneo, Raymond Aron) (40).

---

(40) Ver, entre outros, R. Aron, Les Etapes de la Pensée Sociologique, Gallimard, Paris, 1967, p. 221-272. Além de Aron, veja-se também R.A. Nisbet, The Sociological Tradition, op. cit., passim.

Nada é mais adequado para demonstrar as semelhanças e diferenças entre êsses dois autores do que o comentário de Mill acêrca de La Démocratie en Amérique, de Tocqueville (41). Mill aponta a preocupação básica do autor francês: com o avanço no sentido da igualdade de condições no interior da sociedade pós-aristocrática, o perigo reside, não na expansão incontrollável da liberdade, mas numa submissão servil generalizada, e não em mudanças políticas, sociais e culturais demasiado rápidas, mas numa sociedade estacionária de tipo chinês (exemplo predileto de ambos os autores).

Existe também acôrdo explícito entre ambos acêrca da "crescente insignificância do indivíduo em comparação com a massa". Há, contudo, no comentário de Mill, uma crítica a Tocqueville em que uma das limitações mais graves dêste é apontada. Trata-se das passagens em que se assinala a tendência do autor francês no sentido de identificar a democracia com a igualdade de condições, e de ver nessa última a base única para o nivelamento e a massificação social e cultural. Com isso - salienta Mill - êle se esquece de que essas tendências dizem respeito à "moderna sociedade comercial" e que o problema não é o de predomínio de uma "classe democrática" massificada, mas das "classes comerciais". Estas, nos Estados Unidos, compõem a maioria e, na Inglaterra, constituem as "classes médias". "Pouco há, atualmente, que dependa dos indivíduos, mas tudo depende de classes; e, dentre estas, principalmente das classes médias" (42). Nessas condições, "o mal não reside na predominância de uma classe democrática, mas de qualquer classe" (43).

---

(41) J. Stuart Mill, "M. de Tocqueville on Democracy in America", in: M. Cohen (ed.), The Philosophy of John Stuart Mill, Modern Library, New York, 1961, p. 119-184.

(42) J. Stuart Mill, op. cit., loc. cit., p. 176.

(43) J. Stuart Mill, op. cit., loc. cit., p. 178.

Com isso, Tocqueville fica para trás, e o embasamento social concreto daquilo que êle apenas enxergava como "tirania da maioria" e massificação é, senão analisado, pelo menos sugerido. No tratamento do mesmo problema, o liberal radical vitoriano tem condições para se avantajá-lo em confronto com o crítico aristocrático francês das consequências da revolução burguesa. Essa superioridade, contudo, além de pouco consistente - a atribuição do locus da opinião pública moderna às chamadas "classes médias" somente escapa ao lugar-comum por ter, neste texto de Stuart Mill, um certo conteúdo, que desapareceria em autores posteriores (44) - acaba se revelando como apenas uma face da atitude ambivalente de Mill em relação ao tema. No seu ensaio sobre a liberdade (45), êle se reaproxima de Tocqueville no aspecto que nos interessa, e expõe a outra face da sua posição.

Nessa sua obra básica, a opinião pública é encarada com as maiores reservas, como um fator de nivelamento, massificação e estagnação social; sobretudo, como uma ameaça à autonomia individual. A sugestão anterior, no sentido de privilegiar as classes sociais na análise, é abandonada, e o ensaio se organiza em torno da polaridade indivíduo/opinião pública. Nem mesmo se retém a idéia clássica de um público esclarecido como portador legítimo da opinião: essa já é atribuída a uma maioria difusa, que não mais lhe pode conferir legitimidade. Resta o apelo, que Mill faz, à "parcela inteligente do público" (46). A dissolução da noção clássica de público visivelmente se apresenta em vias de dissolver-se naquela de massa: o público já não

---

(44) Por exemplo, H. Speier, "The Historical Development of Public Opinion", American Journal of Sociology, vol. LV, nº 4, 1950.

(45) J. Stuart Mill, "On Liberty", loc. cit., p. 185-319.

(46) J. Stuart Mill, "On Liberty", loc. cit., p. 270.

mais se identifica com o conjunto dos cidadãos ilustrados, mas apenas se concede que, no seu interior, ainda os haja, em situação minoritária.

Neste ponto, convém dar a palavra ao próprio Mill:

"Na história antiga, na Idade Média, e em escala decrescente através da longa transição do feudalismo ao tempo presente, o indivíduo era por si próprio um poder (...). Atualmente, os indivíduos estão perdidos na multidão. Em política é quase trivial dizer-se que a opinião pública agora rege o mundo. O único poder digno do nome é o das massas, e dos governos, na medida em que se convertem em porta-vozes das tendências e instintos de massas (...). Aquêles cuja opinião se apresenta como a opinião pública não constituem sempre o mesmo tipo de público: nos Estados Unidos, são a totalidade da população branca; na Inglaterra, principalmente a classe média. Não obstante, sempre são em massa, vale dizer, mediocridade coletiva. E, o que é uma novidade ainda maior, suas opiniões não são tomadas de dignatários na Igreja e Estado, de líderes ostensivos, ou de livros. Seu pensamento lhes é dado por pessoas muito semelhantes a elas (...). Nenhum governo por uma democracia ou aristocracia numerosa (...) teve condições jamais para ir além da mediocridade (...). O início de tôdas as coisas sábias e nobres provém, e têm de provir, de indivíduos (...)" (47). E, mais adiante: "O moderno regime de opinião pública é, de forma não organizada, aquilo que os sistemas educacional e político chineses são organizadamente; e, a menos que a individualidade saiba se sobrepor a isso, a Europa (...) tenderá a tornar-se uma outra China (...). [Na Inglaterra] as circunstâncias que cercam classes e indivíduos diferentes e formam o seu caráter diariamente se tornam

---

(47) J. Stuart Mill, "On Liberty", loc. cit., p. 261.

mais assimiladas (...). Em t ermos comparativos [com os pe-  
r iodos anteriores] agora [todos] lêem, ouvem, v em as mesmas coi-  
sas, v o aos mesmos lugares, têm suas esperanças e temores orien-  
tados para os mesmos objetos, e os mesmos meios para enunciá-los.  
Por maiores que sejam as diferenças de posi o remanescentes, e  
las nada são comparadas com as que desapareceram. E a assimila-  
o ainda continua. Tôdas as mudanças políticas da época a pro-  
movem, visto que tendem, sem exceo, a elevar os de baixo e re-  
baixar os de cima (...).   medida que as eminências sociais  
que permitiam às pessoas nelas escudadas não levar em conta a  
opinião da multidão gradualmente foram niveladas; que a própria  
idéia de resistir à vontade do público, quando se sabe ao certo  
que êle a tem, desaparece mais e mais das mentes dos políticos  
práticos; deixa de haver qualquer apoio para o não-conformismo  
(...) (48).

A citao   longa, mas nela se encontram todos os te-  
mas fundamentais daquilo que viria a ser a teoria da sociedade  
e da cultura de massas. As mesmas idéias seriam repetidas in -  
meras v zes, mais tarde. Para nós interessa apontar como aqui  
fica consumada a dissoluo do conceito de público no de massa,  
e como a noo alternativa, de classe, mesmo quando invocada, a  
caba se convertendo em elemento marginal no discurso.

O tom geral é o da descrio resignada, mais do que de  
análise em profundidade. "Não estou me lamentando por tudo is-  
so, diz Mill. Não afirmo que algo melhor seja compatível, em  
regra geral, com o baixo estado presente do espírito humano" (49).  
Um certo estado de coisas está diagnosticado como um dado da rea-  
lidade. Para que os elementos básicos e as categorias organiza-  
doras dêsse diagnóstico se convertam mais tarde em temas de an -  
lise das ciências sociais s mente falta um passo. Consiste  s-

---

(48) J. Stuart Mill, "On Liberty", loc. cit., p. 268-270.

(49) J. Stuart Mill, "On Liberty", loc. cit., p. 261.

te na depuração do discurso, para que de 'valorativo' êle passe a 'neutro', entendido como caracterização objetiva de fenômenos empiricamente verificáveis.

Até aqui, a análise se restringiu às noções de público e opinião pública na esfera política, reservando-se para outra etapa o exame do problema na esfera cultural. Procurou-se mostrar como, num primeiro momento, essas noções eram produto da auto-definição de grupos historicamente diferenciados, que tinham em comum o seu caráter parcial e excludente no interior de sociedade em transição. Já nesse ponto se tornava possível observar, portanto, a existência de uma afinidade profunda entre a noção clássica de público e a de elite e que, desta forma, ambas tendem a opor-se conjuntamente àquela de massa. Nessa mesma linha de raciocínio, procurou-se mostrar como a noção original de público poderia ser entendida como congruente com a de uma contra-elite - de uma minoria seleta contestadora da elite aristocrática do ancien régime, em nome da sua reivindicação de portadora legítima da opinião pública. No entanto, em consonância com as transformações sociais provocadas pela plena emergência da sociedade capitalista de mercado, opera-se uma mudança importante. Consiste essa na crescente interpenetração das noções, anteriormente opostas, de público e massa, com a redefinição correspondente da noção de opinião. Neste ponto, a análise desenvolvida nesta seção se articula com a da primeira parte do capítulo. Nesse processo, volta a ganhar vigência a noção de elite, já agora entendida como parcela minoritária da categoria híbrida 'público de massa'.

Apontou-se, também, que essas mudanças coincidem com a conversão daqueles grupos cujos representantes anteriormente se auto-definiam como público em classe hegemônica no interior da sociedade burguesa. Nesse processo, a categoria de classe, oculta pela aceção da sociedade dominante, emerge nas novas áreas

de contestação no interior da estrutura social. Paralelamente, definia-se uma linha de pensamento que apontava, nas noções dominantes, à sua dimensão ideológica, de 'falsa consciência' da realidade social total (tema fundamental, a ser retomado mais adiante).

Finalmente, sugeriu-se que as noções de público, massa e opinião pública encontradas nas análises sociológicas e nas ciências sociais contemporâneas de modo geral constituem um legado direto daquelas produções ideológicas antes analisadas. O exame desse último problema constitui parte do capítulo seguinte do presente trabalho. Por ora, basta assinalar um aspecto geral, que já ficou sugerido na exposição precedente. De modo esquemático, pode-se descrevê-lo como consistindo numa passagem do campo da filosofia política para o das ciências sociais empíricas, no que concerne aos universos de discurso envolvidos; e, da ordem das categorias denotadoras de atributos coletivos para aquela dos fenômenos de base psicológica individual, no referente à orientação da análise. Paralelamente a essas redefinições, e em consonância com elas, passa-se da ênfase no caráter racional das opiniões para aquela nas modalidades não-rationais (ou plenamente irracionais) dos impulsos e mecanismos subjacentes a elas. De modo geral, passa-se do postulado de uma opinião racional para a busca de indicadores empíricos dos determinantes de atitudes. Isso exprime, e ao mesmo tempo reforça, a já apontada interpenetração das noções de público e de massa, visto que a opinião pública acaba sendo pensada como um agregado de atitudes acerca de uma questão dada, num contexto social determinado.

Tendências como as acima apontadas manifestam-se até mesmo na obra de um sociólogo moderno de pensamento tão matizado e com espírito crítico tão agudo quanto C. Wright Mills. No seu clássico capítulo sobre a "sociedade de massas", em A Elite do Poder, Mills propicia um exemplo particularmente significati

vo de como é difícil escapar às armadilhas do uso de conceitos historicamente saturados de conteúdo ideológico na análise científica. Ao mesmo tempo, suas formulações ilustram bastante claramente as afinidades profundas, que já assinalamos, entre as noções de público e elite e a maneira como ela suscita conjuntamente a contraposição àquela de massa.

A análise de Mills é de alta qualidade. Atesta-o o seu empenho em trazer à luz o uso que se faz das imagens de 'público' da democracia clássica, para servirem de justificativa do poder nos Estados Unidos. "Devemos entretanto - sustenta êle - reconhecer essa descrição como um conjunto de imagens tiradas de um conto de fadas: elas não são apropriadas sequer como um modelo aproximado de como funciona o sistema de poder americano. As questões que atualmente moldam o destino humano não são suscitadas nem decididas pelo público em geral. A idéia de uma comunidade de públicos não é uma descrição de fato, mas um enunciado de um ideal, um enunciado de uma legitimação que se mascara - como convém atualmente às legitimações - como fato. Pois agora o público da opinião pública é reconhecido por todos aqueles que o consideravam cuidadosamente como algo menos do que êle foi outrora" (50).

Para Wright Mills, o que importa ter em conta é que "a comunidade de públicos clássica está em vias de transformar-se numa sociedade de massas" (51).

Na perspectiva de Mills, essa "transformação em massa" é da maior importância, "pois ela oferece uma pista importante para o significado da elite do poder", visto que tal significado varia conforme a elite se defronte com uma comunidade de públicos ou com uma massa.

---

(50) C. Wright Mills, The Power Elite, op. cit., p. 300.

(51) C. Wright Mills, op. cit., p. 300.



Do nosso ponto de vista, o essencial é que Wright Mills apresenta explicitamente as duas noções polares de que se vale na análise como construções típico-ideais. "Os Estados Unidos de hoje não são totalmente uma sociedade de massas, nem jamais foram totalmente uma comunidade de públicos. Essas frases são nomes para tipos extremos: elas assinalam certas características da realidade, mas são, em si, construções | a realidade social sempre é algo como uma mescla de ambas"... (52).

Com base nisso, abre-se o caminho para construir-se "pequenos modelos ou diagramas de vários tipos de sociedades"; no caso, trata-se de dois tipos - público e massa.

Recordemos os traços gerais dos tipos propostos por Wright Mills.

Num público, (1) tantas pessoas expressam opiniões quantas as recebem; (2) há possibilidade de resposta imediata e efetiva a qualquer opinião; (3) a opinião derivada do debate tem condições de converter-se em ação; (4) o público goza de relativa autonomia em relação às instituições revestidas de autoridade. Numa massa, (1) muito menos pessoas exprimem opiniões do que as recebem; (2) a resposta individual imediata e efetiva é difícil ou impossível; (3) a realização da opinião em ação é heterônoma; (4) essa heteronomia se garante através da penetração, na massa, de agentes das instituições revestidas de autoridade.

É nesse ponto que Wright Mills tropeça na sua própria crítica anterior, de modo a comprometer toda a sua análise. Com efeito, são os próprios conceitos antes desmascarados como "contos de fada" e máscaras para dominação social no contexto histórico por ele estudado que lhe servem de fundamentos para a construção de tipos. Não parece lhe ocorrer que tais noções são fic

---

(52) C. Wright Mills, op. cit., p. 302.

tícias - no sentido de construções ideológicas - desde a origem. Não é que não haja mais uma comunidade de públicos nos Estados Unidos ou em qualquer sociedade contemporânea: jamais a houve, nem pensador político algum (incluindo Rousseau, que Mills cita como modelo) sustentou isso. O público da "democracia clássica" corresponde a uma reivindicação política, como já procuramos demonstrar, e não à descrição de uma realidade dada. Wright Mills dificilmente poderia ser acusado de ignorá-lo. No entanto, isso não o impede de cometer o equívoco de construir "tipos extremos", "modelos de sociedade" com base, não nas características concretas da sociedade, mas apoiado numa imagem que dela apresentam alguns dos seus membros. É como se Max Weber tivesse afirmado que sua análise célebre era sobre a "sociedade capitalista" e a "sociedade protestante".

Não se trata aqui de desmerecer o notável esforço de Wright Mills - ademais, o foco central de sua análise nem sequer está em jogo nas nossas considerações - mas sim de sugerir que o uso de público e massa como fenômenos empíricos e não como construções ideológicas vicia a sua análise. E mais: pode-se, por essa via, observar que o uso da noção de elite por êle não se justifica apenas por considerações de caráter terminológico, ao contrário do que êle próprio sugere em certa passagem de sua obra, quando a privilegia em relação ao conceito "ideologicamente carregado" de classe dominante. Ela resulta muito mais da própria lógica interna de um discurso que adota, entre suas noções diretrizes, as de massa e público, dadas as interconexões entre elas, já apontadas. (É claro que nosso argumento, neste ponto, poderia ser representado pela recíproca, seguindo o caminho inverso).

### Capítulo III

#### PÚBLICO, ELITE E MASSA:

#### A DIMENSÃO CULTURAL

Passemos, agora, no mesmo espírito do capítulo precedente, a examinar a constituição das noções básicas que nos interessam, já não mais na esfera política mas naquela concernente ao gosto estético; na sua dimensão cultural, portanto, A hipótese básica a ser considerada é a de que tais noções não só percorrem linhas historicamente paralelas nessas duas dimensões mas se interpenetram em momentos fundamentais do seu desenvolvimento. Importa salientar, desde logo, que falar em paralelismo histórico não implica em sugerir que a emergência dessas noções nas duas esferas em exame seja concomitante. Significa, isso sim, apontar a analogia existente na dinâmica do processo nos dois casos, entendendo-se por dinâmica a sequência e articulação dos seus momentos significativos.

Em sua obra sobre a "sociologia da formação do gosto literário", que alcançou notoriedade mais pela promessa do título do que pelo seu conteúdo substantivo (1), Levin L. Schücking merece pelo menos o crédito de ter formulado com clareza um postulado fundamental do estudo sociológico da apreciação estética. Sustenta

---

(1) Cf. Antônio Cândido, Literatura e Sociedade, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1965, p. 11.

êle que não há pròpriamente variações no gôsto estético-literário, no caso. "Não é, em regra, o gôsto que se transforma num novo, mas outros se tornam portadores de um novo gôsto. No caso de modificações de grande amplitude no gôsto, êsses outros devem ser entendidos diretamente como uma outra camada social"(2).

Isso nos remete de novo ao problema da busca dos suportes histórico-sociais dos grupos pertinentes à formação do gôsto e, em consonância com as diretrizes dêste trabalho, ao modo pelo qual êles se definem entre si.

No que diz respeito ao paralelismo histórico, é de se apontar que a noção de público (e seus correlatos diretos: elite e massa) viria a se formar posteriormente à noção correspondente na área política. Isso, pelo simples motivo de que o aparecimento do público e da opinião pública na área política corresponde à criação do embasamento social apto a sustentar o tipo de público e de gôsto na esfera cultural que estamos estudando. Ambos são correlatos do fenômeno mais geral que, à falta de outro têrmo, poderíamos chamar de 'revolução burguesa'. Suas raízes encontram-se, portanto, com mais nitidez, no século XVIII, em ambos os casos, e suas manifestações mais claras, nos países europeus que lideraram a ofensiva contra a ordenação estamental rumo à sociedade capitalista de classes: a Inglaterra, com a consolidação das conquistas das suas duas 'revoluções' do século anterior (3) e a França em efervescência revolucionária.

---

(2) L. L. Schücking, Sociologie der Literarischen Geschmacksbildung, Franke Verlag, Berna, 3ª ed. revista, 1961, p.25.

(3) A. Hauser, Historia Social de la Literatura y el Arte, Ediciones Guadarrama, Madrid, 3ª ed., 1964, vol. II, p.53.

A expansão do comércio e da indústria; o processo de urbanização - com seus correlatos, a secularização e a individualização; a crescente importância de uma burguesia autônoma em contraposição à antiga sociedade cortesã; o deslocamento para essa área social de oportunidades de lazer; a expansão da alfabetização e a gradativa incorporação das mulheres no círculo de leitores: tais são, em resumo, os fatores que dão sentido à idéia, nova na época, de um público, cujas preferências deveriam ser levadas em conta na produção e difusão de uma cultura de base literária. Assiste-se, nesse período, à emergência de dois fenômenos complementares, na esfera cultural das nações europeias mais avançadas: a ampliação numérica e diversificação qualitativa de um público leitor, por um lado, e o aparecimento da figura do artista - sobretudo do escritor - profissional, voltado para um mercado ao qual lhe dava acesso o novo editor-empresário, que substituiu o mecenas aristocrático de outrora (4).

Esse processo abrange toda a extensão da atividade artística e, embora ganhe vigência já desde o início do século XVIII, somente adquire seu maior ímpeto mais tarde, sob o impacto daquilo que Hobsbawm chama de "revolução dual", com referência ao período entre 1789 e 1848. "Se formos resumir as relações entre o artista e a sociedade nessa era em uma única e enganadora sentença - escreve ele - diríamos que a Revolução Francesa o inspirou pelo seu exemplo, a Revolução Industrial pelo seu horror, e a sociedade burguesa, que emergiu de ambos, transformou sua própria existência e modos de criação" (5).

---

(4) A respeito, ver especialmente: I. Watt, The Rise of the Novel, Penguin Books/Chatto & Windus, 1963, p.183 e seg.; I. Watt, "Literature and Society", in: R.N.Wilson (ed.) The Arts in Society, Prentice-Hall, Englewood Cliffs, N.Jersey, 1964, p.299-3134, esp. p.305; A.Hauser, op. cit., vol.II, cap. 2, esp. p.70 e seg.

(5) E. J. Hobsbawm, The Age of Revolution, 1789-1848, Mentor Books, New York, 1964, p.302.

Interessa-nos, neste ponto, mais pròpriamente o pro-  
cesso pelo qual se opera essa redefinição do papel e situação  
do artista, enquanto produtor de bens culturais, pois é nêle  
que se manifestam mais claramente as tendências em jôgo. Res-  
tringiremos nossas considerações a uma área da atividade cultu-  
ral, por ser a mais significativa para o nosso tema: a literá-  
ria, entendida no sentido amplo, de difusão de idéias através  
de meios impressos.

A absorção da atividade literária pela ordem social  
capitalista em vias de consolidação suscitou um novo quadro cul-  
tural, que viria a redefinir aquêles anteriormente vigentes nos  
dois extremos do conjunto social. Por um lado, marcaria o de-  
clínio da produção cultural destinada ao consumo restrito de uma  
elite cortesã, nos escalões superiores da sociedade estamental  
em fase de superação. Por outro, minava as bases de sustenta-  
ção e desenvolvimento de uma florescente cultura popular, funda-  
da na difusão de fascículos e panfletos oriundos dos escalões in-  
feriores da sociedade e de ampla penetração entre êles, a exem-  
plo da "Bibliothèque bleue" de Troyes, na França (6), ou da a-  
bundante literatura popular, amiúde de caráter político, na In-  
glaterra seiscentista (7).

Para ambos êsses extremos da sociedade, o século XVIII  
significa um paulatino "esvaziamento" da produção e do consumo

---

(6) Em De la Culture Populaire au 17ème et 18ème Siècles - La Bi-  
bliothèque Bleue de Troyes, Stock, Paris, 1964, Robert Man-  
drou examina os grandes temas presentes nessa coleção popu-  
lar, propiciando com isso uma interessante contrapartida  
histórica para a análise dos temas básicos da 'cultura de  
massa' contemporânea feita por Edgar Morin em L'Esprit du  
Temps (Grasset, Paris, 1962).

(7) Raymond Williams, The Long Revolution, Penguin Books, 1965,  
p. 182.

cultural autônomos e sua substituição por produtos culturais nivelados em função da emergência de um novo público leitor, constituído por uma burguesia que, no contexto dado, ainda pode ser legitimamente identificada com a 'classe média'. "É a partir da última década do século XVIII que o crescimento de um novo tipo de público leitor de classe média se torna evidente", escreve Raymond Williams, com referência ao caso inglês. Esse crescimento, sustenta êle, está "em direta relação com o aumento em tamanho e importância da nova classe média definida como mercadores, comerciantes, lojistas e trabalhadores administrativos e escriturários. Essa expansão exprime-se em novas formas de leitura, no jornal, no periódico ou revista. Em seguida a estas formas, e em estreita relação desde o começo com tal público particular, vem a novela" (8).

Essas circunstâncias marcam os primórdios de um longo processo de "nivelção cultural", que viria a dar sentido a aquilo que, já neste século, seria designado por "cultura de massa". "A tendência à nivelção, geral na época, que não se detém senão ante a diferença entre ricos e pobres assume na Inglaterra formas mais radicais que em qualquer parte e cria assim pela primeira vez modernas relações sociais baseadas essencialmente na propriedade (...). A nivelção cultural se expressa na Inglaterra de modo mais surpreendente na formação de um público leitor novo e regular (...). A existência deste público está condicionada sobretudo pela aparição da burguesia bem situada, que rompe as prerrogativas culturais da aristocracia(...). Os novos fomentadores da cultura não exibem nenhuma personalidade individual que seja suficientemente rica e ambiciosa para poder atuar como mecenas, mas são numerosos o bastante para garantir a venda de livros necessária à manutenção dos escritores(...).

---

(8) R. Williams, The Long Revolution. op. cit., loc. cit..

Finalmente, a própria nobreza adotaria determinados aspectos da concepção burguesa do mundo para formar com a burguesia uma classe cultural uniforme e fortalecer suficientemente o público leitor [mesmo porque "a antiga aristocracia cortesã não constituiu um público leitor"] o que não poderia ocorrer enquanto não tivesse começado sua participação na vida de negócios da burguesia" (9).

Constata-se por aí, desde logo, o paralelismo entre a formação do público leitor e da 'opinião pública' na esfera política, no caso inglês. Em ambas as instâncias, o pano de fundo está dado pelo compromisso histórico que vinculou entre si a burguesia ascendente e uma aristocracia formada em boa medida por proprietários rurais (10).

Por outro lado, "a proximidade entre os diversos estratos da hierarquia social se vê garantida não só por uma série de passos intermediários como também pela natureza indefinível de cada uma das categorias (...). O critério de inserção na classe senhorial limitou-se cada vez mais à posse de uma mesma cultura e à solidariedade dos componentes numa determinada mentalidade. Isto explica sobretudo o notável fenômeno de que a passagem do Rococó aristocrático ao romantismo burguês não estivesse relacionado na Inglaterra com tão violentos abalos dos valores culturais como na França e na Alemanha" (11).

A arguta observação de Hauser acêrca das raízes sociais do padrão de mudança de estilos estéticos na Inglaterra em

---

(9) A. Hauser, Historia Social de la Literatura y el Arte, op. cit., vol. II, p. 52-53.

(10) A respeito, ver A. Hauser, op. cit., vol. II, p. 55-60.

(11) A. Hauser, op. cit., vol. II, p. 52.



contraste com outras áreas européias suscita a questão das diferenças nas posições e papéis dos intelectuais nessas diversas sociedades. O caso francês não se contrapõe ao inglês senão em virtude do caráter mais marcadamente radical das mudanças operadas tanto no seu nível sócio-político quanto no cultural, no período. Já o caso alemão - na sua expressão mais típica, o prussiano - é marcadamente diverso, e conducente à emergência precoce da figura do intelectual marginalizado, que se traduz, no plano estilístico, no "romantismo". Enquanto que, na Inglaterra, como vimos, a inserção do intelectual - ou seja, também do artista, embora isso se aplique igualmente ao cientista e ao filósofo - na vida política marca a própria fase inicial do processo de "aburguesamento" cultural e a despolitização e vinculação às exigências mais difusas do mercado é um segundo passo, o ambiente prussiano era muito mais rígido. A opção se punha entre converter-se em mero funcionário da burocracia criada por Frederico II ou marginalizar-se. De uma forma ou de outra, a figura do intelectual como "formador de opinião", dotado de relativa autonomia, mal teria possibilidade de ganhar existência nesse contexto. Esse papel constituía aspiração insatisfeita, no ambiente prussiano da época.

Essa frustração ganha forma quando a Revolução Francesa põe à mostra com tóda a nitidez a situação relativamente desprivilegiada dos intelectuais alemães. "Que aberração - queixam-se os intelectuais burgueses, herdeiros desencantados dos ideais iluministas impotentes diante do poder real - querer proibir aos cidadãos mais esclarecidos que se interessem pelos negócios do Estado, sob o único pretexto de que são intelectuais !" (12). Do ponto de vista da 'razão de Estado' isso não

---

(12) A citação é de H. Brunschwig, La Crise de l'Etat Prussien à la Fin du XVIIIe Siècle et la Genèse de la Mentalité Romantique, Presses Universitaires de France, Paris, 1947, p. 205.

constitui, a bem dizer, uma aberração. Os escritores alemães não tinham como adquirir uma posição semelhante às dos seus colegas franceses ou ingleses no que diz respeito à formação da opinião, pela simples razão de que careciam de base social para isso. "O público a que se dirigiam êsses escritores [dos quais os mais conhecidos eram em número de 6 000 em 1787] é extremamente restrito; êle se recruta especialmente entre os burgueses, membros das sociedades de leitura, frequentemente pobres em demasia para formarem sua própria biblioteca. Pois os nobres apenas lêem francês. Eles acolhem a estrangeiros ao invés de encorajar seus compatriotas. F. Schlegel sublinha (...) que não se encontra cultura verdadeiramente alemã fora da classe média, 'parte mais sã da nação alemã'" (13).

Ocorre que aquilo que Schlegel designa por 'classe média' não coincidia com uma burguesia em vias de organização, como na França e sobretudo na Inglaterra, mas correspondia mais propriamente a grupamentos informes, que só tinham em comum a circunstância de serem letrados e de viverem em ambiente urbano. Nesse sentido, a referência a uma cultura alemã - reflexo das aspirações 'nacionalistas' da elite cultural da época - não encontra eco real nessa área da sociedade. A expressão concreta de tal cultura nacional é, alternativamente, de cunho puramente reacionário ou simples adaptação de modelos estrangeiros: franceses no início, e depois sobretudo ingleses. Essa adaptação se dá pela absorção - primeiro através da tradução direta do francês, depois, pela imitação de certos paradigmas ingleses, como as novelas tipo "Robinson Crusoe" e, posteriormente ainda, da novela familiar, calcada na obra de autores como Richardson - dos mode -

---

(13) H. Brunschwig, op. cit., p. 167.

los externos e sua redução a uma literatura de puro entretenimento: romance "trivial" (14).

É significativo que, no momento em que, na França, o termo 'burguês' se fundia com o de 'cidadão' e adquiria conotações positivas num contexto revolucionário, a expressão correspondente em alemão tendia a assumir conotações negativas para aqueles que se propunham constituir uma elite anti-aristocrática e que só poderiam realizar seus intentos com o apoio de uma burguesia. A 'elite' alemã, também na área estética, é anti-burguesa precisamente à falta de uma classe burguesa politicamente organizada e ativa, que pudesse formar o seu público mais amplo. Nas condições dadas, dificilmente se evitaria o divórcio entre a produção literária mais refinada e de consumo restrito e aquela de consumo corrente: entre uma 'cultura de elite' em formação e aquela que, para essa 'elite', seria uma 'cultura de massa'.

Isso está em boa medida por detrás da notória sensibilidade alemã à problemática da 'massificação' e 'trivialização' da cultura na sociedade moderna. No contexto em exame, a própria noção de público literário pressupõe, para se legitimar, a presença de uma burguesia dinâmica, de modo análogo ao que ocorre com a noção paralela, de opinião pública. Numa sociedade em que êsse suporte é insuficiente, e dado o paralelismo entre a produção dessas noções básicas nas esferas da política e do gosto estético, a tendência é no sentido de postular um público organizado, enquanto aspiração, mas a privilegiar, na prática, a polaridade elite-massa.

(14) Cf. M. Greiner, Die Entsteckung der Modernen Unterhaltungsliteratur - Studien zum Trivialroman des 18 Jahrhunderts, Rowohlt, Reinbeck bei Hamburg, 1964, cap. I.

O caso alemão é ilustrativo na medida em que é anômalo, no nosso contexto: reproduz, de modo distorcido, a dinâmica presente nas nações mais avançadas. Nestas, os problemas se põem mais claramente desde o início do processo. A analogia ou mesmo paralelismo entre a interação dinâmica das noções de público, elite e massa na área do gosto estético e na esfera política é perfeitamente nítida na Inglaterra oitocentista. Isso transparece claramente na controvérsia aí verificada, a respeito da existência ou não de critérios universais de gosto estético; ou seja, sobre a possibilidade de universalização, e portanto plena democratização, do acesso à apreciação da obra de arte. A solução dada ao problema - em sua forma mais sintética, por David Hume - reproduz tôdas as ambiguidades da noção emergente de público, que já vimos no capítulo anterior. Sustentava-se, em essência, que os princípios do gosto são universais, mas que a capacidade de julgamento estético é atributo de uns poucos. Isso equivaleria, nesse contexto, a uma auto-definição do papel social de uma 'elite' intelectual em busca de autonomia, e que se situava como "mentora e líder cultural da nova ordem social de classe média" (15).

Como é sabido, essa busca de liderança cultural a partir de uma posição social autônoma - em suma, essa aspiração a constituir-se na "inteligência desvinculada" - em breve se veria frustrada e redefinida, com a absorção desses intelectuais pela ordem social competitiva de mercado em vias de ganhar hegemonia na organização social.

---

(15) L. Lowenthal/M. Fiske, "The Debate over Art and Popular Culture in Eighteenth Century England", in: Mirra Komarovsky (ed.), Common Frontiers in the Social Sciences, Free Press, Glencoe, 1957, p. 33-112, cf. p. 104.

A definição essencial do problema, contudo, já estava dada nessa fase precoce do processo. Admitia-se a presença de um público -- a 'classe média' -- e postulava-se a necessidade de uma elite orientadora do gosto dêsse público. Simultaneamente, rejeitava-se a possibilidade das camadas inferiores da sociedade participarem da criação e fruição de bens culturais. Em exata contrapartida à posição assumida no século anterior por Locke a propósito da dimensão política do problema, um autor setecentista como Lord Kames, retomando temas tratados, entre outros por Burke, é explícito na exclusão de todos os que não correspondam a um público de 'classe média' do acesso ao gosto. "Em particular -- sustentava êle, retomando, na sua área, o tema de Locke -- todos aquêles que dependem do trabalho corporal para sua subsistência são totalmente carentes de gosto". Como bem apontam os autores que se valem dêsse documento, ficavam assim estabelecidas "rígidas linhas de classe naquilo que parecia ter partido de uma premissa democrática -- a saber, aquela da existência de um padrão de gosto 'comum a todos'" (16).

O tipo de preocupação subjacente a êsse modo de encarar o tema reflete uma mudança fundamental no papel da produção artística no interior da sociedade. A expansão das prerrogativas de apreciação estética para novos grupos sociais suscita uma "reorientação nas discussões estéticas (...). A mudança foi drástica e sem precedentes na história das letras; sua essência consistiu numa passagem do objetivismo neo-clássico, com sua ênfase na análise racional de obras literárias, para a preocupação com a experiência do público" (17).

---

(16) L. Lowenthal/M. Fiske, op. cit., p. 103.

(17) L. Lowenthal/M. Fiske, op. cit., p. 97.

Isso significa que a própria noção de público, que antes constituía um 'dato' não-problemático para os produtores e fruidores de bens culturais, passa a ocupar o centro das atenções. No contexto histórico anterior, a qualidade intrínseca da obra constituía propriamente o problema, e havia cânones bem definidos para julgá-la; agora, punha-se a questão da legitimidade de novas modalidades de recepção e julgamento da obra, que não mais eram redutíveis aos cânones vigentes. Tratava-se de encontrar os limites e as formas de atendimento das exigências de grupos mais diversificados do que a antiga aristocracia. Persiste, com tanto maior força, o caráter problemático da qualidade intrínseca da obra, mas a isso se agrega a mudança do fulcro da questão, que se desloca para a área das exigências dos seus receptores.

No estudo dessa nova situação, é impossível separar essas duas ordens de problemas: a que diz respeito às formas de satisfação de novos gostos e aquela que se refere aos limites sociais para a formulação e imposição do gosto. O lado 'estilístico', interno à obra, e o lado 'social', referente às suas condições externas de acesso e recepção, estão interligados. Nesse sentido, pode-se dizer de modo sumário que a definição de um novo público suscita mudanças estilísticas na obra artística, ao mesmo tempo que, no nível social, corresponde à fixação dos limites para o acesso à produção cultural.

Com isso, reencontramos a característica da noção de público já apontada antes: a de que ela é inerentemente restritiva. Falar em público, também na esfera cultural, implica em traçar limites à participação numa realidade social dada. Por essa via, reaparece também a conjugação dinâmica dessa noção com as de elite, massa e classe (esta última permanecendo implícita, no mais das vezes).

À semelhança do que ocorre na esfera política, também naquela da cultura a constituição, por auto-definição grupal, de um 'público', logo sucita o aparecimento da concepção complementar de 'massa', definida por exclusão. 'Massa' são 'os outros'; aquêles que não têm acesso aos bens culturais produzidos no interior da conjugação público/elite. Na área que nos interessa, isso se dá mesmo a partir de meados do século XVIII, mas atinge seu auge no século seguinte, especialmente no período mais marcante do 'público burguês', entre 1830 e 1910 (18).

Tomando-se ainda como ponto de referência as transformações no plano literário (entendido no sentido amplo) a expansão potencial de um público leitor está limitada por dois fatores básicos: o nível de escolaridade da população e a posse de recursos para a aquisição de material impresso. Num país como a Inglaterra - e, em escala diversa, nas demais nações européias mais importantes - a extensão da escolarização avança mais rapidamente nesse período do que o aumento do público leitor. É equívoco conceber a expansão geral do público leitor, nesse período, numa relação simples com a questão da alfabetização", escreve Raymond Williams acerca da Inglaterra do século XIX. "Não apenas no tocante a livros mas também no caso de revistas e jornais o incrementado público leitor de meados do século ainda estava bem abaixo da estimativa mínima possível para a alfabetização geral. Trata-se muito mais, na realidade, de oferecer matéria de leitura mais barata à parte já alfabetizada da população" (19). Quanto ao segundo fator, sua importância é maior, mas seu peso é atenuado pela presença, desde meados do século XVIII, de bibliotecas circulantes, especializadas no empréstimo

---

(18) A. Hauser, Historia Social de la Literatura y el Arte, op. cit., vol. II, p. 240-241.

(19) R. Williams, The Long Revolution, op. cit., p. 188.

de livros. Sua limitação consistia em apenas incentivar o contato com obras de ficção - sobretudo romances de sucesso, e mesmo isso para aquela parcela da população capaz de pagar os empréstimos. É verdade que, ao seu lado, expandiam-se as bibliotecas públicas gratuitas (20). Tais bibliotecas influenciaram no aumento do consumo de livros, contribuindo assim para reforçar os temores de uma 'massificação' da cultura, que se caracterizaria pela expansão quantitativa da leitura, associada à redução dos seus padrões qualitativos. Na realidade, não havia como pensar num 'consumo em massa' de material impresso no século XIX; na área de maior incremento, que é a da imprensa diária, mesmo na Inglaterra a exposição da parcela majoritária da população aos jornais é um fenômeno deste século, ocorrendo somente após a Primeira Guerra Mundial. No caso dos livros, a maioria da população somente se torna leitora na segunda metade do atual século (21).

Os temores acerca dos efeitos nefastos da abertura do acesso a bens culturais para novos níveis da escala social constituem tema antigo. Convém lembrar que, na fase inicial desse processo de formação do público burguês, eles não se manifestavam apenas em termos da resistência de grupos letrados aos supostos efeitos degradantes de uma 'massificação' da cultura. Expressavam-se também em outra área que a dessas preocupações de cunho ainda aristocrático, na medida em que veiculavam ansiedades mais terra-a-terra de uma burguesia setecentista, que se perguntava se o hábito da leitura, ao se alastrar entre os assalariados, não diminuiria o seu gosto pelo trabalho manual (22). So-

---

(20) I. Watt, The Rise of the Novel, op. cit., p. 44; R. Williams, The Long Revolution, p. 82 e seg.

(21) R. Williams, The Long Revolution, op. cit., p. 191.

(22) L. Lowenthal/M. Fiske, op. cit., p. 95.



mente mais tarde, com os esforços dessa burguesia para identificar-se com o novo 'público culto' é que as conotações de classe de tais receios se tornariam mais matizadas, até se exprimirem de modo análogo ao de 'elite' cultural letrada, e através dos mesmos porta-vozes. É verdade que a crítica conservadora, de cunho aristocrático, às presunções burguesas à hegemonia cultural revelaram-se de notável tenacidade, persistindo até o atual século, quando tal hegemonia já se realizara e mesmo ultrapassava o seu apogeu.

Naquela fase inicial do processo, contudo, ficava bem marcada a afinidade entre a preocupação com a presença da 'massa' e com a 'massificação' cultural, por um lado, e a expressão de interesses de classe bastante primários, por outro.

Com efeito, a preocupação com os efeitos da expansão dos meios impressos (que continuamos tomando como objeto da nossa análise, e que, neste ponto, se revelam particularmente significativos) tem-se manifestado mais agudamente naquilo que concerne aos interesses sociais e políticos em jôgo, antes de se deslocar para a área propriamente cultural, na qual eles já não se exprimiam diretamente, embora estejam subjacentes às discussões. Se os interesses sociais de classe estão mais patentes no caso do acesso às obras de ficção, as questões de ordem mais propriamente política avultam no caso da imprensa periódica. É que, muito mais nitidamente do que na nova literatura de ficção surgida no século XVIII, a imprensa se desenvolvia, desde o início, como veículo de interesses e aspirações de classe. Estava, porisso mesmo, especialmente sujeita às tentativas de controle governamental, pois sempre procurou a influência política. Na medida, contudo, em que sua tarefa explícita era apenas essa, de influenciar uma 'opinião pública' já reconhecida como legítima, havia a possibilidade de resistir e escapar ao controle oficial.

Isso porque se tratava de órgãos integrados na área dominante da sociedade de classes em expansão e aptos a se tornarem autônomos economicamente, através da venda de espaço para anúncios. Quando, pelo contrário, era o caso de jornais ou revistas destinados abertamente à formação de uma nova área de ação política - não reconhecida como componente de 'opinião pública' - como sucedia com a imprensa popular radical que floresceu no início do século XIX, as medidas oficiais surtiam efeito provocando seu fechamento (23).

Foi precisamente a imprensa 'sobrevivente', vinculada à classe hegemônica, que abandonaria mais tarde, quando seu pre domínio já estava consolidado, a busca de um público de classe para dirigir-se a um agregado difuso de leitores, tão amplo quanto possível. Esse agregado maior, que incorporava os consumidores em potencial dos órgãos de classe antes extintos, constituiria aquilo que os próprios empresários da imprensa conceberiam como uma massa. Essa mudança implicava em trabalhar no sentido da homogeneização do mercado leitor, em dois planos. No plano horizontal, tratava-se de superar a fragmentação do público em numerosos segmentos especializados, que constituía uma característica básica da situação nessa área durante o século XIX (24). No plano vertical, tratava-se de superar as barreiras de classe; ou antes, de trazer decididamente para o mercado "de jornais diários sobretudo" os leitores em potencial de uma imprensa de classe que não pudera impor sua existência no século XIX.

---

(23) R. Williams, The Long Revolution, op. cit., p. 97 e seg.

(24) A esse respeito, ver R. Wellek and A. Warren, Theory of Literature, Penguin Books, 1963, p. 99.

Os porta-vozes críticos das preocupações da 'elite' intelectual com o nível qualitativo e as implicações culturais da imprensa acompanham êsse a crescente distância. De início, sua atenção se concentrava sôbre os aspectos prôpriamente culturais dêsses veículos; depois, com o aumento da importância dêstes, passaram a encará-los também enquanto agentes de manipulação da opinião; em têrmos políticos e sociais, portanto (25). Com a gradativa transformação dos jornais e revistas em órgãos de 'massa', suas implicações classistas passavam de novo para segundo plano, para serem redefinidas e absorvidas numa concepção do problema que toma como um dado êsse seu caráter de massa e procura caracterizar o tipo de sociedade e de cultura que lhe está subjacente. Isso é feito nos têrmos mesmos em que os responsáveis diretos por essas modificações na imprensa definem o conjunto de seus consumidores. Por essa via, fica aberto o caminho para a incorporação da noção e da problemática da massa nas cogitações dos representantes contemporâneos da intelectualidade voltados para êsses temas: os ensaistas e cientistas sociais, preocupados com a 'sociedade de massa' e a 'cultura de massa'.

---

(25) L. Lowenthal/M. Fiske, op. cit., p. 43.

## Capítulo IV

### A DIMENSÃO SOCIAL: A 'SOCIEDADE DE MASSAS'

Em primeira aproximação, a idéia de 'sociedade de massas' se apresenta simplesmente como um conceito híbrido, no qual se combinam o conceito abrangente de 'sociedade' e a noção, já examinada anteriormente, de 'massa'. Um momento de reflexão revela, contudo, que essa justaposição envolve problemas dos mais difíceis, e que será necessário, também aqui, rastrear analiticamente as grandes linhas de sua constituição. Um problema surge desde logo. Mesmo que admitamos o caráter científico da noção de 'massa' (e já foram formuladas reservas a respeito) resta saber como se poderiam combinar, num conceito abrangente e integrado, as características atribuídas a êsse fenômeno - sobretudo a sua carência de estrutura - com aquelas que servem para definir 'sociedade', em particular a presença de estrutura e organização internas. Na sua origem novecentista, a noção de 'massa' se aplicava, quer a uma ordem social em processo de desorganização ou mesmo dissolução - e, neste caso, designava o principal sintoma de tal situação - quer a fenômenos particulares no interior de um todo social integrado, quando então se confundia com a idéia de 'multidão'. Mais recentemente, contudo, a idéia de uma 'sociedade de massas' como fenômeno sociológico durável é frequente, a tal ponto que êsse termo já ganhou lugar no repertório cotidiano da análise social. Pôsto no en-

tanto que o direito consuetudinário não vigora em ciência, cumpre examinar melhor também êsse caso.

A noção de sociedade de massa ostenta uma ambiguidade fundamental, que permeia tôdas as formulações teóricas que dela se valem. É que o têrmo 'massa' pode ser entendido, seja como sinônimo de grupo não-organizado (multidão, turba, "plebe"), em consonância com uma linha mestra da tradição do pensamento conservador novecentista, seja simplesmente como sinônimo de 'grande número'. A distinção entre ambas essas acepções não fica clara nas análises que a adotam, mesmo porque essa ambiguidade não é acidental: deriva da própria lógica interna da constituição dêsse conceito complexo. É que nêle se articulam duas grandes linhas de reflexão teórica novecentista: a análise das características e tendências da sociedade democrática (em contraste com a aristocrática) e o estudo das formas e consequências do comportamento coletivo anômalo (que está na origem da "psicologia das multidões" e afins).

Mais especificamente, podemos distinguir três vertentes principais, das quais deriva essa noção. Em primeiro lugar está aquela que mais diretamente nos interessa agora, e cujas implicações são mais nitidamente sociológicas. Trata-se da concepção que procura descortinar determinadas características estruturais das formações sociais modernas que, devidamente redefinidas, conduziriam à noção contemporânea de 'sociedade de massas'. Avultam, nessa linha de análise, os nomes de Tocqueville, Durkheim e Mannheim.

Em seguida, temos uma concepção intimamente ligada à anterior, mas que dela se distingue ao pôr mais ênfase na situação e nas formas de conduta típicas dos integrantes de uma sociedade 'massificada'. Preocupa-se, portanto, com questões relativas ao 'comportamento' coletivo', mas sem aderir necessària-

mente às suas formas mais irracionaisistas. Trata-se, sobretudo, de análises de fundo político; como, de resto, também o são as da primeira concepção, acima. Destaca-se, nessa área, o nome de Hannah Arendt, embora sejam muitos os praticantes desse tipo de análise.

Finalmente, temos a perspectiva dada pela crítica conservadora, de fundo cultural, ao "homem massificado", com representantes como Burkhardt no século passado e Ortega y Gasset no atual. Entre os numerosos representantes possíveis dessa tendência apontamos esses dois nomes, não porque sejam os mais importantes, mas porque nêles fica nítido aquilo que entendemos, ao falarmos do "fundo cultural", da sua atitude crítica. É que se trata, mais propriamente, de uma perspectiva política, a partir da qual esses autores apreciam problemas seus contemporâneos, informados por uma concepção aristocrática da história da cultura. É somente por essa via que sobressai a dimensão cultural na análise desses autores. Sua visão é de horror diante da "ascensão das massas", do surgimento do "homem medíocre" como sustentáculo da ordem social, e da presumida iminência de regimes despóticos de tipo 'cesarista'. É nessa orientação de análise que o uso das categorias de 'elite' e 'massa' como ordenadoras do discurso aparecem da maneira mais crua (1).

Interessam-nos, mais diretamente, as primeiras duas linhas de análise das formações sociais que viriam a ser chama-

---

(1) Veja-se J. Burkhardt, Reflexões sobre a História, Zahar, Rio, 1961, Cap. IV e V (para o ponto extremo dessa concepção, ver, por exemplo, p. 252); J. Ortega y Gasset, La Rebelión de las Masas, op. cit., p. 47-154. É claro que um exame mais apurado dessa questão teria que passar, pelo menos, por uma análise das relações entre o pensamento (e as pessoas) de Burkhardt e Nietzsche.

das "de massas": a que se vincula à obra de Tocqueville, Durkheim e Mannheim e aquela cujo exemplo são os trabalhos de Hanna Arendt. Dizemos que essa designação "viria a ser" aplicada ao objeto de cogitações desses autores porque ela ainda não está presente na obra dos dois primeiros, e somente se revela uma categoria central da análise nos outros dois. O traço comum a todas essas linhas de análise é a preocupação com os efeitos políticos do confronto direto entre o aparelho estatal e a parcela majoritária da população, reduzida a um aglomerado de indivíduos sem vínculos socialmente significativos entre si.

Assim, as preocupações de Tocqueville o levam a concentrar os seus esforços na especificação das características genéricas daquilo que designava por "sociedades democráticas", em contraposição às aristocráticas. Tais preocupações são responsáveis pela sua inserção em toda uma linhagem do pensamento francês, que remonta pelo menos a Montesquieu e, através deste, assegura a sua afinidade com Durkheim, para além de todas as consideráveis diferenças que os separam. O próprio Tocqueville se ressentia da tendência, que percebia, no sentido de se tomarem as suas análises sobre a França (L'Ancien Régime et la Révolution) e sobre os Estados Unidos (La Démocratie en Amérique) como simples 'estudos de caso' particulares. Referindo-se à acolhida do segundo volume da sua obra sobre a democracia na América, escreveu êle, em carta a Stuart Mill: "Quando eu falei exclusivamente da sociedade democrática nos Estados Unidos, isso foi imediatamente compreendido. Se eu tivesse falado exclusivamente da nossa sociedade democrática na França, tal como se apresenta atualmente, isso também seria bem compreendido. Ao partir, no entanto, de idéias que me eram propiciadas pela sociedade americana e francesa, era meu intento assinalar traços gerais das sociedades democráticas, das quais ainda não existe mo-

dêlo acabado ..." (2). Tais sociedades se caracterizam pela sua forma de govêrno, da qual "a essência consiste na soberania absoluta da maioria; pois nada há em estados democráticos que lhe possa resistir" (3).

É nesse contexto que ganham sentido as análises de Tocqueville, acêrca das implicações dessa "soberania da maioria", sobretudo se levarmos em conta que as suas preocupações não se concentram sôbre uma forma de govêrno, mas sim sôbre uma modalidade de organização social.

Numa sociedade democrática, diz êle, "o poder exercido pela massa sôbre o espírito de cada indivíduo é extremamente grande", mas "é errôneo supor que isso dependa sômente da forma de govêrno e que a maioria iria perder sua supremacia intelectual caso perdesse seu poder político". Isso, porque "sempre que as condições sociais são equalitárias, a opinião pública exerce enorme pressão sôbre o espírito de cada indivíduo; ela o cerca, o dirige e o oprime; e isso deriva da própria constituição da sociedade, muito mais do que das suas leis políticas(...). Seja então de que maneira os poderes de uma comunidade democrática se organizem e equilibrem, sempre será extremamente difícil crer no que o grosso da população rejeita ou professar o que êle condena" (4).

---

(2) Citada pelo responsável pela edição das obras completas de Tocqueville, J. P. Mayer, na sua introdução à versão alemã de capítulos selecionados de La Démocratie en Amérique (Fischer Bücherei, Frankfurt, 1956, p. 13).

(3) A. de Tocqueville, Democracy in America (Phillips Bradley, ed.), Vintage Books, New York, 1954, vol. 1, p. 264.

(4) A. de Tocqueville, Democracy in America, op. cit., vol. 2, p. 275-76.



Numa passagem famosa, Tocqueville enuncia as bases daquilo que permitiria que o seu nome fôsse associado, mais tarde, com a teoria da conexão entre a 'sociedade de massas' e o 'totalitarismo'. Falando da "espécie de opressão que ameaça as nações democráticas", fenômeno "diferente de tudo que jamais existiu antes no mundo" e para o qual não encontra designação apropriada, escreve êle: "A primeira coisa que chama a atenção é uma multidão inumerável de homens, todos semelhantes e iguais, ocupados incessantemente na busca dos pequenos e vulgares prazeres com os quais saciam as suas vidas. Cada qual, vivendo à parte, é estranho ao destino de todo o resto; seus filhos e seus amigos privados constituem para êle tãda a humanidade(...). Por sôbre essa raça de homens ergue-se um poder imenso e tutelar, que se incumbe de assegurar suas gratificações e de velar pelos seus destinos. Tal poder é absoluto, minucioso, providente e suave (...). Após ter tomado um por um todos os membros da comunidade na sua poderosa garra e tê-los moldado à vontade, o poder supremo estende seu braço por sôbre tãda a comunidade. Êle cobre a superfície da sociedade com uma rêde de pequenas regras complicadas, diminutas e uniformes, através da qual as mentes mais originais e os caracteres mais enérgicos não podem penetrar, para alçarem-se acima da multidão (...). A servidão dê-se tipo regular, quieto e gentil pode combinar-se mais facilmente do que usualmente se acredita com algumas das formas exteriores da liberdade, e pode mesmo estabelecer-se sob as asas da soberania popular" (5).

Nessas formulações estão contidas as idéias essenciais daquilo que teóricos posteriores, mas à vontade para dar nomes

---

(5) A. de Tocqueville, Democracy in America, op. cit., vol. 2, p. 336-37.

aos fenômenos do que Tocqueville, chamariam de "sociedade de massas" e "totalitarismo". Essas idéias são: a nivelção, o isolamento e a perda de individualidade das pessoas privadas, a 'atomização' do conjunto social nas suas partículas elementares; a contraposição direta entre a massa atomizada e o Estado todo-poderoso.

É esse último aspecto do problema que constituiria preocupação fundamental para Durkheim, levando-o assim a contribuir para a cristalização dessa ordem de idéias. A perspectiva durkheimiana é, sem dúvida, diversa da de Tocqueville, de tal modo que o problema do 'totalitarismo' não se põe na sua obra (embora, fiel à tradição clássica, êle se preocupe com o perigo da 'tirania'). Sua atenção concentra-se nas formas de garantir a ordenação consensual da sociedade e de evitar os perigos, não tanto de uma submissão dos indivíduos a uma rede compacta de regras ditadas por um poder superior, mas sim de fazer frente ao risco de que o confronto direto entre o conjunto atomizado de indivíduos e o Estado conduza precisamente à situação oposta, de rompimento de rede normativa que sustenta o conjunto social: da anomia.

Não há porque insistir na exposição das teses de Durkheim, sobretudo no prefácio à segunda edição da Division du Travail Social e do capítulo final do estudo sobre Le Suicide. Basta lembrar que êle formula uma complexa dinâmica entre o Estado, o indivíduo particular e os grupos secundários, que se devem intercalar entre ambas, se é que o devido equilíbrio social há que ser alcançado. Dados apenas o homem privado e o Estado, êste absorve a individualidade daquele e o oprime; esta última, por sua vez, também corre perigo quando exposta sem contrôle à ação dos grupamentos menores -- territoriais, profissionais e outros -- de que o cidadão faz parte. Por outro lado, o Estado não pode ser oriundo imediatamente da "multidão desorganizada dos

particulares", sob pena de perder a sua autonomia e sua condição de área privilegiada da consciência coletiva (aquela em que residem, se é permitido o termo, as 'idéias claras e distintas' acêrca dos interesses coletivos). É apenas pela articulação harmoniosa da tríade Estado/grupos intermediários (associações profissionais, sobretudo)/indivíduo privado que se atinge um salutar equilíbrio em que as forças em presença se contrabalançam(6). É precisamente a carência dessa situação de equilíbrio que Durkheim incansavelmente diagnostica, como é sabido.

Falando da necessidade da presença de "órgãos secundários" intermediários ao Estado e ao indivíduo, visto que eles "liberam as duas forças em presença, ao mesmo tempo em que as ligam entre si", escreve êle: "Vê-se como é grave essa ausência de organização interna que já tantas vezes tivemos oportunidade de assinalar. É que ela implica algo como um abalo profundo e, por assim dizer, o amolecimento de toda a nossa estrutura social e política. As formas sociais que, outrora, enquadravam os indivíduos privados e serviam assim de ossatura para a sociedade, ou desapareceram ou estão em vias de fazê-lo, sem que surjam novas formas em seu lugar. Somente permaneceu a massa fluida dos indivíduos. Pois o próprio Estado foi reabsorvido por êles. Apenas a máquina administrativa manteve sua consistência, e continua funcionando com a mesma regularidade automática" (7).

---

(6) Essas formulações são especialmente nítidas em: E. Durkheim, Leçons de Sociologie - Physique des Moeurs et du Droit, Presses Universitaires de France, Paris/Istambul, 1950, esp. p. 61, 76/78, 116, 121.

(7) E. Durkheim, Leçons de Sociologie, op. cit., p. 127 (grifo nosso).

Aparece, aqui, claramente, o tema da 'atomização' social como substrato da "doença social e política do nosso tempo". Claro que a ótica é diversa da de Tocqueville, sobretudo na sua atitude em relação às 'fôrças reguladoras' da sociedade. Apresenta-se, ademais, como um diagnóstico, acompanhado de uma proposta de solução, ao passo que, em Tocqueville, o tom admite êsse paradoxo somente possível num autor de espírito aristocrático e religioso tardio: a visão escatológica resignada. Nesse sentido, a contribuição durkheimiana para a constituição do conceito de 'sociedade de massas' reside na passagem, que êle opera, de premonição de um Tocqueville ("Não tenho palavras para designar o fenômeno; resta-me descrevê-lo") para a análise 'positiva', de cunho estritamente 'científico', das raízes estruturais do problema. (É claro, por outro lado, que o termo "massa", que aparece na citação acima, é puramente descritivo, e ainda não tem qualquer pretensão a constituir-se em noção sociológica de pleno direito).

Passada uma geração, e numa tradição de pensamento diferente, problemas de fundo semelhante àquêles que preocupavam Durkheim reaparecem vigorosamente, na obra de Mannheim. Para um leitor casual, a seguinte observação poderia ter sido retirada de qualquer obra durkheimiana: "Não há qualquer dúvida de que nossa sociedade está enferma. Qual é sua enfermidade e como se poderia curá-la?" Mas o que vem a seguir revelaria de imediato que o autor é outro, assim como o são os tempos. "Se tivesse que resumir a situação em poucas palavras, diria o seguinte: "Estamos vivendo em uma época de transição do laissez-faire para uma sociedade planificada. A sociedade planificada futura pode assumir uma dessas duas formas: a dominação de uma minoria mediante uma ditadura ou um novo tipo de governo que seja regulado de maneira democrática, não obstante o aumento de

seu poder". Claro que é Mannheim que está falando, nas frases de abertura do seu Diagnóstico de Nosso Tempo. É evidente, para além das analogias do fraseado 'organicista', a diferença de perspectiva entre os dois autores. Para Durkheim, a desorganização social é um dado da sociedade sua contemporânea, e a êle cabe apresentar uma solução para o problema; e essa solução diz respeito a uma forma de reestruturação do conjunto social. Para Mannheim, por seu turno, a "enfermidade" remete ao encaminhamento para soluções alternativas, o dado não é a situação presente, mas as soluções possíveis. A preocupação mannheimiana consiste em apontar os meios pelos quais uma entre as soluções já inscritas no próprio processo de transição se efetive, em contraposição às outras. Sua atenção está voltada para formas dinâmicas de contrôle social, expressas nas 'técnicas sociais', aptas a conduzirem rumo à solução que propugna: o 'planejamento de democrático'.

Se Durkheim está interessado na integração do sistema normativo, tendo em vista a consolidação da estrutura social, Mannheim, escrevendo numa situação histórica muito mais complexa, fixa sua atenção nos meios de intervenção nesse sistema, tendo em vista a orientação de um processo de mudança em curso. De uma forma ou de outra, a vinculação entre padrões de estrutura social e sua dimensão normativa (cultural, portanto) está dada em ambos os casos, por sôbre tôdas as diferenças de perspectiva; mas, nem por isso se pode deixar de apontar que Durkheim privilegia, em termos relativos, as soluções no primeiro dêsse plano, ao passo que a atenção de Mannheim tende a se concentrar mais no segundo (sempre em termos comparativos). Ademais, em Mannheim a preocupação com uma ordem social democrática está as sociada a uma concepção dos seus requisitos estruturais/culturais carregada de traços 'regressivos', no tocante ao instrumen

tal analítico. Isto, na medida em que seus esforços o levam a trazer vigorosamente ao primeiro plano a velha contraposição entre elite e massas, discutida num contexto em que aparece, já explicitamente e em posição de relêvo, a noção de 'sociedade de massas'. "As mudanças fundamentais de que somos testemunhas, diz êle, podem ser atribuídas, em última instância, ao fato de que vivemos em uma sociedade de massas" (8).

Não é preciso, contudo, ir até essa obra da última fase de Mannheim para encontrar êsse padrão de análise. O estudo mais específico do problema da 'sociedade de massas' e do papel das elites no seu interior, contra o pano de fundo da persistente preocupação mannheimiana com a 'planificação democrática' encontra-se, como é sabido, na sua obra de 1935, sôbre "o homem e a sociedade numa era de reconstrução".

É nessa obra que, embora explicitando que não adere à "presunçosa condenação das massas", Mannheim enuncia, acêrca do tema, idéias que o integram definitivamente na linha de pensamento que estamos examinando. Mais uma vez encontramos, a exemplo do que já ocorrera com Tocqueville e Durkheim, uma aproximação entre autores de orientação diversa, em vários pontos importantes da análise. Assim, vemos Mannheim retomando e redefinindo temas familiares à perspectiva durkheimiana, como ocorre quando êle introduz, na mesma linha "evolucionista" de Durkheim, uma distinção entre os "estágios históricos essenciais" relativos às "modificações na moralidade e seus efeitos nas questões práticas" e fala da "solidariedade mecânica da moral da horda (com expressa referência a Durkheim), de competição individual e, finalmente, no "nosso mundo contemporâneo", no qual "os indivíduos,

---

(8) K. Mannheim, Diagnostico de Nuestro Tiempo, Fondo de Cultura Económica, México, 3ª ed. (Colección Popular), 1959, p. 9.

até agora, têm sido cada vez mais isolados uns dos outros, obrigados a renunciar a seus interesses particulares e a se subordinarem aos interesses sociais maiores". Outro ponto de convergência entre essas interpretações de resto tão diferentes aparece quando Mannheim analisa a dimensão cultural do problema que o preocupa, e atribui ao 'público' um papel análogo àquêle desempenhado pelos grupos secundários no esquema durkheimiano: servir de mediador entre duas instâncias polares - a 'elite' e a 'massa' - e assegurar a preservação do adequado equilíbrio entre elas.

A ênfase de Mannheim na contraposição elite/massas está vinculada à sua atitude fundamental, nas obras de sua última fase, que é no sentido de endereçar as suas teses precisamente àquêles grupos que identifica como sendo as 'elites', visando influenciá-las para adotarem as soluções que oferece; a "planificação democrática", sobretudo. (Mais uma vez surge o confronto com Durkheim: para êste, o locus daquilo que Mannheim chamaria de "racionalidade substantiva" na sociedade moderna é, por definição, o Estado; para Mannheim, não é o aparelho estatal, mas sim êsse grupamento difuso e intersticial que é a intelligentsia, beneficiário em potencial da sua situação "entre as classes, mas não acima delas" (9)). Pôsto que às elites é atribuído papel tão importante, Mannheim é levado a concentrar-se na sua situação e perspectiva na sociedade contemporânea. É nesse contexto que ganham sentido suas análises acêrca das diversas formas de debilitamento e, sobretudo, da perda da essencial exclusividade, das elites nessa sociedade.

---

(9) K. Mannheim, Ensayos de Sociología de la Cultura, Aguillar, Madrid, 1957, Segunda Parte, "El Problema de la 'Intelligentsia'", p. 137-240, esp. p. 155.

É com base nessa perspectiva, adotada por Mannheim, que um autor como Kornhauser o inclui entre os representantes de uma "visão aristocrática" da sociedade de massas, sobretudo tendo em conta a sua preocupação com a vulnerabilidade dessas elites em desagregação aos 'movimentos de massa' (10). Kornhauser contrapõe duas visões do problema, uma definida como "crítica aristocrática" e a outra como "crítica democrática" da sociedade de massas. A primeira - que inclui Mannheim - "está centrada na defesa intelectual dos valores da elite contra a ascensão da representação da massa". A segunda "está centrada na defesa de elites voltadas para a dominação total" (11). Kornhauser não parece dar-se conta, contudo, de que uma teoria que toma como noções centrais as de 'elite' e 'massa' simplesmente não pode ser democrática, visto que suas categorias centrais de análise são inerentemente conservadoras e 'aristocráticas', seja qual for o modo em que se articulam no discurso.

Não convém, contudo, exagerar as implicações daquilo que, acima, chamamos de retomada "regressiva" dessas categorias do pensamento conservador. A observação de Mannheim, de que não compartilha da aversão reacionária às massas deve ser levada a sério. Sua análise não incorre no vício de tomar as 'massas' como uma entidade genérica e ahistórica, inerentemente destruti

---

(10) Ver K. Mannheim, Man and Society in an Age of Reconstruction, op. cit., parte II. Para a assimilação dessa linha de análise na América Latina, ver em especial os trabalhos de G. Germani nessa área (por ex., Ensayos de Sociología y Psicología Social).

(11) W. Kornhauser, The Politics of Mass Society, Routledge and Kegan Paul, London, 1960, p. 21. Uma análise de orientação análoga, mas muito fraca, encontra-se em L. Bramson, The Political Context of Sociology, op. cit., esp. cap.2.



va e irracional. É bem verdade que as limitações impostas a uma visão propriamente democrática não estão dadas somente pelas próprias categorias básicas que articulam o seu discurso, mas são de ordem substantiva: afinal, a planificação 'democrática' é vista como sendo outorgada às 'massas' pelas 'elites', sem a participação direta daquelas (12). As características peculiares ao tipo de formação social analisado por êle são, contudo, encaradas de maneira bem mais complexa e matizada, e a partir de uma perspectiva altamente relevante para a nossa análise. "Assim - escreve Mannheim - a sociedade de massa industrializada tende a produzir um comportamento muito contraditório, não só na sociedade, mas também na vida pessoal do indivíduo. Como sociedade industrial em grande escala, cria tãda uma série de atos que são racionalmente calculáveis no mais alto grau e que dependem de tãda uma série de repressões e renúncias de satisfações impulsivas. Como sociedade de massa, por outro lado, produz tãdas as irracionalidades e explosões emocionais características das aglomerações humanas amorfas" (13). E, falando das "condições sociais que tendem a produzir explosões de irracionalidade entre as massas", aponta que, "do ponto de vista psicológico, a chave para a compreensão das sociedades orgânicas bem integradas está no fato de que nelas os impulsos e desejos coletivos são absorvidos pelos grupos menores de que se compõe", ao passo que, nas 'sociedades de massa', as condições são outras: "Somente as energias impulsionadoras liberadas pela desintegração da sociedade e que buscam integração num novo objetivo têm essas qualidades explosivas e destrutivas habitual e vagamente consideradas como peculiares ao comportamento de todos os tipos de massa. O que as ditaduras em certas sociedades de massa contem

---

(12) Para uma interpretação nesse sentido, ver I. Zeitlin, Ideology and the Development of Sociological Theory, op. cit., cap. 16, esp. p. 314.

(13) K. Mannheim, Man and Society, op. cit., p. 60-61.

porâneas estão procurando fazer é coordenar, através de organizações, os impulsos que o período revolucionário libertou, e dirigi-los para objetos determinados" (14).

Formulações como essas permitem distinguir a natureza da contribuição de Mannheim para a formação da teoria contemporânea de 'sociedade de massas'. Consiste ela em deslocar decisivamente a ótica do problema para a área sócio-psicológica, ao enfatizar, para além das características estruturais dessa formação social, os seus efeitos sobre o comportamento dos seus membros componentes. É verdade que a perspectiva mannheimiana é consideravelmente mais sofisticada do que a da maioria desses teóricos. Nela ainda se patenteia, com efeito, uma visão do problema que incorpora precisamente aquelas facetas mais ricas do pensamento de Freud (cuja influência sobre Mannheim é especialmente nítida nesse ponto) que viemos discutindo no primeiro capítulo do presente trabalho. Isso, a ponto de se explicitar que a 'irracionalidade' das massas é manipulada pelos detentores do poder; não é, portanto, um dado puro da situação, mas um produto de condições sociais bem definidas. (É verdade que, para Mannheim, essas condições são dadas pelas infiltrações das 'massas' no corpo fechado das 'elites', o que atenua a carga crítica das suas formulações, e mesmo ameaça conduzi-lo a um raciocínio circular) (15).

Um passo a mais rumo à caracterização sócio-psicológica da noção de 'sociedade de massa' e da análise das implicações

---

(14) K. Mannheim, Man and Society, op. cit., p. 62.

(15) Uma interpretação crítica razoavelmente equilibrada desse aspecto do pensamento de Mannheim encontra-se na já citada obra de Irvin Zeitlin. Para uma crítica em profundidade de Man and Society, um tanto exacerbada em alguns pontos, veja-se o ensaio de T. W. Adorno sobre "a consciência da sociologia do conhecimento" em Prismen, Suhrkamp, Frankfurt, 1955, cap. 2 /edição espanhola: Prismas/.

políticas e culturais que usualmente lhe são associadas é dado na obra de Hannah Arendt. Essa autora leva aos seus extremos as tendências previamente delineadas pela reflexão sobre esse fenômeno, no contexto de uma obra histórico-política (no sentido mais amplo do termo: sua formação é filosófica, como discípula de Jaspers e Heidegger) de categoria consideravelmente superior à média.

Na obra dessa autora, o tema da carência de estruturação da 'sociedade de massas' reaparece numa análise menos preocupada com a caracterização dos traços gerais de uma formação social suscetível de ser entendida analiticamente como típica do que com as condições históricas específicas da sua emergência. A 'sociedade de massas' é, fundamentalmente, uma "sociedade sem classes" (16); cumpre, portanto, examinar as circunstâncias em que se opera a dissolução das classes - entendidas como princípio estruturador básico da sociedade moderna - para dar lugar ao aglomerado atomizado que são as massas. Em consonância com isso, a análise é mais 'fina', indo além do esforço no sentido de identificar os processos mais gerais, apontados por numerosos sociólogos como formando o substrato da emergência desse fenômeno - industrialização, urbanização, e assim por diante. O tema correlato, da "atomização" social, interessa na medida em que conduz a um exame das formas de movimentos sociais que caracteriza tal sociedade. A ênfase, contudo, não recai tanto sobre esses aspectos estruturais quanto naquilo que se refere às raízes da suscetibilidade ao 'comportamento de massa', no âmbito de movimentos coletivos, nessa sociedade. Não se trata tanto de assinalar as fontes de "vulnerabilidade institucional da sociedade de massas" (17) quanto de examinar o problema da 'atomi

---

(16) H. Arendt, The Origins of Totalitarianism, Meridian Books, New York, 1958, esp. cap. 10, p. 305-340.

(17) Nessa linha, ver P. Selznick, "Institutional Vulnerability of Mass Society", American Journal of Sociology, vol. 56, 1951, nº 1, p. 320-32.

zação' social enquanto carência ou ruptura de vínculos significativos para a estruturação, não diretamente do conjunto social, mas da experiência individual. Essa experiência é empobrecida, em tal tipo de formação social, ao tornar-se isolada e indiferenciada (boa parte da importância das classes consiste em serem elas elementos diferenciadores da experiência social).

Numa passagem que guarda afinidades com alguns temas clássicos da sociologia clássica alemã (Toennies, Weber ou Simmel, por exemplo), articulados no conceito chave de socialização (\*), ela escreve:

---

(\*) Tal como é usada por êsses autores, e retomada por Hannah Arendt, a expressão socialização traduz muito precariamente o termo alemão Vergesellschaftung, num contexto em que se trata de contrapor a constituição das formas de ação social típicas da sociedade (Gesellschaft) às de comunidade. Não fôsse tão bárbaro, talvez o termo "societização" se revelasse menos ambíguo. (A própria Hannah Arendt, por sinal, sugere, em outro ponto, o termo inglês "societization". Ver "Society and Culture", in: Norman Jacobs (ed.), Culture for the Millions ?, Beacon Press, Boston, 1964, p.51). Digase de passagem que, em mais de um ponto capital, a compreensão da obra-mestra de Max Weber (Economia e Sociedade) fica prejudicada na sua versão do Fondo de Cultura Económica, porque os tradutores optaram por usar simplesmente sociedade quando o termo mais aproximado seria socialización (que também usam). Isso ocorre logo no 1º volume, na apresentação dos conceitos fundamentais (p. 33 e seg. da 2ª edição, 1964) e em numerosas outras passagens. Para além do tipo de relação social envolvido (que remete ao problema da racionalização) o conceito de socialização, sobretudo quando se refere à "socialização plena", envolve a idéia da absorção de grupamentos originalmente autônomos (comunidades étnicas, por ex.) num todo abrangente, que os articula ao convertê-los em portadores de funções específicas no seu interior (Ver, por ex., Economía y Sociedad, vol. II, cap. VIII, p. 689 e 594). Esse processo implica, portanto, em funcionalizar os segmentos de conjunto social e, por essa via, instrumentalizar as relações entre êles e entre seus membros componentes. É nesse sentido que Hannah Arendt adota o termo, para fazer incidir sua análise sobre essa funcionalização/instrumentalização inerente ao processo ...

"É de importância decisiva que a sociedade [enquanto categoria] exclua, em todos os seus níveis, a possibilidade de ação [própria à esfera pública, isto é, à política] (...). Ao invés disso, a sociedade espera de cada um de seus membros um certo tipo de comportamento, impondo regras inumeráveis e várias, tôdas elas tendendo a "normalizar" seus membros, a fazê-los comportarem-se, a excluir a ação espontânea e o desempenho excepcional (...). A emergência da sociedade de massas (...) a penas indica que os vários grupos sociais sofreram a mesma absorção numa sociedade [abrangente] que as unidades familiares sofreram anteriormente; com a emergência da sociedade de massas o reino do social finalmente alcançou o ponto em que êle abarca e controla todos os membros de uma dada comunidade igualmente e com a mesma fôrça. Mas a sociedade nivela em quaisquer circunstâncias, e a vitória da igualdade no mundo moderno é apenas o reconhecimento político e legal do fato de que a sociedade conquistou a esfera pública, e que distinção e diferença converteram-se em assuntos privados do indivíduo" (18).

A análise vai mais adiante, ao assinalar como o efeito, de certo modo paradoxal, dêsse processo de absorção das diversas esferas da existência humana pela sociedade abrangente é

---

... em tela. Assinale-se, por último, que o conceito, e a problemática correspondente (ainda que em outro nível) não é alheio à tradição de pensamento marxista, e aparece com especial nitidez num autor que, não por acaso, assimilou o essencial, tanto de Marx quanto da sociologia acadêmica alemã do início do século: Georg Lukacs (Veja-se Histoire et Conscience de Classe, op. cit., capítulo sobre reificação, por ex., p. 120).

(18) H. Arendt, The Human Condition, Doubleday/Anchor Books, Garden City, New York, 1959, p. 37/38.

precisamente a tendência ao isolamento individual. "O que torna a sociedade de massas tão difícil de tolerar, escreve Arendt, não é o número de pessoas envolvidas, ou pelo menos não principalmente isso, mas o fato de que o mundo que os permeia perdeu sua capacidade de vinculá-los entre si, de relacioná-los ou separá-los". E, numa imagem plástica: "O bizarro da situação se assemelha a uma sessão espírita na qual várias pessoas reunidas em torno de uma mesa vissem subitamente, por algum passe de mágica, a mesa desaparecer, de sorte que duas pessoas sentadas uma defronte a outra não mais estivessem separadas, mas tampouco estivessem relacionadas entre si por coisa tangível alguma" (19).

- 
- (19) H. Arendt, The Human Condition, op. cit., p. 48. Vê-se, por aí, como a preocupação de Arendt, a rigor, é mais especificamente com os aspectos antropológicos (no sentido filosófico do termo) da situação do homem na 'sociedade de massas'. Isso não surpreende, se tivermos em conta a sua formação na vertente alemã do "existencialismo", que dificilmente deixaria de conduzi-la para um exame do "ser-no-mundo" do homem contemporâneo, como fundamento das suas análises históricas e políticas. Digno de nota é que, em certo sentido, a sua própria obra é uma manifestação brilhante da situação que se propõe caracterizar, ao refletir com nitidez os efeitos que ela própria atribui à condição fundamental do 'homem-de-massa', que é o isolamento. Para ilustrar essa situação, ela se vale, em certa passagem, de uma frase de Lutero, "cujas experiências nos fenômenos da solidão e do isolamento possivelmente não têm paralelo", quando êste afirma que um homem isolado "sempre deduz uma coisa da outra e pensa tudo até o seu pior fim". (The Origins of Totalitarianism, op. cit., p.477). É precisamente isso que ela mesma, também uma pensadora isolada, tende a fazer na sua obra. É por essa via que, para além do valor intrínseco dos seus trabalhos, ela acaba contribuindo muito para a difusão da idéia do 'totalitarismo' como núcleo de uma "mitologia apocalíptica". (A expressão é de Nikos Poulantzas, na sua discussão apressada mas estimulante do "fenômeno dito totalitário", em Pouvoir Politique et Classes Sociales, Maspero, Paris, p. 316).

É contra êsse pano de fundo que Hannah Arendt constroi a sua análise dos fenômenos sociais, políticos e culturais próprios a essa modalidade de formação social. As idéias básicas, em tôrno das quais se articula a análise, são, portanto, as seguintes: a sociedade contemporânea, como forma extrema de socialização; a tendência, daí derivada, à sua atomização, ao se enfraquecerem e, no limite, se eliminarem os vínculos significativos entre os homens; a solidão como condição fundamental do homem na 'sociedade de massas'; a vulnerabilidade do homem isolado à adesão a movimentos sociais, que podem conduzir ao 'totalitarismo'; finalmente, no plano cultural, a manifestação do processo de "socialização" no plano dos objetos culturais, ao "funcionalizá-los" e torná-los simplesmente 'instrumentais', meios para outros fins (20).

Tanto a análise de Mannheim, de natureza estritamente sociológica, quanto a de Hannah Arendt, na qual transparecem mais explicitamente seus pressupostos filosóficos, desenvolvem uma linha de pensamento conducente à formulação de uma imagem da sociedade e do homem contemporâneos que constitui ponto de referência fundamental para a moderna pesquisa empírica em Sociologia, pelo menos tal como se desenvolve nos EUA. Trata-se, contudo, de ponto de referência negativo: serve de fundamento para a formulação de uma imagem alternativa. As características básicas dessa imagem alternativa são a recusa do tema da atomização e do seu correlato, a indiferenciação social como caracterizadora de um aspecto estrutural básico da sociedade contemporânea; a consequente redefinição da noção de massa, através da ênfase na persistência e importância estrutural dos "grupos primários" nessa sociedade; no limite, o encaminhamento dessa linha de raciocí

---

(20) H. Arendt, "Society and Culture", in: M. Jacobs (ed.), Culture for the Millions ?, op. cit..

nio até à substituição da noção de "sociedade de massas" pela de "sociedade pluralista" (o que implica, desde logo, em eliminar da análise um conceito como o de socialização, entendido na forma discutida anteriormente [ver nota 19] e que desempenha papel de relêvo tanto no pensamento de Mannheim quanto no de Hannah Arendt); finalmente - e naquilo que é fundamental do ponto de vista analítico - a dimensão mais pròpriamente sócio-psicológica do problema adquire importância fundamental, às custas, contudo, de uma redefinição básica. Por essa via, aquilo, que em Mannheim, era um problema de modalidades de racionalidade, no nível das diretrizes da ação social, e em Hannah Arendt representava modalidades de situação (implicando uma experiência estritamente pessoal) vinculadas a uma forma específica de organização social, passa a ser pensado em têrmos de atitudes, ou seja, de expressões diretamente observáveis (porque verbalizáveis) de disposições subjetivas para agir.

### Rumo a Uma Perspectiva Alternativa

A formulação dessa imagem alternativa da sociedade é decorrência de um conjunto de pesquisas desenvolvidas nos EUA durante as décadas de 30 e 40, em várias áreas da Sociologia: o estudo da organização interna da empresa (a célebre pesquisa de Hawthorne); a análise do processo eleitoral; estudos da Sociologia rural; análises dos efeitos da propaganda em situação de guerra; finalmente, a pesquisa que, na literatura pertinente, ficou mais diretamente associada a essa orientação, a saber, o estudo sobre "o papel desempenhado pelas pessoas no fluxo da comunicação de massa", realizado por Lazarsfeld e seus colaboradores, que representa a sua versão mais acabada. O resultado geral disso ficou conhecido como a "redescoberta



primário" e, na área dos estudos de comunicação, seu resultado específico foi a identificação do "fluxo em duas etapas da comunicação" (21).

A contribuição mais importante nessa área é a de Paul Lazarsfeld e seus colaboradores. Suas conclusões gerais já são demasiado conhecidas, de sorte que algumas rápidas referências são suficientes, para a seguir passarmos ao seu exame. A "redescoberta do grupo primário", que é apontada como sendo "uma das conquistas da ciência social empírica" (22) é seu elemento nuclear, e dá substância ao célebre esquema descritivo do two-step flow of communication.

---

(21) Para uma revisão das principais pesquisas responsáveis por tal "redescoberta", veja-se P. F. Lazarsfeld and E. Katz, Personal Influence - the Part Played by people in the Flow of Mass Communications, Free Press, New York, ed. paperback, 1964, p. 34-42 /1ª ed., 1955/; para uma exposição da tese sobre as etapas do fluxo da comunicação ver, além da obra antes citada, E. Katz, "The Two-step Flow of Communication", Public Opinion Quarterly, vol. 21, 1957, p. 61-78; acêrca das convergências teóricas que se apresentam nessa área, ver, além da obra citada de Katz e Lazarsfeld (p. 42, nota 12), E. Katz, "Communication Research and the Image of Society: Convergence of two Traditions", American Journal of Sociology, vol. 65, 1960, nº 5; para a crítica do modelo de sociedade de 'massa atomizada', na mesma linha que Lazarsfeld e seus colaboradores (e explicitamente citado por eles como apoio), ver E. Freidson, "Communications Research and the Concept of the Mass", American Sociological Review, vol. 18, 1953, p. 313-317.

(22) E. Katz and P. F. Lazarsfeld, Personal Influence, op. cit., p. 34. Sobre êsse tema, afirmam os autores citados: "A 'redescoberta' do grupo primário é atualmente um termo aceito para designar o tardio reconhecimento, por parte de pesquisadores em muitos campos, da importância das relações informais, interpessoais em situações que antes eram conceituadas como estritamente formais e atomísticas(...). Como assinala Merton (...) foram essencialmente as relações latentes' dos grupos primários que se 'redescobriu'. Sobre a história da pesquisa dos grupos primários, a fonte básica dêsses autores é E. Shils, "The Study of the Primary Group", in: D. Lerner and H. Lasswell (eds.), The Policy Sciences, Stanford University Press, 1951.

A alusão que êsses autores fazem à "redescoberta do grupo primário" em termos de uma "conquista da ciência social empírica" tem seu fundamento na circunstância de que ela constitui mais propriamente o resultado de cogitações acêrca de problemas técnicos, de planejamento de pesquisa, do que de questões de caráter mais estritamente teórico. No estudo que Lazarsfeld e seus colaboradores fizeram da campanha para as eleições presidenciais norte-americanas de 1940 em Eire County, Ohio (23), a técnica adotada, de entrevistas repetidas com as mesmas pessoas (panel) impunha uma decisão básica, acêrca do tipo de amostragem a ser adotado. Verificou-se que a amostragem congruente com os pressupostos implícitos na imagem da 'sociedade de massas' - ou seja, uma amostra casual simples, que apanhasse indivíduos isolados, 'atomizados' - não permitiria chegar a quaisquer conclusões significativas. Ao adotarem, contudo, um esquema de amostragem mais complexo, com quatro sub-amostras estratificadas e ao combinarem os fatores de estrato sócio-econômico, filiação religiosa e residência num Índice de Predisposição Política (IPP) os autores já rejeitaram, implícitamente, aquêle modelo. Finalmente, quando o exame das fontes de influência nas atitudes políticas - expressas estas últimas na opção eleitoral - revelou a importância dos contatos pessoais diretos no interior dos grupos de convivência, e o IPP se caracterizou como um indicador fundamental do tipo de pessoas com que cada entrevistado mais provavelmente teria contato, estava aberto o caminho para privilegiar-se na pesquisa a importância dos grupos primários no processo em exame e, no interior dêsses, o papel das personagens

---

(23) P. F. Lazarsfeld, B. Berelson and Hazel Gaudet, The People's Choice, Columbia University Press, 2ª ed., 1948. (No presente trabalho foi usada a versão resumida, autorizada pelos autores, dessa obra, em W. Petersen (ed.), American Social Patterns, Doubleday/Anchor Books, New York, 1956).

de maior influência na tomada de decisão dos demais (24). Chegou-se, assim, ao conceito de "líder de opinião", e à formulação da hipótese básica relativa ao fluxo de influência (em contraste com o de informação) no processo de comunicação, de que "as idéias frequentemente fluem do rádio e da imprensa para os líderes de opinião e dêsses para os segmentos menos ativos da população" (25). É importante ressaltar que, se os contatos diretos foram de importância fundamental na tomada de decisão nos "segmentos menos ativos da população", os meios formais de comunicação (imprensa, rádio) foram apontados pelos próprios "líderes de opinião" como sendo as fontes mais efetivas de influência, no seu caso. É isso que justifica falar-se em "dois passos" do fluxo de comunicação oriundo dos mass media e não de duas dimensões autônomas do processo de comunicação: os "líderes de opinião" são pouco mais do que intermediários entre os meios formais e os indivíduos inseridos nos grupos primários.

No que diz respeito à importância grupal, os autores de The People's Choice concluem que, "em suma, os grupos sociais são politicamente homogêneos, e a campanha ainda aumenta essa homogeneidade. Pessoas que convivem sob condições externas similares são suscetíveis de desenvolverem necessidades e interesses similares. Tendem a aplicar interpretações comuns a experiências comuns. (...) Pode haver, contudo, muitos membros de grupos que não estejam realmente cômicos das metas do seu próprio grupo ou, ainda que o estejam, não tenham interesse nos acontecimentos correntes suficiente para ligá-los entre si conscientemente. Eles se ajustam ao caráter político do seu grupo

---

(24) Para uma reiteração da impossibilidade de trabalhar com uma amostra aleatória de sujeitos desvinculados entre si, ver Katz and Lazarsfeld, Personal Influence, op. cit., p. 131.

(25) Lazarsfeld, Berelson, Gaudet, The People's Choice, op. cit., p. 151; (p. 166 no resumo em Petersen, op. cit.).

sob a influência persistente e pessoal dos concidadãos mais ativos politicamente" (26).

Na sua obra sobre Personal Influence, Lazarsfeld e Katz retomam as conclusões de The People's Choice para aplicá-las a outra área, que não a do comportamento eleitoral: aquela da conduta dos consumidores no mercado de bens de consumo, da moda e do entretenimento. Reforçam-se, com isso, as descobertas da pesquisa anterior (e de outras, entretimentos realizadas) com alguns acréscimos que não importa examinar mais detidamente, neste ponto. Ressalte-se, apenas, a descoberta de que os 'líderes de opinião' nas áreas do consumo cotidiano, à diferença daqueles atuantes na esfera dos negócios públicos, não se diferenciam significativamente dos seus influenciados, quanto às características sociais e culturais. A construção de um "índice de importância" (fatores: tipo de ciclo de vida, status social, "caráter gregário") permitiu verificar que, "exceto na arena dos negócios públicos, um status superior não confere automaticamente uma proporção maior de liderança no tipo de situações de influências face-a-face que nos preocupa. O 'poder' do líder de opinião no consumo cotidiano (marketing), na moda e na frequência aos cinemas, que se exprime na persuasão informal e na influência amigável, provavelmente não deriva de riqueza ou posição elevada mas do contato casual e cotidiano com os pares" (27). O consumo é, assim, uma área eminentemente 'democrática': seus orientadores diretos são retirados pelos liderados de entre os seus iguais.

---

(26) Lazarsfeld, Berelson, Gaudet, The People's Choice, op. cit., (p. 164 do resumo em Petersen, op. cit.).

(27) Katz and Lazarsfeld, Personal Influence, op. cit., p.325.

Se antes falávamos da presença de um "rousseauunismo" pervertido na análise da opinião pública pelas ciências sociais modernas, ao operarem como se a opinião pública fôsse a mera somatória das verbalizações das atitudes individuais, poderíamos agora falar duma superação parcial dêsse esquema, que nos conduziria, com tôdas as suas "redescobertas" e seu inegável requinte analítico, a uma imagem implícita da sociedade já mais próxima daquela de um Tocqueville corrigido. A sóbria exposição de Lazarsfeld e seus colegas ainda não é suficiente para exorcisar, em nome dos dados empíricos, o fantasma de Tocqueville, cuja visão da sociedade americana emerge praticamente ilesa no final dessas obras, ainda que o seu nome não apareça uma única vez nelas. A concepção de Tocqueville é corrigida ao se rejeitar o tema da 'atomização' social, mas acaba sendo reforçada pela ênfase - implícita, em face do tom deliberadamente não-crítico da exposição - sobre o problema do 'conformismo' e do seu correlato, a 'submissão à maioria' nos processos individuais de tomada de decisões socialmente relevantes.

Os 'líderes de opinião', afinal, operam como intermediários no processo pelo qual se cristaliza a "tirania da opinião pública" da qual falava Tocqueville. Isso, na medida em que a dimensão grupal entra na análise na qualidade de elemento condicionante das opções individuais, sem que a pesquisa consiga se desvencilhar das limitações que lhe são impostas pela sua concentração no nível das atitudes - vale dizer, das disposições individuais para agir, verbalizáveis e portanto aptas a serem captadas por instrumentos de pesquisa como a entrevista e o questionário. É verdade que, através da "redescoberta do grupo primário" se elimina a idéia de uma indiferenciação social, própria às concepções mais radicais de 'sociedade de massas' e se re-introduzem na análise pelo menos duas fontes de diferenciação: gru

pos de idade e nível sócio-econômico. Isso não é surpreendente para quem, como nós, jamais imaginaria que se pudesse encontrar qualquer contrapartida empírica para a noção de 'massas atomizadas'. Até pelo contrário, seria de se reclamar maior atenção para aspectos mais profundos da diferenciação social.

O efeito final das condições expostas por Lazarsfeld e seus colaboradores nas suas análises pode ser interpretado como uma substituição da imagem de uma 'sociedade de massas' indiferenciada pela de uma sociedade internamente diferenciada numa multiplicidade de grupos inseridos em faixas sócio-econômicas e etárias distintas, sendo que, no interior de cada uma das faixas, o comportamento é 'como se fôsse' de massa, mesmo porque a orientação para definirem-se as atitudes é ministrada pelos pares dos sujeitos, no mais das vezes. A indiferenciação social, antes concebida como global, torna-se fragmentária, sem desaparecer; sobretudo se tivermos em conta que, do ponto de vista da sociedade global, todos os 'grupos primários' são encarados como tendo a mesma importância, em termos de poder, influência ou de outros critérios. No limite, poder-se-ia aventar a idéia de que tais pesquisas tendem a substituir a imagem de uma grande 'massa' de indivíduos pela de uma 'massa' de grupos primários.

Nesse sentido, parece possível sustentar que ainda não é por essa via que se poderia tornar sem efeito as críticas já clássicas à pesquisa de opinião, formuladas em 1947 por Herbert Blumer (28). No seu trabalho, Blumer parte de uma crítica genérica às pesquisas de opinião, tal como entende serem elas realizadas, ao apontar que elas operam sem terem conseguido "isolar a 'opinião pública' como um conceito abstrato ou genérico, que

---

(28) H. Blumer, "Public Opinion and Public Opinion Polling", American Sociological Review, vol. 13, 1948, nº 4, p.542-547.

poderia assim converter-se em ponto focal para a formação de um sistema de proposições"; vale dizer, assinala a ausência de um conceito teórico de opinião pública, capaz de orientar a pesquisa em função de um objeto bem definido. Referindo-se aos procedimentos de pesquisa nessa área, Blumer aponta seis fatores a serem considerados, para sugerir que eles não têm sido levados em conta adequadamente. O núcleo da sua crítica consiste precisamente em sustentar que, em vista dos procedimentos de amostragem utilizados, a pesquisa de opinião é levada a operar com uma imagem implícita da sociedade, segundo a qual ela não passa de um "agregado de indivíduos díspares"; ou seja, como se se tratasse de uma grande 'massa'. Tôda a ênfase de Blumer se concentra no aspecto oposto, que é o de considerar a sociedade como um todo organizado internamente diferenciado. O essencial das suas formulações, no tocante àquilo que nos interessa aqui, consiste em sustentar que "a formação de opinião pública ocorre como uma função da sociedade em operação. (...) /ela/ não ocorre através de uma interação de indivíduos díspares que participam no processo em condições de igualdade. A formação da opinião pública reflete, pelo contrário, a composição e organização funcional da sociedade. (...). Em qualquer sentido realista, a diversificada interação que dá origem à opinião pública ocorre em ampla medida entre grupos funcionais e não meramente entre indivíduos díspares (...). Diferenças de prestígio, posição e influência que caracterizam grupos e indivíduos nas organizações funcionais de uma sociedade são chamadas a atuar na formação da opinião pública" (29).

---

(29) H. Blumer, "Public Opinion and Public Opinion Polling", op. cit., p. 544-545.

Fica claro, por aí, em que medida as pesquisas de Lazarsfeld e seus colaboradores satisfazem aos requisitos formulados por Blumer, que, como êle próprio enfatiza, correspondem às exigências do "bom senso". Para ter condições mínimas de escapar a quaisquer críticas baseadas em Blumer, tais pesquisas deveriam ter tomado como objeto de análise os grupos e não os indivíduos que os formam, através de suas atitudes em relação a uma campanha política ou ao mercado de bens de consumo ou de entretenimento. Na realidade, há um aspecto paradoxal nisso tudo, pois as pesquisas mencionadas, ao se proporem superar a imagem de uma sociedade 'de massas' ao introduzirem a dimensão grupal na análise, o fazem tomando por objeto precisamente aqueles fenômenos que Blumer caracteriza como suscetíveis de um estudo em termos de 'massa': as ações individuais de votar (com todos os votos tendo o mesmo peso, por definição), de adquirir bens no mercado ou mesmo de assistir a determinados filmes. O máximo que se pode afirmar é que as pesquisas em tela demonstram que decisões desse tipo - e as atitudes subjacentes - também não podem ser encaradas como 'atomizadas', de sorte que a distinção, proposta por Blumer, entre áreas em que a análise pode se concentrar sobre indivíduos isolados e áreas em que as relações intergrupais são as mais pertinentes acaba se revelando sem valor (30).

Cabe não esquecer, por outro lado, os problemas metodológicos envolvidos num estudo que tomasse como unidades de análise grupos e não indivíduos, nos quadros teóricos e institucionais em que opera a pesquisa empírica na Sociologia contem-

---

(3) Sobre êsse 'paradoxo' e suas implicações, ver M. Brouwer, "L'Information et les Sciences Sociales: Quelques Domaines Négligés", Revue Internationale des Sciences Sociales, vol. XIV, 1962, nº 2, p. 318-336, esp. p. 319-329.



porânea. Se é verdade que, como assinala o principal discípulo europeu de Lazarsfeld (31), a análise contextual - cujo desenvolvimento muito deve ao próprio Lazarsfeld - constitui "a resposta dada pela Sociologia às objeções de Blumer, tornando-as em grande parte superadas", não é menos real que a aplicação efetiva dessa modalidade de análise tropeça com sérias dificuldades. "Teoricamente, a noção da análise contextual [vale dizer, a extensão da lógica dos surveys a outras unidades que não o indivíduo] fornece uma resposta a um problema fundamental para a Sociologia, a saber, aquêle da relação entre estrutura social e comportamento individual. Mas somente na teoria, pois na prática constata-se que essa técnica quase não foi utilizada nos países europeus e que nos Estados Unidos os exemplos de sua aplicação ainda são relativamente poucos" (32). As causas disso, segundo Boudon, são de caráter institucional, e dizem respeito à dificuldade de centros universitários arcarem com os altos custos de tais pesquisas.

Essa limitação já é das mais graves, mas não nos parece esgotar a questão. É de se receiar que Boudon seja excessivamente otimista ao afirmar que na 'análise contextual' se encontre a "resposta" para o problema de que trata; ou, pelo menos, a resposta já satisfatória. Essa modalidade de análise trata as suas unidades de pesquisa - individuais ou coletivas - como variáveis dotadas de certas propriedades contextuais (contextual properties), ou seja, toma as propriedades de um todo abrangente como determinantes das propriedades de suas partes com

(31) R. Boudon, "Analyse secondaire et sondage sociologique", Cahiers Internationaux de Sociologie, vol. XLVII, 1969, nº 2, p. 5-34.

(32) R. Boudon, op. cit., p. 14-15; acerca desses problemas metodológicos, ver também o artigo de Brouwer, citado.

ponentes. Nesse sentido, "as propriedades contextuais são, na realidade, características dos coletivos aplicadas aos seus membros" (33). Os problemas de caráter puramente metodológico envolvidos nisso são, no entanto, dos mais sérios. Examinemos a questão com base numa obra citada por Boudon como um exemplo clássico dessa modalidade de análise: o trabalho de Lipset, Trow e Coleman sobre a "democracia sindical" entre os trabalhadores gráficos (34).

Para além da referência de Boudon, a escolha dessa obra para exemplo justifica-se por ela também ser pertinente ao nosso tema. Como é sabido, seus autores se propunham examinar empiricamente duas formulações teóricas mais amplas: o enunciado de Robert Michels, segundo o qual toda organização formal tende a tornar-se oligárquica - cuja validade é rejeitada, para o caso em tela - e a teoria da 'sociedade de massas' - que é apresentada como contraste à conclusão alcançada, de que a associação sindical estudada apresenta, na sua estrutura, os 'grupos secundários' inseridos entre seus órgãos dirigentes e o conjunto dos seus membros, reclamadas por autores como Tocqueville e Durkheim (que são citados no texto) para fazer frente ao risco da 'massificação' e da concentração abusiva do poder.

---

(33) P. F. Lazarsfeld and H. Menzel, "On the Relation Between Individual and Collective Properties", in: A. Etzioni - (ed.), Complex Organizations, Holt, Rinehart and Winston, New York, 1962, p. 422-440, cf. p. 433.

(34) S. M. Lipset, M. A. Trow, J. S. Coleman, Union Democracy, Free Press, Glencoe, 1956. (Valemo-nos, aqui, do resumo parcial dessa obra, feito pelos seus autores, e reproduzido em W. Petersen (ed.), American Social Patterns, op. cit., p. 171-218, com título de "Union Democracy and Secondary Organization").

Na organização pesquisada, essa proposição intermediária é ocupada por clubes de colegas. Vamos retirar da discussão dêsse problema na obra um exemplo de proposição complexa baseada na análise contextual. Sustentam os autores que, tomando-se como variável independente a atividade política sindical, verifica-se que: (1) essa atividade é maior no grupo dos membros de clubes do que no de não-membros; (2) o grupo com escores mais baixos de 'sensibilidade ideológica' (medida por questionário) é mais afetado pela vinculação a clube do que aqueles com 'sensibilidade ideológica' mais elevada, em termos do aumento de participação política, comparada com os não-membros (35). A segunda constatação só ganha sentido na medida em que as três variáveis em questão - a atividade política, a 'sensibilidade ideológica' e a vinculação a clube - são relacionadas entre si em termos de variáveis de contexto. É que, como revela a análise, a condição de membro de clubes propicia mudanças de comportamento político determinadas pelas próprias características desses grupos, na medida em que eles, sem terem qualquer caráter político manifesto são, no entanto, 'estruturalmente' politizados e politizadores. Esta sua propriedade deriva, por um lado, da parcela desproporcionalmente alta de membros politicamente ativos que reúnem (20% nos clubes contra 10% na união sindical como um todo); e, por outro lado, da circunstância de tais clubes constituírem áreas de relacionamento social mais estruturado e formalizado do que aquela dos contatos ocasionais entre colegas de trabalho. Visto que as preferências puramente individuais orientam seus contatos informais, determinando, por exemplo, a seleção de amigos com interesses (ou desinteresses) congruentes com os do sujeito, será apenas em grupos mais formalizados, como

---

(35) Lipset, Trow, Coleman, "Union Democracy and Secondary Organization", op. cit., p. 206-207.

os clubes, que relacionamentos sociais sistemáticos e persistentes entre indivíduos mais diferenciados se realizarão. (É claro que os indivíduos menos politizados só ingressam nêles porque êles não têm caráter político explícito). Dadas portanto as características globais dêsses clubes, o efeito final é que "o maior contato entre indivíduos politicamente ativos e outros que não o são aumenta a possibilidade de que os últimos sejam politicamente estimulados" (36). Com isso, voltamos, através de referência explícita dos autores, à noção de 'líder de opinião'; somente que, nessa análise, a liderança de opinião é localizada, não no nível estritamente interpessoal, mas no plano da estrutura interna de determinados grupos. O importante é que a ação do grupo sobre o comportamento dos seus membros é independente dos propósitos manifestos dêstes; a sua organização mais formal, associada às características da sua composição interna, de certa forma "impõe" o trato de questões relativas à política sindical entre êles, com as consequências já vistas. Demonstra-se, em suma, que, em consonância com o enunciado geral exposto mais acima, temos aqui um caso em que uma propriedade do contexto - o alto grau de politização dos clubes - determina uma propriedade dos seus membros componentes - o seu alto grau de politização relativa.

O ponto forte dessa análise reside em que supera o plano das pesquisas de caráter mais sócio-psicológico, centradas nas atitudes individuais. Por isso mesmo, não opera no nível da 'pesquisa de opinião' porém, mais propriamente, no do estudo empírico das condições estruturais da atividade política. Com isso, ainda se mantêm, no essencial, as objeções de Blumer,

---

(36) Lipset, Trow, Coleman, op. cit., p. 210.

na medida em que se poderia sugerir que a "resposta" que a análise contextual é chamada a dar para os problemas levantados por êle conduz a pesquisas que vão além do plano das atitudes - e , portanto, das opiniões - ao tratarem de outras unidades de análise que não o indivíduo. Persiste, é claro, o fato de que um considerável esforço tem sido dedicado, nos últimos 30 anos, para aperfeiçoar instrumentos de pesquisa mais adequados ao tratamento das relações entre unidades coletivas de análise. Mas os comentários de Blumer conduzem mais longe, ao sugerirem a impossibilidade teórica de se fazer pesquisas de opinião tomando, como unidade de análise, grupos e não indivíduos. É nesse nível teórico que o problema deve ser tratado, e não no plano das técnicas de pesquisa; e é por isso que as réplicas de Theodore M. Newcomb e Joan Woodward a Blumer (37), ou as observações de Boudon a que nos referimos são, no fundo, equivocadas. O que Blumer afirma, em síntese, é que: (1) na pesquisa corriqueira de opinião, esta é entendida como atributo de indivíduos, quando , na realidade, é efeito das inter-relações de grupos funcionais diferenciados, no interior de uma sociedade; (2) mas a busca da opinião no nível grupal é obstada porque falta o conceito teórico de opinião pública que lhe daria sentido. Indo um pouco mais além, poder-se-ia sustentar que a noção de 'opinião' efetivamente só tem contrapartida empírica no plano individual, enquanto verbalização de atitudes.

Constitui patente contra-senso falar de opinião 'grupal' (mesmo tomando êsse termo como sinônimo de 'pública') e isso se revela na pesquisa empírica pela impossibilidade de tratar êsse fenômeno em termos que, para usar a linguagem de Lazars

---

(37) T. M. Newcomb, J. Woodward, "Discussion of the Blumer Paper", American Sociological Review, vol. 13, 1948, p.549-554.

feld, estejam no nível das 'propriedades globais' de um coletivo (não traduzíveis em proposições acerca das propriedades individuais dos seus membros) e não apenas das suas 'propriedades agregativas' (em que tal conversão é possível) (38). A noção de 'opinião' - e seu correlato, a de 'atitude' - tem sentido nas pesquisas sócio-psicológicas ou micro-sociológicas, ou seja, no estudo de pequenos grupos. A dificuldade de análise macro-sociológica, na área que nos interessa, não reside apenas nos problemas do planejamento e realização de pesquisas, mas na necessidade de recorrer a conceitos de alcance correspondente, estritamente referidos a características globais de grupos complexos. Tais conceitos, quando disponíveis - a exemplo dos de 'ideologia', 'anomia', ou 'consciência de classe' - são de tratamento empírico muito difícil.

Remetidos que fomos, contudo, à dimensão mais própria mente teórica do problema, convém examinar um pouco mais detidamente o esquema organizador dêsse enfoque analítico que questiona a imagem clássica da 'sociedade de massas', e a imagem da sociedade alternativa que propõe. As coordenadas básicas pertinentes são: quanto à orientação geral da análise, ela é funcionalista (ou, se se preferir, 'estrutural-funcional'); quanto à sua preocupação básica, diz respeito às condições da integração consensual de sociedades complexas; no tocante à concepção de sociedade envolvida, é a 'sociedade pluralista'.

Isso fica marcado, desde logo, na obra de Lipset e seus colaboradores que viemos discutindo. Uma vez revelada a

---

(38) Ver Paul F. Lazarsfeld and Morris Rosenberg (ed.), The Language of Social Research, Free Press, Glencoe, 1955, Section IV, "Formal Aspects of Research on Human Groups", especialmente a introdução dos organizadores.

presença dos 'grupos intermediários' na organização mais ampla que é seu objeto de estudo, a preocupação desses autores se volta para a busca das funções desempenhadas por tais grupos, tendo em vista corrigir um aspecto central da teoria corrente da 'sociedade de massas'. O cerne do seu argumento reside na distinção entre duas funções muito diferentes da organização secundária. "Por um lado, elas atuam como bases do poder compensatório [countervailing power, com explícita referência a Galbraith], como grupos de interesse que restringem o poder absoluto do organismo central. Por outro lado, servem para incrementar a participação política" (39). Levando em conta a possibilidade dessas funções serem desempenhadas por organizações bastante diversas, os autores apontam uma consequência importante dessa distinção. "Uma sociedade pode ter uma ampla variedade de associações secundárias, que se encarregam do importante papel de contrabalançar o poder estatal, sem ter uma estrutura subjacente de grupos primários capazes de assegurarem a segunda função, de incremento do envolvimento pessoal. Sob certos aspectos, podemos conceber a sociedade urbana norte-americana como sendo uma sociedade de massas nesse sentido" (40).

Essa observação é importante, posto que introduz um refinamento notável na teoria da 'sociedade de massas', ao assinalar que a recusa do tema da 'atomização' para caracterizá-la não implica em converter a presença de 'organizações secundárias' em condição suficiente para sustar-se o aparecimento das características políticas que usualmente lhe são associadas.

---

(39) Lipset, Trow, Coleman, op. cit., p. 195.

(40) Lipset, Trow, Coleman, op. cit., p. 196.

O desenvolvimento dessa linha de raciocínio conduz, contudo, a formulações que traem o desvio de perspectiva resultante da tendência dos autores, para extrapolar as características organizatórias da associação sindical para o estudo da sociedade global, tomando ambas como análogas no que diz respeito aos processos políticos básicos. Dessa forma, virtualmente todas as formas de organização - associações de veteranos de guerra, automóvel-clubes, cooperativas de consumo, planos médicos, e o sindicato típico são os exemplos usados - são encarados como operando no sentido de "manter a democracia na sociedade mais ampla ao atuarem como bases independentes de poder", embora não sejam dotadas de rêsdes interpessoais internas capazes de lhes assegurar a função de estimulantes da participação política. A idéia de atribuir indiscriminadamente a condição de bases independentes de poder aos numerosos grupos e associações existentes numa sociedade complexa é, no entanto, das mais discutíveis. Ainda que usando argumentos um tanto caricaturais, um cientista político aponta um aspecto fundamental desse problema. Discutindo a teoria da 'sociedade pluralista', comenta Otto Kirchheimer que, à parte a importância dos sindicatos e associações religiosas, "é extremamente duvidosa a importância sociológica de associações corais, de filatelistas, de apicultores, clubes contra a viviseção etc.; talvez tenham muitos associados, mas é difícil perceber de que modo poderiam funcionar como intermediários entre o Estado e o indivíduo, salvo dentro de limites muito estreitos. Na Alemanha da República de Weimar existiam inúmeras associações desse tipo; todas elas se apressaram em adotar a ideologia fascista em 1933. Isso naturalmente teve suas razões: a intensiva atenção a hobbies (...) perpetuava e favorecia a ignorância política (...)" (41).

---

(41) O. Kirchheimer, "Private Man and Society", Political Science Quarterly, vol. LXXXI, 1966, nº 1.



Recusa-se, assim, a tese dos efeitos equilibradores da proliferação de 'grupos intermediários' na sociedade, visto que somente alguns poucos entre eles são de importância estratégica. Na realidade, Lipset e seus colegas são conduzidos às suas concepções desse tema não apenas por extrapolarem as conclusões de seu estudo de uma organização estrategicamente situada no plano global e peculiarmente estruturada no plano interno: a própria lógica da análise funcionalista os impele nesse sentido.

Há, com efeito, uma marcada afinidade entre a concepção da 'sociedade pluralista' e o empenho da análise de fundo funcionalista, no sentido de localizar as bases da integração de um sistema complexo em termos das posições recíprocas das suas partes componentes e dos processos derivados das suas inter-relações. É que, se a base empírica para a análise de formações sociais desse tipo consiste de dados acerca de uma pluralidade de grupos diferenciados, a perspectiva funcionalista permite articulá-los de maneira congruente com uma exigência nuclear desse modelo de sociedade. Tal exigência básica diz respeito à demonstração da necessidade da presença desses diversos grupamentos para a persistência do padrão de integração do conjunto social maior. Prescinde-se, assim, da localização de um princípio estrutural mais profundo, que dê sentido à ordenação peculiar entre os diversos subsistemas em presença. Vale dizer, a única hierarquização pertinente entre os elementos é de ordem 'linear', na qual eles se articulam numa escala que vai do grupo particular às unidades mais complexas, num movimento de integração em 'níveis' progressivos (42). Um exemplo disso é a re-

---

(42) Não importa, neste contexto, se o ponto de partida da análise é dado pelas unidades menores, enquanto subsistemas a serem referidos a unidades mais abrangentes ou pelo sistema global, a partir do qual se 'desce' para os subsistemas. Ambos esses caminhos são possíveis nas diversas versões da análise funcionalista. Sobre isso, ver, por exemplo, N. J. Demerath III, "Synecdoche and Structural-Functionalism", Social Forces, vol. 44, nº 3, p. 390-401.

interpretação a que Talcott Parsons submete os resultados de uma das duas pesquisas clássicas sobre campanhas eleitorais orientadas por Lazarsfeld: aquela que retoma o esquema de The People's Choice para aplicá-lo às eleições presidenciais norte-americanas de 1948 (43). Nessa pesquisa, como nas outras da mesma série, o foco da atenção são os determinantes grupais de atitudes individuais, e a manifestação dessas atitudes em termos de opiniões e opções (eleitorais, no caso; de consumo e entretenimento, em Personal Affluence). Chega-se, por essa via, a conclusões como a de que os indivíduos submetidos a pressões contraditórias, emanadas dos diversos grupos a que pertencem, tendem a ser os mais indecisos quanto à sua escolha eleitoral, e os mais propensos a modificá-la no curso do tempo. O esforço de Parsons consiste justamente em retomar esses resultados, derivados de uma análise com forte carga psico-sociológica, para inseri-los numa análise mais estritamente sociológica, em que a articulação dos grupos é examinada de uma perspectiva funcionalista. Referindo-se ao processo analisado naquela obra, Parsons escreve que, no seu nível mais baixo, êle "depende do resultado estatístico de milhões de atos individuais"; mas que, em níveis superiores, êle ganha estrutura, pois "a vinculação do indivíduo às suas associações solidárias como referência para o voto constrói a sociedade numa série gradativa de passos, rumo a unidades aptas a serem significativamente relacionadas aos problemas importantes do momento, às alternativas realistas com que se defronta o sistema político enquanto sistema. Como uma estrutura de integração política, o tópo dessa estrutura é formado pelos dois partidos nacionais" (44).

---

(43) B. Berelson, P. F. Lazarsfeld, and W. N. McPhee, Voting: a Study of Opinion Formation in a Presidential Campaign, University of Chicago Press, 1954.

(44) T. Parsons, "'Voting' and the Equilibrium of the American Political System", in: E. Burdick and A. Brodbeck (ed.), American Voting Behavior, Free Press, 1959 (grifo nosso).

Ao operar no nível das relações entre grupos, entendidos como subsistemas, a interpretação funcionalista da imagem da 'sociedade pluralista' permite evitar a redução sócio-psicológica implícita nas pesquisas centradas nas atitudes. Ficam, por essa via, senão superadas pelo menos contornadas algumas das dificuldades mais salientes contidas tanto na imagem da sociedade 'de massa' quanto naquela 'pluralista'.

Cumprе ressaltar, preliminarmente, que ambas essas imagens são construídas em tórno de preocupações concernentes à análise da dimensão política das formações sociais contemporâneas: dizem respeito a modalidades de distribuição e exercício do poder (ou, na perspectiva sócio-psicológica, da influência) nessas sociedades. É, portanto, nessa esfera que nos moveremos, na discussão que segue.

No que diz respeito à concepção da 'sociedade de massa', sabemos que a preocupação subjacente tem como um dos seus aspectos centrais o tratamento dos movimentos sociais; daí a atenção dada à sua 'vulnerabilidade institucional'. Um exame da mais difundida obra de síntese nessa área - o livro de William Kornhauser sobre The Politics of Mass Society - permite, no entanto, constatar, como já foi apontado por pelo menos um autor(45), que um raciocínio nuclear dessa teoria é viciado por circularidade. Com efeito, Kornhauser, ao sistematizar as principais contribuições nesse campo, põe à mostra que, no tratamento do tema central do 'contrôle totalitário', essa teoria vincula êsse controle à 'disponibilidade da massa', para finalmente, definir essa disponibilidade de modo circular: como assinala Harold Willensky, ela é "indicada por (1) uma taxa elevada de comportamento de massa, e (2) carência de vinculação a grupos independentes

---

(45) H. Willensky, "Mass Society and Mass Culture: Interdependence or Independence?", American Sociological Review, vol. 29, 1964, nº 2, p. 173-197.

tes. Confundem-se, aqui, as causas hipotéticas do comportamento de massa com o próprio comportamento de massa" (46).

Êsse ponto é decisivamente superado por um esquema de análise que rejeite a tese da 'atomização' e os seus correlatos - mesmo porque são totalmente incompatíveis com seus pressupostos - em favor da idéia de uma organização multi-grupal.

Uma segunda dificuldade, relacionada com a anterior, é no entanto, apenas parcialmente superada pela visão 'pluralista', em qualquer das suas versões. Diz ela respeito ao tema fundamental da relação negativa, que se postula, entre a presença de 'grupos secundários' no conjunto social e a suscetibilidade dêste a movimentos sociais de caráter disruptivo. Nesse ponto, a associação dos temas de 'atomização' e da 'vulnerabilidade institucional' ao do 'comportamento de massa' nos conduz mais diretamente ao tratamento dos determinantes grupais da conduta; mais diretamente, portanto, à análise de fundo sócio-psicológico. Há dois pressupostos básicos a êsse respeito, na teoria da 'sociedade de massa'. Em primeiro lugar, supõe-se que os grupos secundários têm efeito 'moderador' sôbre as tendências individuais a aderir a movimentos de massa, ao envolverem as pessoas numa teia de normas e compromissos. Em segundo lugar, atribui-se a todos êsses grupos, ainda que implícitamente, a condição de grupos de referência importantes em tôdas as áreas da vida dos seus membros (47). Ambas essas suposições são vulneráveis à crítica. A primeira delas deixa de levar em conta que os grupamentos secundários podem muito bem ter efeitos mobilizadores mais do que moderadores (como, de resto, é apontado na análise de Lipset, Trow e Coleman referida mais acima). Quanto à segunda, é claramente refutada pela observação direta (48).

---

(46) H. Willensky, op. cit., p. 177.

(47) Sôbre ambos êsses pontos, e sua crítica, ver M. Pinard, "Mass Society and Political Movements: a New Formulation", American Journal of Sociology, vol. 73, 1968, nº 2.

(48) Para referências, ver o artigo citado, de M. Pinard.

Esse segundo pressuposto, contudo, é comum a ambas essas imagens da sociedade: 'de massa' ou 'pluralista'. Embora, no que concerne a esta última, o problema se manifeste com maior nitidez em estudos cuja unidade de análise última é o indivíduo - enquanto portador de 'propriedades de contexto' - a sua redefinição em linhas funcionalistas apenas consegue transferir a dificuldade para o nível inter-grupal. O problema persiste, ainda que atenuado, pois o pressuposto de que todos os grupos, enquanto subsistemas, são significativos, positiva ou negativamente, para a integração do conjunto maior é próprio desse esquema de análise. Poder-se-ia argumentar, com efeito, que a interpretação funcionalista, sobretudo na sua versão parsoniana, ainda introduz uma agravante nessa dificuldade, ao operar com um modelo orientado pela busca do consenso; o que equivale a acentuar mais uma vez a tendência, já presente na imagem da 'sociedade pluralista', no sentido de negligenciar a diferenciação entre os grupos, do ponto de vista do seu 'pêso' estrutural. Isto ocorre tanto por motivos metodológicos - sobretudo o caráter 'linear' da inserção dos subsistemas na estrutura abrangente, já apontada - quanto em virtude das implicações da própria noção-diretriz, de integração consensual: só se concebe o consenso entre iguais, numa reciprocidade equilibrada (49).

---

(49) Claro que estamos, de novo, simplificando muito o modelo de análise funcionalista (ou estrutural-funcional). As observações acima não se aplicam, por exemplo, a esforços teóricos como os contidos nos artigos de Alvin Gouldner, sobre "Reciprocity and Autonomy in Functional Theory", in: L. Gross (ed.), Symposium on Sociological Theory, Harper & Row, New York, 1959; e de D. Lockwood, sobre "Social Integration and System Integration", in: G.K. Zollschan and W. Hirsch (ed.), Explorations in Social Change, Routledge & Kegan Paul, London, 1964. Não será por acaso, contudo, que Gouldner abandonou de vez a concepção funcionalista, nos seus escritos mais recentes (veja-se The Coming Crisis in Western Sociology, Basic Books, New York, 1970) e que Lockwood nunca tenha aderido a ela.

Se, no entanto, ao invés de pensarmos a perspectiva funcionalista em termos mais próximos à sua formulação parsoniana, formos a um representante mais 'moderado' dessa diretriz teórica, como Robert Merton, poderemos encontrar uma abertura para uma linha de análise que, sem se deter no nível das atitudes individuais e congruente, no geral, com as premissas da imagem da 'sociedade pluralista', retoma essa problemática num enquadramento diverso. Escrevendo sobre um tema afim às análises já mencionadas de Lazarsfeld e seus colaboradores (grupo do qual fez parte), a saber, o estudo da 'influência interpessoal' numa comunidade, afirma êle, no melhor espírito funcionalista: "Estudos na sociologia das comunicações de massa precisam suplementar as análises em termos de atributos pessoais de leitores e ouvintes com análises dos seus papéis sociais e sua inserção em rês de relações interpessoais" (50).

A contribuição específica de Merton, nesse seu trabalho, consiste primeiramente em **construir dois tipos** de 'portadores de influência', inspirados na clássica contraposição entre 'comunidade' e 'sociedade': os "locais" e os "cosmopolitas", respectivamente. Em seguida, examinam-se os papéis sociais desempenhados por essas figuras, por uma ótica que combina a sua referência à articulação funcional de status num sistema com a consideração dos aspectos da personalidade envolvidos na influência interpessoal. Dessa perspectiva, "o decisivo é o padrão de utilização do status social e não os contornos formais do próprio status" (51).

---

(50) R. K. Merton, "Patterns of Influence: Local and Cosmopolitan Influential", Social Theory and Social Structure, Free Press, Glencoe, 2nd ed., 1957, p. 387-420, cf. p. 409.

(51) R. K. Merton, "Patterns of Influence", op. cit., p. 402.

Estuda-se, dessa forma, o comportamento na área das comunicações em termos das "funções sociais e psicológicas" (é Merton que sublinha) desempenhadas pela seleção e uso que cada um desses tipos faz do material comunicativo. Essas funções, por seu turno, vinculam-se aos "papéis sociais que determinam os usos possíveis e efetivos da comunicação". Cruzam-se, por essa via, a perspectiva individual (através das "funções psicológicas" do comportamento comunicativo) e a propriamente social (através da análise dos papéis, que definem as "funções sociais" desse comportamento), para se encontrarem no nível dos padrões de uso simultâneo do status e da comunicação pelos influenciadores. No final, descortina-se uma categoria mais geral orientadora dessa análise, pela qual se supera o nível do estudo das atitudes isoladas: aquela dada pelo conjunto de orientações básicas dos sujeitos. "Parece que o comportamento na área das comunicações constitui parte das rotinas de vida e das orientações básicas dos dois tipos de portadores de influência. Suas seleções de revistas, jornais e programas de rádio simultaneamente refletem e reforçam essas orientações básicas" (52).

Se substituirmos a expressão "orientações básicas" por "caráter" - no que, é claro, estaremos abandonando o enquadramento do estudo de Merton - teremos aberto o caminho para considerar um outro padrão de análise da problemática em tela. Neste, a 'sociedade pluralista' é exposta e examinada em termos já não funcionalistas, mas centradas no tipo de caráter social congruente com ela. Referimo-nos à obra de David Riesman e seus colaboradores, sobre a sociedade e a cultura norte-americana contemporâneas (53).

---

(52) R. K. Merton, "Patterns of Influence", op. cit., p. 406.

(53) D. Riesman, with N. Glazer and Renel Denney, The Lonely Crowd, abridged with a new foreword, Yale University Press, New Haven, 1961 /edição original, 1950/ - (Nas referências, daqui por diante, somente será mencionado o nome de Riesman).

Riesman, como tantos outros, amadureceu suas idéias nessa área num processo que inclui a revisão crítica da concepção tradicional de pesquisa de opinião, cujas premissas ideológicas ele põe à mostra, como representativas da "ótica liberal novecentista, do indivíduo como átomo social" (54). Ademais, as sinala êle na mesma ocasião, a aplicação de questionários sobre opinião tem por efeito dar uma ilusão de poder àqueles que não o têm. As relações entre opinião e poder, redefinidos ambos num quadro de referência mais geral, constituem tema nuclear na obra de Riesman, e aparecem com t $\hat{o}$ da a nitidez em The Lonely Crowd que passamos a examinar.

Recordemos o seu tema b $\acute{a}$ sico: a rela $\tilde{c}$ o entre tipos de car $\acute{a}$ ter social e modalidades de forma $\tilde{c}$ o social ("classe, grupo, regi $\tilde{c}$ es e na $\tilde{c}$ es") em suas esferas institucionais. A no $\tilde{c}$ o orientadora da an $\acute{a}$ lise é, portanto, a de 'car $\acute{a}$ ter social'. O pr $\acute{o}$ prio Riesman aponta as suas "muitas ambiguidades", mas acaba por identific $\acute{a}$ -la com "modo de conformidade": ou seja, aquela dimen $\tilde{s}$ o da personalidade individual que, atrav $\acute{e}$ s do processo de socializa $\tilde{c}$ o no interior de um grupo, assegura a conformidade do seu portador em face das exig $\hat{e}$ ncias sociais hist $\acute{o}$ ricamente dadas.

A refer $\hat{e}$ ncia, portanto, é a um conjunto de orienta $\tilde{c}$ es b $\acute{a}$ sicas (para nos valermos do t $\acute{e}$ rmo de Merton, que é perfeitamente pertinente ao caso) e n $\tilde{a}$ o a atitudes ou opini $\tilde{c}$ es discretas. Sob todos os aspectos, trata-se de an $\acute{a}$ lise no n $\acute{i}$ vel macro: refere-se a grandes grupos ou sociedades globais, a longos

---

(54) D. Riesman, "The Meaning of Opinion", Individualism Re-  
considered, Free Press, Glencoe, 1954, p.495.



períodos históricos, e a uma dimensão complexa da organização psicológica individual.

Em primeira aproximação, o estudo de Riesman estaria na linha das pesquisas sobre 'cultura e personalidade', tão difundidas nas ciências sociais a partir da década de 30; com efeito, a dimensão cultural parece ser a fundamental em qualquer análise que parta das premissas formuladas por êle, de vez que a orientação do comportamento é dada por valores. A perspectiva adotada por êle, contudo, o leva a pôr ênfase nas relações entre caráter e estrutura social e, nesta última, a procurar especialmente as bases dos mecanismos de decisão; enfatiza-se, portanto, a dimensão política.

O resultado mais geral da análise consiste na construção dos diversos tipos de caráter social, engendrados em períodos históricos específicos: 'dirigido pela tradição' (tradition-directed), 'endodirigido' (inner-directed), 'heterodirigido' (other-directed) e êsse tipo anômalo que é o caráter social 'autônomo' (espécie de contra-senso sociológico, visto que dispensa a conformidade).

Não nos interessa, aqui, o exame das hipóteses algo bizarras formuladas por Riesman acêrca da vinculação entre êsses diversos tipos de caráter e determinadas magnitudes de caráter democrático, próprias a cada fase histórica estudada. Basta-nos recordar, em traços gerais, que o tipo orientado para a tradição corresponde à sociedade pré-industrial, ao passo que os dois outros correspondem a etapas diferentes da revolução industrial: o tipo 'endodirigido' é próprio de uma sociedade em que a ênfase recai sobre a produção, enquanto que o 'heterodirigido' corresponde à ênfase sobre o consumo, sendo seu cenário a sociedade norte-americana contemporânea. Os diversos tipos, por seu turno, refletem mudanças no processo de socializa

ção. No caso dos dois últimos, exprime-se a passagem da internalização dos padrões familiares, que engendra o tipo 'endodirigido', para o predomínio dos valores mais difusos, veiculados por instituições como os meios de comunicação de massa e as escolas, e reforçados cotidianamente pelas relações interpessoais.

A nós interessa o modo pelo qual essa análise concebe o tipo de caráter 'heterodirigido' e a sociedade que lhe é congruente. O estudo se concentra sobre a sociedade norte-americana contemporânea, com o fito de demonstrar a tese de que houve mudanças profundas no caráter social americano entre o século passado e o atual; mudanças essas ilustradas pela passagem do caráter 'endodirigido' para o 'heterodirigido'. Quais são os traços essenciais do portador desse tipo de caráter social, orientado para outrem? Basicamente, êle é uma pessoa preocupada com a opinião que os outros formam a seu respeito, mais do que com qualquer desempenho individual próprio. Quando há conflito entre sua individualidade e o conformismo em face da opinião alheia, é a segunda opção que vence. Sua conduta está pautada por essa preocupação, mais do que por quaisquer cânones fixos e internalizados; é portanto a situação em que êle se encontra, nas suas múltiplas áreas de relacionamento com outros, que vai definir a sua linha de ação. Sua vida social se organiza como uma sucessão de compromissos, assumidos diante do olhar vigilante daquilo que Riesman chama de "um juri de seus pares". A busca ansiosa da aprovação alheia e seu correlato, a tendência ao compromisso, em contraste com a afirmação vigorosa de uma posição própria conduz à dissolução do individualismo, êsse valor tão caro do homem 'endodirigido' da primeira etapa da revolução industrial, cujo protótipo é o empreendedor pioneiro na área econômica.

A sociedade à qual êsse tipo de caráter é próprio é também pintada por Riesman em tons cinzas: nada de contrastes e nérgicos e de conflitos, mas uma articulação complexa e lábil de compromissos grupais. É o protótipo da 'sociedade pluralista', em que nem as classes (dissolvidas em grupos menores e competitivos sem serem antagônicos) nem as 'massas' (aglutinadas nesses mesmos grupos) são categorias estruturais pertinentes.

O homem 'heterodirigido' é um cidadão 'supersocializado' (no sentido sócio-psicológico do termo). Em contrapartida, a sociedade em que vive é 'subsociada' (no sentido weberiano de 'socialização'): tende a carecer de um núcleo bem definido e de lideranças políticas firmes. A sociedade 'pluralista' é complexa e lábil em termos de organização, amorfa e indeterminada em termos de poder. Inútil procurar nela alguma 'classe dirigente', como o faz, por exemplo, Wright Mills (55): o poder está disperso em seu interior, numa multiplicidade de grupos, aglutinados em torno de interesses específicos e mobilizados apenas em face de situações que os afetem diretamente. O poder está distribuído por êsses grupos, que atuam á semelhança de empresas monopolistas: competem entre si na busca dos seus objetivos próprios, sem deixarem vir à tona antagonismos destrutivos. Limitam-se a exercer o direito de veto sempre que alguma iniciativa alheia fira seus interesses: são os veto-groups, que dão substância àquilo que Galbraith - com a anuência entusiásti-

---

(55) Para um confronto passo a passo entre as análises políticas de Riesman e Wright Mills, veja-se W. Kornhauser, "'Power Elite' or 'Veto Groups'?", in: S. M. Lipset and L. Lowenthal (ed.), Culture and Social Character - the Work of David Riesman Reviewed, Free Press, New York, 1961, p. 252-267. Para uma análise crítica global da obra de Riesman nessa área, veja-se N. Birnbaum, "David Riesman's Image of Political Process", na mesma obra coletiva, p. 207-225.

ca de Riesman - chama de countervailing power. Poder-se-ia dizer, nesse contexto, que a grande categoria oculta da análise de Riesman, tanto no que diz respeito ao plano da conduta individual quanto no concernente à ação coletiva, é a de situação. Tanto o indivíduo 'heterodirigido' quanto a 'sociedade pluralista' operam através de ajustes a curto prazo às situações criadas pelo seu relacionamento com os próximos, num processo de acomodação múltipla. Compreende-se, por essa via, o motivo das apreensões manifestadas por Riesman acêrca da sociedade que está estudando, quando assinala que ela tende para uma divisão em uma multiplicidade de grupos carentes de qualquer organização abrangente.

Reconhece-se aqui - mais uma vez - um tom familiar na análise. Para que não sejamos sempre nós a invocar o mesmo nome, deixemos que Ralph Dahrendorf e Seymour M. Lipset o façam (56): é Tocqueville que se impõe à atenção de quem lê Riesman. Não se trata, é claro, do Tocqueville precursor da concepção de 'sociedade de massas' e da preocupação com o 'totalitarismo'. Até pelo contrário, é a carência de uma organização abrangente do poder mais bem definido que preocupa Riesman; mas também êsse tema já aparecia no observador francês dos Estados Unidos de 1830 ao formular as bases daquilo que Dahrendorf chama de "democracia sem liberdade", composta de um conformismo sustentado pelo 'despotismo da opinião'. (Para perceber essa convergência, basta reler a passagem reproduzida neste mesmo capítulo, à p. 84. Não nos interessa examinar aqui se Dahrendorf e Lipset têm razão ao sustentarem, como o fazem, que a tese de Riesman, acêrca

---

(56) R. Dahrendorf, "Democracy without Liberty: an Essay on the Politics of Other-directed Man" e S. M. Lipset, "A Challenging American Character?", ambos em: S. M. Lipset and L. Lowenthal (eds.), Culture and Social Character, op. cit., p. 175-206 e 136-171.

da novidade do fenômeno que se propõe estudar, é falha, e que as observações e análises de Tocqueville (e outros observadores novecentistas, evocados por Lipset) já teriam assinalado o mesmo estado de coisas um século antes da redação de The Lonely Crowd. Interessa-nos, por outro lado, aquilo que Riesman tem a dizer acêrca do papel da opinião na sociedade americana, assim como nos importa o esquema geral de sua análise.

Escrevendo sôbre as relações entre tipos de caráter social e opiniões, afirma Riesman: "A pessoa endodirigida, se é que se ocupe de política, vincula-se à cena política por sua moralidade, por seus interêsses bem definidos, ou por ambos. Seu relacionamento com suas opiniões é estreito, não periférico. As opiniões são meios para defender certos princípios da política. (...) Em contraste com isso, a pessoa heterodirigida, quando é política, vincula-se à cena política como membro de um veto-group. Ela deixa a defesa dos seus interêsses a cargo do grupo, e coopera quando chamado para votar, para aplicar pressão, e assim por diante. Essas táticas de pressão parecem tornar manifestas as suas opiniões no nível político, mas elas na realidade ajudam a tornar-lhe possível desvincular-se de suas opiniões. Ao não mais operar como um 'eleitor independente' - no mais dos casos, uma ficção amena, mesmo na era dependente da endodireção - suas opiniões políticas, como tais, não são sentidas como vinculadas à sua função política. Podem servir-lhe, assim, como uma contraposição social no seu papel de consumidor das novidades políticas no interior do grupo de pares. Ela pode ser tolerante para opiniões alheias (...) porque são 'meras' opiniões (...) sem o pêso de uma adesão sequer parcial a seu papel e à sua ação na área política. São 'meras' opiniões, ademais, porque o mundo político dos veto-groups é tão intratável que a opinião como tal é tida como quase irrelevante" (57).

(57) D. Riesman, The Lonely Crowd, op. cit., p. 223-24.

Esse tratamento dado por Riesman ao problema da opinião tem duplo interesse. De uma perspectiva mais ampla, o seu exame revela uma peculiaridade digna de nota. É que, acêrca desse aspecto - dos mais importantes, de resto - poder-se-ia dizer que, se há uma diferença significativa entre a análise de Tocqueville e a de Riesman, ela ocorre no sentido histórico oposto ao perseguido por este: remete a antes e não a depois da obra de Tocqueville. Com efeito, se em Tocqueville encontramos uma concepção 'pós-iluminista' da opinião, em que esta tende a ser identificada com opinião pública, em Riesman o termo volta a ganhar - ainda que de uma perspectiva crítica - a conotação que tinha no pensamento político setecentista, discutida no capítulo II deste trabalho; confunde-se com a expressão de reputação das pessoas. (Seria interessante ver como Riesman explicaria a presença desse significado do termo na época por excelência do predomínio do caráter 'endodirigido').

No que concerne, por seu turno, às implicações dessa análise de Riesman no tocante ao tratamento do problema da pesquisa de opinião na Sociologia contemporânea, é elucidativo o confronto com a perspectiva examinada antes, e associada ao nome de Lazarsfeld. Aqui, o contraste é nítido, e se articula em torno da não adoção, por Riesman, de uma ótica centrada no estudo quantitativo das atitudes dos sujeitos, em favor de uma perspectiva macro-sociológica, que incorpora a análise qualitativa de entrevistas.

Do ponto de vista adotado por Riesman, a 'pesquisa de opinião' tradicional simplesmente não tem sentido, porque não apanha mais do que manifestações da 'heterodireção' dos sujeitos; de certa forma, essa modalidade de pesquisa seria, ela própria,

uma expressão dessa 'heterodireção' (58). Nesse sentido, Riesman redefine a noção de 'líder de opinião'. A liderança de opinião passa a ser encarada como uma estratégia específica, adotada por certos indivíduos 'heterodirigidos', nas suas relações sociais. Trata-se daqueles indivíduos dispostos a assumirem os riscos da "diferenciação marginal"; vale dizer, da conduta suficientemente livre das peias grupais para ser 'diferente', mas não tanto a ponto de provocar uma ruptura com o grupo. Tais pessoas "tentam influenciar os veredictos /a formulação de normas e preferências/ ao mesmo tempo que os repetem - um jogo perigoso, sem dúvida" (59).

Essa concepção se reflete na postura de Riesman acerca da importância e dos efeitos dos meios de comunicação de massa, que também se revela diversa da de Lazarsfeld. Para este, ainda que implicitamente, esses meios de comunicação desempenham papel da maior importância na formação de preferências e, por essa via, também no processo político. Sua análise tende a exaltar essa importância - ainda que explicitamente se proponha

---

(58) Ocorre, a propósito, a observação sarcástica de um historiador, ao comentar criticamente a utilidade das pesquisas de opinião para os historiadores futuros: "[O historiador em 2400] poderia resumir as pesquisas de eleições presidenciais referentes a um século numa única sentença como essa: 'Os americanos do século XX eram muito interessados em política e gostavam de tentar predizer o resultado de eleições'". J.R. Strayer, "The Historian's Concept of Public Opinion", in: M. Komarovsky (ed.), Common Frontiers of the Social Sciences, op. cit., p. 253-278, cf. p. 268. O artigo de Strayer é uma resposta às formulações de Lazarsfeld, reproduzidas no mesmo livro (p. 242-262): P.F. Lazarsfeld, "The Historian and the Pollster".

(59) D. Riesman, The Lonely Crowd, op. cit., p. 78.

demonstrar o contrário - ao sugerir que essa figura estratégica que é o 'líder de opinião' recolhem sua própria orientação dos meios de comunicação de massa. Nesse sentido, é errôneo argumentar, como muitos o fazem, que as pesquisas sobre o 'fluxo em duas etapas' da comunicação destroem os mitos acêrca da "omnipotência" desses meios. Para isso são necessárias análises de mais longo alcance, mais do que pesquisas centradas em problemas imediatos ou de curto prazo e preocupadas, no mais das vezes, com as condições de intervenção eficaz em áreas diminutas da realidade (60). Vistos da perspectiva de Riesman, por seu turno, os meios de comunicação são importantes enquanto agências socializadoras, cuja ação reforça a 'heterodireção' já predominante, pelo simples motivo de que seus próprios controladores são tão 'heterodirigidos' como a sua audiência.

Dessa forma, tanto os meios de comunicação de massa quanto a opinião pública são incorporados no quadro mais amplo da mudança social e cultural a longo prazo; e, nessa incorporação, são redefinidos de tal modo que tornam sem sentido boa parte da orientação tradicional da pesquisa nesse campo.

Na realidade, é talvez Riesman, entre os autores examinados até agora, quem mais se aproxima de uma resposta adequada às exigências formuladas por Blumer nas suas críticas à pesquisa de opinião, ao tratar da opinião e dos meios de comunicação de uma perspectiva dinâmica e ampla: não são os efeitos des

---

(60) Para uma exposição bem documentada acêrca dos problemas de alcance e utilização dos levantamentos de opinião e sua crítica, feita por um representante da orientação que, para simplificar, estamos associando ao nome de Lazarsfeld, vejam-se os capítulos finais de H. Hyman, Survey Design and Analysis, Free Press, Glencoe, 1952 (p. 420-457 da edição brasileira, Planejamento e Análise da Pesquisa, Lidaador, Rio, 1967).



se ou daquele meio de comunicação de massa sobre tais atitudes específicas dos membros de determinado grupo acêrca de uma questão dada que interessam, mas sim as relações entre o conjunto dos meios, a reorganização global das orientações dos sujeitos, o sistema de valores e a organização social abrangente, numa fase histórica dada. Visto que, em Riesman, o 'caráter social' é uma categoria central da análise mas não é tido como determinante e sim como determinado pelo meio social (Lipset fala, em tom polêmico, do "materialismo" da interpretação de Riesman) a questão se desloca para a concepção da sociedade subjacente à análise.

Como vimos, Riesman opera com uma concepção radical da 'sociedade pluralista'. Trata-se, na realidade, de uma das duas concepções polares acêrca da sociedade norte-americana produzida pela Sociologia americana na década de 50. Sua exata contrapartida é dada pela concepção formulada por Wright Mills, sobretudo em The Power Elite. Novamente não nos interessam, neste ponto, os méritos comparativos de ambas essas análises, no que diz respeito ao seu poder explicativo em relação ao objeto específico de estudo. Não se trata, portanto, de optar por essa ou aquela modalidade de análise como a melhor para compreender a sociedade norte-americana contemporânea. Interessa-nos, antes, confrontar as linhas mais gerais de articulação dessas análises, tendo em vista compreender melhor as implicações teóricas das imagens da sociedade subjacentes. Isso fica mais claro no exame, que ambos os autores fazem, da estrutura do poder nos EUA.

A êsse respeito, o essencial é que Riesman opera com um modelo de sociedade em dois 'patamares': no nível inferior, um aglomerado desorganizado de pequenos grupos, formações pelos portadores da estrutura de caráter dominante; no superior, encontramos, não propriamente uma estrutura, mas uma combinação, con

tinuaamente recomposta, de grupos de interesse -- os veto-groups. A relação entre ambos os níveis não é de dominação mas, mais propriamente, daquilo que se poderia chamar de 'clientela', do nível 'inferior' em relação ao 'superior'. Já a concepção de Wright Mills apresenta contornos mais definidos. Articula-se em três 'patamares', dos quais o inferior é formado pelas 'massas' (resultantes da desagregação dos 'públicos'); o intermediário, que corresponde ao nível superior em Riesman, é onde se encontram os níveis 'médios do poder', ocupados pelos grupos de interesse; finalmente, no escalão superior, temos a 'elite do poder', sendo que a relação entre o escalão superior e o inferior é de dominação, através da manipulação de valores, expectativas e formas de consciência. Nesse contexto, os meios de comunicação de massa assumem em Wright Mills um caráter instrumental, que não tinham em Riesman.

Fica clara, aqui, a estreita relação existente entre as noções adotadas e a imagem da sociedade subjacente às diversas análises. Em Wright Mills, encontramos uma definição clara da polaridade elite/massa; termos que definem, pelo seu mútuo condicionamento, os grandes traços da imagem da sociedade adotada. Em Riesman, a recusa da noção de massa, e sua substituição pela de uma multiplicidade de grupos, acarreta a rejeição da noção complementar, de elite. Em ambos os casos, contudo, o conjunto social mais amplo é visto como fracamente organizado, tendente à nivelção entre suas partes, e de fracas potencialidades democráticas.

Essa convergência não ocorre por acaso. É que, longe de serem opostas, as concepções de 'sociedade de massas' e 'sociedade pluralista' são complementares. Constituem o verso e o reverso da formulação dos mesmos pressupostos básicos, e se condicionam mutuamente, da mesma forma como suas noções constitui

vas o fazem no interior de cada qual. Sua semelhança profunda está dada pela identidade da sua construção: ambas são de caráter mais descritivo do que explicativo. Para sermos mais precisos: ambas são construídas segundo a lógica da formulação de tipos, vale dizer, seu caráter é mais propriamente classificatório. Seu poder explicativo, contudo, é severamente limitado pela circunstância que, afinal, define o seu perfil comum: em nenhum dêles fica claro qual é o princípio estrutural básico da articulação da sociedade dêsse modo e não de outro qualquer. Na carência de tal princípio, somente se pode construir, seja modelos da dominação 'linear' (o esquema 'elite/massas' de Mills) seja, pelo abandono da premissa de linearidade, modelos desarticulados em pluralidade de grupos, como o de Riesman.

Num trabalho dedicado à crítica das teses acerca da 'sociedade de massa', Daniel Bell afirma que, "afora o marxismo, a teoria da 'sociedade de massa' é, provavelmente, a mais influente teoria social no mundo ocidental contemporâneo" (61). Na realidade, a referência de Bell se limita às teorias com as quais não concorda. Exclui aquela, tão influente quanto as outras (mais do que a marxista, com efeito) da qual é, em boa medida, um representante: a da 'sociedade pluralista'. No entanto, suas críticas à 'teoria da sociedade de massa', como uma construção ideológica de fundo conservador, são perfeitamente aceitáveis; apenas, aplicam-se também à sua contrapartida, que é a 'teoria da sociedade pluralista'. Não é por acaso que viemos evitando, até aqui, usar o termo 'teoria' ao nos referirmos a essas formulações. É que elas não satisfazem às exigências associadas a êsse termo: não correspondem a um conjunto inte --

---

(61) D. Bell, "America as a Mass Society: a Critique", The End of Ideology, Free Press, New York, 1965, cap. 1, p. 21-30, cf. p. 21.

grado de proposições, dotado de poder explicativo em relação ao seu objeto. São, muito mais, construções de caráter descritivo ou, no limite, classificatório (enquanto tipos), com baixo grau de integração e, sobretudo, referentes a aspectos parciais da realidade a que se referem. Por isso mesmo pode ocorrer que sejam usadas de modo intercambiável, para designar o mesmo objeto, às vezes até pelo mesmo autor em momentos diferentes (62). São, uma e outra, construções ideológicas, que desafiam os procedimentos de verificação usuais em ciência.

É verdade que, no concernente às tentativas de pôr à prova ou de desenvolver as hipóteses derivadas de Riesman, nota-se uma concentração muito significativa nos trabalhos que operam com sua noção de 'caráter social', aplicada ao caso norte-americano, ficando em segundo plano o seu complemento social específico, que é a 'sociedade pluralista'; vale dizer, exploram-se os seus enunciados acerca da presença de um determinado tipo de 'caráter social' nos EUA e das suas implicações no plano cultural, sem entrar no problema mais amplo, do relacionamento entre caráter e estrutura social. De modo geral, êsses trabalhos conduzem a resultados congruentes com as teses de Riesman nesse particular. Verifica-se assim, por exemplo, que uma análise de conteúdo de propaganda comercial numa revista feminina revela uma crescente orientação 'heterodirigida', entre 1890 e 1956 (63),

---

(62) Em outro ponto, Bell, falando dos EUA, refere-se à "sociedade de massas, em que a opinião pública reina", para, em seguida, observar que, em tal sociedade, "grupos diversos são mais do que nunca forçados a assumirem alguma identidade coerente". The End of Ideology, op. cit., p. 224. A fusão entre a imagem de 'massa' e de 'pluralismo' não poderia ser mais completa.

(63) S. M. Dornbusch and L. C. Hickman, "Other-directedness in consumer-goods advertising: a test of Riesman's historical theory", Social Forces, vol. 38, 1959, p. 99-102.

assim como uma pesquisa análoga, com material retirado de livros infantis, revela um declínio do incentivo ao desempenho (o achievement motive, de MacClelland) nos EUA entre 1890 e 1950 (64). Uma pesquisa mais ambiciosa, realizada na Alemanha, propõe-se apontar a especificidade do universo cultural em que se move a análise de Riesman. Para isso, tomou-se ao pé da letra o título da sua obra sobre a "multidão solitária", para em seguida proceder a um exame comparativo do perfil de associações semânticas das expressões para 'solidão' em inglês e alemão. Constatou-se, em suma, que as conotações do termo em língua inglesa são predominantemente negativas - a 'solidão' dos americanos e ingleses não têm correspondência direta com a 'solidão' dos alemães, mas corresponde nitidamente à expressão alemã para 'medo' - ao contrário do caso alemão, em que as conotações tendem a ser positivas (65). Seria de se concluir, com base nesses indícios, que a 'heterodireção', como componente da cultura norte-americana, estaria presente no seu próprio universo verbal (resta saber desde quando) mas seria pouco saliente na cultura alemã (resta saber como seria classificada a sociedade alemã). Tais observações ficam reforçadas pela alta associação entre 'solidão' e 'tragédia' em alemão, levando-se em conta que o segundo desses termos não tem conotação negativa nesse contexto. Este último ponto poderia

---

(64) R. de Charms and G. H. Moeller, "Values Expressed in American Children's Readers: 1900-1950", Journal of Abnormal and Social Psychology, vol. 64, 1962, p. 136-142.

(65) P. R. Hoffstätter, Grupendynamik: Kritik der Massenpsychologie, Rowohlt, Hamburg, 1957, p. 53 e seg.

ser inferido, por exemplo, de uma análise de conteúdo comparativa de peças teatrais norte-americanas e alemãs da década de 20, em que a satisfação pessoal e a integração nas normas do grupo constituem tema saliente nas primeiras, ao passo que o 'heroísmo trágico do homem solitário' predomina nas segundas (66).

Tudo isso claramente diz respeito à dimensão sócio-psicológica do problema, e ao seu contexto cultural. Compreende-se, por essa via, porque as formulações de Riesman revelam mais claramente sua utilidade no estudo da 'cultura de massa' ou da 'cultura popular', que é nosso próximo tema.

---

(66) D. V. MacGranaham and I. Wayne, "German and American Traits Reflected in Popular Drama", Human Relations, vol. 1, 1948, p. 429-455. (Valemo-nos da exposição desse trabalho em H. Willensky, "Mass Society and Mass Culture", op. cit., p. 179).

## Capítulo V

### CULTURA E SOCIEDADE: O CENÁRIO CONTEMPORÂNEO

Operando agora explicitamente no nível das sociedades contemporâneas e, em particular, das suas manifestações historicamente mais desenvolvidas, importa-nos caracterizar aquela dimensão tendencialmente dominante na sua esfera cultural, constituída pelo conjunto de bens culturais produzidos e consumidos em escala industrial no seu interior e articulado num sistema próprio. A êsse sistema cultural peculiar corresponde, na linguagem predominante nas ciências sociais, o termo "cultura de massa".

O termo, por vago que seja, denota um sistema - mais propriamente, um subsistema - simbólico, dotado de pelo menos uma característica que persiste na definição dos seus múltiplos conceitos alternativos em uso: é o resultado da ação dos meios de comunicação de massa, em sociedades tecnologicamente avançadas e de alto grau de urbanização.

É patente que a adoção dêsse termo específico implica em supor como seu substrato social uma 'sociedade de massa' e que a busca de noções alternativas implica, não somente em apontar as limitações próprias a êsse termo particular como também em redefinir de modo congruente a concepção de sociedade que

lhe corresponde. Isso será feito, aqui, ao longo de um exame das diversas dimensões em que se põe o problema, e das polêmicas que se vêm travando a respeito.

O critério básico para organizar o tratamento do tema será o de localizar e examinar, para cada uma das dimensões em que se põe o problema, o sujeito e a forma de produção dos bens culturais, por um lado, e o sujeito e a forma de seu consumo, por outro. Os conceitos básicos, nessa ótica, são os de produção, participação e consumo.

Um aspecto saliente do tratamento da dimensão cultural das sociedades contemporâneas mais avançadas diz respeito à des-  
caracterização sofrida pela noção de 'sociedade de massas' e de sua correlata, 'comunicação de massa', cujas debilidades inerentes viriam à tona no decorrer de uma longa polêmica sobre o tema

Isso se revela com a maior nitidez num autor que ainda adere a essas noções, para contudo extrair do seu tratamento conclusões opostas às dos críticos mais tradicionais, preocupados com temas como a 'atomização' social e a 'mediocrização' cultural em tais sociedades. Trata-se de Edward Shils, cujo pensamento pode ser tomado como paradigmático nesse contexto (1). Shils opera a neutralização plena da noção de 'sociedade de massas', procurando com isso eliminar as suas ambiguidades de raiz ideológica. Para êle, essa formação social não corresponde àquela entidade bastarda que provocaria calafrios em elitistas culturais como Ortega y Gasset ou T. S. Eliot; não implica, em suma, na ascensão das 'massas' à posição dominante no interior do conjunto social. Antes pelo contrário, a 'sociedade de massas' é, para Shils, aquela formação social em que a parcela da população até então margi

---

(1) Shils, E., "Mass Society and Its Culture", in: Norman Jacobs (ed.), Culture for the Millions?, Beacon Press, Boston, 1964.



nal é progressivamente incorporada pelo seu 'centro', num processo de ampliação gradativa dos limites da vigência da mesma organização social básica, de base industrial. Vale dizer, a 'sociedade de massas' acaba sendo concebida como precisamente aquela em que desaparecem as 'massas', absorvidas que são pelo conjunto abrangente. É nesse contexto que surge, para Shils, o problema da 'cultura de massa'; e, uma vez exorcizado o espectro das 'massas', torna-se mais fácil a tarefa que êle se impõe, de demonstrar que êsse problema é erroneamente proposto pelos autores que o encaram criticamente. O que ocorre, no seu entender, é que a própria expansão da 'sociedade de massas' conduz a uma percepção mais aguda das diferenças sociais e culturais, concomitante a uma percepção mútua mais clara dos diversos grupos sociais em presença. É por essa via que aparece, entre certos intelectuais, a preocupação com uma suposta "deterioração dos padrões culturais" na sociedade contemporânea. No entanto, o verdadeiro problema reside, para êle, "nos nossos intelectuais e suas instituições e em algumas das nossas tradições culturais, que pouco têm a ver com a cultura criada para os mass media e apresentada por êles"(2). Há, efetivamente, uma tendência no sentido da "dissolução do 'público educado'", formado pelo conjunto "coerente mas não organizado" de consumidores de uma cultura "superior". Persistem, contudo, para além da suposta 'homogeneização', as diferenças básicas entre níveis de apreciação de bens culturais, comuns a quaisquer sociedades: a 'sociedade de massas' ostenta, simultaneamente, manifestações de cultura "refinada", "mediocre" e "brutal". Não interessa, no presente contexto, a caracterização que Shils faz desses diversos níveis culturais. O que importa é sua insistência em que tal diferenciação corresponde a tendências genéri-

---

(2) Shils, E., op. cit., p. 22.

cas, válidas para qualquer sociedade complexa, e têm por fundamento último as variações individuais de sensibilidade estética ("men will be always remain men", diz êle). Nesse ponto, Shils sugere que há uma distribuição constante, para qualquer sociedade, dessas potencialidades individuais; e conclui, em consonância com isso, que na 'sociedade de massas' as perspectivas da "cultura superior" são tão boas como em qualquer outra, senão melhores, se o critério não fôr o da proporção de apreciadores da alta cultura mas sim o seu número absoluto. Isto, contudo, é apenas uma tendência, a ser mantida se os portadores da 'cultura superior' souberem resolver os seus problemas básicos, quais sejam, "a manutenção da sua qualidade e da influência sobre o resto da sociedade", através da manutenção das "tradições próprias e da coerência interna" da cultura superior, para além das suas revisões e redefinição em consonância com as exigências da época.

Observa-se, desde logo, que a argumentação de Shils se articula em tórno de dois temas básicos. Em primeiro lugar, o cenário cultural é analisado em termos da diferenciação das condições de fruição de bens culturais; vale dizer, a participação na cultura é examinada do ponto de vista do seu consumo. No que tange à produção cultural - e aqui tocamos o segundo ponto - a referência se concentra na responsabilidade, direta ou indireta (ou seja, de elaboração ou crítica) de determinada camada social, formada pelos intelectuais.

O primeiro ponto, que é fundamental do nosso ponto de vista, não é explorado por Shils com a mesma atenção que êle dedica ao segundo. Isso se deve à diretriz básica da sua obra nessa área, dada pela polémica que sustenta, contra os críticos preo

cupados com a 'massificação' da cultura. Num outro trabalho (3) Shils retoma êsse tema, para assestar suas baterias contra os intelectuais mais engajados na crítica à 'cultura de massas'. Os seus alvos principais são o chamado Grupo de Frankfurt, liderado por Max Horkheimer (e ao qual se vinculam, direta ou indiretamente, nomes como os de Adorno, Marcuse, Lowenthal e Fromm) e os grupos da extinta revista Politics (editada por Dwight MacDonald) e Dissent (representado por Irving Home mas do qual também participa MacDonald). Juntamente com êsses, aparece como alvo de seus ataques a figura de Ernest van den Haag, psicanalista e sociólogo dos mais brilhantes, mas de posições políticas totalmente diversas daquelas dos seus companheiros de infortúnio. Isso introduz uma certa incongruência no raciocínio, de vez que boa parte da argumentação de Shils repousa na assertiva de que a crítica contemporânea à 'cultura de massa' é obra de socialistas (ou ex-marxistas (ou ex-) desiludidos com o não advento da revolução almejada e a transformação do Estado soviético num pesadelo de tirania burocratizada. Marxistas ou não, sustenta êle, êsses autores sofreram a fundo a influência do pensamento de Marx. Mas, nas condições dadas, "sua anterior crítica econômica da sociedade capitalista transformou-se numa crítica moral e cultural da sociedade industrial em grande escala. Eles não mais criticam a classe dominante por utilizar as leis da propriedade e religião para a exploração do proletariado, em busca da mais-valia; ao invés, criticam os "mercadores de kitsch que, enleados na máquina de civilização industrial, não exploram o trabalho mas as necessidades emocionais das massas - necessidades emocionais produzidas e las próprias pela sociedade industrial" (4). A estranheza pela

---

(3) Shils, E., "Daydreams and Nightmares: Reflections on the Criticism of Mass Culture", in: Sewanee Review, 65, 1957; reproduzido em Ehrensaft, P. & Etzioni, A. (eds.), Anatomies of America - Sociological Perspectives, Macmillan, New York, 1969, p. 296-308.

(4) Shils, E., "Daydreams and Nightmares: ...", loc. cit., p.297.

inclusão de van den Haag na lista dos adversários de Shils se justifica se tivermos em conta que, longe de ser ou jamais ter sido socialista, êle é um conservador convicto, ligado ao grupo da National Review. Sua adesão ao liberalismo econômico e político moderado é inabalável, e é precisamente em seu nome que êle formula suas críticas à moderna cultura de massa, como veremos. Nesse ponto, Shils se expõe à réplica de Lewis Coser, que adverte contra os riscos de construir argumentos acêrca das posições de autores com base nas suas posições passadas (5). Coser adota o clássico argumento da reversão da acusação. Afinal, lembra êle, o próprio Shils, como tradutor de Mannheim, não é tão inocente no tocante à introdução nos EUA de modalidades de pensamento cujo uso êle agora critica. Quanto à presença de van den Haag na lista de Shils, Coser comenta que êsse autor, em matéria econômica, "tem concepções que meu pai banqueiro consideraria um tanto ultrapassadas nos idos de 20" (6).

---

(5) Coser, L., "Nightmares, Daydreams, and Prof. Shils", in: Dissent, 5, 1958; reproduzido em: Ehrensaft, P. & Etzioni, A. (eds.), Anatomies of America - Sociological Perspectives, Macmillan, New York, 1969, p. 309-314. Os riscos dessa modalidade primária de 'sociologia do conhecimento', que explica posições intelectuais pela biografia do autor e se converte em arma de polêmica pessoal, são bem exemplificados pela dificuldade da sua aplicação a um caso como o de Paul Lazarsfeld. Este - que, por sinal também adota uma versão bem mais sutil da tese da vinculação entre desilusão política e crítica cultural - não pode ser incluído entre os críticos, embora faça questão de enfatizar o seu passado de simpatizante socialista e de hóspede e discípulo de Rudolf Hilferding na sua adolescência vienense. (Veja-se P. F. Lazarsfeld, "An Episode in the History of Social Research: a Memoir", in: Perspectives in American History, vol. II, 1968, p. 270-337). É verdade que Lazarsfeld é notoriamente tolerante, senão indulgente, em relação aos críticos "A tragédia do cruzado crítico na sociedade de massas consiste em que êle está fadado à derrota, mas que estaríamos perdidos sem êle", comenta êle na introdução a N. Jacobs (ed.), Culture for the Millions?, op. cit., p. XXIV.

(6) Coser, L., "Nightmares, Daydreams, and Prof. Shils", loc. cit. p. 311.

A linha de argumentação por êle adotada conduz Shils a atribuir aos críticos da 'cultura de massa' um "saudosismo romântico" fundado numa visão idílica da sociedade pré-industrial e a compor, em consonância com isso, um quadro que êsses autores, em conjunto, teriam das condições do homem na 'sociedade de massas' que, embora escrito a sério, constitui uma verdadeira obra-prima de caricatura polêmica. Visto que essa suposta reconstrução das concepções daqueles autores tem sido adotada como fidedigna, ainda que de modo implícito, em numerosos textos de orientação semelhante à de Shils (7), vale a pena reproduzi-la, no essencial.

"A interpretação crítica da cultura de massa repousa numa imagem peculiar do homem moderno, da sociedade moderna e do homem em eras anteriores. Tal imagem tem pouca base nos fatos. É um produto de preconceitos políticos desapontados, vagas aspirações por um ideal não-realizável, ressentimento contra a sociedade americana e, no fundo, romantismo revestido da linguagem da sociologia, psicoanálise e existencialismo.

"Se fôssemos tomar a sério as duas fontes básicas da interpretação da 'cultura de massa', acreditaríamos que o cidadão comum que ouve rádio, vai ao cinema e assiste televisão é (...) algo novo no mundo. É um 'sujeito privado atomizado', totalmente destituído de crenças religiosas, sem qualquer vida privada, sem uma família que signifique algo para êle; é padronizado, carregado de angústia, perpetuamente num estado de agitação 'exarcebada', de vida 'vazia de sentido' e 'trivializada', 'alienando seu passado, de sua comunidade e possivelmente de si próprio, cretinizado e brutalizado. O homem comum, segundo essa visão, foi esmagado pela grande sociedade; perdeu suas raízes em suas comunidades orgânicas de território e parentesco, trabalho e fé. O

---

(7) Veja-se, para um exemplo da adesão explícita a Shils, Leon Bramson, The Political Context of Sociology, op. cit., esp. cap. 6.

homem na sociedade moderna carece de individualidade e no entanto é terrivelmente solitário. Ao invés de desenvolver a rica individualidade que seus devotos defensores esperavam, êle perdeu sua identidade supostamente pré-existente no anonimato das instituições modernas. Foi despersonalizado e degradado até se tornar uma peça numa máquina industrial impessoal. A natureza da produção em massa da sua cultura -- que é necessária para que êle e seus semelhantes possam ser supridos em quantidade e baixos custos suficientes -- impede-o de desenvolver seus gostos e inteligência. Ao invés de se elevar às alturas da sensibilidade e percepção que a doutrina socialista levou seus simpatizantes a esperar, a maioria da população voluntariamente empobrece sua própria existência, recebe bem as 'distrações das agruras humanas' oferecidas pela cultura de massa e, no entanto, não encontra satisfação ..." (8). E assim por diante. Veremos, mais adiante, até que ponto isso corresponde a uma leitura séria dos principais adversários de Shils, os autores do grupo de Frankfurt. Podemos antecipar desde logo, no entanto, que, a nosso ver, Shils revela não ter entendido absolutamente nada das formulações dos seus principais adversários. O importante, no caso, é que não se trata de simples questão de má-fé na polêmica (embora Coser, na sua réplica, mostre que esta também ocorre). É que a própria perspectiva em que êle se coloca -- pela qual fica enfatizada a dimensão do consumo de bens culturais e sua distribuição social -- o adequado entendimento de formulações que, na realidade, são imensamente mais ricas do que êle sugere fica bloqueado de antemão.

Na sua réplica a Shils, Coser aponta mais uma premissa da sua análise, que influi na sua visão do problema. É que, ao

---

(8) Shils, E., "Daydreams and Nightmares ...", loc. cit., p.300-301.

acusar os críticos da 'cultura de massa' de saudosismo romântico, Shils opera com o pressuposto de um progresso linear e homogêneo da humanidade. Não lhe é dado perceber que o progresso numa área - sobretudo naquilo que concerne aos efeitos da Revolução Industrial - não implica automaticamente no progresso de todas as outras. Coser sugere mesmo que, na área cultural, teria havido um retrocesso relativo. No entanto, a réplica de Coser se restringe, no essencial, em apontar a incapacidade de Shils, de perceber o que é específico à era contemporânea. No mais, êle se movimenta no mesmo universo de discurso de Shils, ao destacar o papel dos intelectuais; com a diferença, claro, de que sua ênfase se põe sobre a necessidade da presença do intelectual crítico, em contraposição ao otimismo conformista que inspira a obra de Shils.

Em confronto com as observações de Coser, a réplica de van den Haag - um mestre consumado da polêmica - a Shils é simplesmente devastadora. Vamos concentrar-nos, aqui, no essencial desse texto, porque nêle fica evidenciado, de maneira sintética, o raciocínio básico do seu trabalho anterior, que havia sido criticado por Shils (9). Naquele trabalho, a ênfase se concentrava sobre três pontos. O primeiro deles dizia respeito à especificidade das condições contemporâneas de produção e fruição de bens culturais. Esta é analisada em termos da passagem da dominação direta das 'massas' pelas 'elites' para a sua manipulação - não intencional, mas definida pelas próprias exigências da produção em grande escala - na esfera do mercado, tornada dominante pela industrialização e que abrange a produção e distribuição de bens

---

(9) O trabalho anterior em questão é: van den Haag, E., "Of Happiness and of Despair We Have No Measure", in: Rosenberg, B., and White, D. M. (ed.), Mass Culture, Free Press, New York, p. 504-536 [1ª ed., 1957].

culturais. O paradigma disso seria dado pela transformação do robber-baron em selling-industrialist. Em segundo lugar, assina-la-se o caráter de meros "sucedâneos" dos bens culturais difundidos em ampla escala, desligados que estão, em virtude da própria dinâmica de sua mercantilização, da satisfação de necessidades psíquicas reais, definíveis no plano individual. O paradigma disso é dado pela violência nos mass-media: "O que está errado com [ela] não é que seja violência, mas que não é arte - que é violência sem sentido, que só excita mas não gratifica. A violência do desejo de significação e de vida é deslocada e aparece como um desejo de violência sem significado. Mas a violência incessantemente suprida não pode, no final, satisfazê-lo, porque não vai ao encontro do desejo reprimido" (10). Finalmente, enfatiza-se a carência de sentido das tentativas de comparação entre modalidades culturais, enquanto formas de experiência humana, em sociedades e épocas diferentes. "Houve períodos mais felizes, e outros mais desesperados do que o nosso. Mas não sabemos quais (...). A felicidade sentida em grupos díspares, em períodos e lugares díspares, não pode ser medida e comparada (...). Se a 'massa dos homens' se sentia melhor ou pior sem as técnicas de produção em massa das quais a cultura popular é parte inelutável é algo que jamais saberemos. Para a felicidade e para o desespero não temos medidas" (11).

---

(10) van den Haag, E., "Of Happiness and of Despair We Have No Measure", op. cit., p. 530-531.

(11) van den Haag, E., "Of Happiness and of Despair...", op. cit., p. 536. Essa idéia básica mostra a afinidade da análise de van den Haag com a de Freud, que permeia toda a sua obra. No ensaio sobre "Civilization and Its Discontents", que van den Haag cita em outro contexto, lê-se: "Parece estar claro que não nos sentimos bem em nossa cultura contemporânea; é difícil, no entanto, fazer-se um juízo sobre se, e em...



Este último ponto é diretamente aplicado à réplica a Shils, convergindo por essa via com as formulações de Coseriu. Shils sugere que qualquer crítico da cultura de massa necessariamente será um laudator temporis acti; não vejo base para isso, nem para seu próprio chauvinismo temporal. Não temos medidas; e a história não é um fluxo homogêneo; segue-se que comparações com o passado dependem em boa medida do período tomado como padrão(...) julgamentos globais parecem fúteis (12).

Para van den Haag, o problema básico consiste em relacionar a produção em massa com as qualidades dos objetos culturais. Sustentar - como o faz Shils - que a cultura "refinada" se tornou acessível a mais pessoas na sociedade contemporânea do que em qualquer outra "constitui o problema, não a solução. O que as pessoas estão fazendo com a herança cultural que se vai tornando acessível a elas? Qual o impacto que essa herança cultural tem sobre elas?" (13)

---

... que medida, os homens de épocas pretéritas se sentiam felizes, e qual a participação das condições culturais nisso. Sempre teremos a tendência para perceber a infelicidade objetivamente, vale dizer, transferirmo-nos com nossas exigências e receptividades para aquelas condições, para então provar quais os motivos para sentimentos felizes ou infelizes que nelas encontraríamos. Esse modo de refletir, que parece objetivo na medida em que despreza as variações da sensibilidade subjetiva, é naturalmente o mais subjetivo possível, posto que põe a nossa própria constituição psíquica no lugar de todas as outras, que desconhecemos. A felicidade é, contudo, algo plenamente subjetivo (...). Não me parece fecundo prosseguir no tratamento do problema por este ângulo". (S. Freud, Das Unbehagen in der Kultur, op. cit., p.121-122).

(12) van den Haag, E., "A Dissent from the Consensual Society", in N. Jacobs (ed.), Culture for the Millions?, op. cit., p. 53-62, cf. p. 55.

(13) van den Haag, E., "A dissent...", op. cit., p. 54.

Fica claro, por essas questões, que o relacionamento, reclamado por van den Haag, entre as condições de produção e os objetos culturais produzidos só pode ser entendido enquanto modalidades de experiência humana. Isso implica uma ampliação mais precisa das áreas pertinentes ao adequado entendimento do problema em torno do qual gira a discussão. É verdade que a perspectiva adotada por van den Haag, centrada exclusivamente nas condições de experiência individual, bloqueia uma percepção mais profunda das questões mais propriamente sociológicas envolvidas; além de que corrija o 'evolucionismo' ingênuo de Shils por uma visão de história perigosamente carregada de componentes irracionalistas. Não há como negar, contudo, que essa perspectiva permite visualizar aspectos frequentemente negligenciados do tema. Abre, com isso, o caminho para o pleno aproveitamento de uma concepção mais ampla, que também enfatiza a dimensão da experiência humana envolvida no estudo da cultura, e o faz de uma perspectiva mais sensível às variações significativas no nível especificamente social e histórico. Tal concepção mais 'aberta' se encontra, de modo especialmente rico, na obra de Raymond Williams, em particular quando ele analisa os condicionantes dos "modos de viver" definidos pela "sociedade como um todo" e suas implicações culturais (14).

Com base na sua perspectiva geral, van den Haag formula aquilo que não encontra em Shils: as bases - ou, pelo menos, "alguns prolegômenos" - para uma "teoria coerente da cultura de massa". Seus pontos básicos são os seguintes:

- (1) "Há uma separação entre elaboradores e consumidores da cultura, que constitui parte da separação geral entre produção

---

(14) Williams, R., The Long Revolution, op. cit., esp. p. 193.

e consumo e entre trabalho e jôgo (play). A cultura converte-se em ampla medida num espetáculo, e a vida e a experiência tornam-se exógenas e vicárias..."

- (2) "A produção em massa visa a satisfazer uma média de gostos e, com isso (...) não pode satisfazer qualquer gosto [individual] plenamente..."
- (3) [Em vista disso] "os produtores de cultura tornam-se (e permanecem) uma elite ao satisfazerem as preferências dos consumidores, e não pelo desenvolvimento de gostos autônomos. A iniciativa e o poder de conferir prestígio e renda deslocaram-se da elite para a massa..."
- (4) "À massa dos homens desgostam, e sempre desgostaram, a erudição e a arte. Ela deseja ser distraída da vida ao invés de tê-la revelada; a ser confortada por tropos tradicionais (...) de preferência a ser abalada por novos..."
- (5) "Como resultado dos altos custos psicológicos e econômicos da individualidade e da intimidade (privacy), o espírito gregário tornou-se internalizado. As pessoas temem a solidão e a impopularidade; a aprovação popular converter-se no único critério moral e estético reconhecido pelas pessoas..."
- (6) "A atração altamente acentuada dos mercados de massa, tanto para os produtores quanto para os consumidores, desvia talento potencial da criação de arte..."
- (7) "A comunicação excessiva serve para isolar as pessoas umas das outras, e da experiência. Ela estende os liames ao enfraquecê-los..."
- (8) "Os mass media, por razões inerentes, têm de conformar-se aos cânones de gosto médios. Eles não podem incentivar a arte; na realidade, ôles a substituem..."

(9) "O efeito total da cultura de massa consiste em distrair as pessoas de vidas que são tão tediosas que geram a obsessão do escape. Como, no entanto, a cultura de massa cria a dependência da experiência pré-fabricada, a maioria das pessoas é privada das possibilidades remanescentes de crescimento e enriquecimento autônomos, e suas vidas tornam-se ainda mais aborrecidas e carentes de plenitude" (15).

Na realidade, se admitirmos os critérios mínimos para a formulação de uma teoria coerente (a redundância fica por conta de van den Haag) temos aqui um conjunto de sugestões fecundas, prejudicadas contudo pela carência de adequada integração lógica dos seus diversos elementos. Deve-se essa falta de rigor - e, complementarmente, a dificuldade para, a partir daí, atingir-se o nível própriamente teórico de análise - à mescla, quase inextricável num pensamento vigoroso como o dêsse autor (e por isso mesmo êle é significativo) entre a ênfase numa dimensão profunda, que pode dar coerência à análise - dada pelas condições históricas de relacionamento entre produção e consumo de cultura - e formulações diretamente derivadas de uma opção ideológica prévia. Essa opção ideológica - representada pela adesão irrestrita a uma concepção do mundo individualista, em tôdas as suas dimensões - introduz o tom própriamente crítico na análise, mas o faz a partir do seu exterior. A crítica não emerge da caracterização do próprio fenômeno, pela qual viriam à tona os seus elementos iminentes, mas constitui o próprio fundamento da elaboração teórica. Teoria e crítica não formam um todo articulado, mas a crítica pré-teórica é posta como simultaneamente fundante e parte integrante das formulações que se entendem como teóricas.

---

(15) van den Haag, E., "A Dissent...", op. cit., p. 58-60.

Um grande passo à frente, rumo àquilo que van den Haag justamente reclama como necessário, que é a formulação de uma teoria da 'cultura de massa' é dado quando se redefine radicalmente a posição da dimensão ideológica no tratamento do tema. Essa redefinição ocorre quando a ideologia deixa de ser um componente das próprias formulações do analista para passar a ser procurada no nível do próprio objeto de estudo. Tal passo é dado por Dwight Macdonald, numa sequência de artigos, na qual êle progride da tentativa de formulação de uma "Theory of Popular Culture" (na revista Politics, em 1944) para a preocupação com uma "Theory of Man Culture" (na revista Diogenes, em 1953), para finalmente cristalizar suas idéias no exame daquilo que chama de "Masscult and Midcult" (16). A redefinição do seu tema de análise já é significativa; permite-lhe distinguir entre a "cultura de massa" e a "cultura popular", na medida em que esta última "implica uma espontaneidade e autenticidade que constituem uma qualidade da arte de folk, mas não daquilo de que estou tratando".

Nossa atenção vai concentrar-se, de maneira altamente seletiva, sôbre a formulação mais recente, e mais trabalhada, das concepções de Macdonald, com ênfase naquilo que está subjacente às suas análises mais específicas de casos concretos das categorias culturais que o preocupam (17).

---

(16) Macdonald, D., "Masscult and Midcult", Partisan Review, 1960, No. 2, p. 203-233 e 1960, No. 4, p. 589-631.

(17) Sôbre essas análises específicas, veja-se Umberto Eco, Apo-calittici e Integrati - Comunicazioni di Massa e Teorie della Cultura di Massa, Bompiani, Milano, 1965, 2ª ed., cap. 2, "La Struttura del Cattivo Gusto", esp. p. 79 e sg. (ed. brasileira, Ed. Perspectiva, São Paulo, 1969).

A caracterização geral da 'cultura de massa' - ou, nos seus tómos, Masscult - segue linhas familiares. Trata-se de um "fenômeno novo na história", que se distingue por "não ser cultura" e sim "uma paródia da Alta Cultura, manufaturada para o mercado". O confronto básico, na análise, é entre a masscult e a "alta cultura". Entre essas categorias polares se insere aquela que representa uma solução de compromisso, mais próxima da primeira, que é a midcult; expressão que designa o análogo daquilo que muitos designam por kitsch.

Falar em masscult implica em caracterizar a noção de massa e fundar nela - e na sua contrapartida implícita, a sociedade de massas - a análise. "A questão da masscult é parte da questão mais ampla das massas. A tendência da moderna sociedade industrial, seja nos EUA ou na URSS, é no sentido de transformar o indivíduo no homem de massa. Pois as massas são no tempo histórico o que uma multidão é no espaço: uma grande quantidade de pessoas incapazes de expressarem suas qualidades humanas porque não se relacionam entre si nem como indivíduos nem enquanto membros de uma comunidade... Uma comunidade, pelo contrário, é um grupo de indivíduos vinculados por interesses concretos..." (18). Macdonald não é um sociólogo - longe disso, como se verá a seguir - e portanto não há porque se surpreender, nem como se irritar, com as fabulações de littérateur que permeiam a sua análise (sobre a atomização e degradação geral das massas, e assim por diante; incluindo a inevitável referência ao título da obra de Riesman sobre a Lonely Crowd). Isso não o impede de assinalar com precisão o que, do ponto de vista sociológico mais profundo, é o essencial: que a noção de 'massa' é uma ficção que, no máxi-

---

(18) Macdonald, D., "Masscult and Midcult", op. cit., p. 208-209. É de se lembrar, aqui, a observação de Raymond Williams: "Qualquer teoria real da comunicação é uma teoria da comunidade" (Culture and Society, op. cit., p. 301).

mo, pode servir de instrumento analítico de caráter descritivo e, no mínimo - que corresponde ao seu uso comum - é de caráter ideológico. "O homem de massa, tal como eu uso o termo, é uma construção teórica, um extremo para o qual estaremos sendo empurrados mas que jamais atingiremos. Pois tornar-se plenamente um homem de massa significaria não ter vida privada, nem desejos pessoais, hobbies, aspirações ou aversões que não fossem compartilhadas por todos os demais. Nosso comportamento seria inteiramente predizível (...) e os sociólogos poderiam, finalmente, construir suas tabelas com tranquilidade" (19). É contra o pano de fundo dessa formulação que adquire real sentido a observação de que precisamente "essa aberração coletiva, as 'massas', o 'público', é tomada como norma humana pelos técnicos da Masscult. Eles simultaneamente degradam o público, ao tratá-lo como objeto, (...) e o exaltam e suprem seus gostos e idéias ao tomá-los como critério da realidade (no caso dos sociólogos-de-questionário) ou da arte (no caso dos senhores da Masscult)" (20). A identificação, implícita em Macdonald, entre a 'sociedade de massas' e a 'sociedade industrial' explica-se pelo modo como é introduzida a dimensão histórica na sua análise. "A revolução industrial produziu as massas (...). Foi apenas no final do século XVIII europeu que a maioria da população começou a desempenhar um papel ativo, na

---

(19) Macdonald, D., "Masscult and Midcult", op. cit., p. 211. Os "insights" de Macdonald são notáveis. O que aqui está dito com elegante ironia é equivalente àquilo que defensores do uso do jargão da "teoria da informação" (entre os quais está Eco) exprimiriam mais ou menos assim: "No caso limite, o modelo da sociedade de massas ostentaria uma elevada taxa de entropia". Não é fácil saber o que se ganha com a segunda formulação; mas é fácil perceber o que se perde.

(20) Macdonald, D., "Masscult and Midcult", op. cit., p. 210.

história e na cultura. Até então, somente havia Alta Cultura e Arte de Folk. Em certa medida, a Masscult é uma continuação da segunda, mas as diferenças são mais notáveis do que as semelhanças. A Arte de Folk provinha principalmente de baixo, um produto autônomo formado por pessoas para satisfazer as suas necessidades (...). A Masscult vem de cima. É fabricada por técnicos a sôlido de empresários ..." (21). O resultado é tanto os produtores quanto os consumidores de masscult serem "apanhados por um mecanismo que os força a adaptarem-se ao seu próprio padrão(...); a masscult é como um motor de dois tempos, e quem poderá dizer, quando êle está pôsto em movimento se é a subida ou a descida do cilindro o fator responsável por sua ação persistente ?" (22)

### A anticrítica pluralista

As formulações de Macdonald são significativas, na medida em que sugerem, ainda que de modo difuso, uma teorização mais rica, sobretudo no que diz respeito ao tratamento da 'cultura de massa' como ideologia, produzida num contexto de dominação através dos mecanismos de mercado. O segundo desses aspectos já se encontrava em van den Haag; mas o primeiro é peculiar a Macdonald, entre os autores discutidos até aqui. Persiste, contudo, uma limitação decisiva: apesar do tom crítico das formulações de Macdonald acêrca do problema das massas, afeta-as uma ambiguidade (na medida em que êsse fenômeno é tomado simultaneamente como ideologia e como realidade, sem discriminação entre êsses dois planos) que o leva a operar com o conceito-base de 'sociedade de

---

(21) Macdonald, D., "Masscult and Midcult", op. cit., p. 213-214.

(22) Macdonald, D., "Masscult and Midcult", op. cit., p. 627.



massas'. Isso obsta a construção de fundamentos teóricos mais sólidos para a análise do tema, e sugere, no encaminhamento do nosso próprio estudo, o exame da posição oposta à dele, centrada na idéia do pluralismo no nível social e cultural.

No que diz respeito ao tratamento de problemas culturais, essa posição se apresenta em vários níveis de elaboração, atingindo um grau bastante elevado de sofisticação em algumas das suas expressões. Na sua expressão mais primária - representada, contudo, por um dos trabalhos mais citados nessa área - ela está presente no artigo de Raymond e Alice Bauer, acêrca da manifestação do problema em questão nos Estados Unidos (23). Em essência, êste artigo se resume na defesa da idéia de que as pesquisas empíricas pelas quais se privilegiarem os grupos primários em relação à 'atomização' social como foco de análise dos problemas de comunicação conduziram à dissolução do "mito da onipotência dos meios de comunicação". Êste "mito", por sua vez, é encarado como dando alento à utilização da noção de 'cultura de massa' e à crítica dêsse fenômeno. Da perspectiva dos Bauer, a sociedade norte-americana é pluralista não só social como também culturalmente; vale dizer, há diversificação na produção e distribuição de bens culturais e, em consonância com isso, ampla oportunidade de escolha por parte dos seus receptores. Ao lado disso, atribui-se aos críticos da 'cultura de massa' a premissa de que o conteúdo das mensagens emitidas pelos meios de comunicação são equivalentes aos seus efeitos; ou, em outros termos, de que há uma relação linear e direta conteúdo-efeito, o que numerosas pesquisas s

---

(23) Bauer, R. A. and A. Bauer, "America, 'Mass Society' and the Mass Media", Journal of Social Issues, vol. XVI, 1960, No. 3. (Reproduzido em: C. S. Steinberg, Meios de Comunicação de Massa, Ed. Cultrix, São Paulo, 1970, p. 538-559.

cio-psicológicas (sôbre dissonância cognitiva, por exemplo; embora a literatura sôbre o tema não seja explorada no artigo) permitem pôr em dúvida. Nesse ponto, a argumentação dos autores tende a sair do sério. Referindo-se à suposta tendência dos críticos a encararem a violência presente em muitos programas dos mass media como engendrando a violência naqueles que os recebem, dizem êles: "Não cabe dúvida de que, numa população de 150 milhões de pessoas, a TV haja provocado atos de violência em certas parcelas do populacho - exatamente como o fêz o advento do pirulito e do sorvete de copinho. Por mais que se desaprove a quantificação vulgar, contudo, as questões relevantes são de caráter quantitativo".

Uma versão muito mais refinada da perspectiva pluralista da cultura é oferecida por Herbert J. Gans (24). Sua posição é perfeitamente explícita: "Creio que a cultura de massa é uma manifestação, entre outras, do pluralismo e da democracia na sociedade americana" (25). Em congruência com isso, êle rejeita a noção de 'cultura de massa', que lhe parece viciada por "conotações indesejáveis", e opera com aquela de 'cultura popular'. Rejeita, da mesma forma, a visão crítica do fenômeno em questão, que "se baseia numa concepção falsa do uso e função da cultura popular" (26).

---

(24) Gans, H. J., "Popular Culture in America: Social Problem in a Mass Society or Social Asset in a Pluralist Society?", in: Howard S. Becker (ed.), Social Problems; a Modern Approach, Willey, New York, 1966, p. 549-620.

(25) Gans, H. J., op. cit., p. 550.

(26) Gans, H. J., op. cit., p. 572.

"Na realidade - sustenta Gans - há numerosas culturas populares, e essas, assim como a alta cultura, constituem exemplos de gosto ou estética (...). A cultura popular abrange várias subculturas, mas não a alta cultura; o termo será usado nesse sentido, aqui. O conjunto de subculturas de gosto forma a cultura de gosto nacional: o rol total de arte, entretenimento, lazer e produtos de consumo correlatos que estão disponíveis na sociedade. As pessoas que fazem escolhas semelhantes entre esses produtos, e pelas mesmas razões estéticas, serão descritas como um público de gosto" (27). Neste ponto, em que se introduz o tema central do trabalho de Gans - o exame dos critérios de gosto - a própria natureza desse tema o conduz a uma caracterização de público em termos de um agregado de indivíduos discretos, com o risco correspondente, de dissolver a imagem da sociedade pluralista naquela, já familiar, da sociedade de massas 'atomizada'. Isso não escapa à atenção do autor, que se apressa em aduzir que "as opções não são feitas ao acaso" e que os elementos e critérios da escolha são organizados em "subculturas de gosto" que, conjugadas, formam "cultura de gosto". "Cada cultura de gosto serve seu próprio público de gosto, constituído por pessoas que consideram desejável o conteúdo daquela cultura" (28). Aqui, apesar de todo o esforço envidado para escapar ao dilema criado por ele próprio, o autor se enleia de vez nas malhas muito estreitas da noção central da sua análise, referente à categoria eminentemente individual de escolha. Isso transparece claramente na última frase, em que o problema que se pretendia evitar reaparece, com a agravante de que a expressão "desejável", à qual se atribui conteúdo explicativo, na realidade constitui mais propriamente a questão que exige exame. No final, a solução do

---

(27) Gans, H. J., op. cit., p. 551.

(28) Gans, H. J., op. cit., p. 581.

problema consiste em redefini-lo em termos de uma hipótese, sujeita à verificação empírica. "Ao invés de supor uma única cultura popular, o enfoque sociológico propõe que o número de culturas é um problema empírico, a ser determinado por estudos sobre quem escolhe qual conteúdo, e quais as relações existentes entre escolhas de conteúdo. Enquanto tais estudos não estiverem disponíveis, a hipótese é que várias culturas de gosto e públicos coexistem na sociedade, e mesmo compartilham alguns criadores e meios de comunicação (...). Chamo essa idéia de pluralismo estético" (29).

As dificuldades encontradas por Gans na sua tentativa para formular uma concepção coerente do pluralismo cultural trans parecem claramente na tipologia, que propõe, de seis públicos e culturas. Dêsses tipos, os dois primeiros dizem respeito a características intrínsecas à 'alta cultura', que pode ser: (1) "orientada para o criador"; (2) "orientada para o consumidor". Os demais tipos são construídos tomando-se como critério de diferenciação a estratificação social, entendida de modo obviamente afim à classificação de W. Lloyd Warner. Temos então modalidades de cultura: (3) "superior-média"; (4) "inferior-média"; (5) "inferior"; e (6) "inferior-inferior". Dispensamo-nos, aqui, de examinar a fundo os problemas envolvidos nessa tipologia híbrida.

O resultado de tudo isso é a afirmação de que "a cultura popular é deficiente não porque seu conteúdo deixa de satisfazer os requisitos da alta cultura, mas porque não responde adequadamente ao pluralismo estético da sociedade americana. O que se necessita é mais conteúdo, e conteúdo mais diverso, que satisfaça as necessidades e requisitos de todos os públicos de gosto". De qualquer forma, a cultura popular "não é um problema social" (30).

---

(29) Gans, H. J., op. cit., p. 581-582.

(30) Gans, H. J., op. cit., p. 619.

As concepções expostas por Gans em forma genérica nesse artigo já estavam presentes numa análise específica sobre a elaboração de filmes, que publicara anteriormente (31). Nesse trabalho, examinam-se os elementos condicionantes da produção cinematográfica, sobretudo no tocante ao papel da "imagem da audiência" que orienta o "criador individual". Complementarmente, apresenta-se uma interessante contribuição à análise 'institucional' da indústria cinematográfica, ao se examinarem os efeitos de disputas internas de poder numa empresa produtora (a MGM) sobre a elaboração de um filme específico ("The Red Badge of Courage", de John Houston) (32): "Visto que um filme precisa ter uma ampla audiência para obter êxito comercial, é necessário torná-lo atraente para o maior número de públicos possível, nos limites da elasticidade literária do roteiro. Em consequência, sua criação envolve várias imagens de audiência diferentes. A própria elaboração do filme pode ser encarada como um processo de tomada de decisão. Na medida em que cada criador aplica a sua imagem de audiência nas decisões a serem tomadas, ele 'representa' alguns dos públicos que eventualmente verão o filme. O filme acabado é uma combinação das decisões feitas pelos seus criadores, e também um compromisso e, talvez mais corretamente, uma 'síntese negociada' de suas imagens de audiência individuais. Tal síntese, contudo, se dá no interior de uma estrutura de poder, e as decisões finais frequentemente são tomadas pelos empresários do estúdio, que apontam o compromisso num sentido que pareça assegurar a maior bilheteria (...). A elaboração de um filme pode ser estudada à se

---

(31) Gans, H. J., "The Creator - Audience Relationship in the Mass Media: an Analysis of Movie Making", in: B. Rosenberg and D. M. White (ed.), Mass Culture, Free Press, 1964, p. 318.

(32) Sobre isso, ver Lillian Ross, "A Day in the Making of a Movie", in: W. Schramm (ed.), Mass Communications, Univ. of Illinois Press, 1960, 2nd. ed., p. 154-160.

melhança de qualquer outro processo de decisão política (...) e é possível observar como cada criador toma decisões em termos da sua posição na estrutura de poder, de sua imagem de audiência e de seus outros grupos de referência, todos os quais têm implicações para a formação da audiência real" (33). Há um tom persuasivamente realista nessas formulações - na realidade, trata-se de uma descrição excelente das bases concretas da produção de cultura em moldes industriais - mas a força desse texto reside precisamente em que nele não aparece a categoria que depois ocuparia posição central na teorização de Gans: a opção individual dos membros de "públicos de gosto" diferenciados.

Os aspectos básicos da tese pluralista no estudo da cultura em sociedades contemporâneas encontra sua expressão mais sofisticada na obra de Talcott Parsons, em particular no ensaio que, juntamente com Winston White, êle dedicou ao problema dos "mass media e a estrutura da sociedade americana" (34). Os autores desse trabalho aceitam, como ponto de partida, a crítica feita por Raymond e Alice Bauer à "assim chamada teoria da sociedade de massa". Rejeitam, também, as diversas variantes, que apontam da "ideologia intelectual" que está subjacente à visão crítica da 'cultura de massa'. "Chamamo-nas de ideologias - es - crevem êles - porque cada qual, à sua maneira, é seletiva no seu tratamento do tema, tendendo a tomar como dados ou a ignorar fatores que precisam ser considerados para uma análise adequada."

---

(33) Gans, H. J., op. cit., p. 318.

(34) Parsons, T. and W. White, "The Mass Media and the Structure of American Society", Journal of Social Issues, vol. XVI, No. 3, p. 67-77 (reproduzido em: T. Parsons, Politics and Social Structure, Free Press, New York, 1969, p.241-251).

Diante disso, e "como uma alternativa para a posição dos intelectuais, queremos sugerir uma linha de análise teórica que procura ajustar o conhecimento obtido sobre os mass media (o sobre a 'cultura de massa') àquele disponível acerca de outros aspectos da sociedade, e que interprete tal conhecimento no contexto mais amplo de algumas das características básicas da estrutura social americana e tendências para sua mudança". Convém assinalar, desde logo, que o "contexto mais amplo" a que se alude aqui é de caráter analítico: o problema consiste em ampliar o esquema teórico mediante a vinculação dos conhecimentos obtidos numa área e aqueles relativos a outras áreas, que se revelem analiticamente pertinentes. "É somente através de tal consideração da gama mais extensa de conhecimentos e do sistema social mais amplo que nos parece ser possível proceder à redução dos perigos, realmente sérios, de seletividade e distorção ideológica".

Em vista disso, os autores se propõem "sugerir que os problemas envolvidos no campo da comunicação são analiticamente similares àqueles em duas outras áreas: o sistema de mercados econômicos e o sistema de poder e influência políticos". Isso conduz a uma "tentativa de enunciado de uma fórmula mais generalizada para os padrões de estrutura social e mudança sócio-cultural no interior dos quais todas essas três áreas de problemas parecem ajustar-se". A proposição mais geral que resulta disso é que os mass media são vistos como "um mecanismo que opera num 'mercado' entre os provedores de conteúdo cultural e o público. E, como os Bauer enfatizaram, não se trata do único mecanismo, mas um que opera conjugado com os outros, tais como os relacionamentos dos grupos primários informais. Em tal 'mercado' (...) tanto a oferta quanto a demanda operam sem que uma esteja sempre sujeita à outra".

O foco de análise incide, então, sobre as relações entre os sistemas econômico, político e de comunicação, cuja comparação se torna possível em termos do processo da divisão de trabalho, relacionado com a diferenciação das funções no sistema social. Aponte-se que, por essa via, desaparece a "vinculação adecritiva dos 'produtos' aos receptores", na medida em que se criam "graus de liberdade" para o consumidor. Na área econômica isso corresponde à distinção entre o sistema de mercado e a troca direta (o consumidor compra se quiser, quando quiser, o que quiser, etc.). Fica claro, desde logo, que aqui se manifesta de novo com toda a clareza a afinidade entre a visão mais sofisticada do pluralismo social e cultural com o esquema de análise funcionalista.

Dessa perspectiva, encara-se o "sistema de comunicação de massa como um sistema diferenciado, no mesmo sentido em que o são os sistemas econômico e político, e como um sistema necessário numa sociedade altamente diferenciada do tipo americano. Ele envolve a mesma ordem de especialização de função entre unidades 'produtoras' e 'consumidoras' e - o que é mais importante - entre diferentes tipos de produtos de comunicação. Também envolve uma relativa concentração de recursos nas mãos dos maiores produtores, embora a questão do grau de monopólio não seja simples(\*)).

---

(\*) Nesse particular, os autores têm toda razão, mas num sentido um tanto diverso daquele do seu sóbrio enunciado. Quase dez anos após a publicação do seu ensaio, a publicação mensal The Atlantic (que, ao lado da Saturday Review e outras costuma ser incluída na categoria dita middlebrow) publicaria um "modesto Atlas" dos "baronatos americanos dos media". Nesse levantamento, assinalava-se que, "por estranho que pareça, não há uma agência governamental sequer em Washington que se tenha encarregado de reunir de modo utilizável todos os dados acerca dos mais poderosos comunicadores deste país". Releve notar que o trabalho da equipe de The Atlantic não organiza os dados obtidos em termos da imagem de uma 'sociedade de pluralista de mercado' mas opera, com mais seriedade ...



Envolve, evidentemente, a 'alienação' do receptor do controle das fontes de comunicação. Envolve, ainda, mecanismos formais e informais de controle, dos quais os mais importantes são institucionalizados". O importante, nessa perspectiva, é que se atribuem ao "receptor típico" graus de liberdade análogos àqueles dos consumidores econômicos ou dos membros do público político. Reflete-se isso em (1) variedade dos media; (2) escolha do conteúdo; (3) liberdade de "custo" (em dinheiro e tempo); (4) liberdade de tempo, disponíveis para o receptor.

Sustenta-se, ainda, que as principais premissas interpretativas dos teóricos da cultura de massa podem ser ajustadas à classificação proposta para as tensões presentes no sistema econômico (para as quais há análogos no sistema político e, em ambos os casos, estando presentes os "podêres compensadores"). Por essa via, tais teóricos alegariam: (1) a concentração de fontes na área cultural (o que não levaria em conta, segundo Parsons e White, a variedade disponível); (2) o análogo à deterioração do produto econômico (que corresponderia ao kitsch); (3) o análogo da exploração econômica (que viria a ser a "exploração 'manipulativa' do irracional"); (4) o análogo à inflação econômica (saturação do mercado por itens inferiores, que se exprime na apatia no nível do sistema cultural). Para os autores do ensaio, não há provas de que tais processos ocorram.

---

... e profundidade do que o tom irônico do título daria a entender, com a imagem de uma organização política 'feudal' na área da comunicação. A análise, organizada em cinco categorias -- o "monopólio local", a "concentração regional", a "propriedade múltipla", a "propriedade de vários veículos" (multimedia) e os "conglomerados" -- põe à mostra o extraordinário grau de concentração vertical da propriedade e controle dos media nos EUA. ("The American Media Baronies, being a Compilation of Data and Well-informed Conjecture concerning Some but no All Media Moguls, together with (...) Depictions of their Domains (...)", The Atlantic, vol. 224, 1969, nº 1, p. 82-94.

Conclui-se que os media tendem a diferenciar-se, e que a sua diferenciação e especialização tendem a elevantar o nível cultural, porque aumentam a "capacidade funcional" do sistema de comunicações. A sociedade americana, em suma, não é 'atomizada', mas representa "um exemplo proeminente de sociedade pluralista"; portanto, "as suas inadequações não podem ser explicadas pela teoria da sociedade de massas".

Formulada nesse nível, a teorização de Parsons e White dificilmente pode deixar de decepcionar. Seria de se esperar mais de um esforço teórico tão acentuado. Os autores tendem a explorar, na construção do seu modelo de sociedade e cultura pluralista, o lado mais fraco do funcionalismo, ao enfatizarem os requisitos funcionais do sistema abrangente como explicação, senão justificativa, do padrão de ação dos meios de comunicação e das características dos seus produtos.

As formulações de Parsons e White nesse artigo não fazem justiça ao grau de refinamento já atingido, quando de sua publicação, pelo esquema analítico de Parsons, no qual se inspiram. Não são, portanto, plenamente representativos do enfoque parsoniano no que tem de mais elaborado; na realidade, seria somente em trabalhos posteriores de Parsons que as implicações pròpriamente teóricas da sua concepção encontrariam sua expressão mais plena, no domínio que nos interessa (35). Isso, contudo, não é pertinente a esta etapa do nosso trabalho. É verdade que, no artigo em exame, a simplificação dos problemas beira o grosseiro, pelo seu caráter esquemático; mas é talvez nisso que reside o seu valor para nós, pois as virtualidades negativas da versão

---

(35) Na nossa área, o trabalho básico seria: T. Parsons, "On the Concept of Influence", Public Opinion Quarterly, vol. XXVII, 1963, No. 1, p. 37-62.

parsoniana da análise estrutural-funcional vêm à tona com toda nitidez. Aquêles que procuram nesse enfoque teórico sinais de uma orientação 'conservadora' no sentido mais elementar do termo encontrarão ali farto material para corroborar seus argumentos. Resalta, além do mais, a desoladora pobreza da noção e 'ideologia' presente no artigo. De qualquer modo, temos novamente, aqui, uma demonstração das afinidades entre a análise estrutural-funcional e a imagem da 'sociedade pluralista'. Persiste, aqui, a identificação entre participação e consumo no plano cultural, e o tema da ideologia entre para caracterizar uma parcela (crítica) dos estudos das manifestações culturais contemporâneas.

Encontramos, neste ponto, matéria para discordância entre a interpretação desenvolvida no presente trabalho e as formulações de um autor que examina de maneira sugestiva os problemas que nos interessam. Trata-se de Alain Touraine, que, na sua proposição de uma "sociologia da ação", centrada sobre as experiências coletivamente vividas pelos "sujeitos históricos" -- ou seja, por entidades compreendidas como estruturas de relações sociais que, para além de realizarem as normas que as articulam, são suas criadoras -- nas sociedades contemporâneas de tipo industrial, enfatiza a congruência entre a "análise funcionalista" e a noção da "sociedade de massas". Para êle, tal noção corresponde à "perspectiva própria" da análise funcionalista (entendida como aquela que opera sobre estruturas normativas sem propor a questão da "ação que as cria") (36). Parece-nos que os motivos de uma solução diferente para a questão no presente trabalho já tenham sido suficientemente explicitadas. Não é este, de resto, o momento adequado para se tentar uma análise crítica global da intrincada(ain

---

(36) Touraine, A., Sociologie de L'Action, Editions du Seuil, Paris, 1965, esp. p. 8-9.

da que sutil e engenhosa) construção de Touraine (37). Interessam-nos, mais diretamente, as suas formulações acêrca do nosso tema específico.

Touraine aceita e usa sistematicamente a noção de 'cultura de massa', embora rejeite, através de suas versões corriqueiras, a imagem da sociedade que lhe está subjacente: aquela de 'sociedade de massas'. Entre essa aceitação e essa rejeição há um descompasso, que requer exame. A recusa da imagem da 'sociedade de massas' se faz em nome das críticas já familiares, fundadas em última instância nos trabalhos de Lazarsfeld e demais 'redescobridores dos grupos primários'. É no nível do fenômeno 'cultura de massa' que a análise ganha ímpeto e se torna mais complexa. A 'cultura de massa' aparece como manifestação típica das modalidades contemporâneas da 'sociedade industrial': aquelas nas quais, inspirando-se em autores como Georges Friedmann e Raymond Aron, Touraine pode apontar que "a técnica deixa de ser somente uma atividade, para converter-se numa situação global a partir do momento em que se introduz a abundância" (38). Admitida a idéia de que, a cada modalidade concreta de 'sociedade industrial' corresponde uma manifestação também específica de 'cultura de massa', põe-se a questão de um conceito mais abrangente, apto a captar o problema em toda a sua extensão. Tal conceito é o de "civilização industrial". É nesse nível que se justifica a eliminação da noção de 'sociedade de massas' e a ênfase sobre a 'sociedade in-

---

(37) Sobre isso, veja-se Granger, G-G, "Une Sociologie pour Notre Temps", Critique, 1966, nº 5, p. 467-474; Ackermann et Moscovici, "La Sociologie Existentielle de A. Touraine", Sociologie du Travail, vol. 8, 1966, nº 2, p. 205-209; e, especialmente, J.-D. Reynaud et P. Bourdieu, "Une Sociologie de L'Action est-elle Possible?", Revue Française de Sociologie, vol. VII, 1966, nº 4, p. 508-517.

(38) Touraine, A., Sociologie de L'Action, op. cit., p. 417.

dustrial': é a peculiaridade histórica d'êste segundo tipo societário que está em jôgo, na medida em que êle se vincula, no nível civilizatório mais amplo, à "personalização do sujeito histórico e desagregação dos sistemas de projeções culturais" (39).

Personalização do sujeito histórico: caímos aqui numa análise centrada no indivíduo concreto, de cunho psicológico portanto? Não, porque para Touraine, o "sujeito histórico" corresponde a uma construção analítica. "O sujeito histórico não é um objeto de estudos empíricos, uma categoria de fatos sociais, mas um instrumento de análise, tal qual a noção de sistema social. Tampouco se pode jamais estabelecer uma correspondência direta entre uma situação do sujeito histórico e uma unidade histórica, época, regime social ou sociedade nacional (...). Da mesma forma, o sujeito histórico não coincide com o indivíduo. (...) A experiência individual não é, portanto, a expressão do sujeito histórico" (40). Tentando caracterizar melhor essa entidade um tanto obscura, no contexto que nos interessa, Touraine escreve: "[O sujeito histórico] não é o princípio que conduz um ator, o sistema de valores que domina a cultura de uma sociedade: é, numa sociedade industrial, o sentido das relações estabelecidas entre a ação de desenvolvimento [isto é, basicamente o trabalho] e a reivindicação de controle dos instrumentos e dos resultados do desenvolvimento [podendo-se substituir o termo "desenvolvimento" por "criação"]" (41). O essencial disso tudo é que estamos diante

---

(39) Touraine, A., Sociologie de L'Action, op. cit., p. 416.

(40) Touraine, A., Sociologie de L'Action, op. cit., p. 121-122.

(41) Touraine, A., "La Raison d'Être d'une Sociologie de L'Action", Revue Française de Sociologie, vol. VII, 1966, nº 4, p. 518-527, cf. p. 521 (trata-se de resposta de Touraine às críticas de Reynaud e Bourdieu).

de uma entidade que cria (ou rompe) as 'regras do jogo' social, em consonância com um "projeto" próprio. Por essa via, ganha sentido a afirmação de que "a démarche acionalista jamais conduz às características de um sistema social, mas à posição do sujeito. Mais concretamente, o papel que o conceito de sistema social ocupa na análise funcionalista é ocupado pelo de movimentos sociais na análise acionalista. Por movimento social deve-se entender toda ação que implica o sujeito histórico e este não é senão o ator na medida em que sua ação se refere à dupla exigência de controle e criação" (42).

Em suma: temos aí uma concepção de 'sociedade industrial' entendida de modo dinâmico, em termos dos portadores de "projetos" relativos à sua constituição e controle, num entrelaçar-se de movimentos sociais referidos à articulação cada vez mais estreita entre "a participação na produção e a integração no consumo de massa", em todos os seus níveis. Naquilo que mais diretamente nos interessa, temos que "é pela cultura de massa que se constitui verdadeiramente a civilização industrial, é por ela que o meio técnico se torna de modo mais concreto um meio social e que a produção e o consumo, ao se vincularem, consumam a união da atividade econômica ao conjunto da vida social" (43).

A referência à "personalização" concerne, portanto, ao sentido das relações nucleares que definem o sujeito histórico nesse contexto. Isso é analisado em termos de um "retorno ao indivíduo", vinculado a uma "desorganização dos sistemas simbólicos" e a uma "dessocialização da cultura", entendida em termos

---

(42) Touraine, A., "Pour une Sociologie Actionnaliste", Archives Européennes de Sociologie, vol. V, 1964, nº 1, p. 1-26, cf. p. 7.

(43) Touraine, A., Sociologie de L'Action, op. cit., p. 451.

que aproximam Touraine dos teóricos clássicos da 'sociedade de massas': indiferenciação, carência de vínculos sociais, e assim por diante, passando pelo tema de "alienação". O fundamental é que "a desagregação dos sistemas de projeção cultural desestrutura e desformaliza a cultura. Os valores culturais perdem sua objetividade sagrada" (44). Invoca-se, aqui, o tema weberiano do "desencantamento do mundo". Nas sociedades industriais a legitimidade da ação social repousa sobre "modelos racionalizadores" e nelas "o homem vive num mundo de objetos e de signos, não de princípios e símbolos" (45).

A imprecisão e mesmo ambiguidade das formulações de Touraine - perfeitamente visíveis na sua tendência a operar substantivamente com o equivalente da noção de 'sociedade de massas' enquanto a rejeita formalmente - estão em boa medida ligados à sua hesitação entre uma análise fundada em conceitos construídos para além da 'vivência' da ação social e o apêlo a uma visão 'existencial' dessa mesma ação, entendida como portadora de uma "charge subjectale" somente apreensível através de uma versão adaptada da tradição de análise 'compreensiva', herdada de Weber. Muitas de suas formulações básicas, contudo, provêm de outras tendências de pensamento, em especial a de Marx, que transparece por detrás do seu fraseado complexo e por vezes obscuro. Isso o leva a propor questões que, no mais das vezes, escapam aos autores preocupados com os temas aqui tratados; soblevam as de estratificação, de relações de classe e de dominação. Tudo isso aparece com mais nitidez na sua análise daquilo que encara como a "no

---

(44) Touraine, A., Sociologie de L'Action, op. cit., p. 419.

(45) Touraine, A., "Raison d'Être d'une Sociologie de L'Action", op. cit., p. 521.

va sociedade emergente", a 'sociedade pós-industrial' (46). O termo "pós-industrial" refere-se, aqui, àquelas sociedades que já superaram, ou estão em vias de superar, a etapa histórica da industrialização. O termo é vago, e requer complementação. As mesmas sociedades "serão chamadas de tecnocráticas, se formos designá-las conforme o poder que as domina". Finalmente, se a ênfase estiver na "natureza do seu modo de produção e de organização econômica", o termo - o mais adequado entre todos, para Touraine, pôsto que "indica mais diretamente a natureza do trabalho e da ação econômica" - será o de sociedade programada. Essas caracterizações, combinadas, permitem caracterizar as formas básicas de dominação social nesse tipo societário. Temos, nêle, a integração social, suscitada pela imposição, pelo aparelho de produção, de condutas congruentes com seus objetivos e com seu sistema de poder. Em seguida, temos a manipulação cultural, (e que entra a análise da situação de lazer, na qual se associam uma homogeneização da massa de bens de consumo - culturais sobretudo - disponíveis e a estratificação das modalidades de seu consumo) (47), que concerne à ação sôbre as necessidades e as atitudes fora da esfera de trabalho. Finalmente, o contrôle prôpriamente político aparece como resultado do grande pêsso específico das grandes organizações simultâneamente políticas e econômicas.

---

(46) Touraine, A., La Société Post-Industrielle - Naissance d'une Société, Ed. Denoël (Bibliothèque Mediations), Paris, 1969.

(47) Touraine, A., La Société Post-Industrielle, op. cit., p.7-13 e cap. 4 ("Loisirs, participation sociale et innovation culturelle"), p. 261-306.



O essencial nas teses de Touraine, naquilo que nos interessa, está dado pelas limitações que a sua perspectiva impõe à sua consistência interna, em dois níveis. Por um lado, isso se reflete nos próprios enunciados analíticos, em que a intenção de construir um esquema abrangente de análise esbarra a todo momento na tendência a operar no plano da experiência 'vivida' dos agentes sociais, individuais ou coletivos, também no plano cultural. Por outro lado, e em estreita consonância com isso, introduz-se uma ambiguidade básica na própria caracterização do objeto de estudo. As 'sociedades industriais' ou 'pós-industriais' aparecem simultaneamente como altamente integradas, estruturadas e mesmo programadas, e como 'não-totalizadas'; vale dizer, a ênfase na dimensão de processo, de movimentos sociais (ou "históricos") relacionados com os descompassos em curso, no plano das decisões coletivas acerca da organização do trabalho e da disposição dos seus produtos, não permite a Touraine caracterizar os tipos societários com que opera como 'totalidades' historicamente específicas, apesar das indicações nesse sentido. A bem da verdade, ressalte-se que essa não é sua intenção: tal tarefa ficaria reservada às análises "funcionalista" e "estruturalista", que considera complementares à "acionalista". Mas, como falar, então, de 'sociedade industrial' ou 'pós-industrial' enquanto entidades concretas e se propor examiná-las como tal (e não como "tipos ideais", na tradução daquele autor de quem Touraine se aproxima mais do que desejaria, que é Max Weber) ?

Touraine se propõe formular as bases para uma teoria alternativa (ou complementar, em relação às existentes) de sociedade, em especial das suas modalidades de tipo industrial. A marca fundamental da sua teorização é, contudo, a ambiguidade. Tenta-se escapar ao imediatamente dado pela experiência 'vivida' para em seguida recorrer-se a êle como elemento constitutivo da a-

nálise; tenta-se construir uma visão crítica da sociedade e cultura contemporâneas para, no final, exaltar-se a sua dimensão "inovadora", precisamente no plano cultural, e a sua abertura para uma contestação crítica substantiva. "Nada é mais sumário do que uma condenação global da cultura de massa e de seus conteúdos. Trata-se de opor a essa recusa uma atitude crítica, que separe a inovação cultural do controle que pesa sobre ela. Da mesma maneira, se houve no século passado atitudes de recusa à industrialização, foi somente a crítica do seu controle social, e portanto de sua utilização, que conduziu à formação de movimentos sociais e de transformações sociais" (48). Temos, aqui, um falso problema, ou, pelo menos, um problema mal formulado. É fácil argumentar assim, desde que se ponha como premissa que "industrialização" e "formas de controle", enquanto processos históricos, possam ser separados. Há nisso um bom exemplo de como o sociólogo pode ser um mau leitor da História. Touraine hesita entre um 'radicalismo' no nível do discurso teórico e das proposições substantivas e uma visão 'ajustada' do seu tema, que é o mundo moderno. Isso se reflete claramente na seleção e uso dos conceitos; e não é por acaso que uma noção como a de 'cultura de massa' se intromete na análise mais do que emerge dela, e que o caminho entre as noções de 'sociedade industrial' e 'sociedade de massas' seja tão curto na sua análise.

Mais uma vez nos defrontamos com uma situação em que um observador movido por uma visão do seu tempo resignadamente conservadora vai mais fundo do que o radical hesitante. Desta feita, é em Hans Freyer que encontraremos a contrapartida mais coerente (e antecipada) de proposições como as de Touraine (49). A

---

(48) Touraine, A., La Société Post-Industrielle, op. cit., p.304.

(49) Freyer, H., Teoría de la Época Actual, Fondo de Cultura Económica, México, 1958 [ed. original alemã, 1955].

posição de Freyer na década de 50 é explicitamente inspirada na de Tocqueville um século antes; e, no confronto, Touraine aparece como algo próximo de uma versão contemporânea de Proudhon.

É nesse contexto que a obra de Freyer, em que se encontra uma redefinição crítica das noções de 'massa' e 'sociedade de massas', e a tentativa de construir um modelo teórico daquilo que, para outros, seria a 'sociedade industrial', merece referência; sobretudo naquilo que diz respeito à elaboração mais consequente de certas virtualidades - as conservadoras, por certo - da linha de pensamento exemplificada por Touraine.

Para Freyer, a sociedade contemporânea é o domínio daquilo que chama de "sistemas secundários", que se constituem a partir das "tendências" implícitas na era da industrialização: as possibilidades de "fabricar objetos", "organizar o trabalho", "civilizar o homem" e "consumar a história". A noção de 'sistema secundário' corresponde a um "modelo" teórico, que aponta para uma "lei estrutural" implícita nas linhas de desenvolvimento histórico em curso. O modelo assinala, em sua forma pura, uma modalidade abrangente de estrutura social, da mais fina tessitura: estruturas como essa só podem ser estudadas por uma teoria sociológica que "não trata de fatores mas sim de vetores" (50). Os traços básicos de tal modelo referem-se todos àquilo que Weber (que Freyer não cita nesse contexto) chamaria de "racionalização". A idéia é de uma estrutura social construída exclusivamente em termos da sua lógica imanente, sem pressupostos de qualquer ordem, nem mesmo históricos. "Tudo que entre nessa estrutura deve estar previsto em seu plano de construção e pôsto em movimento pelos impulsos desse plano, e somente podem compor a estrutura elementos assinalados intencionalmente". Trata-se de um sistema

---

(50) Freyer, H., op. cit., p. 83.

construído conforme a lógica mais rigorosa, de sorte que "quem co-  
nheça as primeiras proposições pode em grande medida conceber o  
sistema e, portanto, também transformá-lo ..." (51). Sua caracte-  
rística formal mais geral é, então, a previsibilidade; e isso, tra-  
duzido em termos sociais, significa que os homens que o compõem não  
o fazem como entidades integrais, mas apenas em função de algumas  
características parciais e abstratas, congruentes com o sistema.  
Por essa via, a maleabilidade (puramente lógica) do modelo, antes  
apontada, dá lugar à ênfase na capacidade, que tais estruturas têm  
de adaptarem e absorverem os homens, ao ajustá-los às suas exigên-  
cias próprias. Os "sistemas secundários projetam uma ordem so-  
cial" que os seus membros componentes "podem realizar e que os ocu-  
pa constantemente" (52). O sistema define "regras de jogo" rí-  
gidas, que asseguram a adaptação social dos homens e, ademais, sus-  
citam "uma consciência tecnificada", manifestada na adesão esmera-  
da a essas regras próprias ao sistema. Complementarmente, a di-  
mensão "administrativa" é essencial ao sistema: dadas certas fôr-  
ças em curso, impõe-se mantê-las unidas, regulá-las e coordená-las.  
A administração concerne às coisas e aos homens a ela vinculados;  
e, nesse passo, a análise se apóia diretamente na concepção webe-  
riana de tipo de dominação racional-legal/burocrático. Ao lado  
disso, Freyer atribui aos "sistemas secundários" a presença de  
"ciclos", que ocorrem para além da vontade e consciência dos ho-  
mens que os compõem, e reforçam a exigência básica de adaptação,  
visto que, nesse universo administrado, não se pode fazer mais do  
que "tirar proveito da situação". Da idéia de um sistema cíclico,  
històricamente 'decentrado', Freyer retira a sua interpretação do  
papel do poder no seu interior: trata-se de um poder puramente téc-  
nico, voltado para a eficácia e não para a legitimação.

---

(51) Freyer, H., op. cit., p. 86.

(52) Freyer, H., op. cit., p. 87.

A categoria básica que articula tôda a análise de Freyer é a de alienação; e sua obra não é senão a tentativa de caracterizar a modalidade contemporânea dêsse fenômeno. É por essa via que se chega a um conceito crítico de 'massa', fundado naquele de 'alienação'. O problema tratado é o da "moderna existência em massa" e esta, por sua vez, é caracterizada em contraposição à velha noção de "foules", que preocupava um LeBon, na medida em que "tem suas bases reais nas leis estruturais do sistema secundário", do qual resulta. "As ordens que sômente afetam o homem de modo ocasional e parcial, que o classificam em grupos flutuantes e lábeis junto com pessoas afetadas da mesma forma, de tal modo que sômente o levam em consideração sob certas categorias e números seriados, engendram a massa. Assim, homens subsumidos como força-de-trabalho sob a lei da emprêsa, e reduzidos desta forma a uma função inteiramente específica, são massa em um sentido muito definido: são substituíveis, estão conformados segundo tipos (...)" (53). E, mais adiante: "A massa, isola o indivíduo; vale dizer, práticamente: deixa-o em paz". No contexto, "deixar em paz" significa o mesmo que liberá-lo da necessidade de fazer opções. Em consonância com isso, as 'massas' modernas não tem a espontaneidade outrora atribuída às "foules". "São

---

(53) Freyer, H., Teoría de la Época Actual, op. cit., p. 235. Salta aos olhos a semelhança dessas formulações de Freyer com a idéia sartriana (desenvolvida mais tarde, e de modo obviamente independente) de uma praxis serial, na Crítica da Razão Dialética; idéia na qual poderíamos encontrar a contrapartida da noção corriqueira de 'situação de massa'. Mas é novamente aqui que transparece o caráter conservador do pensamento de Freyer: êle 'cristaliza' a sua imagem da sociedade nesse nível, em contraposição à unidade dialética formulada por Sartre, entre os três momentos básicos, da praxis individual, serial e comum, através da qual a História (e não um "sistema secundário" com conotações de uma 'segunda natureza' social) se torna compreensível.

atravessadas por linhas de organização como cordas delgadas e firmes: em parte regras inteiramente formais, como as que regulam as massas no trânsito urbano, em parte uma firme trama de sustentação (...) como nos regimes totalitários" (54). Sua característica básica não é o movimento caótico mas, pelo contrário, a adaptação a um mundo administrado. Em suma: "massa é o homem que existe em forma secundária" (55).

A lógica subjacente à análise de Freyer consiste, basicamente, em operar simultaneamente em dois planos: o de um modelo de sociedade construído em alto grau de abstração e aquele da caracterização das condições concretas de existência congruentes com êsse modelo. O vínculo entre êsses dois distantes pólos analíticos está dado pela noção vaga e imprecisa de 'alienação', que aqui ostenta plenamente sua compatibilidade com uma visão do mundo de caráter conservador resignado, tal como se manifesta no tom 'neutro' e desapaixonado da obra. No essencial, o caráter conservador do pensamento de Freyer está presente no uso dêsse recurso básico: a combinação entre o nível mais abstrato na caracterização da estrutura social e o nível mais concreto no tratamento da experiência vivida dos sujeitos. É isso que lhe permite realizar uma análise das mais ricas e sutis sem sair do plano da constatação do dado; ou, mais precisamente, somente deixar espaço para uma vaga esperança de "pôr-se à altura da alienação" no plano da pluralidade existencial pessoal ou mesmo no nível das puras virtualidades biológicas, de ordem genética (56). Em suma: temos aqui um esquema analítico promissor da sociedade e cultura contemporâneas - em especial quando se trata do fenômeno

---

(54) Freyer, H., op. cit., p. 234.

(55) Freyer, H., op. cit., p. 237.

(56) Freyer, H., op. cit., p. 245 e seg., esp. p. 246.

'massa' em termos de uma adaptação à dominação fluida e indireta inscrita numa estrutura social administrativamente racionalizada e de base industrial -- que desemboca no mais franco irracionalismo.

Como aproveitar as sugestões fecundas de Freyer sem cair no irracionalismo a que leva a sua postura conservadora? A solução mais imediata que ocorre consiste em inverter o sentido da sua lógica de análise: ou seja, concretizar historicamente a estrutura social, por um lado, e afastar-se, mediante procedimentos teóricos adequados, do plano puramente 'existencial', pelo outro. Um passo nessa direção é dado por um autor que compartilha de alguns dos instrumentos teóricos de Freyer -- em especial o conceito de 'alienação' -- mas os utiliza num contexto fundamentalmente diverso. André Gorz analisa, numa de suas obras, aquilo que chama de "modelo de civilização"; mas o associa a um processo histórico definido, numa formação sócio-econômica também específica, a saber, a "reprodução ampliada da força-de-trabalho" na sociedade "neo-capitalista" (57). Nesse contexto, a cultura é entendida como atividade, que corresponde a uma necessidade humana: aumento de "tempo livre", entendido como "tempo (socialmente produtivo) que é objetiva e subjetivamente necessário à produção de indivíduos humanos e de um mundo humano" (58). Trata-se de ver como a "civilização neo-capitalista" -- que corresponde, no plano cultural, à hegemonia dos grandes aglomerados empresariais -- faz frente a essa necessidade. Ela o faz, segundo Gorz, ao erigir "um gigantesco aparelho repressivo: aparelho a serviço (...) da transformação do tempo livre em tempo passivo e vazio, consagrado a divertimentos estéreis, que um terror suave leva cada in

---

(57) Gorz, A., Stratégie Ouvrière et Néocapitalisme, Editions du Seuil, Paris, 1964, cap. V.

(58) Gorz, A., op. cit., p. 111.

divíduo a consumir. Trata-se de desviar a necessidade cultural ao corrompê-la até à consciência que tem de si própria", e aviltando, "em nome de uma ética de massa, a criação cultural e seus agentes". Nessa ótica, "a cultura de massa é um subproduto da propaganda comercial" (59).

Para Gorz (que, nesse ponto, faz alusão a Marcuse), "êse totalitarismo adocicado da civilização monopolista é tanto uma consequência quanto uma causa. É causa na medida em que a técnica de venda do capitalismo 'opulento' é uma técnica de manipulação e de dominação que visa, deliberadamente, aplicada à vida pública, a arraigar psicológicamente o poder da produção e do comércio e romper as forças que o contestam. É causa na medida em que visa a destruir a comunicação concreta e autônoma dos indivíduos e suas relações humanas, na medida em que visa a ocultar dos agentes da praxis que o universo que produzem é sem dúvida seu produto". O essencial é que "tal mistificação evidentemente só é possível por operar num terreno que lhe é favorável de antemão", de vez que o processo que inclui o "desarraigamento da cultura" já se encontra em fase avançada. Tal processo, por seu turno, "tem origem no atraso que as prioridades 'expontâneas' da expansão monopolística impuseram ao nível cultural sôbre o nível prático" (60).

Retiradas do seu contexto, essas citações parecem estar afetadas por uma carga 'moralista' que comprometeria o seu valor científico. Trata-se, na realidade, da manifestação, nessa área de interesses, do conteúdo político da obra de Gorz, que

---

(59) Gorz, A., op. cit., p. 112.

(60) Gorz, A., op. cit., p. 112.



não se detém no 'diagnóstico' de uma situação mas pretende entendê-la como um todo em relação ao qual se possam definir linhas de ação político-transformadora. Para nós, contudo, interessa mais diretamente o diagnóstico. O essencial é que temos, aqui, uma redefinição básica da análise. Através da caracterização do problema em termos das condições mais amplas de organização e funcionamento de uma formação econômico-social historicamente determinada (na medida em que se deixa de falar em noções genéricas como 'sociedade de massas', 'pluralista' ou 'industrial' e se fala em neo-capitalismo) os problemas pertinentes à dimensão cultural já não são tomados em termos que privilegiam sem mais a associação entre participação e consumo de bens culturais. É precisamente essa associação que é transcendida através da sua crítica, ao se analisar o processo formador de uma 'falsa consciência' que, enquanto modalidade de dominação, está subjacente à aparente identidade participação-consumo cultural. Com isso, a atenção se volta para as condições, dadas no nível de um sistema abrangente e historicamente definido, de produção simultânea de modalidades de bens culturais e dos seus consumidores.

O caráter 'militante' da obra de Gorz não permite, contudo, que ela seja considerada no plano puramente teórico, dado que isso se manifesta em formulações que, a rigor, comprometeriam o alcance e mesmo a validade científica de sua análise. Haja visto as referências, ainda que implícitas, a um caráter intencional da produção de uma 'falsa consciência' através de um "sistema repressivo" no nível cultural, na sociedade 'neo-capitalista'. É preciso, pois, dar mais um passo adiante, para ter condições de aproveitar a fundo as potencialidades desse tipo de análise.

Nesse ponto, chegamos ao final da nossa caminhada neste capítulo, na medida em que se abre a possibilidade de introduzir na discussão aquela linha de pensamento que, segundo a enten

demos, representa a síntese de tudo aquilo que há de cientificamente relevante nas proposições examinadas antes, acrescida de elementos próprios da maior importância. Trata-se da perspectiva representada pela chamada "escola de Frankfurt" que se reuniu (até a sua recente dissolução) em torno de Max Horkheimer, e cujo representante máximo, naquilo que concerne ao presente trabalho, é Theodor W. Adorno.

Do ponto de vista de Adorno, a sociedade contemporânea é entendida como sociedade administrada, e a sua dimensão cultural, longe de ser entendida como 'cultura de massa' ou afins, constitui o domínio da indústria cultural.

A 'sociedade administrada' é aquela em que a esfera administrativa, enquanto modalidade de organização social e sobretudo como forma de dominação, atinge o ápice de realização da sua tendência imanente à expansão para todas as áreas da vida social (tal como Max Weber já havia assinalado, mas de modo congruente com aquilo que Adorno qualifica de "método formal-definitório de sua obra de maturidade"). A administração no mundo contemporâneo já não pode ser entendida como "instituição meticulosamente separada do livre jogo das forças sociais (...). Na sociedade antagonística, as organizações formais necessariamente perseguem objetivos particulares: às custas dos interesses de outros grupos. Isso as obriga ao enrijecimento e à autonomização. Caso se mantivessem abertas para baixo, em relação aos seus membros e às suas exigências imediatas, elas se tornariam ineficazes. Quanto mais solidamente estruturadas, tanto maior é a sua possibilidade de se impor a outras" (61). O essencial dessa expansão é que

---

(61) Adorno, T. W., "Kultur und Verwaltung", in: M. Horkheimer -- T. W. Adorno, Sociologica II, Frankfurter Beiträge zur Soziologie, vol. 10, Europäische Verlagsanstalt, Frankfurt am Main, 1962, p. 48-68, cf. p. 49-50 [tradução espanhola: Sociologica, Ed. Taurus, Madrid].

ela atinge áreas antes não submetidas à administração: entre e -  
las, a da cultura. Até aí, ainda não nos afastamos muito de We-  
ber. O passo decisivo é dado quando se procura explicar a "trans-  
formação de aparelhos administrativos na sua acepção antiga [li-  
beral] naqueles do mundo administrado" em termos que não se limi-  
tam a apontar a "tendência imanente da administração, como sim-  
ples forma de dominação, no sentido da expansão e da autonomiza-  
ção". O elemento responsável por isso seria "a expansão das re-  
lações de troca pelo conjunto total da existência, em condições  
de crescente monopolização. O pensamento em termos de equivalen-  
tes produz por si próprio uma forma de pensar dotada de afinida-  
des de princípio com a racionalidade administrativa, na medida  
em que formula o caráter comensurável de todos os objetos, a pos-  
sibilidade de integrá-los segundo regras abstratas. As diferen-  
ças qualitativas entre os domínios, assim como no interior de ca-  
da qual, ficam reduzidas, levando à diminuição da sua resistên-  
cia à administração. Simultaneamente, a crescente concentração  
suscita unidades de amplitude tal, que os métodos tradicionalis-  
tas, 'irracionais' perdem toda a eficácia (...). Põe-se, assim,  
a questão do relacionamento entre administração e cultura, con-  
tra o pano de fundo da constatação básica de que, "conforme a  
tendência global contemporânea, muitas das áreas tradicionalmen-  
te atribuídas à cultura se aproximam da produção material" (62).  
Do ponto de vista mais geral, impõe-se uma distinção de princí-  
pio entre cultura e administração. "A cultura é a reivindicação  
perene do particular contra o geral (...). A administração, por  
seu turno, representa necessariamente, sem culpa subjetiva e sem  
vontade individual, o geral oposto a todo particular". Segue-se  
que "a exigência da administração em relação à cultura é essen -

---

(62) Adorno, T. W., "Kultur und Verwaltung", op. cit., p. 51 e  
p. 49.

cialmente heterônoma: ela precisa medir o cultural, seja qual fôr, segundo normas que não lhe são inerentes, que nada têm a ver com a qualidade do objeto. A cultura é medida conforme padrões abstratamente trazidos do seu exterior, enquanto que o administrador é levado pelas suas próprias exigências e conformação a recusar-se, no mais das vèzes, a levar em conta questões relativas à qualidade imanente, à verdade e, finalmente, à racionalidade objetiva do objeto [cultural]"(63).

A absorção administrativa da esfera cultural, e a concomitante neutralização da dimensão concretamente crítica que antes se lhe atribuía - restando apenas o resíduo pervertido das "mercadorias calculadas para o mercado da indústria cultural" - não pode ser encarada, em seus efeitos, como resultado da ação insensata dos managers. "No mundo administrado os managers são tão bodes expiatórios quanto os burocratas: a transferência de conexões funcionais e de responsabilidade objetivas para pessoas também faz parte da ideologia dominante" (64).

Em trabalho mais recente, publicado pouco antes da sua morte, Adorno desenvolve e torna mais explícita a sua caracterização da sociedade contemporânea e das suas implicações no plano cultural (65). Aqui, já não se faz referência explícita à noção de 'sociedade administrada', embora a análise seja congruente em relação às anteriores, permitindo assim a plena explicitação do

---

(63) Adorno, T. W., "Kultur und Verwaltung", op. cit., p. 53.

(64) Adorno, T. W., "Kultur und Verwaltung", op. cit., p. 58.

(65) Adorno, T. W. (org.), Spätkapitalismus oder Industriegesellschaft?, Deutsche Gesellschaft für Soziologie/F. Enke Verlag 1969, p. 12-26. (Trata-se da exposição inaugural de Adorno para o 16º Congresso da Associação Alemã de Sociologia, em 1968, sob o tema "Capitalismo tardio ou sociedade industrial?" O texto será citado, doravante, como Adorno, T. W., "Spätkapitalismus").

sentido do termo. Isso decorre da mudança de ênfase, condicionada pela própria natureza do tema em exame (o exame das características globais da sociedade capitalista contemporânea) e, por essa via, da circunstância de que, desta feita, o ponto de partida da análise já não é dado por formulações de Max Weber mas sim de Karl Marx. Nesse sentido, o papel antes reservado à concepção weberiana de expansão da racionalização pelas diversas esferas da existência humana (que constituiria o ponto de partida formal da análise da 'sociedade administrada', a ser transcendido e incorporado criticamente) passa a pertencer (agora já de modo substantivo) à concepção marxista de fetichismo da mercadoria e às noções correlatas, de 'falsa consciência' e 'ideologia'.

Na sua acepção mais abrangente, sustenta Adorno, a sociedade contemporânea deve ser entendida como uma sociedade industrial do ponto de vista das suas fôrças produtivas, e como capitalista do ponto de vista das suas relações de produção. O trabalho industrial, que constitui o paradigma dessa sociedade, "converte-se em totalidade na medida em que modos de operar que se assemelham ao industrial se expandem, conforme imperativos econômicos, para os domínios da produção material, da administração, da distribuição e para aquela esfera que se intitula cultura" (66). Quanto às relações de produção capitalistas, elas se manifestam pela total incorporação no nível societário da lógica da produção fabril e, de modo mais geral, porque "hoje como outrora se produz em função do lucro". Para além de tudo que se manifestava no capitalismo novecentista, essas duas dimensões - as fôrças produtivas e as relações de produção - se interpenetram para formar um todo fechado. Tome-se o caso das necessidades humanas: elas se converteram "plenamente em funções do aparelho produtivo"

---

(66) Adorno, T. W., "Spätkapitalismus", op. cit., p. 18.

e "são dirigidas de modo total", no reino consumado do valor de troca. "As necessidades não somente são satisfeitas de modo indireto, em termos de valor de troca, como são engendradas pelo interêsse de lucro em setores economicamente relevantes" (67).

A concretização mais direta daquilo que se poderia entender como o conteúdo profundo da noção de 'sociedade administrada' se faz no mesmo espírito. "A configuração atual da aparência socialmente necessária consiste em que as forças produtivas e as relações de produção formam hoje uma unidade, de tal sorte que se possa construir sem mais a sociedade a partir das forças produtivas. Tal aparência é socialmente necessária porque momentos do processo societário que anteriormente estavam separados, incluídos os seres humanos, são reduzidos a algo como um denominador comum. A produção material, a distribuição, o consumo, são objeto de uma administração comum. Diluem-se os seus limites, que outrora separavam as esferas, e com isso assegurava as diferenças qualitativas, ainda que todas elas adquirissem sentido no interior do processo global. A totalidade dos processos mediadores - do princípio da troca, na realidade - produz um segundo imediato ilusório" (68).

Nessas condições, também a esfera cultural pode, e deve, ser analisada em consonância com as tendências abrangentes do sistema produtivo. Também ela está submetida ao processo geral, no sentido de se articularem suas diversas áreas num sistema fechado, regido pela lógica da estrutura maior. Não há, nesse contexto, como falar em "cultura de massa" ou afins. A noção que

---

(67) Adorno, T. W., "Spätkapitalismus", op. cit., p. 18.

(68) Adorno, T. W., "Spätkapitalismus", op. cit., p. 25.

se impõe é a de indústria cultural, num contexto de concentração econômica e administrativa (69).

Nas suas formulações, Adorno vai muito mais longe e mais fundo do que os autores envolvidos nas polêmicas corriqueiras sobre o tema, e consegue superar amplamente as ambiguidades de um Touraine, o irracionalismo de um Freyer ou mesmo a ênfase mais militante do que analítica de um Gorz, ao construir um modelo de análise no qual todas as contribuições válidas desses diversos autores podem ser incorporadas de modo articulado.

O essencial, contudo, são as implicações teóricas e metodológicas da sua ênfase na consumação contemporânea do capitalismo como o aparente 'universo das mercadorias' e nos temas correlatos, da 'falsa consciência' e da 'ideologia'. ("O fetichismo da mercadoria - escreve ele em outra parte - não é um fato da consciência mas é produtor da consciência") (70).

Por essa via, a ótica da análise tende a se deslocar para o nível dos próprios produtos da indústria cultural como mercadorias, produtoras e reprodutoras, enquanto sistema articulado de ideologia. Vale dizer: põe-se a questão da análise das modalidades contemporâneas de produção cultural no plano das mensagens. Isso nos conduz aos problemas mais específicos que se impõe tratar a seguir.

---

(69) Adorno, T. W., "A Indústria Cultural", in: G. Cohn (org.), Comunicação e Indústria Cultural, Cia. Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1971, p. 287-295.

(70) Cf. J. Taubes, "Kultur und Ideologie", in: T. W. Adorno (org) Spätkapitalismus oder Industriegesellschaft ?, op. cit., p. 122.

## Capítulo VI

### TEORIA E IDEOLOGIA

Uma diferença básica entre a análise radical (no sentido preciso do termo: que vai às raízes) da inter-relação sociedade/cultura no mundo contemporâneo consiste na ênfase sobre o aspecto estruturado no mais alto grau, tanto da formação societária em questão quanto da sua esfera cultural; e, em consonância com isso, no seu caráter estruturador de formas definidas de consciência social. Idéias como a da 'autonomia ampliada dos consumidores' (tal como aparecem nas formulações, já examinadas, de autores como Shils e Parsons) ou mesmo a crítica tradicional, no sentido precisamente oposto, de que a sociedade e a cultura contemporâneas são desestruturadas e desestruturadoras (representadas por autores resolutamente conservadores, como Freyer e o influente Arnold Gehlen, com sua tese da "desinstitucionalização da vida privada na era técnica" (1) ou por um analista ambíguo como Touraine) são amplamente superadas por essa via.

---

(1) Gehlen, A., Die Seele im Technischen Zeitalter: Sozialpsychologische Probleme in der Industriellen Gesellschaft, Rowolt, Hamburg, 1957, cap. V, esp. p. 73-74. (Sobre isso, veja-se também P. L. Berger y T. Luckman, La Construcción Social de la Realidad, Amorrotu, Buenos Aires, 1968, cap. II, p. 66-120).



Isso tem implicações diretas no tocante à caracterização do tipo de sociedade subjacente às modalidades contemporâneas de cultura. A crítica 'radical' permite ir além da simples - mas fundamental - demonstração de que a idéia de 'massa' não é pertinente à caracterização científica da realidade social (basta lembrar as formulações de um Raymond Williams ou de um André Gorz e, sobretudo, a ênfase de Adorno na idéia de 'massa' como um produto social, que remete a um modo de dominação: "As massas não são a medida mas a ideologia da indústria cultural" (2). É que ela permite introduzir na análise a grande 'categoria oculta' na maior parte dos tratamentos do tema, que é a de classe.

Na literatura sociológica, no contexto que nos interessa, o tratamento do problema de classe social tende a se concentrar sobre o exame de 'estilos de vida' de agregados que se diferenciam em termos da auto-identificação dos seus membros numa escala de estratificação, ou então são "objetivamente" estratificados mediante o uso de índices de status sócio-econômico. Tais estudos tendem, ademais, a operar com noções como 'sociedade industrial' ou 'de massas', concentrando-se no exame das condições e uso do lazer. O resultado é que predominam as interpretações do problema das relações entre consumo de bens culturais e estrutura social em termos que conduzem, ainda que por vias indiretas e às vezes mesmo com relutância, a uma caracterização que corresponde, no essencial, à idéia da conversão de 'classes' em 'massas'. Constata-se a homogeneização de estilos de vida, em especial no uso do lazer, e, no limite, se constrói a imagem de uma sociedade tendencialmente dividida entre uma pequena 'elite empresarial' e uma vasta massa de assalariados que, fora do traba-

---

(2) Adorno, T. W., "A Indústria Cultural", op. cit., p. 288.

lho, oscila entre a retração social, política e cultural para o nível dos pequenos grupos primários ou uma agressividade incontrolável e sem sentido (3).

A dificuldade intrínseca a análises desse tipo consiste em que elas não têm condições para explorar em profundidade as potencialidades teóricas da noção de classe, no contexto que nos interessa. É que elas levam a concentrar a atenção no fenômeno classe - definido em termos de uma escala de estratificação - simplesmente como uma modalidade específica de consumidores de bens culturais, vinculados entre si mais por estilos de vida, sobretudo na relação trabalho-lazer, do que em termos de posições coletivas diferenciais numa estrutura abrangente, que defina suas modalidades possíveis de ação e de consciência social. Ao se operar nesses termos, torna-se difícil não recair na caracterização das experiências vividas dos indivíduos que compõem as classes e

---

(3) A caracterização mais nítida nesse sentido encontra-se em H. Willensky, "Work, Careers and Social Integration", International Social Science Journal, vol. 12, 1960, p.543-574, assim como em H. Willensky, "Mass Society and Mass Culture: Interdependence or Independence?", op. cit.. A tese de uma estratificação nas condições de uso do lazer, definidas também como estilos de vida, aparece em A. Touraine, La Société Post-Industrielle, op. cit., cap. 4 e, de modo mais primário, em J. Dumazedier, Vers une Civilisation du Loisir? Ed. du Seuil, Paris, 1962. Uma aceitação implícita, mas polêmica, dessa imagem se encontra em S. M. Miller and F. Riessman, "Are Workers Middle-Class?", in: P. Ehrenseft and A. Etzioni (ed.), Anatomies of America, op. cit., p. 151-158. Uma obra fundamental, que mereceria um estudo à parte, e que contesta através de observação direta a imagem acima referida, é a de Richard Hoggart, The Uses of Literacy, Penguin Books/Chatto and Windus, 1958, na qual se faz aquilo que Jean-Claude Passeron, na apresentação da edição francesa, chama de "etnografia" da cultura de um segmento da classe operária inglesa.

por essa via, dissolver essa noção na de 'massas'. O essencial, contudo, é que a utilização do conceito de 'classe social' na análise da comunicação e da cultura em sociedades complexas pode, e deve, ir além da sua redução a categorias que, implicitamente pelo menos, concernem à participação individual na esfera da distribuição de bens culturais; no mercado, em suma.

Isso é feito na medida em que as categorias ordenadoras da análise digam respeito à esfera da produção, também na esfera cultural. Nesse contexto, as classes sociais aparecem como categorias estruturais básicas de sociedades historicamente definidas, e sua articulação também é pensada em termos das suas vinculações diferenciais no processo produtivo global. O importante, aqui, é que a relação direta entre os membros de diversas classes e os produtos culturais a que têm acesso (que, em sociedades de tipo capitalista, às quais restringiremos nossas considerações, se definem como mercadorias) no nível do consumo aparece como incapaz de explicar as modalidades de comunicação e cultura dominantes na sociedade abrangente. Passam a ser entendidas, dessa forma, como a manifestação mais externa de seus condicionantes estruturais globais, que operam para além do plano da consciência individual. As opiniões, verbalizações de preferências e, de modo geral, as atitudes, passam a ser entendidas como incapazes de darem apoio direto a análises que as expliquem ao invés de simplesmente as relacionarem sistematicamente entre si enquanto dados empíricos fundamentais.

Por essa via, retomamos a orientação anteriormente associada à figura de Adorno, cuja inspiração marxista é óbvia. O essencial, nesse contexto, é que a análise, tanto da dimensão social quanto da cultural, se articula em torno das condições específicas de uma sociedade centrada na produção de mercadorias e, por essa via, toma-se a própria mercadoria como ponto de partida.

Veremos, mais adiante, o que isso significa para o nosso tema. A premissa, conforme à inspiração marxista dessa análise, é a de que a mercadoria representa, por detrás de sua aparência de coisa fungível, uma determinada constelação de relações sociais, que remete a uma forma determinada de dominação (e aí entram as classes como elemento fundamental). Aplicando-se êsse raciocínio à área dos produtos culturais, temos a consequência, de fundamental importância, de que a experiência imediata do consumo desses bens não tem valor explicativo, ao corresponder à incorporação, pelos sujeitos, dos resultados cristalizados de um conjunto de relações sociais que precisamente estão ocultas pelo caráter mercantil desses bens. Põem-se, então, as questões complementares da 'falsa consciência' e da 'ideologia', no plano mesmo do consumo de bens culturais, de modo análogo àquele em que se demonstra que a noção de 'massa' pode ser entendida como resultante da 'falsa consciência' que os membros de uma sociedade mercantilizada têm do caráter real da sua participação nela. Nessa linha de raciocínio, as melhores formulações ainda são de Lukács. E é êle quem sugere que a "pulverização dos indivíduos em atos isolados de troca de mercadorias" cria a "aparência de isolamento e de atomização". Em consequência, "a atomização do indivíduo não passa do reflexo, na consciência, do fato de que as 'leis naturais' da produção capitalista abrangeram a totalidade das manifestações vitais da sociedade e que (...) toda a sociedade está submetida (ou tende a sê-lo) a um processo econômico que forma uma unidade, que o destino de todos os membros da sociedade é movido por leis que formam uma unidade" (4). É fácil reconhecer, aqui, a carac-

---

(4) Lukács, G., Histoire et Conscience de Classe, Ed. de Minuit, Paris, 1960, "La Réification et la Conscience du Proletariat", p. 113-120.

terização das condições aparentes - atomização, isolamento - que informam a noção usual de 'massa'; vale dizer, que essa noção assume as aparências que o fenômeno reveste na consciência imediata dos sujeitos e se propõe ser científica nesse nível. Põe-se aqui de imediato, para além da noção de falsa consciência dos sujeitos, aquela da sua incorporação direta no plano conceitual e, por essa via, do caráter ideológico da noção correspondente.

Isso nos conduz diretamente a um exame mais detido daquilo que devemos entender por 'ideologia'. Até aqui, viemos operando com uma concepção bem pouco elaborada do tema, ao aplicarmos à análise crítica de certas noções - como 'público', 'elite', 'massa' - algumas premissas genéricas da sociologia do conhecimento. Nossa argumentação se orientava basicamente no sentido de demonstrar como noções cuja "vinculação existencial" (para usar provisoriamente um termo de Mannheim) a determinados grupos sociais historicamente definidos era nítida haviam, no entanto, sido incorporadas sem maior crítica pelo repertório conceitual das "ciências sociais" contemporâneas, a título de conceitos genéricos e 'neutros'. É tempo de tentar aprofundar o exame do tema.

A proposição geral do nosso problema nos conduz a discutir a questão da ideologia em dois planos, vinculados entre si (embora o caráter desse vínculo constitua uma das questões teóricas mais espinhosas das ciências sociais): aquêle diretamente referente ao objeto de uma análise sociológica e o concernente aos conceitos usados na sua análise. Em outras palavras: interessam-nos as manifestações concretas da ideologia e a presença do mesmo fenômeno no nível dos enunciados teóricos que se propõem explicá-las.

Naquilo que concerne à ideologia como fenômeno social específico, estamos no domínio da Sociologia do Conhecimento. O

ponto de partida inevitável é dado por Mannheim, na sua tentativa de distinguir entre uma "sociologia do conhecimento" e a velha "teoria da ideologia", na medida em que a primeira trataria da concepção "total" da ideologia, em termos da sua vinculação histórico-social, ao passo que a segunda ficaria reservada à área menor da sua concepção "particular", referente aos enunciados que refletem interesses grupais localizados, e cuja 'falsidade', ainda que não consciente, "se localizaria no plano psicológico e guardaria semelhança estrutural com a mentira" (5). O fracasso de Mannheim na sua tentativa de construir uma "concepção não-avaliativa da ideologia" é amplamente reconhecido, e isso nos poupa de tentar acrescentar mais um aos numerosos exames críticos que lhe foram dirigidos. Na realidade, o que resultou de mais geral da sua obra consiste naquilo que um comentarista chamaria de "Paradoxo de Mannheim", referindo-se à tendência, imanente às próprias premissas do seu raciocínio, no sentido de cair num relativismo radical, mal oculto pela capa verbal "relacionismo". Por essa via, e à semelhança do Paradoxo de Zenão acerca de Aquiles e da tartaruga, Mannheim teria construído um problema (justamente aquele que debalde tentou resolver) que comprometeria os próprios fundamentos do conhecimento racional (da sociedade, no caso) (6). A crítica fundamental a Mannheim no contexto que nos interessa, é contudo aquela que aponta as implicações do modo pelo qual ele concebe a raiz histórico-social das ideologias. É aqui que o seu "paradoxo" ganha formas concretas. Consiste tal

---

(5) Mannheim, K., Ideology and Utopy, Routledge & Kegan Paul, London, 1964 [1ª ed., 1936], p. 238-239.

(6) Geertz, C., "Ideology as a Cultural System", in: D. E. Apter (ed.), Ideology and Discontent, Free Press, 1964, p. 47-76, cf. p. 47-48.

crítica em demonstrar que o pensamento mannheimiano o leva a uma posição em que "a compreensão da história não seria histórica em si mesma". O argumento é o seguinte. "Insistindo na idéia de que a influência do real sobre as ideologias é mais negativa do que positiva; que o real não fabrica as ideologias e sim limita o campo de uma visão que, de direito, seria perfeita, Mannheim sugere (...) que a relação das ideologias com o tempo e com a história é apenas accidental. A cada instante, nossa visão de fato do mundo histórico seria impedida, pela própria situação (...) de compreender integralmente a história. A compreensão da história não seria, portanto, histórica em si mesma. Seria a obra de um sujeito transcendental que, como o sujeito kantiano, se encontraria, em princípio, fora do tempo, e só seria vítima, dada sua inserção marginal no tempo, de um obscurecimento de sua visão. O tempo e a história não colaborariam positivamente para sua própria elucidação; em relação ao conhecimento, seriam fatores de desordem, e o ideal seria que deles nos pudessemos libertar. É o que procura, justamente, o meio intelectual, a classe que não é uma classe..." (7). Temos, aqui, a demonstração daquilo que, mesmo referido à sua raiz kantiana, poderíamos chamar de 'dimensão positivista' não-intencional no pensamento de Mannheim, ao mesmo tempo que se assinala como o 'historicismo' mannheimiano desemboca, afinal, numa reflexão radicalmente a-histórica (não será esse o destino de todo historicismo ?) (8). Demais, essa crítica

---

(7) Debrun, M., Ideologia e Realidade, ISEB, Rio de Janeiro, 1959, p. 97.

(8) Numa análise crítica da edição original alemã de Ideologia e Utopia (1929), Max Horkheimer aponta em Mannheim uma tendência a recair numa metafísica de cunho supra-histórico, e aproxima suas formulações às de Dilthey: M. Horkheimer, "Ein Neuer Ideologiebegriff?", in: K. Lenk (ed.), Ideologie - Ideologiekritik und Wissenssoziologie, Luchterhand, Neuwied/Berlin, 2ª ed., 1964, p. 235-255, esp. p. 240 e seg. [publicação original, 1930].

permite perceber com nitidez que os dois planos do estudo da ideologia antes referido - o 'substantivo' e o 'analítico' ou, numa formulação mais ambiciosa, o 'sociológico' e o 'epistemológico' - não podem ser separados no tratamento do tema.

Aquilo que, em Mannheim, aparece como sua 'dimensão positivista' forma o substrato das elaborações extremamente empobrecidas sobre o problema da ideologia encontradas na orientação dominante na sociologia contemporânea. Assim, o tradutor de Ideologia e Utopia para o inglês, Edward Shils, define o conceito em termos que praticamente o reduzem à descrição de um modelo peculiar de atitudes, sobretudo no campo político. Para êle, "a ideologia é uma modalidade particular de modelos de opinião e de normas de julgamento de caráter moral e cognitivo, compartilhadas por uma pluralidade de pessoas numa sociedade. São logicamente consistentes, reforçados pela intensidade afetiva, abrangentes no alcance das suas fontes de referência e irrefutáveis em termos das suas pretensões, em relação às quais exigem o respeito dos seus aderentes. Embora o conceito frequentemente seja aplicado a qualquer padrão de opinião compartilhado por um coletivo ou parte dêle, há bons motivos (...) para vinculá-lo a um padrão de opinião que se oponha de forma dissensual aos modelos de normas e crenças geralmente compartilhados. (...) A contrapartida social da ideologia, seu portador, é um grupo primário ideológico (...) cujos membros são unidos pela adesão de todos a um sistema ideológico de crenças comum" (9). No mesmo texto, Shils

(9) Shils, E., verbete "Ideologie", in: W. Bernsdorf (org.), Wörterbuch der Soziologie, F. Enke Verlag, Stuttgart, 2ª ed., 1969, p. 441-444. Não há qualquer motivo para supor que o verbete sobre o mesmo tema, redigido por Shils para a International Encyclopaedia of the Social Sciences, (1968) seja significativamente diferente daquele publicado no dicionário alemão acima citado; a escolha da fonte se explica por ser a única acessível ao autor, no momento.



chega a falar em "estrutura da personalidade ideológica", o que marca a dissolução plena do conceito. Na realidade, a fonte diretamente inspiradora de Shils, nessas formulações, é Talcott Parsons, que, no início da década de 50, definia 'ideologia' em termos praticamente idênticos a êsses, enquanto "sistemas de crenças" (belief systems) coletivamente compartilhados e orientados para a "integração avaliativa" da coletividade a que se aplicam, na medida em que desempenham papel importante na "legitimação cognitiva de padrões de orientação valorativa", ao "racionalizarem as seleções valorativas feitas" (10).

Numa versão radicalmente funcionalista do problema, a sua dimensão crítica (ainda que apenas expressa na recusa do valor absoluto das ideologias) tal como ainda aparece nas formulações de Mannheim enquanto a justificativa mesma de análise, é totalmente eliminada. A ideologia é aceita como aquilo que manifestamente é e se propõe ser: um elemento da manutenção de um conjunto social dado. Por essa via, ela simplesmente se confunde com a realidade social, ou, mais precisamente, com um dos seus aspectos. A análise da ideologia se converte na caracterização das condições de legitimação de uma ordem social dada, cuja integração constitui mais propriamente o problema, do qual ela aparece como parte da solução. Por isso mesmo se torna possível concentrar a atenção, como Parsons faz nesse texto, sobre a "institucionalização da ideologia". Em suma, a ideologia não é tomada como inerentemente problemática, mas é assumida na própria análise. Dificilmente se poderia encontrar paródia mais melancólica da velha frase de que o real é racional e o racional é real.

---

(10) Parsons, T., The Social System, Free Press, New York, 1964, cap. VIII, p. 326-363, esp. p. 331-349 e 351 [1ª ed., 1951].

No capítulo anterior, entretanto, já fizemos referên -  
cia a outro texto de Parsons, em colaboração com Winston White ,  
em que o exame dos mass media suscita o problema da ideologia .  
Encontramos, nesse texto mais recente, a contrapartida, aparente  
mente paradoxal, dessas formulações de Parsons, no plano de uma  
elaboração teórica mais ampla. Nesse ponto, o pensamento ideoló  
gico aparece como inadequadamente seletivo, como visão distorci -  
da da realidade, que leva a criticá-la sem fundamento. Em suma,  
contrapõe-se à reflexão científica, que, nessa linha de raciocí -  
nio, apreende 'adequadamente' a realidade, ou seja, a reproduz  
tal como ela se apresenta, nas suas conexões dadas. É por essa  
via que ganha sentido o enunciado de Shils, acêrca do caráter dis  
sensual da ideologia. É que, aqui, o problema subjacente não é  
o do caráter consciente ou não da ideologia, nem o da função que  
ela representa, mas sim a sua contraposição à objetividade cien -  
tífica. Nessas condições, Parsons se sente à vontade para pro -  
por como "critério essencial" para a identificação do pensamento  
ideológico os "desvios da objetividade científica", de sorte que  
"o problema da ideologia surge onde há uma discrepância entre a -  
quilo que se crê e o que tem fundamentos científicos corretos"(11).  
O pensamento (seria mais adequado dizer: o conjunto de atitudes)  
ideológico é o atributo de grupos sociais particulares e, em re -  
lação a cada um deles, persiste o seu caráter 'funcional' (inte -  
grador). Mas, a admissão da multiplicidade de formas ideológi -  
cas no interior da sociedade abrangente é incompatível com a i -  
déia da funcionalidade de tôdas em relação ao sistema maior. O

---

(11) Parsons, T., "An Approach to the Sociology of Knowledge" ,  
Transactions of the Fourth World Congress of Sociology, Mi -  
lan and Stresa, 1959. (reproduzido em: T. Parsons, Sociolo -  
gical Theory and Modern Society, Free Press, New York ,  
1969).

entrechoque de "sistemas de crenças" particulares compromete o consenso global. A solução para o problema já está dada de ante mão, no entanto: consiste em enfatizar a identidade ideologia-sis temas de crenças. Por essa via, e mediante o uso de um critério primário, mas de inspiração positivista, de objetividade científica (a reprodução sem distorções da realidade dada; no caso, da sociedade abrangente) passa-se para o plano de uma 'crítica de ideologia' no nível do conhecimento. São ideológicos os enuncia-dos que refletem crenças grupais, incompatíveis com a análise científica global de uma sociedade. Persiste, é verdade, um ele-mento perturbador: é que, aqui, não se confrontam duas formas dis-tintas de conhecimento, mas sim o não-conhecimento constituído em sistema (os belief-systems) e o conhecimento científico. No va-zio entre essas duas categorias, há espaço suficiente para abri-gar tôda sorte de soluções ad-hoc para o tema (12).

Nesse mesmo espaço vazio se instala também o paradoxo final resultante desse modo de conceber o problema. A combina-ção entre a perspectiva funcionalista da questão da ideologia no plano substantivo com a oposição ideologia-ciência no plano do conhecimento dá alento à tese do "fim da ideologia" nas 'socie-dades industriais' avançadas, na medida em que se sugere que formas de pensamento e ação instrumentais a curto prazo e 'neu -

---

(12) Um excelente exemplo das confusões conceituais a que conduz o uso sistemático dessa concepção de ideologia é dado por um artigo de Philip E. Converse, no qual se misturam indis-criminadamente as noções de elite, público, massa e classe, tudo isso articulado pela busca da ideologia no plano das atitudes. No final, acaba-se privilegiando, e não por aca-so, as noções de 'elite' e 'massa': P. E. Converse, "The Nature of Belief Systems in Mass Publics", in: D. E. Apter (ed.), Ideology and Discontent, op. cit., p. 206-261.

tras' se vão impondo no plano societário, em tôdas as suas dimensões. À ciência - no caso, à sociologia - fica reservado um papel importante nessa tarefa de expulsão da ideologia de vida pública. Conforme comenta, em tom preocupado, Lipset: "As controvérsias acêrca da criatividade cultural e do conformismo refletem a tendência geral no sentido do afastamento da ideologia em direção à sociologia. O próprio crescimento da sociologia enquanto força intelectual fora do mundo acadêmico em muitas nações ocidentais é um tributo, não pròpriamente ao poder da análise sociológica, mas à perda de interêsse na discussão política" (13). A inspiração positivista dessa linha de pensamento é clara, até mesmo na sua versão tardia da perspectiva 'iluminista'. "O ponto de vista de Parsons - comenta Geertz - segundo o qual a ideologia é definida por suas deficiências cognitivas em relação à ciência talvez não esteja distante como parece da visão comteana da religião, como caracterizada por uma concepção acriticamente figurativa da realidade, que logo seria tornada obsoleta por uma sóbria sociologia, imune à metáfora". No entanto, "talvez tenhamos que esperar tanto pelo 'fim da ideologia' quanto os positivistas esperaram pelo fim da religião" (14). Há bons motivos para crer que Geertz poderia ter levado a sua analogia mais avante, e assinalado que, assim como a sociologia positivista de Comte mergulhou num sistema de religião secularizada, também a sociologia de Parsons anuncia o fim da ideologia ao 'institucionalizá-la'.

---

(13) Lipset, S. M., Political Man, Doubleday, Anchor Books, Garden City, 1963, "Personal Postscript: The End of Ideology?", p. 439-456, cf. p. 453.

(14) Geertz, C., "Ideology as a Cultural System", op. cit., p. 51.

Uma solução mais consequente para o problema da ideologia, conforme à linha de pensamento de inspiração positivista, é formulada quando se concentra tóda a análise sôbre o plano cognitivo. Por êsse caminho, chega-se a uma concepção de ideologia em que ela é tomada em contraposição ao conhecimento científico, na qualidade de "para-teoria". Um expoente dêsse ponto de vista foi o sociólogo alemão Theodor Geiger (15), que absorveu os desenvolvimentos do neo-positivismo nos países escandinavos durante a sua atividade na Dinamarca, onde se exilara do nazismo. Para Geiger, o tratamento da ideologia só tem sentido nos quadros da crítica do conhecimento (Erkenntniskritik). Rejeitam-se, assim desde logo, as proposições mannheimianas sôbre a extensão do conceito a uma sociologia do conhecimento, preocupada com a identificação das raízes sociais de tódas as modalidades da atividade intelectual. As proposições básicas de Geiger são que a ideologia consiste em "pensamento errôneo" e que o "erro, o ideológico, reside na não correspondência com a realidade objetiva-racional do conhecimento". Encarada a questão dessa perspectiva, rejeita-se o modêlo da "vinculação existencial do pensamento", proposto por Mannheim, mesmo porque "sômente um enunciado cognitivo pode ser 'errôneo' em relação à realidade, mas não a obra de arte, por exemplo". No que consiste, afinal, a realidade do conhecimento? Na "totalidade dos fenômenos espaço-temporais. Conhecer essa realidade significa: formular asserções acêrca dos seus fenômenos, que sejam suscetíveis de verificação ou falsificação pela observação e de-

---

(15) Geiger, Th., "Ideologie und Werturteil (Kritische Bemerkungen zum Begriffe der Ideologie)", in: K. Lenk (org.), Ideologie op. cit., p. 180-186. Para uma versão menos sofisticada da mesma orientação, veja-se H. Speier, "La Determinación Social de las Ideas", in: I. L. Horowitz (org.) Historia y Elementos de la Sociología del Conocimiento, EUDEBA, Buenos Aires, 2ª ed., 1968, vol. I, p. 80-97, especialmente p. 81-95.

dução. Designamos tais asserções por proposições teóricas" (16). As proposições ideológicas, por seu turno, se caracterizam por incorporarem "fatores a-teóricos". Tome-se um julgamento de valor: nêle encontramos o exemplo de "uma sentença que se propõe ser teórica, mas que não passa de objetivação da relação de base sentimental entre o locutor e o objeto do enunciado. Por essa via um estado de coisas a-teórico é teorizado".

Chegamos, aqui, à concepção geral da ideologia proposta: "Tôda ideologia repousa na teorização e objetivação de uma relação sentimental primária existente entre o locutor e seu objeto. A ideologia é, assim: teoria ilegítima, pseudo-teórica. É um a-teórico supostamente teórico. O conceito de ideologia vincula-se ao de teoria. A ideologia é um fenômeno que somente pode surgir no domínio do pensamento teórico e, nesse sentido, é um fenômeno teórico. No entanto, a ideologia somente designa os componentes estranhos à teoria de um curso de idéias supostamente teórico. Pode-se, portanto, designar a ideologia por um termo técnico, como fenômeno para-teórico" (17).

Por outro lado, o pensamento puramente teórico deve ser distinguido do pensamento "pragmático", que envolve uma "perspectiva de participação interessada" do observador. "O pensamento pragmático está ameaçado de ideologia por definição". Resta a questão da própria possibilidade do conhecimento não-ideológico (teórico, portanto) das "facetas existencialmente essenciais de realidades". Tal possibilidade é assegurada pela "auto-análise existencial". É ao se auto-examinar, em termos de análise da sua situação, que o observador pode se "emancipar" da ideologia, na medida em que se consegue, seja a "despragmatização" do pensamento, seja a demarcação clara dos limites entre o conhecimento puramente teórico e o pragmático, ameaçado de ideologia.

---

(16) Geiger, Th., op. cit., p. 131.

(17) Geiger, Th., op. cit., p. 133 (grifos no original).

Na base das formulações de Geiger está uma teoria empirista do significado, do tipo daquela exposta por uma das figuras centrais das modernas correntes neo-positivistas. O conteúdo cognitivo de um enunciado diz Hans Reichenbach, é uma propriedade dos signos, e uma sentença 'verdadeira' consiste numa combinação de signos "que corresponde a estados de coisas do mundo físico". Em consonância com isso "quando uma combinação de signos é tal que sua verdade ou falsidade pode ser demonstrada, se diz que ela tem significado" (18). Nesse nível temos aquilo que, para Geiger, é a teoria. Ocorre que, na análise de Geiger, a dimensão "pragmática" de enunciados (em contraposição à 'teórica') reintroduz os determinantes 'não-lógicos' do conhecimento e da ação. A solução para o problema, dessa perspectiva, consiste em definir tais determinantes como "interesses", e as asserções correspondentes como "juízos de valor". Com isso, transfere-se a questão para o plano do indivíduo, enquanto sujeito racional do conhecimento. A contrapartida disso consiste em supor que a situação social do indivíduo lhe é, em princípio, 'transparente'; segue-se que, se os seus enunciados são "para-teóricos" é porque ele não soube operar a "auto-análise existencial" que lhe permitiria sair do domínio ideológico.

Essa solução, que transfere toda a responsabilidade pela 'verdade' dos enunciados para o indivíduo que os exprime, constitui um óbvio recuo para aquém de Mannheim e de toda a sociologia do conhecimento tradicional; não permite, portanto, superar as suas limitações. O problema da "vinculação existencial do conhecimento" é rejeitado na sua versão mannheimiana, para depois reaparecer desfigurado, à guisa de um mero fator que exige a vigilância racional individual. O mais grave, contudo, é que essa

---

(18) Reichenbach, H., "La Concepción Funcional del Conocimiento", in: I. L. Horowitz (org.), op. cit., vol. I, p. 288-303, cf. p. 290-291.

concepção da ideologia, de fundo empirista, que toma como critério do conhecimento científico a verificabilidade dos enunciados, não ministra elementos para se discernir um possível caráter ideológico das próprias noções nêles presentes. Tome-se o caso do artigo de Converse, antes citado [nota 12]. A sua proposição básica, de que os "sistemas de crenças" ostentam uma coesão entre as atitudes que os compõem, e o seu corolário, segundo o qual, da do um certo número de atitudes num desses sistemas é possível pre ver a presença de determinadas outras, são perfeitamente verificáveis empiricamente. Será isso suficiente para assegurar o seu caráter não-ideológico, ou seja, teórico? Não nos parece, salvo se fôr provado que a noção de sistema de crenças tem estatuto teórico; e para isso a posição empirista não fornece critérios.

Quanto à questão da transferência do problema da validade científica (no sentido de objetividade) para o plano do 'observador' individual, até mesmo o arqui-adversário da 'sociologia do conhecimento' Karl Popper, vê claramente que a sua solução não pode ser procurada por essa via. "A objetividade se acha intimamente ligada ao aspecto social do método científico, ao fato de que a ciência e a objetividade científica não resultam (nem podem resultar) dos esforços de um homem de ciência individual por ser 'objetivo', mas da cooperação de muitos homens de ciência. Pode-se definir a objetividade científica como a inter subjetividade do método científico. Mas esse aspecto social da ciência é quase inteiramente negligenciado por aqueles que se ce nominam sociólogos do conhecimento" (19).

---

(19) Popper, K. R., A Sociedade Democrática e seus Inimigos, Ed. Itatiaia, Belo Horizonte, 1959, p. 441. Ver também K. R. Popper, Misère de l'Historicisme, Plon, Paris [1955] esp. pp. 153 e seg. (grifado no original).



A última frase dessa citação é um tanto audaciosa, nesse contexto. Na realidade, Popper retira o problema da objetividade da órbita individual para transferi-lo para o campo da 'intersubjetividade' da comunidade científica. Estamos ainda perigosamente perto de idéias da "inteligência socialmente desvinculada", de Mannheim. Nas ciências sociais, pelo menos, isso suscita de imediato o problema da objetividade - ou, mais precisamente, no nosso caso, do caráter não-ideológico - do consenso a que pode chegar essa comunidade científica. Põe-se a questão sobre se esse consenso entre cientistas não poderia ser encarado como refletindo mais propriamente "o seu acôrdo acêrca da maneira e do método de ver a realidade e não a realidade mesma" (20).

Antes de tratarmos melhor dêsse aspecto, contudo, importa não passar por alto a importância da crítica de Popper ao empirismo de base indutiva, ao sugerir que o critério de "demarcação" entre "ciência e pseudo-ciência" não pode ser dado pela indução, pois esta, a rigor, é um "mito". É de maior relevância a ênfase de Popper no sentido de que a atividade científica opera diretamente com "conjeturas" (hipóteses) formuladas no plano de um repertório teórico prévio e que seu caráter científico é dado pela sua 'falsidade' e não pela 'verificabilidade'. Dêsse modo, o recurso à observação empírica (base da indução) tem sua função reduzida a elemento de teste de tais hipóteses. O essencial, no caso, é a atitude crítica envolvida na atividade do conhecimento (crítica que, convém salientar, opera exclusivamente no plano do próprio conhecimento, enquanto componente fundamental do método científico). Definindo o que chama de "atitude crítica", Popper comenta que ela "requer como matéria-prima, por assim dizer, teorias ou crenças sustentadas mais ou menos dogmáticamente. Assim,

---

(20) Horton, J., "The De-Humanization of Alienation and Anomie", British Journal of Sociology, vol. XV, 1964, No. 4, p.283-300.

a ciência precisa começar com mitos e pela crítica de mitos; nem com a coleta de observações, nem com a invenção de experimentos, mas com a discussão crítica de mitos e de técnicas e de práticas mágicas. A tradição científica distingue-se da pré-científica por ter dois níveis. Tal como essa, ela passa adiante suas teorias; mas ela também transmite uma atitude crítica em relação a êles. As teorias são transmitidas, não como dogmas, mas sim com o desafio para discuti-las e melhorá-las" (21).

Estamos, agora, em condições de aprofundar o exame da concepção de 'objetividade' de Popper, já sugerido antes. A sua recusa do empirismo em nome de uma atividade científica localizada no plano teórico e inerentemente crítica envolve um indubitável avanço em relação à perspectiva representada por Geiger. No entanto, é precisamente na área que nos interessa que suas formulações são mais pobres, e há bons motivos para presumir que isso resulte da sua repulsa de qualquer forma de 'sociologia do conhecimento', em nome da sua notória aversão ao "historicismo". Tal debilidade se manifesta, no texto acima, pelo uso de dois termos que, no nosso contexto, assumem importância nuclear. São êles: "dogmático" e "mito". Falar em "dogmatismo" implica em supor uma adesão consciente a formas 'fechadas' de pensamento; e, no mesmo texto, o "mito" aparece como a cristalização desse pensamento dogmático. O avanço, no domínio que nos interessa se revela por

---

(21) Popper, K. R., Conjectures and Refutations: the Growth of Scientific Knowledge, Harper & Row, New York, 1968, cap.1, p. 33-65, cf. p. 50.

tanto menor do que seria de se esperar, dadas as premissas mais amplas de Popper: ainda estamos em plena reflexão 'iluminista tar dia', em que à ciência cabe a tarefa de destruir os preconceitos arraigados, através do uso sistemático da razão que lhe é inerente.

Ao pensamento de Popper é alheio o conceito de ideologia. E, no entanto, somente através dêle seria possível dar um sentido mais profundo à sua crítica ao empirismo, na medida em que aquilo que nêle aparece designado por "dogmatismo" não ficasse prêso à premissa de que os processos em jôgo são conscientes e se pudesse, por essa via, explorar a fundo as afinidades que, apesar de tudo, ligam aquilo que êle designa por "mitos" precisamente à noção de ideologia. Em consonância com isso, o que êle chama de "técnicas e práticas mágicas" seria redefinido em termos de "técnicas e práticas ideológicas".

É claro que essa redefinição escapa ao alcance das formulações de Popper. Suas bases somente podem ser dadas por uma concepção de ciência mais matizada, e que necessariamente terá que partir de premissas radicalmente diferentes. Encontramos essa concepção, expressa de modo mais claro e vigoroso, na obra de Jean Piaget. Discutindo, num contexto mais amplo, o problema da relação entre consenso e verdade lógica em Sociologia, Piaget comenta que a identificação dessas duas categorias "repousa sôbre a confusão entre ideologia e lógica racional (vale dizer, científica), e basta introduzir a distinção entre essas duas formas de pensamento para descartar qualquer equívoco. O acôrdo de espíritos que funda a verdade não é, portanto, o acôrdo estático de uma opinião comum: é a convergência dinâmica que resulta do emprêgo de instrumentos comuns de pensamento; em outras palavras, é o a-

côndo obtido mediante operações semelhantes utilizadas pelos diversos indivíduos" (22).

Até aqui, aparentemente não estamos longe do universo de pensamento de Popper. No entanto, um exame melhor das idéias de Piaget revela o pêsso que a adoção explícita e sistemática da noção de ideologia confere à reflexão científica em sociologia.

Nos quadros da sua epistemologia genética, Piaget procura formular as relações entre atividades concretas individuais e sociais e atividades de conhecimento; ou, mais precisamente, vincula geneticamente operações práticas a operações simbólicas. O conceito básico, naquilo que nos interessa, é elaborado por êle ao longo das suas pesquisas psicológicas, e em seguida aplicado ao exame do conhecimento social. Trata-se do conceito de decentração, que se contrapõe, no plano individual, à idéia de uma atividade simbólica centrada no ego e, no plano social, àquela de uma vinculação grupal não refletida ("pré-operatória") das formas de simbolismo coletivo. A decentração corresponde ao processo básico pelo qual o 'sentido' de uma prática é retirado da órbita imediata do sujeito (individual ou social); constitui, portanto, a dinâmica concreta pela qual se alcança a objetividade, no plano individual e social.

O estudo do desenvolvimento do pensamento individual conduz, segundo Piaget, à consideração de três sistemas cognitivos, geneticamente articulados. Temos, em primeiro lugar, a predominância da "assimilação prática do real aos esquemas de ativi

---

(22) Piaget, J., Etudes Sociologiques, Droz, Genève, 1967, cap. I, "L'Explication en Sociologie", p. 15-99, cf. p. 82; ver também p. 71.

dade sensório-motora; em seguida, a "interiorização de ações isoladas conduz a uma assimilação representativa do real"; finalmente, as próprias operações coordenadas sobre o real ganham ascendência, e aqui atingimos o nível em que se instala a decentração do conjunto de ações em relação ao sujeito e às noções subjetivas. A decentração não é um simples elo num processo contínuo, mas implica numa descontinuidade em relação aos esquemas de pensamento anteriores, ao reestruturá-los radicalmente. Em vista disso, "o progresso da consciência individual não consiste apenas numa integração direta e simples dos esquemas iniciais nos esquemas posteriores, mas numa inversão fundamental de sentido, que retira as relações do primado do ponto de vista próprio para recompor-los em sistemas que subordinam êsse ponto de vista à reciprocidade de todos os pontos de vista possíveis, e à relatividade inerente aos grupamentos operatórios. Ação prática, pensamento egocêntrico e pensamento operatório são, portanto, os três momentos essenciais dessa construção" (23).

Pôsto isso, estamos de posse dos elementos para explicar o mesmo esquema analítico ao estudo da sociedade. É nesse ponto que entra a distinção entre pensamento científico e representações ideológicas: o primeiro é operatório e decentrado (decentração triplíce: em relação ao sujeito, que é social; ao objeto, que é a própria sociedade enquanto totalidade estruturada; e em relação às representações pré-operatórias - por interiorização de ações - que o sujeito elabora acerca do objeto). No plano do pensamento coletivo, encontramos três níveis. Primeiramente, temos as técnicas, ligadas ao trabalho material e cuja consciência não ultrapassa os limites das suas condições particulares de eficácia; no outro extremo, temos um "pensamento científico

---

(23) Piaget, J., Etudes Sociologiques, op. cit., p. 68.

co ou operatório", que não se esgota no plano da atividade material, mas que se vale das "técnicas interiorizadas", ou seja, de operações, e que tem condições para compreender as relações subjacentes a um conjunto de ações particulares. Ocorre, contudo, que "entre a técnica e a ciência há um meio-térmo, que por vâzes tem desempenhado o papel de um obstáculo: é o conjunto das formas coletivas de pensamento que não são nem teóricas nem operatórias, procedentes da simples especulação; são as ideologias de todo gênero (...). Ora, o resultado mais importante das análises sociológicas sôbre êsse meio-térmo, nem técnico nem operatório, consistiu em demonstrar que êle é essencialmente sociocêntrico: enquanto que a técnica e a ciência constituem duas modalidades de relações objetivas entre os homens em sociedade e o universo, a ideologia, sob tôdas as suas formas, é uma representação das coisas que centra o universo sôbre a sociedade humana, sôbre suas aspirações e conflitos". De forma análoga à que ocorre no plano individual, "o pensamento científico sempre exigiu, no desenvolvimento social, uma decentração relativamente às ideologias e à própria sociedade, decentração necessária para permitir ao pensamento científico continuar a obra das técnicas nas quais êle mergulha suas raízes" (24).

Tomando-se as três dimensões básicas da sociedade - os sistemas de signos, de valores e de regras - a ideologia se localiza no plano do sistema de signos. "Todo sistema de signos oscila entre a totalidade por composição lógica e a totalidade-mescla: é o caso, entre outros, do simbolismo dos mitos e das ideologias, seja qual fôr a sua racionalização aparente" (25). Essa

---

(24) Piaget, J., Etudes Sociologiques, op. cit., p. 69.

(25) Piaget, J., Etudes Sociologiques, op. cit., p. 35 e seg. cf. p. 37.

dimensão básica das ideologias encontra uma formulação em termos mais plásticos em um artigo de síntese de Piaget: "Sempre e em toda parte intercala-se, entre a ação e a operação real, a palavra, fonte da livre representação por um lado, mas igualmente fonte de desvios no sentido da submissão do pensamento ao sujeito pensante" (26). É significativo, no nosso contexto, que Piaget aponte como aspecto digno de nota da obra de Pareto a sua ênfase na análise dos "discursos", das "teorias pseudo-científicas, das ideologias em geral" (27).

No que consiste, então, o caráter geral das ideologias para Piaget? Ao examinar a obra de Durkheim e sua escola, que critica por "ter-se atido ao desenrolar contínuo das super-estruturas, sem compreender a decentração essencial de pensamento que a ciência supõe", êle comenta: "Não é o caráter sociomorfo das representações coletivas primitivas que demonstra a natureza social da razão, mas sim (...) o papel necessário de cooperação na ação técnica e nas operações efetivas de pensamento, que a prolongam. As representações coletivas sociomórficas não passam de um reflexo ideológico dessa realidade fundamental: elas exprimem a maneira pela qual os indivíduos se representam em comum seu grupo social e o universo, e é porque essa representação somente é intuitiva e mesmo simbólica e ainda não operatória que ela é sociocêntrica, em virtude de uma lei geral de todo pensamento não-operatório, que é a de permanecer centrado sobre seu sujeito (individual ou coletivo)" (28).

---

(26) Piaget, J., "Pensée Egocentrique et Pensée Sociocentrique", Cahiers Internationaux de Sociologie, vol. 10-11, 1951, p. 34-49.

(27) Piaget, J., Etudes Sociologiques, op. cit., p. 77-78.

(28) Piaget, J., Etudes Sociologiques, op. cit., p. 77-78.

Temos, em suma, três sistemas interdependentes no pensamento coletivo: "as ações reais, que constituem a infraestrutura da sociedade; a ideologia, que é a conceitualização simbólica dos conflitos e aspirações oriundas dessas ações; e a ciência, que prolonga as ações em operações intelectuais que permitem explicar a natureza e o homem, e decentram o homem de si próprio, para reintegrá-lo nas relações objetivas que êle elabora graças à sua atividade" (29). A inspiração marxista dessa concepção é óbvia. E, com efeito, é em Marx que Piaget vai encontrar o seu principal apoio, na medida em que vê na sua obra "o mérito de ter distinguido, nos fenômenos sociais, entre uma infraestrutura efetiva e uma superestrutura que oscila entre o simbolismo e a tomada de consciência adequada, no mesmo sentido (e Marx é explícito a respeito) em que a psicologia é obrigada a distinguir entre o comportamento real e a consciência" (30).

Dispomos, aqui, de uma concepção de ideologia imensamente mais rica do que as anteriores. A distinção ideologia-ciência (ou ideologia-teoria) já não se expressa como aquela entre um pensamento racional 'criticamente depurado' e as idéias 'existencialmente contaminadas' pelos interesses individuais, ou mesmo grupais. O essencial é que o domínio ideológico diz respeito às representações 'vivas' dos sujeitos, individuais ou coletivos, na medida em que estão centradas nêles, ao passo que o domínio da ciência é o das operações lógicas socialmente pertinentes (no sentido de que elas, tal como as formas de pensamento ideológico, fazem parte de um sistema abrangente de atividades, no qual se

(29) Piaget, J., Etudes Sociologiques, op. cit., p. 81.

(30) Piaget, J., Etudes Sociologiques, op. cit., p. 76.



articulam enquanto subsistemas), que já não tomam o sujeito como ponto de referência, mas o conjunto real de relações do qual êle participa. Demais, importa ressaltar que o domínio da ideologia é aquêle dos sistemas de signos, no interior dos quais podem ocupar qualquer área. Abre-se, aqui, a possibilidade de encontrarmos a ideologia em sistemas de signos que se propõem serem científicos; vale dizer, cujos elementos componentes se apresentam como conceitos teóricos. Tais pseudo-conceitos (porque ideológicos) teriam como característica básica a de não implicarem a 'decentração' peculiar à atividade científica, e ficarem no nível das representações 'sociocêntricas'; ou seja, da manifestação de como a sociedade se vê. Por essa via, se poderia atribuir, já num nível mais profundo, a condição de 'ideológicas' às noções anteriormente examinadas nesse sentido, tais como 'massa', 'público', 'opinião' e similares.

A incorporação de Marx por Piaget assume a pertinência à teoria marxista da noção de consciência social (e da sua correlata, 'falsa consciência) e da construção analítica infraestrutura - superestrutura. Nisso êle diverge de toda uma influente corrente de pensamento marxista contemporânea, associada ao nome de Louis Althusser. Um confronto entre essas duas concepções se impõe, portanto; confronto êsse que, nunca é demais ressaltar, não envolve a tentativa de analisar as posições em presença como um todo, mas se limita aos problemas diretamente relevantes para o nosso estudo.

O ponto de partida evidente dêsse confronto é dado pela concepção althusseriana de ideologia. "Convencionou-se dizer que a ideologia pertence à região 'consciência'", comenta Althusser, para logo contestar: "Na verdade, a ideologia pouco tem a ver com a 'consciência', supondo-se que êsse termo tenha um sentido unívoco [demais, êle está "contaminado pela prática idealis

ta anterior a Marx<sup>31</sup>]. Ela é profundamente inconsciente, mesmo quando se apresenta (...) refletida. A ideologia é, antes de tudo, um sistema de representações: mas essas representações no mais das vezes nada têm a ver com a 'consciência': elas são no mais das vezes imagens, às vezes conceitos, mas é antes de tudo como estruturas que elas se impõem à imensa maioria dos homens, sem passar a sua 'consciência'. São objetos culturais percebidos-aceitos-suportados, que agem sobre os homens sem passar para a sua 'consciência'. (...) A ideologia se refere, pois, à relação vivida dos homens no seu mundo. Essa relação, que não parece 'consciente' a não ser sob a condição de ser inconsciente, parece, da mesma maneira, não ser simples a não ser sob a condição de ser complexa, de não ser uma relação simples, mas uma relação de segundo grau. Na ideologia, os homens expressam, com efeito, não as suas relações nas suas condições de existência, mas a maneira como vivem a sua relação às suas condições de existência: o que supõe, ao mesmo tempo, relação real e relação 'vivida', 'imaginária'. A ideologia é, então, a expressão da relação dos homens com seu 'mundo', isto é, a unidade (sobredeterminada) da sua relação real e da sua relação imaginária com suas condições de existência reais. Na ideologia, a relação real está, inevitavelmente, investida na relação imaginária: relação que exprime mais uma vontade (conservadora, conformista, reformista ou revolucionária), mesmo uma esperança ou uma nostalgia, que não descreve a realidade" (31).

---

(31) Althusser, L., Análise Crítica da Teoria Marxista, Zahar Editores, Rio, 1967, p. 206-207 / Pour Marx, Maspero, Paris, 1965, p. 239-240/. A tradução brasileira foi ligeiramente modificada. (Grifado no original).

Esse trecho - retirado, a bem da verdade, de uma das primeiras formulações de Althusser sobre o tema - merece ser citado na íntegra porque somente assim transparecem com nitidez as evidentes hesitações de que o autor é prêso. Naquilo que essa formulação tem de mais substantivo, não estamos longe de Piaget; na realidade, é nossa impressão que aqui pouco ou nada se acrescenta de realmente significativo às concepções dêste. Mais do que isso: parece haver aqui sinais abundantes de um possível retrocesso em relação àquilo que vimos em Piaget. Isso se manifesta sob dois aspectos básicos. Em primeiro lugar, a aversão de Althusser (e dos seus seguidores) ao "historicismo" informa a sua rejeição da noção de 'consciência social' (ou, mais precisamente, 'socialmente determinada') enquanto conceito teórico. Em consonância com isso, êle não admite que sequer lhe escape da pena a expressão 'falsa consciência' (também 'socialmente determinada') como referida a uma dimensão básica da ideologia. A sua vigilância nesse particular é tanto mais nítida quando confrontada com a frase final da nossa citação, que, pelo seu descompasso em relação ao que veio antes, poderia ser atribuída por um leitor ingênuo a um 'descuido de redação'. Não se trata disso, é claro: as duas coisas estão ligadas, de sorte que não é acidental que se comece o argumento pela recusa da noção de consciência como pertinente à análise da ideologia, e se termine falando em 'vontade', 'esperança' e 'nostalgia'.

Ainda estamos, contudo, num nível muito primário de exame dessas formulações (e, o que é pior, o tom das nossas observações trai uma certa impaciência - circunstancial, sem dúvida - em relação ao nosso autor). Convém reconhecer, desde logo, o caráter perfeitamente legítimo da ênfase de Althusser na circunstância de que na ideologia não se refletem diretamente as condições reais de existência dos homens mas sim a relação com que

êles mantêm com elas; em suma, que a ideologia está no plano do 'vivido' e que êsse 'vivido' por sua vez, se articula e se mantém por efeito da "deformação imaginária" (para usar uma expressão de um outro trabalho seu, mais recente) que a ideologia, constituída em sistema (isto é, enquanto estrutura) apresenta aos homens que são seus portadores. É legítimo, também, assinalar o caráter objetivo da ideologia, o que não requer mais do que a sua retirada do plano da 'consciência' individual, e, sobretudo, entendê-la como sistema de signos. Tudo isso já está em Piaget. Demais, êsses caracteres da ideologia são familiares a autores de orientação teórica radicalmente diversa da de Althusser, ainda que compartilhem com êle a adesão ao marxismo. Tomemos o caso de um autor que fêz uso sistemático da idéia de ideologia como forma de 'falsa consciência socialmente determinada', e vai mesmo ao ponto de adotar a noção - essa sim, muito mais discutível, mas no nosso entender, não inerente à anterior - de 'alienação'. André Gorz: "A ideologia é mais que um simples reflexo mistificador da realidade, é uma interpretação (...). As ideologias vêm de longe; elas têm sua história e sua lógica próprias, que não coincidem necessariamente com aquelas da praxis. Pois a ideologia também é objetiva. Tematização de um sistema de fins, de uma interpretação e de um conhecimento prático do mundo, ela está sedimentada na linguagem, ela tem seu pêso próprio" (32). E, em confronto - favorável, no nosso entender, apesar de também constituir um conjunto de formulações comprometidas por uma certa ambiguidade - com a idéia althusseriana de ideologia como "indispensável a tãda sociedade para formar os homens, transformá-los e pô-los em condição de corresponder às exigências das suas condições de existência" (33) temos uma concepção mais matizada de pro

---

(32) Gorz, A., La Morale de L'Histoire, Ed. du Seuil, 1959, p.111.

(33) Althusser, L., Análise Crítica da Teoria Marxista, op. cit., p. 208.

blema: "Em suma, a ideologia é o meio de dissolver contradições insolúveis pela palavra, pelo pensamento; seu objetivo consiste em dar-se conta, de modo não-contraditório, de um mundo de contradições, e de reapropriar para os indivíduos, em idéia, uma realidade que lhes está alienada nos fatos" (34).

As referências a Gorz não traduzem alguma mera intenção polêmica: é que elas, apesar de representarem uma orientação diversa da de Althusser, permitem visualizar uma questão básica, suscetível de ser resolvida de modo congruente com as formulações deste. Deixando de lado, no momento, a referência à "história" das ideologias, cabe ressaltar as observações de Gorz acerca do caráter objetivo da ideologia e a sua "sedimentação" na linguagem. Retornando a uma linha de pensamento que tem afinidades com a de Althusser, encontraremos um comentário que permite dar sentido às formulações algo bizarras de Althusser citadas acima. Comentando o mesmo texto, Eliseo Verón sustenta que, "se as ideologias são estruturas (no sentido em que o estruturalismo utiliza essa expressão) então não são 'imagens' nem 'conceitos' (vale dizer, não são conteúdos) mas sim corpos de regras que determinam a organização e funcionamento de imagens e conceitos" (35). Vale dizer: as ideologias seriam códigos. Pôsto isso, Verón pode afirmar que a caracterização da ideologia como "relação de segundo grau" ganha sentido se entendida como se referindo "à distinção entre um sistema de codificação e conteúdos codificados, e introduz, no pensamento marxista, a idéia fundamental de uma mediação. Em certa interpretação elementar do marxismo, ocorre como se houvesse dois termos, um objetivo e outro subjetivo: as condições de

---

(34) Gorz, A., La Morale de L'Histoire, op. cit., p. 109.

(35) Verón, E., Ideologia, Estrutura e Comunicação, Cultrix, São Paulo, 1970, p. 186.

existência, que são 'objetivas' e 'materiais' - a infraestrutura - por um lado, e por outro lado, a 'ideologia'. (...) A ideologia fica reduzida a um 'reflexo' deformante, uma 'excrecência' insubstancial das condições de existência (...). Mas a ideologia [se localiza] no plano dos sistemas de codificação da realidade, que explicam os conteúdos dessas mensagens que circulam em uma sociedade e que são suas normas manifestas. Esses sistemas de codificação não são 'meras excrecências' das condições materiais, mas seu extremo oposto: constituem uma dimensão central das próprias condições materiais, visto que determinam a significação das condutas sociais, e as condições materiais não são outra coisa que relações sociais. (...) Longe de ser um 'subproduto' que determina a 'falsa consciência' social, a ideologia é então 'o modo natural de existência' da dimensão significativa dos sistemas de relações sociais" (36). A argumentação de Verón está centrada na idéia de que a oposição objetivo/subjetivo não é pertinente à análise marxista, e de que a significação é um fenômeno objetivo.

Julgamos já ter apresentado material suficiente para demonstrar que a "certa apresentação" do marxismo a que se refere Verón é, para dizer o mínimo, de fato muito "elementar". Mas, não nos preocupemos com o 'grupo de referências negativo' de Verón. O que importa são suas formulações substantivas; e essas são das mais fecundas. Aquilo que elas têm de essencial, na parte que nos interessa, está expresso ao se sustentar que "a ideologia é um sistema de codificação da realidade, e não um conjunto de mensagens codificado com esse sistema. Assim sendo, explicar o sistema de codificação que um ator social ou uma certa

---

(36) Verón, E., Ideologia, Estrutura e Comunicação, op. cit., p. 186-188.

classe de atores sociais utiliza para organizar significativamente a realidade equivale a descrever, do ponto de vista da comunicação, as condições que definem a relação desses atores com o seu mundo social. A ideologia se torna assim autônoma relativamente à consciência ou à intenção de seus portadores; estes podem ser conscientes de seus pontos de vista sobre o social, mas não das condições semânticas (regras e categorias de codificação) que tornam possíveis tais pontos de vista" (37).

Convém reconhecer, desde logo, que as formulações de Verón levantam um problema sério para a nossa tese. É que, do seu ponto de vista, "a ideologia não é um tipo particular de mensagens, ou uma classe de discursos sociais, mas um dos muitos níveis de organização das mensagens, do ponto de vista de suas propriedades semânticas. A ideologia é, então, um nível de significação que pode estar presente em qualquer tipo de mensagens, mesmo no discurso científico" (38). Isso põe o problema da validade de uma análise como a que viemos desenvolvendo até aqui, na qual se procura apontar o caráter ideológico de um conjunto de noções incorporadas ao repertório das ciências sociais, e usadas no estudo da comunicação. Poder-se-ia argumentar que noções isoladas não são, de per si, ideológicas, mas apenas o podem ser conforme o contexto (discurso) em que se articulam. Ocorre que um dos aspectos da nossa tese consiste justamente em demonstrar que, ao incorporarem noções retiradas de um discurso no nível político, no qual tinham caráter ideológico (isto é, na acepção de

---

(37) Verón, E., Ideologia, Estrutura e Comunicação, op. cit., p. 185. Grifado no original.

(38) Verón, E., "Ideologia y Comunicación de Masas: la Semantización de la Violencia Política", in: E. Verón (org.), Lenguaje y Comunicación Social, Nueva Visión, Buenos Aires, 1969, p. 133-191, cf. p. 141.

Verón, operavam no plano conotativo e não no denotativo) sem submetê-las a uma crítica prévia mas por simples 'assimilação neutralizadora', o caráter conotativo de tais noções permaneceu intacto, apesar da transferência de uma modalidade de discurso a outra; mesmo porque a própria 'neutralização' opera, aí, no plano conotativo, com o que se reforça ao invés de se eliminar a carga ideológica de tais noções.

Os comentários de Verón sobre Althusser permitem explicitar, ainda que num registro mais 'estruturalista' do que o próprio Althusser provavelmente consideraria desejável, aspectos importantes das formulações dêste, que estão por detrás de algumas (não tôdas) as suas imprecisões terminológicas e de fraseado. O interessante, para nós, é que as formulações de Verón nos conduzem de volta a Piaget, na medida em que êle não faz outra coisa senão explicitar as modalidades de operações pertinentes ao tratamento científico do problema das ideologias. Há boas razões para crer que Piaget teria menos resistências a oferecer contra as idéias de Verón do que o próprio Althusser; exceto, é claro, no tocante à contestação algo sumária da validade da noção de consciência, que para Verón (como frequentemente também ocorre com Althusser) aparece como uma carga subjetiva muito acentuada, em paradoxal contraste com as posições do próprio Piaget.

Se admitirmos, contudo, que as observações de Verón acerca de Althusser correspondem legitimamente a certos aspectos implícitos na perspectiva dêste, seria possível esclarecer uma das facetas mais desconcertantes do pensamento de Althusser. Referimo-nos a um resultado do seu esforço no sentido de lançar as bases para uma teoria geral da ideologia, em contraposição às teorias específicas relativas às modalidades históricas particulares dêsse fenômeno. Tal resultado se exprime na formulação, feita de maneira mais clara em trabalho sobre "Ideologia - Aparelhos



Ideológicos do Estado", publicado em 1970 em La Pensée, segundo a qual "a ideologia não tem história". Segundo essa concepção, a ideologia, tomada em seu caráter genérico é "omnipresente, trans-histórica, imutável"; enfim, atravessa a história tôda conforme uma "estrutura" e um "funcionamento" próprios. Althusser oferece, para esclarecer, a analogia com a noção de "inconsciente" em Freud. No entanto - e à custa, bem entendido, do acentuado caráter 'estruturalista' dessa versão do marxismo - seria mais fecundo pensar essa 'ideologia em geral', proposta por Althusser, em termos de código. Não é nossa tarefa, aqui, tentar desenredar Althusser e seus companheiros das malhas cada vez mais apertadas em que se movem, mas nos parece que, se é que se pretende falar de ideologia nesse sentido extremamente genérico, a noção de código é a única que permite assegurar a racionalidade do empreendimento.

Na realidade, uma solução desse tipo já foi explorada, em dois trabalhos interligados, por Thomas Herbert (39). No primeiro desses trabalhos, procura-se demonstrar que as "ciências sociais" correspondem a uma dimensão das práticas técnicas, na medida em que, atendendo a uma "demanda social", operam a "realização do real" (ou seja, operam repetitivamente sobre um real já dado) conforme esse real é definido no universo de discurso próprio à "prática política" (que concerne à transformação das relações sociais). Por essa via, as ciências sociais aparecem como "práticas técnicas" que constituem "o prolongamento direto das ideologias que se constituíram em contato da prática política". Mais

---

(39) Herbert, T., "Réflexions sur la Situation Théorique des Sciences Sociales et, Spécialement, de la Psychologie Sociale", in: Cahiers pour L'Analyse, n° 2, 1966, p. 174-203; e: "Pour une Théorie Générale des Ideologies", in: Cahiers pour L'Analyse, n° 9, 1968, p. 74-92.

precisamente, "as 'ciências sociais' consistem, na sua forma atual, na aplicação de uma técnica a uma ideologia das relações sociais, cujo conjunto complexo em aplicação tem por fim responder a uma demanda social ao realizar o real psico-sociológico, tendo em vista uma adaptação ou readaptação das relações sociais à prática social global, considerada como invariante do sistema"(40). Nessas condições, as 'ciências sociais' contemporâneas não produzem conhecimento científico, mas se atém à "realização do real" que, a rigor, deveria ser o ponto de partida dos seus esforços metódicos.

Essas idéias (cuja exposição, aqui, não faz justiça à sofisticação da análise de Herbert) correspondem, no fundamental, à caracterização crítica mais adequada do estado presente das "ciências sociais", tal como, de resto, ela é feita, em outros termos, por vários autores. Já o segundo artigo vai mais longe, e se dirige no sentido assinalado antes, de formular as bases de uma teoria geral da ideologia em termos que denotam sua inspiração semiológica. A idéia essencial, nesse caso, consiste no exame sistemático daquilo que Herbert chama a "dupla forma da ideologia". Temos ideologias de tipo "A", cuja origem está no "campo técnico", que remete ao processo de produção e que engendra um conhecimento correspondente à forma empírica da ideologia. Temos, por outro lado, ideologias de tipo "B", oriundas do campo político e relativas às relações sociais de produção, que revestem a sua forma especulativa. O importante é que a atenção se concentra nas condições formais de emergência dessas formas ideológicas; vale dizer, não interessam os elementos do seu campo de ori

---

(40) Herbert, T., "Réflexions sur la Situation Théorique des Sciences Sociales et, Spécialement, de la Psychologie Sociale", op. cit., p. 156-159.

gem, mas a forma de sua articulação. Pensado o problema em termos tomados de empréstimo à linguística, as analogias forma técnica da ideologia/semântica e forma especulativa/sintaxe se impõem quase de imediato. O tratamento em profundidade dessas analogias linguísticas conduz à conclusão de que "a análise das formas de existência ideológicas suportadas pelos sujeitos 'concretos' de uma formação social dada implica algo muito diferente da pura observação do seu dizer e do seu fazer, e que ela deve tentar ir até o mecanismo no qual se elaboram as formas de existência da individualidade subjetiva nas quais precisamente êsse mecanismo se dissimula" (41). Para isso, o problema de fundo consiste em localizar as relações sociais de produção e demonstrar que não concernem a uma "regra pré-consciente" mas de um "sistema de operadores pertencentes ao domínio da Lei inconsciente". Em suma, não se trata de simplesmente remeter o conjunto de comportamentos conscientes observados às regras sintáticas que definem a articulação interna do discurso (ideológico) que lhes dá sentido, mas a análise deve chegar à lei estrutural, inconsciente mais profunda que define a articulação das próprias regras. Por essa via, entendemos que se exprime a conjugação entre a análise semiológica e as preocupações clássicas da análise 'materialista histórica', na medida em que a busca do código fica associada à 'localização' das relações sociais de produção; entendidas, ambas essas categorias, como situadas no campo do 'inconsciente social'.

Temos aqui, então, uma perspectiva de análise que toma a ideologia como uma das dimensões básicas da prática social, e abre o caminho para sua análise enquanto linguagem, a ser anali-

---

(41) Herbert, T., "Pour une Théorie Générale des Ideologies", op. cit., p. 90.

sada em t ermos estruturais, pela localização (analítica e também substantiva, isto é, social) dos sistemas de regras inconscientes que definem a sua articulação nas diversas modalidades de 'discursos'. As formas ideológicas não se confundem com as 'mensagens' conscientemente difundidas numa formação social dada, mas sua análise necess riamente será feita a partir dessas mensagens, cujos princípios de estruturação em sistemas importa encontrar, pois só por essa via a análise se torna explicativa do real e não apenas sua reprodução.

Um dos elementos que mais contribuem para impelir a análise d esse tipo (associada, aqui, às figuras de Althusser e dos seus companheiros) rumo a uma perspectiva estritamente estrutural é o horror dos seus representantes ao "historicismo". Essa aversão chega em certos casos a assumir formas extremadas. Assim, Nikos Poulantzas, ao tratar d esse tema, chega a atribuir a autores como Marcuse, Adorno e Goldman (todos êles eméritos "historicistas") a aceitação, ainda que implícita, da tese do "fim da ideologia" na sociedade contemporânea (42). Vale a pena examinar êsse exemplo, pelo que êle tem de ilustrativo.

Poulantzas cita uma passagem de Marcuse, e um texto de Adorno, para fundamentar a sua tese (que êle próprio atenua, em nota de rodapé, ao comentar que Marcuse rejeita explicitamente a idéia do "fim da ideologia"). O argumento de Poulantzas   que  esses autores adotam implícitamente tal concepção, na medida em que sustentam que, nas formações capitalistas contemporâneas, haveria uma "absorção da ideologia na realidade". Vejamos o texto

---

(42) Poulantzas, N., Pouvoir Politique et Classes Sociales, op. cit., p. 212.

de Marcuse, referido: "Essa absorção da ideologia pela realidade não significa, contudo, o fim da ideologia. Pelo contrário: em certo sentido, a cultura industrial altamente desenvolvida é mais ideológica que as precedentes, na medida em que a ideologia se encontra hoje no próprio processo de produção" (43). E Marcuse remete ao trabalho de Adorno, a que também Poulantzas faz alusão. Neste, se lê: "Precisamente porque já não existem ideologias no sentido estrito de consciência falsa, mas apenas a propaganda do mundo mediante sua reprodução (...) a questão da dependência causal da cultura (...) tem hoje algo de primitivo" (44). Até aqui, Poulantzas encontra algum apoio em Adorno (no caso de Marcuse a situação obviamente é a oposta da apresentada por êle). Examine mos melhor, contudo, os argumentos de Adorno nesse texto. "A ideologia, a aparência socialmente necessária, é hoje a própria sociedade real, na medida em que a sua força e a sua inevitabilidade de integrais (...) se converteram num substituto para o sentido por ela própria destruído". E, em outro ponto: "Na era burguesa, a teoria dominante era a ideologia, e a praxis opositora se lhe contrapunha diretamente. Hoje quase não há teoria, e a ideologia flui das engrenagens da praxis inevitável" (45). Visivelmente estamos em pleno reino da ideologia, e não no seu 'fim'.

- 
- (43) Marcuse, H., "Über das Ideologieproblem in der Hochentwickelten Industriegesellschaft", in: K. Lenk (ed.), Ideologie, op. cit., p. 334-358, cf. p. 351.
- (44) Adorno, Th. W., Prismen: Kulturkritik und Gesellschaft, DTV, München, 1963, p. 25-26.
- (45) Adorno, Th. W., Prismen: Kulturkritik und Gesellschaft, op. cit., p. 22 e 20.

O mal-entendido de Poulantzas não é fortuito. É que há uma diferença essencial entre a sua perspectiva e a dos autores que aqui critica. A sua tendência, fiel à inspiração 'althusseriana', é no sentido de operar com a noção de ideologia em termos estruturais e, no limite, genéricos e 'trans-históricos'. Para Adorno (em quem passaremos a concentrar a atenção doravante) a localização e caracterização histórica específica do fenômeno é fundamental. Não se trata de procurar a ideologia no plano do sujeito, ou qualificá-la, a partir do exterior, como 'falsa consciência', mas de apanhar, através de uma crítica imanente das suas manifestações, as condições históricas da sua produção e reprodução. "O proceder imanente acolhe o princípio de que não é a ideologia que é falsa, mas sua pretensão de estar de acordo com a realidade. Crítica imanente de formações espirituais significa compreensão, mediante a análise de sua configuração e do seu sentido, da contradição existente entre a idéia objetiva da formação cultural e aquela pretensão ..." (46). As bases históricas concretas reveladas por essa análise já foram assinaladas no capítulo anterior, e retornam aqui: "O processo de produção como tal manifesta-se, no final, como aquilo que já era na sua origem na relação de troca, juntamente com sua condição de meio para a subsistência: como uma falsa consciência recíproca dos contratantes, em suma, como ideologia. A consciência, por seu turno, vai se convertendo simultaneamente num mero elo na conexão do todo. Ideologia significa hoje: a sociedade como aparência" (47).

---

(46) Adorno, Th. W., Prismem, op. cit., p. 23.

(47) Adorno, Th. W., Prismem, op. cit., p. 21.

O diálogo entre essas posições diferentes - chamemos -  
las, em nome daquilo que é enfatizado por cada qual, de 'estrutu-  
ral' e 'crítica' - é dificultado não só por distinções conceituais  
de base (por exemplo, acêrca da validade, ou não, do conceito de  
'consciência social') mas, sobretudo, porque tais diferenças re-  
fletem modalidades contrastantes de ver o social. Do ponto de  
vista 'estrutural', essa concepção 'crítica' sucumbe ao "histori-  
cismo" - ou seja, opera com premissas de raiz "hegeliana", da his-  
tória como a simples progressão no tempo de totalidades compos-  
tas por elementos equivalentes, cuja dinâmica interna é dada pe-  
la passagem 'dialética' da 'essência' para a 'existência' e, em  
consonância com isso, confere primazia na sua análise à catego-  
ria de sujeito da História, nos quadros de uma dialética sujei-  
to-objeto.

Do ponto de vista crítico, por seu turno, a concepção  
'estrutural' falha precisamente por descaracterizar a dimensão  
histórica do seu objeto; tanto assim que é plausível atribuir -  
lhe a idéia de que a tendência da análise 'estrutural' no senti-  
do de construir teorias genéricas acêrca de diversas 'instâncias'  
da categoria maior, Modo de Produção, e de conceber como sua ta-  
refa a de construir uma Teoria do Modo de Produção implica numa  
extrapolação de condições definidas em que ela opera. Aplicado  
ao caso da análise da ideologia, isso significa que a própria  
concepção da possibilidade de se construir uma teoria geral dê-  
se fenômeno reflete precisamente a generalidade concreta dêle na  
sociedade contemporânea.

É nessas diferenças que encontramos a raiz do 'malen-  
tendido' entre Poulantzas, Marcuse e Adorno, apresentado acima.  
Na área que nos interessa, contudo, deparamos aqui com um resul-  
tado aparentemente paradoxal: é que as próprias diferenças entre  
essas perspectivas se compõem - para além, é claro, da sua raiz

marxista comum - numa convergência básica acêrca do modo de ver a ideologia no mundo contemporâneo - (mais precisamente, na forma contemporânea da sociedade capitalista). É que ambas operam com a ideologia em termos de um processo de "reprodução (ou realização) do real" e ambas a entendem em termos de sistemas simbólicos específicos, que requerem análise como tal. Para ambas, também, a ideologia está no plano do 'vivido'; com a diferença de que a concepção 'crítica' se preocupa muito mais diretamente com as condições historicamente específicas de produção desse 'vivido' e relutaria em tomá-lo como um critério geral caracterizador do fenômeno. Observe-se, de passagem, que isso já retira as bases da crítica feita a essa tendência, no sentido de operar com a categoria consciência no plano do sujeito. Na realidade, uma premissa básica desse enfoque é a de que a 'consciência social' é um produto de uma configuração econômico-social historicamente dada, e que ela produz, por sua vez, os seus próprios sujeitos concretos. Sem essa premissa não se poderia conceber a construção do conceito de indústria cultural. Entende-se a ressalva, feita acima, no sentido de que essa convergência é válida fundamentalmente para o mundo contemporâneo: a ênfase da visão 'crítica' sobre a dimensão histórica da análise limita deliberadamente o seu campo de generalização. É inegável, com efeito, que a dimensão histórica ocupa lugar central nessa modalidade de análise, mas ela é concebida de modo que o caminho entre ela e o "historicismo", tal como foi caracterizado acima, é mais longo do que se poderia supor; longo demais para poder ser deslindado nos limites do nosso presente campo de interesse.

Uma passagem, entre muitas, de Adorno, permite visualizar sumariamente aquilo que o aproxima e o que o separa das concepções de Althusser e seu grupo. "As ideologias, o cimento de outrora, que submetia as massas à sua conformação, reduziram-se a



té a imitação daquilo que já é, desistindo de salientá-lo, justificá-lo ou mesmo negá-lo" (48). As ideologias não constituem, portanto, de modo geral o "cimento" da sociedade; a sociedade plenamente "societarizada" (para tentar traduzir um termo básico em Adorno) dispensa essa argamassa. As diversas peças da sua estrutura se ajustam em todos os seus níveis, num todo que se impõe como o real, e é um 'real ideológico', porque veda por todos os lados o acesso àquilo que concretamente o articula enquanto tal: as relações de produção. Num raciocínio que lembra curiosamente determinadas análises econômicas dos social-democratas no início do século (Hilferding, por exemplo) se aponta a simultânea solidez e fragilidade da plena expansão da ideologia. "Pôsto que ideologia e realidade convergem de tal forma; pôsto que a realidade (...) se torna sua própria ideologia, não seria necessário mais do que um diminuto esforço do espírito para expulsar essa aparência simultaneamente onnipotente e nula; mas isso parece o mais difícil" (49).

Como analisar, então, a ideologia, essa "aparência socialmente determinada", que acaba se apresentando como idêntica à própria realidade social que a engendrou? Através da construção de conceitos aptos a apreenderem, na configuração interna mesma do objeto, as determinantes sociais da sua produção como tal; num procedimento que se opõe à tradição empirista e positivista porque os conceitos não derivam da 'observação' externa dos objetos, mas são constitutivos deles. "Aonde o conceito não constrói o objeto, o próprio objeto lhe escapa" (50). A análise apanha de

---

(48) Adorno, Th. W., Einleitung in die Musiksoziologie, Rowohlt, München, 1968, p. 218.

(49) Adorno, Th. W. e M. Horkheimer (org.), Soziologische Exkurse, op. cit., cap. XII, "Ideologie", p. 179.

(50) Adorno, Th. W. e M. Horkheimer, op. cit., cap. XII, p. 174.

modo imanente o modo pelo qual relações de produção històricamente definidas se cristalizam no produto. No estudo de produtos culturais, a categoria básica a ser usada não é a de comunicação, que se refere à relação entre o objeto e seus receptores, mas a de mediação, que é inerente ao próprio objeto, e suscita a questão de "como aspectos estruturais, posições, ideologias e tudo o mais da sociedade se impõe à própria obra de arte". Em suma, não se trata de saber o lugar da arte na sociedade, mas "como a sociedade se objetiva na própria obra de arte" (51).

Tomemos um problema específico, numa área em que Adorno era especialista - a sociologia da música - para ilustrar a combinação, que êle procura fazer, entre uma análise histórica global e o exame imanente da obra. A referência também permite caracterizar melhor as diferenças entre a posição de Adorno e as outras já mencionadas. "A relação entre técnica e sociedade também não pode ser concebida como constante na área musical. Por muito tempo a sociedade não se exprimia na técnica senão pela adaptação dessa a de desideratos sociais (...). Foi sòmente quando a técnica deixou de se medir diretamente pelo uso social que ela se converteu em força produtiva: a sua separação metódica da sociedade abrangente, em termos da divisão do trabalho, foi a condição do seu desenvolvimento social, à semelhança do que ocorreu em relação à produção material (...). A congruência entre êsse desenvolvimento técnico e a contínua societarização racio-nal da sociedade sòmente se tornou visível no final de uma fase para a qual isso era imperceptível no início. A técnica se diferencia conforme a situação do material e a das modalidades de procedimento. A primeira poderia ser comparada às relações de produção em que se encontra o compositor; a segunda, às forças pro-

---

(51) Adorno, Th. W., Ohne Leitbild - Parva Aesthetica, Suhrkamp, Frankfurt am Main, 1967, p. 102.

dutivas formadas, em relação às quais êle controla as próprias . Entre ambas, contudo, vigora a ação recíproca; o próprio material já traz as marcas das modalidades do procedimento, já incorporou momentos subjetivos; as modalidades de procedimento encontram-se necessariamente em proporções determinadas em relação ao seu material (...). Todos êsses fatos têm seu lado intrinsecamente musical tanto quanto seu lado social, e não comportam uma sumária causalidade unilateral. As relações genéticas são, por vêzes , tão complexas que a tentativa de desenredá-las se perde, dando lugar a inúmeras outras interpretações. Mais essencial, contudo , do que saber o quê provém de onde é o conteúdo: como a sociedade aparece na música, como ela pode ser decifrada de sua textura(52).

A análise da 'indústria cultural' obedece a essa orientação geral. Nesse caso, temos produtos culturais absorvidos num universo de mercadorias. Por isso mesmo, e em consonância com a tradição de pensamentos a que Adorno se filia, a análise se concentra sobre o produto-mercadoria, para identificar na sua própria constituição interna as determinantes, historicamente dadas, que permitem explicar o modo pelo qual ela se apresenta. A análise se concentra, portanto, sobre o produto, e remete às condições da sua produção, que são também aquelas que regem, simultaneamente, a organização de sua distribuição e a forma pela qual são consumidos. Em suma, a análise da dimensão cultural deve centrar-se nos seus produtos - vale dizer, nas mensagens - e não nas suas formas de difusão e recepção, visto que elas, assim como as categorias sociais correspondentes - audiência, público, etc. - não têm poder explicativo. Isso porque as próprias mensagens, enquanto articuladas num sistema abrangente, lhes vedam a percep-

---

(52) Adorno, Th. W., Einleitung in die Musiksoziologie, op. cit., p. 232-233.

ção das condições sociais que simultaneamente produzem os bens culturais - que formam o seu 'mundo' - e essas próprias categorias.

O que diferencia fundamentalmente essas duas modalidades de análise, a despeito da sua raiz teórica comum, é aquilo que constitui o fulcro das suas construções conceituais. Trata-se, em síntese, da contraposição entre a categoria de 'consciência' (e suas correlatas, 'falsa consciência', 'consciência adequada') como produto histórico e a categoria de 'inconsciente' social como conjunto de regras (entendido como código ou como sistema de operadores lógicos) cujas condições de vigência (ou seja, de operação efetiva sob forma de lei) são historicamente dadas, mas que, enquanto estruturas, admitem uma análise mais genérica, em termos de uma teoria abrangente de todas as suas manifestações.

O essencial para nós, contudo, consiste em apontar a compatibilidade dessas linhas de análise, nos limites substantivos e históricos do nosso campo de interesses. Talvez mesmo se pudesse pensar na possibilidade de se 'traduzir' determinadas formulações dessas correntes de pensamento entre si. Pense-se, por exemplo, nas considerações de Adorno, acerca da afinidade entre o predomínio das relações de troca e o da administração em todos os níveis da vida social. Poderíamos repensar isso, em termos 'estruturais', como a presença de um código ou sistema de operações comum à ordenação de ambas essas dimensões.

## C O N C L U S Õ E S

Da análise feita, podemos extrair algumas conclusões básicas, que são enumeradas do modo mais sintético. Não se pretende, de forma alguma, resumir o que foi dito no texto, nem mesmo extrair dêle tôdas as inferências mais amplas que propicia. Não obstante, pode-se afirmar que:

1. As noções básicas que orientam as versões dominantes da análise sociológica da comunicação e da cultura em sociedades contemporâneas carecem de valor teórico, porque correspondem à incorporação acrítica de noções oriundas de contextos claramente ideológicos. Em consonância com isso, as concepções da sociedade subjacentes ao uso dessas noções também são mais propriamente ideológicas do que teóricas; vale dizer, reproduzem o real ao invés de transcendê-lo explicitamente.

Os processos comunicativos e culturais em grande escala nas sociedades contemporâneas não podem ser analisados em termos da difusão e consumo de bens culturais, nem com base nos grupos sociais envolvidos nesse processo. Tais áreas são precisamente as que requerem uma análise em profundidade; constituem, portanto, um aspecto do problema e não a base para o seu estudo.

4. A categoria teórica básica para a análise da comunicação e da cultura é a de ideologia. A análise deve concentrar-se sobre as condições de produção de uma modalidade específica de manifestação ideológica, e sobre o modo como essa produção se reflete nos seus produtos.
5. Segue-se que a análise não pode tomar como ponto de partida os mecanismos de mercado na área cultural, mas deve examinar como se constituem, simultaneamente, os bens culturais enquanto mercadorias e os seus consumidores.
6. Tomados os bens culturais enquanto mercadorias, a análise deve concentrar-se nelas, para apanhá-las simultaneamente como resultados de uma modalidade dada de produção e como condicionantes de modalidades correspondentes de consumo.
7. Segue-se que a análise sociológica de comunicação e da cultura deve operar no nível das mensagens produzidas e difundidas em grande escala em sociedades complexas.
8. A análise da comunicação deve ser imanente àquilo que é comunicado - as mensagens - e as inferências sociologicamente relevantes somente podem ser formuladas através do uso sistemático da categoria ideologia.
9. Segue-se que as bases de uma teoria sociológica de comunicação são dadas pela análise das mensagens tomadas enquanto componentes de sistemas ideológicos.

que remetem aos determinantes mais profundos da sua constituição e manifestação.

10. É nossa convicção que a análise sociológica da comunicação encontra, nesses termos, as suas condições de legitimidade científica. Convicção que evidentemente não deve ser entendida como uma 'profissão de fé' dogmática, mas como definindo um programa de trabalho.

## B I B L I O G R A F I A

- ACKERMANN et MOSCOVICI - "La Sociologie Existentielle de A. Touraine", Sociologie du Travail, vol. 8, 1966, n° 2, p. 205-209.
- ADORNO, T. W. - "A Indústria Cultural", in: G. Cohn (org.), Comunicação e Indústria Cultural, Cia. Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1971, p. 287-295.
- ADORNO, T. W. - Einleitung in die Musiksoziologie, Rowohlt/Suhrkamp, München/Frankfurt am Main, 2ª ed. ampliada, 1968.
- ADORNO, T. W. - "Kultur und Verwaltung", in: M. Horkheimer & T. W. Adorno, Sociologica II, Europäische Verlagsanstalt, Frankfurt am Main, 1962, p. 48-68.
- ADORNO, T. W. - Ohne Leitbild - Parva Aesthetica, Suhrkamp, Frankfurt am Main, 1967.
- ADORNO, T. W. - Prismen-Kulturkritik und Gesellschaft, DTV, München, 1963.
- ADORNO, T. W. & M. Horkheimer (org.) - Soziologische Exkurse, Europäische Verlagsanstalt, Frankfurt am Main, 1956.
- ADORNO, T. W. (org.) - Spätkapitalismus oder Industriegesellschaft ?, F. Enke Verlag, Stuttgart, 1969.
- ALTHUSSER, L. - Análise Crítica da Teoria Marxista [Pour Marx], Zahar, Rio de Janeiro, 1967.



- ANDERSON, P. - "Origins of the Present Crisis", New Left Review, No. 23, 1964, p. 26-53.
- ANNALS OF THE AMERICAN ACADEMY OF POLITICAL AND SOCIAL SCIENCE, Vol. 391, Sept. 1970.
- ARENDT, H. - "Society and Culture", in: Norman Jacobs (ed.), Culture for the Millions ?, Beacon Press, Boston, 1964.
- ARENDT, H., The Human Condition, Doubleday/Anchor Books, Garden City, New York, 1959.
- ARENDT, H. - The Origins of Totalitarianism, Meridian Books, New York, 1958.
- ARON, R. - "Classe Sociale, Classe Politique, Classe Dirigeante", in: Archives Européennes de Sociologie, tome I, 1960, n° 2, p. 260-281.
- ARON, R. - La Lutte de Classes - Nouvelles Leçons sur les Sociétés Industrielles, Gallimard, Paris, 1964.
- ARON, R. - Les Etapes de la Pensée Sociologique, Gallimard, Paris, 1967.
- BAUER, R. A. and BAUER, A. - "America 'Mass Society' and the Mass Media", Journal of Social Issues, Vol. XVI, 1960, No.3; reproduzido em C. S. Steinberg, Meios de Comunicação de Massa, Ed. Cultrix, São Paulo, 1970, p. 538-559.
- BECKER, H. - "Anthropology and Sociology", in: J. Gillin (ed.), For a Science of Social Man, Macmillan, New York, 1954, p. 102-159.
- BELL, D. - "America as a Mass Society: a Critique", The End of Ideology, Free Press, New York, 1965, Chap. 1, p. 21-38.

- BERELSON, B., P. F. LAZARSPELD, and W. N. MCPHEE - Voting: a Study of Opinion Formation in a Presidential Campaign, University of Chicago Press, 1954.
- BERGER, P. L. y LUCKMAN, T. - La Construcción Social de la Realidad, Amorrortu, Buenos Aires, 1968.
- BERNDT, H. e R. REICHE - "Die Geschichtliche Dimension des Realitätsprinzips", in: J. Habermas (ed.), Antworten an Herbert Marcuse, Suhrkamp, Frankfurt am Main, 1968, p. 104-132.
- BIRNBAUM, N. - "David Riesman's Image of Political Process", in: S. M. Lipset and L. Lowenthal (ed.), Culture and Social Character - the Work of David Riesman Reviewed, Free Press, New York, 1961.
- BLOCH, E. - Subjekt-Objekt: Erläuterungen zu Hegel, Suhrkamp, Frankfurt am Main, 1962.
- BLUMER, H. - "Collective Behavior", in: J. B. Gittler (ed.), Review of Sociology: Analysis of a Decade, Willey, New York, 1957, p. 127-158.
- BLUMER, H. - "Public Opinion and Public Opinion Polling", American Sociological Review, Vol. 13, 1948, No. 4, p. 542-547.
- BLUMER, H. - "The Mass, the Public and Public Opinion", in: B. Berelson and M. Janowitz (ed.), Reader in Public Opinion and Communication, Free Press, New York, 1966, 2nd.ed., p. 43-50.
- BOTTOMORE, T. B. - As Elites e a Sociedade, Zahar Ed., Rio, 1965.
- BOUDON, R. - "Analyse secondaire et sondage sociologique", Cahiers Internationaux de Sociologie, vol. XLVII, 1969, n° 2, p. 5-34.

- BRAMSON, Leon - The Political Context of Sociology, University of Princeton Press, Princeton, New Jersey, 1961.
- BROUWER, M. - "L'Information et les Sciences Sociales: Quelques Domaines Négligés", Revue Internationale des Sciences Sociales, vol. XIV, 1962, p. 318-336.
- BROWN, R. - Social Psychology, Collier-Macmillan, New York, 1965.
- BURNS, T. (ed.) - Industrial Man, Penguin Books, 1969.
- BRUNSWIG, H. - La Crise de L'Etat Prussien à la Fin du XVIIIe Siècle et la Genèse de la Mentalité Romantique, Presses Universitaires de France, Paris, 1947.
- BURKHARDT, J. - Reflexões sobre a História, Zahar, Rio, 1961.
- CATER, D. - The Fourth Branch of Government, Vintage Books, New York, 1959.
- CHARMS, R. de, and G. H. MOELLER - "Values Expressed in American Children's Readers: 1900-1950", Journal of Abnormal and Social Psychology, Vol. 64, 1962, p.136-142.
- CONVERSE, P. E. - "The Nature of Belief Systems in Mass Publics", in: D. E. Apter (ed.), Ideology and Discontent, Free Press, New York, 1964, p. 206-261.
- COSER, L. - "Nightmares, Daydreams, and Prof. Shils", in: Dis - sent, 5, 1958; reproduzido em: Ehrensaft, P. & Etzioni, A. (ed.), Anatomies of America - Sociological Perspectives, Macmillan, New York, 1969, p. 309-314.
- DAHRENDORF, R. - "Democracy without Liberty: an Essay on the Politics of Other-directed Man", in: S. M. Lipset and L. Lowenthal (ed.), Culture and Social Character - The Work of David Riesman Reviewed, Free Press, New York, 1961.

- DE TOCQUEVILLE, A. - Democracy in America, Phillips Bradley(ed.),  
Vintage Books, New York, 1954, Vol. 1.
- DEBRUN, M. - Ideologia e Realidade, ISEB, Rio de Janeiro, 1959.
- DEMERATH III, N. J. - "Synecdoche and Structural Functionalism",  
Social Forces, Vol. 44, No. 3, p: 390-401.
- DORNBUSCH, S. M. and L. C. HICKMAN - "Other-directedness in con-  
sumer-goods advertising: a test of Riesman's histori-  
cal theory", Social Forces, Vol. 38, 1959, p. 99-102.
- DUMAZEDIER, J. - Vers une Civilisation du Loisir ?, Ed. du Seuil,  
Paris, 1962.
- DURKHEIM, E. - Leçons de Sociologie - Physique des Moeurs et du  
Droit, Presses Universitaires de France, Paris/Istam -  
bul, 1950.
- ECO, Humberto - Apocalitici e Integrati, Bompiani, Milano, 2<sup>a</sup> ed,  
1965.
- FLEISCHMANN, E. - La Philosophie Politique de Hegel, Plon, Paris,  
1964.
- FRAENKEL, E. - "Parlament und Offentliche Meinung", in: W.Berges  
und C. Hinrichs (ed.), Zur Geschichte und Problematik  
der Demokratie, Dunker & Humblot, Berlin, 1958, p.166 -  
167.
- FREIDSON, E. - "Communications Research and the Concept of the  
Mass", American Sociological Review, Vol. 18, 1953, p.  
313-317.
- FREUD, S. - Die Zukunft einer Illusion, Fischer Bücherei, Frank-  
furt am Main, 1967.
- FREUD, S. - Das Unbehagen in der Kultur, Fischer Bücherei, Frank-  
furt am Main, 1953.

- FREUD, S. - Massenpsychologie und Ich-Analyse, Fischer, Frankfurt am Main, 1967.
- FREUND, J. - "Le Concept de Public et l'Opinion", Archives Européennes de Sociologie, tome IV, 1964, n° 2, p.255-271.
- FREYER, H. - Teoría de la Época Actual, Fondo de Cultura Económica, México, 1958 [ed. original alemã, 1955].
- GANS, H. J. - "Popular Culture in America: Social Problem in a Mass Society or Social Asset in a Pluralist Society ?", in: Howard S. Becker (ed.), Social Problems: a Modern Approach, Willey, New York, 1966, p. 549-620.
- GANS, H. J. - "The Creator - Audience Relationship in the Mass Media: an Analysis of Movie Making", in: B. Rosenberg and D. M. White (ed.), Mass Culture, Free Press, 1964.
- GEERTZ, C. - "Ideology as a Cultural System", in: D. E. Apter (ed.), Ideology and Discontent, Free Press, 1964.
- GEHLEN, A. - Die Seele im Technischen Zeitalter: Sozialpsychologische Problem in der Industriellen Gesellschaft, Rowolt, Hamburg, 1957.
- GEIGER, Th. - "Ideologie und Werturteil (Kritische Bemerkungen zum Begriffe der Ideologie)", in: K. Lenk (org.), Ideologie, Luchterhand, Neuwied-Berlin, 2ª ed., 1964.
- GERTH & MILLS (ed.) - From Max Weber: Essays on Sociology, Routledge & Kegan Paul, London, 1948.
- GORZ, A. - Stratégie Ouvrière et Néocapitalisme, Editions du Seuil, Paris, 1964.
- GOULDNER, Alvin - "Reciprocity and Autonomy in Functional Theory", in: L. Gross (ed.), Symposium on Sociological Theory, Harper & Row, New York, 1959.

- GOULDNER, Alvin - The Coming Crisis in Western Sociology, Basic Books, New York, 1970.
- GORZ, A. - La Morale de l'Histoire, Ed. du Seuil, Paris, 1959.
- GRANGER, G. G. - "Une Sociologie pour Notre Temps", Critique, 1966, n° 5, p. 467-474.
- GREINER, M. - Die Entstehung der Modernen Unterhaltungsliteratur - Studien zum Trivialroman des 18 Jahrhunderts, Rowohlt, Reinbeck bei Hamburg, 1964.
- HABERMAS, J. - Strukturwandel der Öffentlichkeit, Luchterhand, Neuwied am Rhein und Berlin, 1965.
- HALÉVY, E. - The Growth of Philosophic Radicalism, The Beacon Press, Boston, 1966.
- HARTMANN, N. - La Filosofía del Idealismo Alemán, Ed. Sudamericana, Buenos Aires, 1960.
- HAUSER, A. - Historia Social de la Literatura y el Arte, Ediciones Guadarrama, Madrid, 3ª ed., 1964.
- HELLER, Hermann - Teoría del Estado, Fondo de Cultura Económica, México, 3ª ed., 1955.
- HERBERT, T. - "Réflexions sur la Situation Théorique des Sciences Sociales, et, Spécialement, de la Psychologie Sociale", Cahiers pour L'Analyse, n° 2, 1966, p. 174-203.
- HERBERT, T. - "Remarques pour une Théorie Générale des Ideologies", Cahiers pour L'Analyse, n° 9, 1968, p. 74-92.
- HILL, C. - The Century of Revolution 1603-1714, Sphere Books, London, 1969.
- HOBSBAWN, E. J. - The Age of Revolution, 1789-1848, Mentor Books, New York, N.Y., 1964.

- HOFFSTATTER, P. R. - Grupendynamik: Kritik der Massenpsychologie, Rowohlt, Hamburg, 1957.
- HOGGART, R. - The Uses of Literacy, Penguin Books/Chatto and Windus, 1958.
- HORKHEIMER, M. - "Ein Neuer Ideologiebegriff?", in: K. Lenk (ed.), Ideologie, Luchterhand, Neuwied/Berlin, 2<sup>a</sup> ed., 1964, p. 235-255.
- HORKHEIMER, M. e T. W. ADORNO - Soziologische Exkurse, Frankfurt, 1956.
- HORTON, J. - "The De-Humanization of Alienation and Anomie", British Journal of Sociology, Vol. XV, No. 4, p. 283-300.
- HYMAN, H. - Survey Design and Analysis, Free Press, Glencoe, 1952
- HYPOLITE, J. - "La Conception hégélienne de l'Etat et sa critique par Karl Marx", in: Etudes sur Marx et Hegel, Marcel Rivière, Paris, 1965.
- KATZ, E. - "Communication Research and the Image of Society: Convergence of two Traditions", American Journal of Sociology, Vol. 65, 1960, No. 5.
- KATZ, E. - "The Two-step Flow of Communication", Public Opinion Quarterly, Vol. 21, 1957, p. 61-78.
- KIRCHHEIMER, O. - "Private Man and Society", Political Science Quarterly, Vol. LXXXI, 1966, No. 1.
- KORNHAUSER, W. - "'Power Elite' or 'Veto Groups' ?", in: S. M. Lipset and L. Lowenthal (ed.), Culture and Social Character - the Work of David Riesman Reviewed, Free Press, New York, 1961, p. 252-267.
- KORNHAUSER, W. - The Politics of Mass Society, Routledge & Kegan Paul, London, 1960.

- KOSELLECK, R. - Critica y Crisis del Mundo Burgues, Ediciones Rialp, Madrid, 1965.
- KROEBER, A. L. and C. KLUCKHOHN (ed.) - Culture - a critical review of concepts and definitions, Vintage Books, New York [1952].
- LASKY, H. - El Liberalismo Europeo, Fondo de Cultura Económica, México, 1961.
- LASSWELL, H. - Politics: Who Gets What, When, How, Meridian Books, New York, 1958 [1ª edição: 1936].
- LAZARSFELD, P. F. - "An Episode in the History of Social Research: a Memoir", in: Perspectives in American History, Vol. II, 1968.
- LAZARSFELD, P. F. and H. MENZEL - "On the Relation Between Individual and Collective Properties", in: A. Etzioni (ed.), Complex Organizations, Holt, Rinehart and Winston, New York, 1962, p. 423-440.
- LAZARSFELD, P. F. and E. KATZ - Personal Influence - the Part Played by People in the Flow of Mass Communications, Free Press, New York, ed. paperback, 1964 [1ª ed. , 1955].
- LAZARSFELD, P. F. and MORRIS ROSENBERG (ed.) - The Language of Social Research, Free Press, Glencoe, 1955.
- LAZARSFELD, P. F., B. BERELSON, and HAZEL GAUDET - The People's Choice, Columbia University Press, 2nd. ed., 1948.
- LeBON, G. - The Crowd, Ballantine Books, New York, 1969.
- LEFEBVRE, G. - "Revolutionary Crowds", in: J. Kaplow (ed.), New Perspectives on the French Revolution - Readings in Historical Sociology, Willey, New York, 1965, p. 173-190.



- LIPSET, S. M. - "A Champing American Character ?", in: S. M. Lipset and L. Lowenthal (ed.), Culture and Social Character - the Work of David Riesman Reviewed, Free Press, New York, 1961.
- LIPSET, S. M. - Political Man, Doubleday, Anchor Books, Garden City, 1963.
- LIPSET, S. M., M. A. TROW, J. S. COLEMAN - Union Democracy, Free Press, Glencoe, 1956.
- LOCKWOOD, D. - "Social Integration and System Integration", in: G. K. Zollschan and W. Hirsch (ed.), Explorations in Social Change, Routledge & Kegan Paul, London, 1964.
- LOWENTHAL, L. e M. FISKE - "The Debate over Art and Popular Culture in Eighteenth Century England", in: Mirra Komarovsky (ed.), Common Frontiers in the Social Sciences, Free Press, Glencoe, 1957.
- LOWITH, K. - Von Hegel zu Nietzsche, Kohlhammer, Stuttgart, 5<sup>a</sup> ed., 1964.
- LUKACS, G. - Histoire et Conscience de Classe, Les Editions de Minuit, Paris, 1960.
- MACDONALD, D. - "Masscult and Midcult", Partisan Review, 1960, No. 2, p. 203-233.
- MACGRANAHAN, D. V., and I. WAYNE - "German and American Traits Reflected in Popular Drama", Human Relations, Vol. 1, 1948, p. 429-455.
- MACPHERSON, C. B. - The Political Theory of Possessive Individualism, The Clarendon Press, Oxford, 1963.
- MACPHERSON, C. B. - "The Social Bearing of Locke's Political Theory", in: I. Kramnick (ed.), Essays in the History of Political Thought, Prentice-Hall, New Jersey, 1969.

- MANDROU, Robert - De la Culture Populaire au 17ème et 18ème Siècles - La Bibliothèque Bleue de Troyes, Stock, Paris, 1964.
- MANNHEIM, K. - "Conservative Thought", in: Essays on Sociology and Social Psychology, Routledge & Kegan Paul, London, 1959.
- MANNHEIM, K. - Diagnostico de Nuestro Tiempo, Fondo de Cultura Económica, México, 3ª ed. (Colección Popular), 1959.
- MANNHEIM, K. - Ensayos de Sociología de la Cultura, Aguillar, Madrid, 1957.
- MANNHEIM, K. - Ideology and Utopy, Routledge & Kegan Paul, London, 1964.
- MANNHEIM, K. - Man and Society in a Age of Reconstruction, Routledge & Kegan Paul, London, 1940.
- MARCUSE, Herbert - Eros and Civilization, Beacon Press, Boston, 1955.
- MARCUSE, Herbert - Reason and Revolution, Beacon Press, Boston, 1960.
- MARX, K. - Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte, Editions Sociales, Paris, 1948.
- MAUSS, Marcel - Sociologie et Anthropologie, PUF, Paris, 3ème éd., 1966.
- MEISEL, J. H. - The Myth of the Ruling Class, The University of Michigan Press, Ann Arbor, 1962.
- MELLO E SOUZA, Antônio Cândido - Literatura e Sociedade, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1965.

- MERTON, R. K. - "Patterns of Influence: Local and Cosmopolitan Influential", Social Theory and Social Structure, Free Press, Glencoe, 2nd ed., 1957, p. 387-420.
- MILGRAM, S. and H. TOCH - "Collective Behavior: Crowds and Social Movements", in: G. Lindzey and E. Aronson (ed.), The Handbook of Social Psychology, Addison-Wesley, Reading Massachusetts, 2nd ed., 1968, Vol. IV.
- MILLER, S. M. and RIESSMAN, F. - "Are Workers Middle-Class ?" , in: P. Ehrenseft and A. Etzioni (ed.), Anatomies of America, Macmillan, New York, 1969.
- MORIN, Edgar - L'Esprit du Temps, Grasset, Paris, 1962.
- NEWCOMB, T. M., J. WOODWARD - "Discussion of the Blumer Paper" , American Sociological Review, Vol. 13, 1948, p. 549 - 554.
- NISBET, R. A. - The Sociological Tradition, Basic Books, New York, 1966.
- ORTEGA Y GASSET, J. - La Rebelión de las Masas, Revista de Occidente, Madrid, 33<sup>a</sup> ed., 1959.
- PALMER, R. R. - The Age of Democratic Revolution, Vol. I, The Challenge, Princeton University Press, New Jersey, 1969.
- PALMER, P. A. - "The Concept of Public Opinion in Political Theory", in: B. Berelson and M. Janowitz (ed.), Public Opinion and Communication, The Free Press of Glencoe, 1953.
- PARSONS, T. - "On the Concept of Influence", Public Opinion Quarterly, Vol. XXVII, 1963, No. 1, p. 37-62.
- PARSONS, T. - The Social System, Free Press, New York, 1964.

- PARSONS, T. - "'Voting' and the Equilibrium of the American Political System", in: E. Burdick and A. Brodbeck (ed.) , American Voting Behavior, Free Press, 1959.
- PARSONS, T. and WHITE, W. - "The Mass Media and the Structure of American Society", Journal of Social Issues, Vol. XVI , 1960, No. 3, p. 67-77; reproduzido em T. Parsons, Politics and Social Structure, Free Press, New York, p. 241-251.
- PETERSEN, W. (ed.) - American Social Patterns, Doubleday/Anchor Books, New York, 1956.
- PIAGET, J. - Etudes Sociologiques, Droz, Genève, 1967.
- PIAGET, J. - "Pensée Egocentrique et Pensée Sociométrique", Cahiers Internationaux de Sociologie, vol. 10/16, 1951, p 34-49.
- PINARD, M. - "Mass Society and Political Movements: a New Formulation", American Journal of Sociology, Vol. 73, 1968 , No. 2.
- PLAMENATZ, J. - Man and Society, Longmans, London, 1963, Vol. I.
- PLEKHANOV, G. - Essais sur l'Histoire du Matérialisme, Editions Sociales, Paris, 1957.
- POPPER, K. R. - A Sociedade Democrática e seus Inimigos, Ed. Itatiaia, Belo Horizonte, 1959.
- POPPER, K. R. - Conjectures and Refutations: the Growth of Scientific Knowledge, Harper & Row, New York, 1968.
- POPPER, K. R. - Misère de l'Historicisme, Plon, Paris, 1955.
- POULANTZAS, Nikos - Pouvoir Politique et Classes Sociales, Maspero, Paris.

- REICHENBACH, H. - "La Concepción Funcional del Conocimiento", in: I. L. Horowitz (org.), EUDEBA, Buenos Aires, 2ª edição, 1968, p. 208-303.
- REYNAUD, J. D. et BOURDIEU, P. - "Une Sociologie de L'Action est-elle Possible ?", Revue Française de Sociologie, vol. VII, 1966, n° 4, p. 508-517.
- RIEDEL, M. - Studien zu Hegels Rechtsphilosophie, Suhrkamp, Frankfurt am Main, 1969.
- RIEFF, P. - Freud: the Mind of the Moralist, Anchor Books, 1961.
- RIESMAN, D., with N. GLAZER and RENEL DENNEY - The Lonely Crowd, abridged with a new foreword, Yale University Press, New Haven, 1961 [edição original, 1950].
- RIESMAN, D. - "The Meaning of Opinion", in: Individualism Reconsidered, Free Press, Glencoe, 1954.
- ROSS, Lillian - "A Day in the Making of a Movie", in: W. Schramm (ed.), Mass Communications, University of Illinois Press, 1960, 2nd. ed., p. 154-160.
- ROUSSEAU, J.-J. - Du Contrat Social, Garnier, Paris, 1954.
- SABINE, G. H. - História das Teorias Políticas, Fundo de Cultura, Rio, 1964.
- SCHUCKING, L. L. - Sociologie der Literarischen Geschmacksbildung, Franke Verlag, Berna, 3ª ed. revista, 1961.
- SELZNICK, P. - "Institutional Vulnerability of Mass Society", American Journal of Sociology, Vol. 56, 1951, No. 1.
- SHILS, E. - "Daydreams and Nightmares: Reflections on the Criticism of Mass Culture", in: Sewanee Review, 65, 1957 ; reproduzido em Ehrensaft, P. & Etzioni, A. (ed.), Anatomies of America - Sociological Perspectives, Macmillan, New York, 1969, p. 296-308.

- SHILS, E. - "Ideologie" in: W. Ernsdorf (org.), Wörterbuch der Soziologie, F. Enke Verlag, Stuttgart, 2<sup>a</sup> ed., 1969, p. 441-444.
- SHILS, E. - "Mass Society and its Culture", in: Norman Jacobs (ed.), Culture for the Millions ?, Beacon Press, Boston, 1964.
- SHILS, E. - "The Study of the Primary Group", in: D. Lerner and H. Lasswell (ed.), The Policy Sciences, Stanford University Press, 1951.
- SKOLNICK, G. H. - The Politics of Protest, Ballantine Books, New York, 1969.
- SMELSER, N. J. - "Dimensions of Collective Behavior", in: Essays in Sociological Explanation, Prentice-Hall, New Jersey, 1968, p. 92-121.
- SMELSER, N. J. - Social Change in the Industrial Revolution, Routledge & Kegan Paul, London, 1959.
- SMELSER, N. J. - Theory of Collective Behavior, Free Press, New York, 1963.
- SPEIER, H. - "La Determinación Social de Las Ideas", in: I. L. Horowitz (org.), Historia y Elementos de la Sociología del Conocimiento, EUDEBA, Buenos Aires, 2<sup>a</sup> ed., 1968, p. 80-97.
- SPEIER, H. - "The Historical Development of Public Opinion", American Journal of Sociology, Vol. LV, No. 4, 1950.
- STRAYER, J. R. - "The Historian's Concept of Public Opinion", in: M. Komarovsky (ed.), Common Frontiers of the Social Sciences, Free Press, Glencoe, 1957.

- STUART MILL, J. - "M. De Tocqueville on Democracy in America", in M. Cohen (ed.), The Philosophy of John Stuart Mill, Modern Library, New York, 1961, p. 119-184.
- TALMON, J. L. - Los Origenes de la Democracia Totalitaria, Aguilar, Madrid, 1956.
- TAUBES, J. - "Kultur und Ideologie", in: T. W. Adorno (org.) , Spätkapitalismus oder Industriegesellschaft ?
- TAWNEY, R. H. - Religion and the Rise of Capitalism, Penguin Books, 1966.
- TOURNAINE, A. - "La Raison d'Être d'une Sociologie de L'Action" , Revue Française de Sociologie, vol. VII, 1966, n° 4 , p. 518-527.
- TOURNAINE, A. - "Pour une Sociologie Actionnaliste", Archives Européennes de Sociologie, vol. V, 1964, n° 1, p. 1-26.
- TOURNAINE, A. - Sociologie de L'Action, Editions du Seuil, Paris, 1965.
- VAN DEN HAAG, E. - "Of Happiness and of Despair We Have No Measure", in: Rosenberg, B., and White, D. M. (ed.), Mass Culture, Free Press, New York, 1964, p. 504-536, [1<sup>a</sup> ed. 1957].
- VERÓN, E. - Ideologia. Estrutura e Comunicação, Cultrix, São Paulo, 1970.
- WATT, I. - "Literature and Society", in: R. N. Wilson (ed.), The Arts in Society, Prentice-Hall, Englewood Cliffs, New Jersey, 1964.
- WATT, I. - The Rise of the Novel, Penguin Books/Chatto & Windus, 1963.

- WEBER, M. - Economía y Sociedad, Fondo de Cultura Económica, 1964.
- WELLEK, R. and A. WARREN, Theory of Literature, Penguin Books ,  
1963.
- WILLENSKY, H. - "Mass Society and Mass Culture: Interdependence  
or Independence ?", American Sociological Review, Vol.  
29, 1964, No. 2.
- WILLENSKY, H. - "Work, Careers and Social Integration", Internation-  
al Social Science Journal, Vol. 12, p. 543-574.
- WILLIAMS, R. - Culture and Society 1780-1950, Penguin Books, 1963.
- WILLIAMS, R. - The Long Revolution, Penguin Books, 1965.
- WRIGHT MILLS, C. - The Power Elite, Oxford University Press, New  
York, 1959.
- ZEITLIN, I. M. - Ideology and the Development of Sociological  
Theory, Prentice-Hall, New Jersey, 1968.